

**ESPECIAL
CORONAVÍRUS**



ABRIL 2020



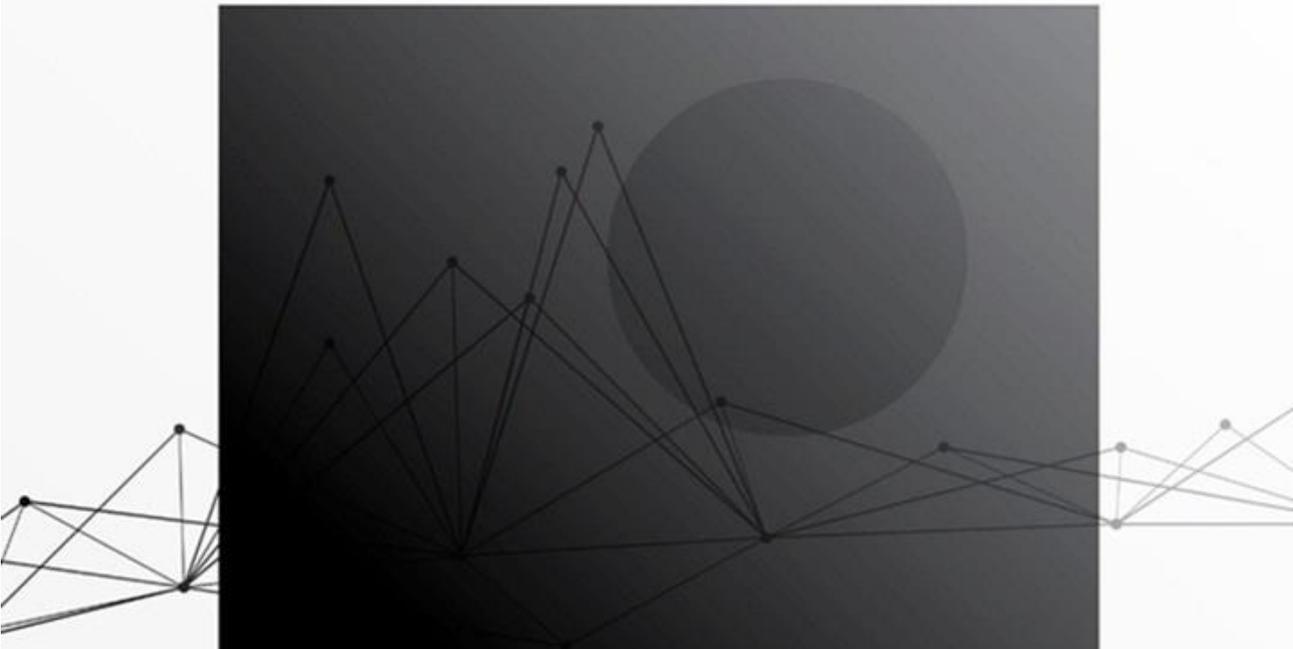
**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

12

**ESPECIAL
CORONAVÍRUS**



ABRIL 2020



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

www.uscs.edu.br/sites/conjuscs

12



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, e formado por professores, alunos e parceiros convidados, o Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente –12ª Carta de Conjuntura (abril 2020)

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Adjunta do Observatório:

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Prof^a. Me. Marta Ângela Marcondes

Prof^a. Me. Rosana Marçon da C. Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando Adhemar S. Mineiro (UFRRJ)

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Mestranda Gisele Yamauchi (UFABC e USJT)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Mestranda Sandra Collado (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

Convidados desta edição:

Profª Me. Regina Albanese Pose (USCS)
Profª Dra. Carolina Felipe Soares Brandão (USCS, UNICID)
Profª Me. e Doutoranda Gabriela Furst Vaccarezza (USCS, Santa Casa de SP)
Prof. Dr. João Carlos da Silva Bizario (USCS)
Profª Ms. Madalena Marques Dias Grassl
Profª. Dra. Adriana de Brito (USCS)
Profª. Dra. Rana Zahi Rached (USCS)
Prof. Dr. Rogerio Studart
Profª Dra. Ursula Dias Peres (USP)
Prof. Dr. Fábio Pereira dos Santos
Pós-Graduada Maria da C. Vegi da Conceição (Sindicato dos Bancários do ABC)
Prof. Me. Fausto Augusto Junior (DIEESE)
Prof. Aristogiton Moura (USCS e Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo)
Ms. Vivian Machado (DIEESE)
Profª Me. e Doutoranda Barbara Vallejos (UNICAMP e DIEESE)
Jornalista José Lourenço Pechtoll (Instituto Amsur)
Prof. Me. Wendell Lepore (USJT)
Profª Me Poliani Claro Guarinon (Universidade Ibirapuera e Faculdade Enau)
Graduado em Direito Ivo Alexandrino da Conceição
Especialista Álvaro Barbosa da Silva Junior
Profª Dra. Barbara Soares da Silva (FATEC)
Profª Drª Gabriela Celani (FEC-Unicamp)
Prof. Dr. Sidney Piocchi Bernardini (FEC –Unicamp)
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos (PUC Campinas)
Edgard Brandão Jr. Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prof. Me Paulo César Porto Deliberato (USCS)
Profª Me. Laís Iolanda da Silveira (FASB)
Prof. Dr. Milton Carlos Farina (USCS)
Graduada em Administração Denise R. de O. Faustino (FASB)
Graduado em Administração Edival V. Da Silva Filho (FASB)
Graduado em Administração Heloísa C de Carvalho (FASB)
Graduado em Administração Igor Rodrigues Costa (FASB)
Graduado em Administração Mateus Perrone (FASB).
Graduada em Economia Maria Goretti Herkenhoff
Prof. Me. Filipe R. C. Souza (SEBRAE e FESP-SP)

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Apoio:

Mestranda Gisele Yamauchi

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Ana Paula Lazari Ferreira

Carta online:

Alan de Almeida Matias

Ana Paula Lazari Ferreira

Renata Ezellner Miquilim

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas nesta Carta. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/sites/conjuscs

Sumário

SEÇÃO I – ESPECIAL CORONAVÍRUS

- 1 **PANDEMIAS: O QUE APRENDER COM A HISTÓRIA** p.8
Madalena Marques Dias Grassl
Roberto Vital Anau
- 2 **COVID-19 E A ASFIXIA DA EVIDÊNCIA: É NECESSÁRIA “CONSCIÊNCIA” PARA QUE O MEDO DE CADA CIDADÃO NÃO GERE DESORGANIZAÇÃO COLETIVA** p.17
Regina Albanese Pose
Carolina Felipe Soares Brandão
Gabriela Furst Vaccarezza
João Carlos da Silva Bizario
- 3 **A PANDEMIA DE COVID-19: EPIDEMIOLOGIA, MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE, ÍNDICES NO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO, GRANDE ABC PAULISTA E RELAÇÃO COM ANIMAIS NÃO-HUMANOS** p.32
Stefanie Sussai
- 4 **O QUE SABEMOS SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS SARS-COV-2?** p.57
Adriana de Brito
Rana Zahi Rached
- 5 **CORONAVÍRUS E O DESFINANCIAMENTO DO SUS: REVOGAR A EC 95/2016 JÁ!** p.63
Francisco R. Funcia
- 6 **SOBRE OS CUIDADOS *POST MORTEM* DAS VÍTIMAS DA COVID-19: UMA BREVE ANÁLISE JURÍDICA** p.66
David Pimentel Barbosa de Siena
- 7 **SISTEMA PRISIONAL EM TEMPOS DA COVID-19** p.70
Ivo Alexandrino da Conceição
- 8 **A CRISE INTERNACIONAL DO CORONAVÍRUS: UMA CONJUNTURA DIFÍCIL NO CURTO-PRAZO, E DE MUDANÇAS IMPORTANTES NO MÉDIO E NO LONGO PRAZO** p.83
Adhemar S. Mineiro

- 9 QUE KEYNES ESCOLHER PARA ENFRENTAR A POSSÍVEL CRISE?** p.91
Rogério Studart
- 10 CONFINAMENTO, TRABALHO E RENDA** p.93
Jefferson José da Conceição
Maria da Consolação Vegi da Conceição
- 11 POR UMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL PARA ENFRENTAR A COVID-19** p.99
Fábio Pereira dos Santos
Ursula Dias Peres
- 12 TRABALHADORES ENFRENTANDO A PANDEMIA DA COVID 19: A PROPOSTA DAS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS** p.102
Fausto Augusto Junior
- 13 O PÊNDULO 50 ANOS DEPOIS: O ESTADO PRESENTE NAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL APRESENTADAS PELOS PAÍSES NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS** p.108
Gisele Yamauchi
- 14 O PODER EM TEMPOS DE PANDEMIA** p.122
Aristogiton Moura
- 15 CORONAVÍRUS & NÓS... “QUÊ FAZER?”** p.131
Luis Felipe Xavier
- 16 AS MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS PELO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS - COVID 19** p.144
Barbara Vallejos Vazquez
Vívian Machado
- 17 PANDEMIA, CRISE ECONÔMICA E SETOR AÉREO: VOO TURBULENTO E TENTATIVA DE POUSO SUAVE?** p.154
Volney Gouveia

- 18 COVID-19: VAI FALTAR COMIDA?** p.159
José Lourenço Pechtoll
- 19 HOME OFFICE, TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTANCIA OU TRABALHO A DOMÍCIO: QUALQUER QUE SEJA O TERMO, A TENDÊNCIA É A SUA EXPANSÃO DURANTE E NO PÓS-CORONAVIRUS, MAS É PRECISO CUIDADOS NA CONTRATAÇÃO DESTE REGIME DE TRABALHO** p.170
Jefferson José da Conceição
Maria da Consolação Vegi da Conceição
- 20 A CRISE DO CORONAVIRUS E O PROTAGONISMO DO ENSINO SUPERIOR NA NOVA ONDA DE INOVAÇÃO: O CASO DA PARCERIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A GOOGLE FOR EDUCATION** p.181
Wendell Cristiano Lepore
- 21 O EXERCÍCIO FÍSICO E A QUARENTENA** p.185
Poliani Claro Guarinon
- 22 BIG DATA E GOOGLE BOOKS: A LINGUÍSTICA APLICADA E A VARIAÇÃO DA LINGUAGEM NOS ESTÁGIOS DA VIDA HUMANA À LUZ DO COVID-19** p.189
Bárbara Soares da Silva
- 23 O URBANISMO E AS EPIDEMIAS** p.193
Gabriela Celani
Sidney Piocchi Bernardini
Wilson Ribeiro dos Santos
- 24 CONFINAMENTO, HABITAÇÃO E MOBILIDADE URBANA NO GRANDE ABC** p.196
Enio Moro Junior
- 25 CORONAVÍRUS E ACELERAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL** p.200
Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
- 26 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC E AÇÕES FRENTE AO CORONAVIRUS** p.208

Edgard Brandão Jr

SEÇÃO II – OUTROS TEMAS

- 27 CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DE FISIOTERAPEUTAS EM UMA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DA REGIÃO DO ABC PAULISTA** p.211

Paulo César Porto Deliberato

- 28 SISTEMA CARCERÁRIO: EM BUSCA DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL** p.217

Maria Goretti Herkenhoff

- 29 O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL POR MEIO DAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS** p.220

Antonio Aparecido de Carvalho

Laís Iolanda da Silveira

Milton Carlos Farina

Denise R. de O, Faustino

Edival V. da Silva Filho

Heloísa C. de Carvalho Santos

Igor Rodrigues Costa

Mateus Perroni

- 30 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC** p.227

Vivian Machado

- 31 STARTUPS UNICÓRNIOS: EMPRESAS INOVADORAS BILIONÁRIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO** p.235

Álvaro Barbosa da Silva Junior

- 32 O TERRITÓRIO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE PRELIMINAR DO APL METALMECÂNICO DO GRANDE ABC** p.246

Filipe R. C. Souza

- 33 O GRANDE ABC E OS DESAFIOS DA ELETROMOBILIDADE** p.256

Wellington Messias Damasceno

SEÇÃO I – ESPECIAL CORONAVÍRUS

Nota Técnica

1. PANDEMIAS: O QUE APRENDER COM A HISTÓRIA

Madalena Marques Dias Grassl

Roberto Vital Anau

Resumo Executivo

O artigo traça paralelos, semelhanças e diferenças entre a atual pandemia da Covid19 e as duas maiores pandemias anteriores na história - a Peste Negra na Idade Média e a gripe espanhola há um século. Aborda aspectos relacionados ao comércio, às aglomerações urbanas e metropolitanas, à globalização da economia, ao fortalecimento do Estado, às relações homem-natureza como fonte de propagação dos agentes patógenos, bem como às reações e atitudes voltadas ao combate a cada uma das pandemias examinadas.

Cada crise é única na História; entretanto, as semelhanças e diferenças com experiências críticas do passado podem nos trazer aprendizados úteis. Face à pandemia da Covid19, provocada pelo novo coronavírus, vale a pena observar ao menos duas grandes pandemias passadas: a Peste Negra (ou Peste Bubônica) na Idade Média e a gripe espanhola de 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial.

Três momentos

Embora sejam chamadas de “epidemias”, todas foram pandemias, pois se espalharam em ondas por grandes territórios do mundo, e foram devastadoras para sua época. A Peste Negra chegou a Gênova de barco, trazida do entreposto comercial genovês de Caffa, no Mar Negro, onde comerciantes europeus tomaram contato com mongóis infectados. Alastrou-se em seguida ao Norte dos Alpes, encontrando na França uma sociedade já devastada pela Guerra dos Cem Anos com a Inglaterra. Os exércitos ingleses, em seguida, levaram-na do continente às Ilhas Britânicas, onde também teve efeito devastador. Pelas rotas comerciais Ásia-Europa, entre elas a famosa Rota da Seda (esta terrestre), a Peste manteve-se, mais facilmente, nos dois continentes. Seu microrganismo causador, transmitido originalmente pela picada da pulga do rato, sofreu modificações, e a doença atingiu a forma pneumônica, transmitindo-se também pelo ar. Calcula-se, grosso modo, que nas ondas da Peste ocorridas na segunda metade do século XIV um terço da população europeia morreu por efeito da epidemia, e alguns milhões morreram em toda a Eurásia¹.

Em alguns anos a Peste recolheu-se, como ocorre com doenças muito virulentas. Após milhões de mortes, muitos sobreviventes – alguns, sem saber, pois foram casos assintomáticos – tinham seus organismos com imunidade desenvolvida contra o bacilo da Peste. Coube a eles recriar a vida após tão profundo desequilíbrio. Em muitas cidades europeias, o poder público residual existente reorganizou-se, à medida que se fazia necessário controlar as atividades produtivas locais, o comércio de produtos e alimentos e a prestação de serviços, desorganizados pela doença e pela fuga desesperada de populações que ela causou. Entre tantas medidas, houve que se tabelar valores dos gêneros e exercer ação fiscalizadora, de maneira a coibir mais

¹ O filme “O Sétimo Selo”, do grande cineasta sueco Ingmar Bergman, retrata o clima geral de pavor gerado pela Peste Negra na Suécia no século XIV. Outra ficção em evidência é o livro “A Peste”, de Albert Camus, que saltou em vendas na Itália, França e mesmo no Brasil, neste período da Covid19.

abusos de particulares nos preços e na destinação das mercadorias, protegendo minimamente quem realmente necessitava. Esse processo coincidiu com a reorganização dos Estados Modernos, cuja maior característica foi a centralização das decisões políticas, econômicas e legais nas mãos dos monarcas europeus.

A gripe espanhola recebeu esse nome – injusto – porque, iniciada possivelmente nos EUA ou Grã-Bretanha e espalhada entre os soldados e também por eles, somente foi citada e informada regularmente na imprensa da Espanha, país não beligerante. Os países engajados no conflito evitavam mencioná-la, para não provocar pânico nos soldados. Seu impacto foi imenso, calculando-se que até um terço da população mundial tenha sido infectado, com 50 milhões de mortos. Essa doença, transmitida por gotículas de saliva liberadas pela fala, espirro ou tosse, foi muito melhor documentada, até por fazer parte da era da informação. No intervalo de dois anos ocorreram três ondas de infecção. Seu agente causador, um vírus, sofreu mutações e passou a matar, principalmente, adultos jovens e mulheres grávidas. Ademais, outro grande fator na sua ocorrência mundial foi o aumento do número de viagens. Os modernos sistemas de transporte facilitaram a disseminação da doença por soldados, marinheiros e viajantes civis, a maior parte destes envolvidos na circulação de mercadorias.

Essa gripe, trazida provavelmente por viajantes britânicos desembarcados em três portos brasileiros, acabou atingindo o próprio Presidente da República, Rodrigues Alves, que veio a falecer em consequência. A cidade de São Paulo chegou a ter 350 mil infectados. Em um único dia, o Rio de Janeiro registrou mil mortes. O governo proibiu as aglomerações públicas: teatros e cinemas foram lacrados e lavados com desinfetante; pessoas foram proibidas de ir aos cemitérios, não só para evitar multidões nos dias de Finados, mas também para não testemunhar as pilhas de corpos insepultos. Por decreto presidencial, o ano letivo foi encerrado com menos dias, e os estudantes todos aprovados. O despreparo do governo brasileiro para enfrentar a doença foi tanto, que, reconhecido, fez o Congresso Nacional e o presidente Epitácio Pessoa realizarem uma reforma na estrutura federal de saúde. O nascente Departamento Nacional de Saúde Pública – semente do futuro Ministério dos Negócios da Saúde e Educação Pública (1930) e do Sistema Único de Saúde (SUS, 1988) – dedicou-se a combater muitas outras epidemias de repetição constante no país. Ao mesmo tempo, o país passava por um surto industrial promovido por ações governamentais, como uma das formas de ação perante os estragos produtivos e comerciais ocasionados pela Primeira Guerra Mundial e pela gripe espanhola subsequente. Tal como no Brasil, governos de vários países tomaram fortes iniciativas no sentido de minimizar os efeitos da transmissão da doença e de lidar com suas consequências sociais e econômicas. Até 1919, a “Espanhola”, como era conhecida, também recolheu-se, em comportamento semelhante observado ao da Peste Negra, em que pesem as grandes diferenças entre essas doenças.

A Covid19, iniciada na província de Wuhan, na China, é doença nova para os médicos e pesquisadores em saúde, e grande conhecida de todos nesse momento, dada a cobertura da grande mídia a respeito. Sua rápida expansão causa imensa preocupação, mais que a letalidade em si (menor que a da Peste Negra e da Gripe Espanhola nas suas primeiras ondas, mas acelerada nas grandes metrópoles). A capacidade dos sistemas de saúde de abrigar os infectados – a maioria é assintomática, mas o número de sintomáticos necessitados de hospitalização eleva-se exponencialmente em muitos países, inclusive o Brasil – é um desafio mundial, incluindo o risco das equipes de saúde não suficientemente protegidas do contágio. As descrições de corpos empilhados, uso de remédios supostamente milagrosos, rezas e

jejuns assistidos em vários lugares do mundo nas últimas semanas, trazem-nos a notável recorrência de situações e comportamentos populacionais nessas pandemias.

Quadro geral das maiores pandemias

Epidemia/Pandemia	Transmissor	Período**	Local de início	Abrangência
Peste Negra (bubônica)	Ratos	1347-1353	Itália (cidades-Estado)	Europa Ocidental e Setentrional
Gripe espanhola	Aves (?)	1918-1920	EUA (?)*	Europa Ocidental
Covid19	Animais silvestres	dez/2019-?	Wuhan – China	Mundial

Elaboração dos autores. * As hipóteses alternativas são Grã Bretanha e China.** A Peste Negra voltou a manifestar-se periodicamente em séculos posteriores, com menor virulência. O mesmo ocorreu com a gripe espanhola, em escalas reduzidas.

Comércio, globalização e natureza

O aspecto mais comum entre os três episódios é o poder das aglomerações humanas na disseminação dos agentes provocadores das moléstias. A Itália medieval vivenciou antes e mais intensamente que outras regiões europeias o renascimento urbano e comercial e as ligações com outros continentes, povos e culturas. O meio urbano era mais propício ao contágio da peste bubônica. Mais tarde, as compactas fileiras militares, os confrontos bélicos no território francês e o retorno dos soldados britânicos às suas comunidades foram outros tantos meios de difusão do vírus causador. A seguir, a moléstia atacou cidades em França e Inglaterra, incluindo Avignon, então sede do Papado – cuja desdita foi atribuída pelo grande poeta italiano Petrarca à devassidão, pela qual denominou essa cidade a “nova Babilônia”. O próprio Petrarca migrou entre diversas cidades italianas, fugindo à peste.

O mesmo pode-se dizer da gripe espanhola. As circunscrições militares (com maior probabilidade, nos EUA) e, em seguida, as batalhas da I Guerra levaram à ampliação da moléstia e seus efeitos fatais. O estado já avançado da globalização econômica, agravado pela presença de diversos exércitos em partes do território europeu, bem como as viagens internacionais mais frequentes já naquela época, alastraram a ação deletéria do vírus da *influenza* – em nova variedade – para outros continentes.

Aspecto derivado do anterior é a influência do comércio nos três episódios. No caso medieval, as cidades italianas eram os principais centros comerciais europeus, desde as Cruzadas. Seu intercâmbio com o restante da Europa dava-se por meio de feiras anuais realizadas na França e na Flandres (atual Bélgica), para onde enviavam as mercadorias de luxo trazidas do Oriente por seus navegantes pelo Mediterrâneo. A gripe espanhola causou pane no transporte internacional, já então muito intenso. No caso do coronavírus, as intensas relações econômicas – comerciais, de investimento e outras – da China, segunda economia mundial, com o mundo globalizado foram evidentemente o elemento-chave da expansão pandêmica.

Aspecto notável também é a relação homem-natureza manifestada nos três episódios críticos. A peste bubônica é transmitida pela picada de pulgas dos ratos; estes multiplicam-se em presença de aglomerações humanas e pela presença de armazéns e estoques de alimentos. Adoentados, os ratos morrem e suas pulgas

pulam para os animais de sangue quente mais próximos: cachorros, gatos e humanos, mas só os últimos desenvolveram a peste.

A gripe espanhola pode ter sido transmitida inicialmente por aves silvestres a aves domésticas, destas ao homem; ou pelos porcos ao homem. O coronavírus hospeda-se em animais silvestres – ainda se pesquisa quais seriam -, cuja criação é importante na China, sob forte regulamentação estatal. Deduz-se que outros países e continentes podem possuir animais hospedeiros. Acredita-se que a crescente apreensão desses animais e outras ações humanas tenham causado desequilíbrios ambientais responsáveis pela transmissão da doença a humanos – o que já ocorreu em epidemias recentes, como ebola, SARS e Zica. Em resumo, as três pandemias e outras muitas doenças importantes na atualidade originaram-se do contato humano com espécies animais, e explodiram em centros urbanos onde hoje esse contato é mais improvável.

Numerosos estudos, intensificados na presente pandemia, indicam que mudanças ambientais de raiz antrópica (pela ação do homem) têm relação com o início do contágio. Desmatamentos, inundações e outros processos de destruição de *habitats* naturais ocasionam migrações de espécies animais hospedeiras de agentes patogênicos nocivos ao homem. O contato com tais espécies ocorre na atividade agrícola, na extração florestal ou no apresamento de animais para cativeiro ou alimentação. A demanda final – e a oportunidade de contágio – encontra-se nas cidades e metrópoles, dependentes de abastecimento de regiões afetadas pelos processos citados. E as soluções tradicionais de comunidades rurais ou próximas a florestas, para casos eventuais de contágio, perdem eficácia, se é que a possuíam. Fazem-se necessárias políticas públicas abrangentes, emergenciais, suportadas por sistemas públicos estruturais. É a hora em que todos se voltam para o Estado. E, muitas vezes, ele encontra-se desaparelhado.

Presença do Estado

Como descrito na seção “Três momentos”, a Peste Negra e a gripe espanhola ocasionaram o fortalecimento das ações e políticas públicas e do papel do Estado nos assuntos sanitários e na órbita econômica.

Na atualidade, o coronavírus tem produzido imprevista aceleração no declínio da ideologia neoliberal, que domina as idéias e as políticas econômicas dos países capitalistas há quarenta anos. O primeiro grande golpe ocorreu com a crise financeira mundial iniciada nos EUA em 2007/2008, a maior desde a Grande Depressão. A declaração de “*incredulidade e estado de choque*” do ex-presidente do Banco Central estadunidense, Alan Greenspan (2008)– um dos patrocinadores da desregulamentação financeira nos anos 1980, responsabilizada em boa parte pela crise *subprime* -, em depoimento ao Senado daquele país, foi seguida pelo dispêndio de dez trilhões de dólares pelos governos dos países desenvolvidos no salvamento de empresas e bancos, segundo o FMI. Mais recentemente, textos de economistas dessa instituição passaram a admitir que as políticas de ajuste neoliberal por ela preconizadas podem ter sido negativas para diversos países. Esses textos repercutiam críticas muito mais ácidas de economistas, jornalistas e lideranças políticas de diversas tendências.

Agora, frente ao coronavírus, o FMI e o BIS (Banco de Compensações Internacionais, que atende os Bancos Centrais da maioria dos países) têm emitido alertas e proposições com sentido intervencionista, para atenuar a depressão mundial – que já passou de hipótese a quase certeza (a dúvida é a intensidade). Governos de inúmeros

países adotaram atitudes intervencionistas bastante inéditas, destacando-se os EUA, tradicionalmente privatistas, cujo presidente já admite intervir em algumas empresas privadas e exigiu das duas maiores montadoras automotivas a produção de respiradores.

No Brasil, repentinamente, todos parecem ter-se apercebido da importância do SUS e de seu fortalecimento. Lembremo-nos dos ataques persistentes, tanto no discurso – usam-se as limitações do sistema para desqualificá-lo como alternativa – como nas ações, destacando-se a Emenda Constitucional do teto de gastos, de 2016, equivalente, na prática, a uma redução da despesa anual por habitante. Desde então, calcula-se que 40 mil leitos hospitalares foram desativados e numerosas demissões de profissionais da saúde reduziram a capacidade de atendimento do sistema. Agora, muitos propõem a desconsideração do teto, em vista da urgência de aparelhar o sistema público de saúde para atender a situação mais que provável de acúmulo de infectados sintomáticos, entre a numerosa população de baixa renda. Ademais, propostas de forte atuação econômica do governo contra a depressão foram veiculadas por economistas, políticos e jornalistas anteriormente neoliberais.

Ações e atitudes de combate às pandemias

Outra semelhança – e também diferença – refere-se às reações dos principais tomadores de decisão. Na Europa medieval, os hábitos sanitários eram precários. Não houve orientação adequada, uma vez que os poderosos da época – a Igreja, os reis e os grandes senhores feudais – não possuíam conhecimentos científicos, em época em que a Ciência chegava a ser mal vista frente à religiosidade imperante. Muitas pessoas buscaram o isolamento no retiro religioso. Porém, a ausência de medidas sanitárias e hábitos de higiene, assim como a exposição anterior, produziram mortes mesmo entre esses.

Durante a gripe espanhola, ocorreram casos emblemáticos de irresponsabilidade, como a parada em Filadélfia em homenagem a soldados que embarcavam para a Europa (1918), que reuniu 200 mil pessoas; logo a seguir, a epidemia castigou cruelmente a cidade, entre outras.

A pandemia de Covid19 tornou tristemente famosos locais da Itália como Bergamo e Milão. Nesta última, o prefeito desculpou-se com a população por ter liderado a campanha “Milão não para” (*Milano non si ferma*), seguida de crescimento vertiginoso dos contágios e, principalmente, das mortes. Governantes italianos acusaram inicialmente a imprensa de alarmismo. O mesmo, inicialmente, fez o presidente Trump, oposto ao isolamento social, que também teve que mudar sua opinião a partir da virulência da doença nos EUA. No Brasil, a situação é marcada pelo embate entre o presidente, alguns grandes empresários, algumas lideranças religiosas e seus seguidores, de um lado, que contrapõem o isolamento vertical ao horizontal; de outro, o ministro da Saúde, governadores e prefeitos, a mídia em geral, além de empresários opostos aos primeiros, sindicatos e organizações da sociedade civil, em consonância com os especialistas (epidemiologistas, médicos em geral, pesquisadores científicos). Estes defendem o isolamento horizontal preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Madalena Marques Dias Grassl é licenciada, bacharelada e mestre em História pela Universidade de São Paulo, e também pós-graduada em Gestão Escolar pelo SENAC-

SP. É docente nos Ensinos Fundamental, Médio, Superior e Pós-graduações; exerceu coordenação em Ensino Superior e Escolar. Trabalhou em variados projetos memorialísticos como organizadora, pesquisadora e autora, assim com também produz materiais pedagógicos variados. Publicou vários artigos e é autora do livro “História Colonial de Mogi das Cruzes. Elites e formação da vila” (Mogi das Cruzes: Oriom, 2010).

Roberto Vital Anau é economista (FEA-USP, 1977), mestre em Urbanismo (FAU-USP, 2001) e doutor em Planejamento e Gestão do Território (UFABC, 2017). É docente no Ensino Superior (graduação) há 20 anos, atualmente na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e na Universidade Anhembi-Morumbi. Aposentado, exerceu a profissão de economista durante 35 anos. É autor do livro “O Retorno de Karl Marx” (São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Veneta, 2017), disponível para download no site da Fundação Perseu Abramo.

Referências Bibliográficas

FILHO, Cláudio Bertolli. *A Gripe espanhola em São Paulo, 1918*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

WESTIN, Ricardo. Em 1918, gripe espanhola espalhou morte e pânico e gerou a semente do SUS. *El País Brasil*. 15.Março.2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-16/em-1918-gripe-espanhola-espalhou-morte-e-panico-e-gerou-a-semente-do-sus.html>, consulta em 04.abril.2020

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988

LESBAUPIN, Ivo. O coronavírus e o neoliberalismo. Iser Assessoria, 3/4/2020. Disponível em: http://iserassessoria.org.br/o-coronavirus-e-o-neoliberalismoivo-lesbaupin/?fbclid=IwAR3nIOrqEdju5olxiNtk-jRkEXeKUOQ4Lvr3kXFcsB9gGUsKVZdOOtoEjSo#_ednref10 .

Humanos que comem animais selvagens sem controle, um barril de pólvora para a saúde mundial. *El País*, 6/3/2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/planeta_futuro/2020-03-06/humanos-que-comem-animais-selvagens-sem-controle-um-barril-de-polvora-para-a-saude-mundial.html



Enterro dos mortos da Peste Negra em Tournay. Detalhe de uma miniatura da obra "The Chronicles of Gilles Li Muisis" (1272-1352), Biblioteca Real da Bélgica. MS 13076-77, f. 24v. . Domínio público.



"A Dança da Morte" (1497) - gravura de Michael Wolgemut inspirada no cenário da Peste Negra. Domínio público.



Enfermeiros da Cruz Vermelha cuidando de pacientes infectados pelo vírus influenza em Oakland, Califórnia, em 1918. Foto de Edward A. "Doc" Rogers. Joseph R. Knowland collection at the Oakland History Room/ Oakland Public Library. Domínio público.



Uma longa fileira de caminhões carregando caixões de vítimas do coronavírus no final de Março em Bérghamo, Itália. Foto recente reproduzida em inúmeros meios de comunicação.

Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/com-necroterio-lotado-caminhoes-transportam-18/03/2020-23:57>

caixoes-de-bergamo-para-crematorios-de-outras-cidades-24314132

Nota Técnica

2. COVID-19 E A ASFIXIA DA EVIDÊNCIA: É NECESSÁRIA “CONS-CIÊNCIA” PARA QUE O MEDO DE CADA CIDADÃO NÃO GERE DESORGANIZAÇÃO COLETIVA

Regina Albanese Pose
Carolina Felipe Soares Brandão
Gabriela Furst Vaccarezza
João Carlos da Silva Bizario

Resumo Executivo

O que significa “achatar a curva”? Quais as dúvidas sobre uma pandemia? Quando ela terminará? Quantos leitos existem para as pessoas com comprometimento moderado? Quantos leitos existem na UTI para as pessoas com comprometimento severo? O que aconteceu com as estatísticas vitais do Brasil? E de São Paulo? E da Região do ABC? Quando um estatístico analisa um gráfico, ele deve minimamente estudar o experimento ou fenômeno, para que os gráficos e tabelas sejam feitos de forma a responder as dúvidas dos pesquisadores sobre o tema. O objetivo desta nota técnica é discutir alguns fatores controlados e aleatórios que envolvem as análises de dados sobre o COVID-19 além de apresentar um recorte descritivo exploratório com os dados abertos existentes da Região do Grande ABC, São Paulo.

Cuidar de uma doença nova é algo desafiador, que demanda tempo, custos e muitas pesquisas. Tratar de uma doença nova, em situação de pandemia com informações restritas do inimigo é próximo ao que ocorre em uma guerra. As primeiras notícias surgiram no final de dezembro de 2019 na China. Esse inimigo invisível manifestou-se nos pacientes como uma pneumonia de etiologia desconhecida. Entretanto, já em janeiro de 2020, ele foi identificado como um novo corona vírus, que, a princípio, foi batizado de (2019-nCoV), detectado em um paciente hospitalizado em Wuhan, na China¹.

Um “novo” corona vírus? Seria um vírus que já havia transitado pelo Ocidente? Pelo Brasil? Os vírus conhecidos como corona (CoV) fazem parte de uma grande família, e são estudados desde a década de 60. Essa família de vírus causa infecções respiratórias em seres humanos e animais com várias especificidades entre si (em geral, alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1), apresentando sintomatologias com algumas semelhanças e outras diferenças entre si, com resfriados e gripes de leve a forte intensidade. O problema é que doenças virais são muito instáveis e, especificamente da família corona podem causar síndromes respiratórias graves (síndrome respiratória aguda grave [SARS], em inglês “SevereAcuteRespiratorySyndrome”).

Segundo a literatura, em 2002 também na China, ocorreu uma epidemia de SARS-CoV, e, que foi disseminada de forma muito rápida para mais de doze países na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, e, infectou mais de 8.000 pessoas (cerca de 800 mortes, ou seja, perto de 10% dos infectados morreram) e, que foi controlada em 2003, evitando uma pandemia. Desde 2004, não havia na literatura, casos de SARS relatados mundialmente, quando, em 2012, outro inimigo dessa mesma família, causou a SARS por um agente desconhecido em humanos, até ser identificado na Arábia Saudita e, posteriormente alastrou-se pelo Oriente Médio, Europa e África. Estes casos identificados fora da Península Arábica relatavam

histórico de viagem (ou mesmo contato com viajantes) da Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Jordânia; e, por este motivo, foi batizado de MERS, do inglês "Middle East Respiratory Syndrome" (MERS-CoV) que acometeu 2.519 pessoas com 866 óbitos (letalidade de 34,3%)².

Em fevereiro de 2020 um novo corona vírus já circulava os continentes e se aproximava do Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou o nome de COVID-19 para este vírus que significa *corona vírus disease* em inglês (em português seria doença do vírus corona), e o 19 indica o ano em que ele "apareceu", por ser diferente dos já descritos anteriormente. Desde então, os países estão estudando muito como fazer uma vacina, testes diagnósticos acessíveis para atender as massas e terapias que apresentem real eficácia aos pacientes graves. Sabemos neste momento que o COVID-19 possui altíssima transmissibilidade e que na maioria da população hígida, ou seja, sem comorbidades irá se apresentar de forma muito leve a até mesmo assintomática, entretanto cerca de aproximadamente 10% destes pacientes evoluirão para uma forma agressiva da doença, particularmente pacientes idosos e com comorbidades (cardiopatias, diabetes entre outros) estão mais susceptíveis a desenvolver quadros graves e com alta possibilidade de necessitar de uma via aérea avançada, com a necessidade de um respirador mecânico. Nestes casos as condutas terapêuticas ainda estão em franca discussão mundialmente.

A contaminação humana se dá por meio das gotículas do espirro ou tosse de alguém contaminado, ou através dos fômites (objetos, como celulares, roupas ou sapatos por exemplo) que uma vez contaminados podem ser transmissores quando colocamos as mãos nos olhos, nariz ou boca.

A literatura para o COVID-19 está sendo escrita por nós a cada dia. Todos possuem responsabilidade neste contexto mundial, ficar em casa, por exemplo, para "achatar" a curva significa minimizar ao máximo a procura aos serviços de saúde e não colapsar o já sofrido sistema de saúde; o tempo é precioso para que os pesquisadores possam desenvolver uma vacina, testes diagnósticos e acima de tudo neste momento agudo, ter tempo para desenvolver um protocolo efetivo de tratamento e salvar o maior número de vidas possível.

O que já sabemos ainda apresenta discussões e ressalvas, como o tempo de incubação da doença, tipos de sintomas, transmissibilidade, uso associado de medicações entre outras várias pendências a serem esclarecidas. Pandemia é um processo dinâmico e que pode apresentar alterações importantes entre os países e populações. Os modelos matemáticos e estatísticos nos auxiliam para sugerir indicadores, como o de mortalidade e a real letalidade dessa doença por exemplo.

Guan et al (2020) analisou uma série de 1.099 pacientes com COVID-19, confirmados por testes laboratoriais de 552 hospitais em 30 províncias da China (até 29 de janeiro de 2020), e consideraram como desfecho principal pacientes em UTI, intubados e que foram à óbito. Os autores consideraram que nos dois primeiros meses do surto, a doença foi disseminada rapidamente por toda a China, causando distintos níveis de comprometimento³. A idade média da série de casos foi de 43 anos de idade, com 42% do sexo feminino; sendo que 173 (16%) desenvolveram doença severa, e, a média de idade neste caso, subiu para 52 anos. 67 pacientes graves (39%, ou seja, 6% do total de todos os pacientes dessa série de casos), fez parte do desfecho supracitado, mas, neste grupo, a idade se elevou para 63 anos e caiu o número de mulheres para 33%.

Uma doença com as características da COVID-19, já descritas neste texto, podem levar a análises isoladas de baixa sensibilidade e especificidade, gerando então

resultados conhecidos como falso-positivos ou falso-negativos. E, o que significa isso? Para os epidemiologistas (epidemiologia: a ciência que estuda os fatores que determinam frequência e distribuição de doenças em populações; analisando os problemas de saúde envolvidos nessas populações⁵) um teste ou um resultado válido de algum exame, deve medir exatamente o que propõe, ou seja, se for feito o exame de PCR para avaliar se o paciente tem COVID-19 ele deve apontar um resultado positivo ou negativo; bem como, um exame de tomografia computadorizada deve apresentar achados que sejam diferenciais diagnósticos específicos da doença. Contudo, não funciona de forma matemática, porque os resultados podem se confundir com outras doenças similares e principalmente porque esta doença é nova a todos nós, muitas dúvidas e poucas certezas. Por isso mesmo, que a compreensão da história clínica, associado aos resultados dos exames complementares devem apontar diferenciais da doença, como dizem os epidemiologistas, da sensibilidade (capacidade de identificar corretamente pacientes que estejam com o vírus) e especificidade (capacidade do teste de identificar corretamente os pacientes que não estejam com o vírus). A educação em saúde é prioritária, protocolos são diariamente atualizados pelo governo Federal, Estadual e muitas vezes regulamentações Municipais, notas técnicas das sociedades, academias e conselhos de classes. Exemplo disso, foi a nota técnica da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, datada de 27 de março de 2020, que informa que um único resultado não detectado para SARS CoV2 não deve excluir o diagnóstico da COVID-19. Treinamentos sobre a coleta adequada da amostra, ter as informações sobre o tempo decorrido entre o início dos sintomas e a coleta do material biológico no paciente entre outros são aspectos relevantes a serem considerados uma vez que a oscilação da carga viral pode influenciar no resultado do exame. No estudo de XingzhiXie et al (2019), foi observado que 3% de 167 pacientes com evidências de COVID-19 com achados em exames de imagem (tomografia de tórax), apresentaram no primeiro teste de PCR, resultado negativo. E, em um intervalo de cerca de 5 dias, com a repetição do exame, pode-se confirmar que todos os 3% dos pacientes estava com PCR positivo⁸. Importante notar também, que o período em que os pacientes permanecem infectantes ainda não está totalmente esclarecido, desta forma, deve-se também, coletar todas as evidências para a segurança da liberação do isolamento do paciente.

Os estudos começam crescer, tanto no Brasil, como no resto do mundo, devido à piora das epidemias tanto na Europa como nos Estados Unidos, o que proporcionou a criação de coalizões entre Hospitais e Universidades Brasileiras e Internacionais, a fim de desenvolver estudos clínicos randomizados. Uma busca rápida na plataforma eletrônica da OMS, a International Clinical Trials Registry Platform, (ICTRP-WHO) <https://apps.who.int/trialsearch/default.aspx>, em 19 de março de 2020, aponta, 522 estudos clínicos sobre COVID-19 em andamento.

Assim, é importante considerar, que segundo a literatura⁹⁻¹⁴, sintomas de COVID-19 podem ou não apresentar febre, tosse intensa com início seca e posteriormente produtiva, fadiga, dor de garganta e disgesia (falta de paladar) e em casos mais graves a dispnéia (falta de ar) com conseqüente desordem hemodinâmica. Os exames complementares dependem como descrito anteriormente da fase da doença e podem não apresentar alterações relevantes inicialmente. O quadro pulmonar nos casos graves assemelha-se muito a uma infecção bacteriana, com um pulmão na forma de vidro fosco e com possível evolução para áreas de consolidação na tomografia computadorizada. Áreas de inflamação e de edemas iniciarão um processo que dificultará as trocas gasosas pulmonares e, conseqüentemente o agravamento do estado geral do paciente. Esse vírus aproveita-seda proteína ECA (a ACE-2, em inglês, ou ECA-2, em português) na membrana das células para fazer sua invasão, trata-se de uma proteína que está presente em células do coração, rins e intestino que em casos graves da doença pode levar à falência múltipla de órgãos.

E nos pacientes pediátricos? Não sabemos ainda, se há algum mecanismo de adaptação imunológica, ou, se a criança não faz a resposta inflamatória exacerbada e, de alguma forma lida na maioria dos casos de forma leve ao COVID-19, mas são portadores ativos na transmissão do vírus.

Em relação a protocolos terapêuticos há muitos estudos ainda incipientes que discutem usos de medicações associadas como azitromicina e cloroquina / hidroxiclороquina, uso de heparina, corticóides, remdesivir, plasma de pacientes que superaram a COVID-19 e muitos outros fármacos já conhecidos que estão neste momento sendo testados, além de todas as especificidades deste paciente com a necessidade de suporte hemodinâmico e ventilação mecânica. Além desta dificuldade crucial em qual medida utilizar a estes pacientes por parte da equipe em saúde, há as dificuldades na rotina em lidar com uma doença tão transmissível, a contaminação dos profissionais em saúde pela falta ou pela não instrução adequada na utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs) é outro gargalo que dificulta as ações neste momento de pandemia, com muitos profissionais doentes e afastados de suas funções.

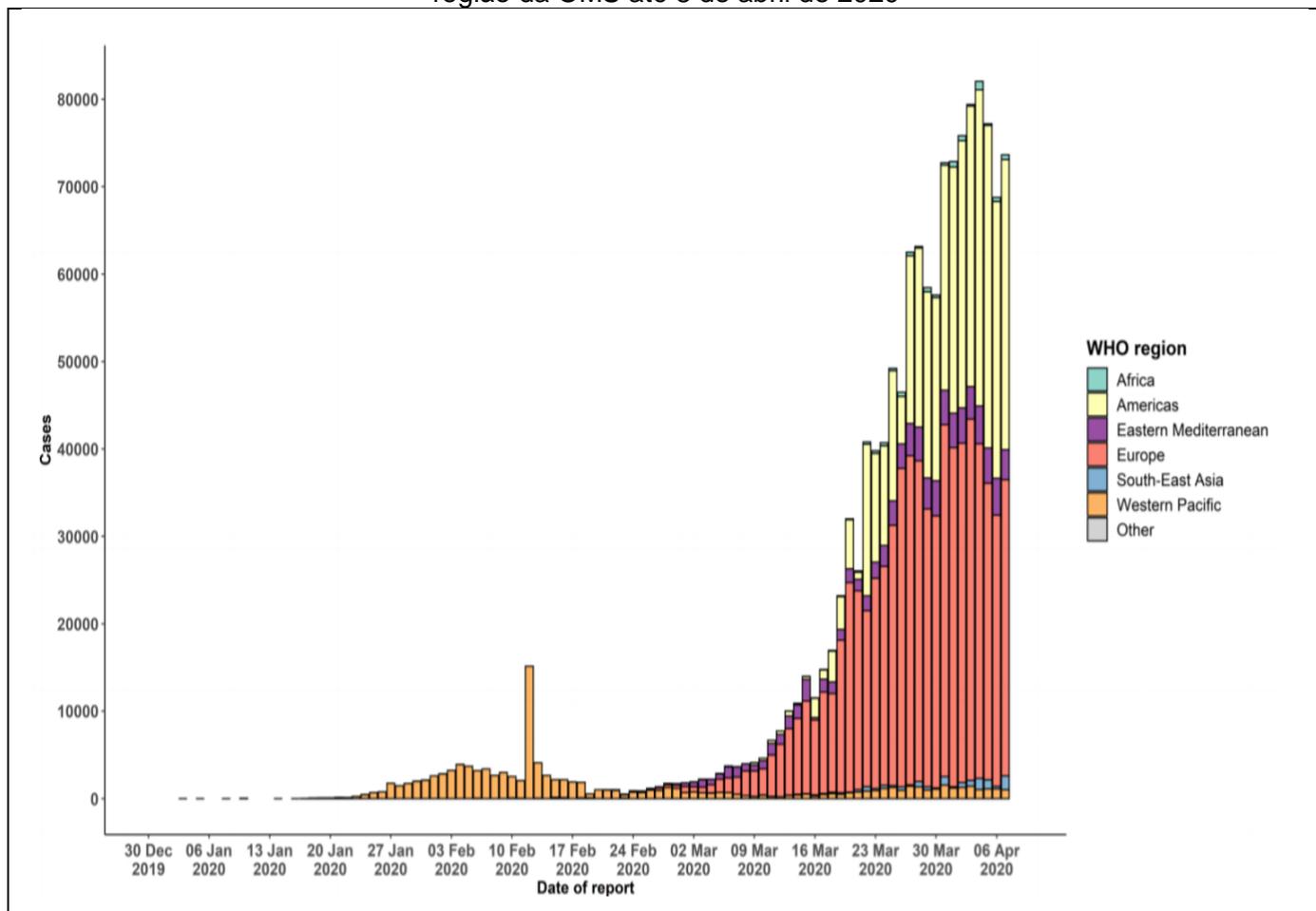
Existe a possibilidade da reinfeção ou recrudescimento destas cepas? Ainda não se pode afirmar categoricamente que sim.

Para se analisar os dados, principalmente de mortes, vistos diariamente nos noticiários, como comparação com outros países e, até mesmo nos questionamentos sobre subnotificação e falta de testes não são simples, os cientistas de dados estão com pouca esperança que, com o conjunto de dados existentes hoje, seja possível fazer algo preditivo de qualidade. Estudos de modelagem de dados, não estão prontos porque também os matemáticos e estatísticos estão com dúvidas sobre qual modelo seria mais interessante e verdadeiro para descrever essa doença e sua evolução em uma semana, um mês ou mesmo dois anos. Assim sendo, comentamos alguns boletins existentes para fechar esta nota com os dados das 7 cidades do Grande ABC. Discutir alguns dados e conceitos leva a compreensão das dificuldades para notificações desde óbitos de pacientes com COVID-19. Outra ressalva para uma pandemia, e mesmo para a epidemia dentro do Brasil, é o dinamismo desta doença nos diversos países. Cada local começou em uma época e apresentou medidas de acordo com as leis locais, e, seguindo o protocolo da OMS. Então, todas as comparações devem ser cautelosas, pois é possível descrever situações de forma equivocada. Equipes multidisciplinares de matemáticos, estatísticos, cientistas de dados, epidemiologistas, médicos, biólogos, biomédicos, bioquímicos farmacêuticos, biólogos e tantos outros profissionais estão, conforme supracitado reunidos nesse momento, discutindo evidências, para que seja possível construir um modelo significativo.

Boletim de vigilância epidemiológica da Organização Mundial de Saúde¹⁵(2020)

(dados extraídos do CDC Europeu, Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (European Center for Disease Prevention and Control, em inglês)) .

Gráfico 1: Curva epidêmica do COVID-19 confirmado, por data do relatório e região da OMS até 8 de abril de 2020

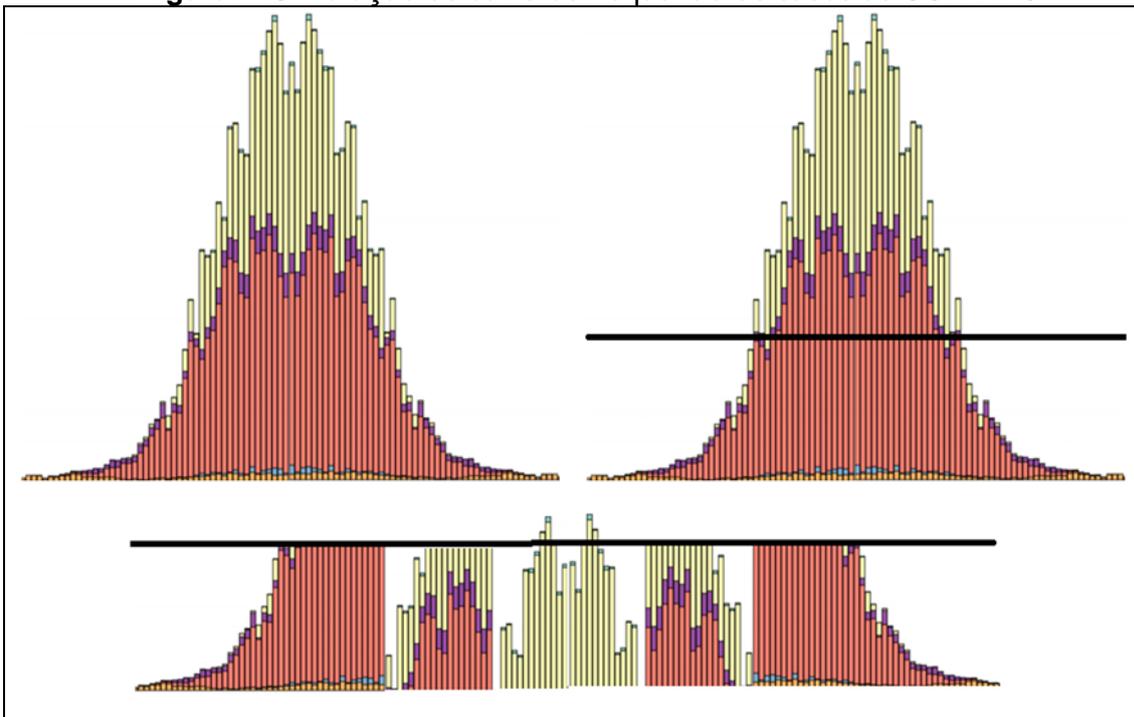


Fonte: Organização Mundial da Saúde – 2020 por <https://ourworldindata.org/>

Este é um gráfico de barras de frequência numa série histórica, ou seja, o eixo horizontal indica os diferentes momentos em que as frequências foram registradas. É também um gráfico de barras acumuladas, pois tem o interesse de apresentar, a situação mundial, das 7 regiões que a OMS (Organização Mundial da Saúde, em inglês WHO), classifica para as análises. Importante notar, que barras acumuladas têm exatamente o tamanho da barra desenhada e elas se juntam para compor o total. Assim, é fácil perceber que a epidemia na Europa (vermelho) começou antes do que nas Américas (amarelo), e que o crescimento nas Américas foi mais rápido do que na Europa, que tem um enorme contingente de doentes, mas porque começou antes que as Américas, teve também um crescimento rápido, mas não tanto como as Américas. Importante verificar que o crescimento no Pacífico Leste (China), começou muito antes, teve UM dia de pico, e ficou mais espalhado, sem que houvesse um pico tão grande como nas Américas.¹⁶

“Achatar a curva”: Considere uma composição simples: Recortar o **Gráfico1** e colar ao lado, construindo a **Figura1**

Figura 1: Simulação de curva de frequência de casos de COVID-19



Fonte: Regina A Pose adaptado de OMS 2020 por <https://ourworldindata.org/>

O primeiro gráfico, à esquerda, é a composição do gráfico oficial com ele mesmo, tentando prever, por exemplo, quando (em que data) poderia haver uma diminuição no número de contaminados, considerando o padrão até este momento da história. O segundo gráfico indica uma hipótese para um limite nos hospitais, considerando equipe de saúde, insumos e leitos em internação e UTI. O que acontece com todos os pacientes que estão acima da linha preta? Ficam sem vaga nos hospitais, porque ao mesmo tempo, muitas pessoas ficam doentes e não haverá lugar nos hospitais para todos. É visível que existem mais doentes do que condições para tratá-los. E, é importante notar, que usamos o mesmo gráfico oficial, para uma explicação didática, mas que não estamos considerando neste exemplo as diferentes cores e localidades, seria como uma média de doentes e condições para tratamento no mundo, ou, em algum local específico, pois, de todo jeito, em todos os locais existem mais doentes do que condições para tratamento. O último gráfico, o que está todo recortado, poderia ser interpretada como o ideal desejado. Então, recortar mais, e colar todos os infectados de forma que se ajustem ao número de vagas nos hospitais significa ampliar essa curva em sua base. A frequência de doentes começa pequena, aumenta e diminui, mas, DENTRO dos limites de saúde de cada localidade, por isso o termo “achatar a curva”. Esta ilustração é apenas uma tentativa para explicar a velocidade de contaminação desta doença. Veja que nos dois primeiros gráficos (que são mais “altos”), existe uma velocidade de contaminação maior em um espaço de tempo menor (o eixo y indica o número de infectados e o eixo x, a base do gráfico, indica o tempo de contaminação). No gráfico todo recortado, o eixo y está menor, e o eixo x está maior, ou seja, menos infectados em um período maior, com mais espaço nos hospitais, e mais equipe de saúde e insumos para poder atender a todos, uma tentativa de diminuir a velocidade da contaminação. Estatisticamente falando, significa aumentar o desvio padrão dos dados. Podemos compreender desvio-padrão, como a distância de cada ponto dos dados até a média desses dados. E então, se pensarmos no isolamento social, seria a distância de cada pessoa dos infectados. Se a média de pessoas que ficam doentes estiver em torno de 4000 casos por dia, e, o número de vagas nos hospitais estiver em torno de 3000, a infecção de novos casos deve sempre

estar em torno de menos de 3000 nunca perto de 4000, ou seja, a altura do gráfico precisa diminuir, e, conseqüentemente, a base aumenta, porque, infelizmente muitas pessoas vão se infectar, mas se a infecção estiver controlada, pode-se atender melhor aos doentes¹⁶.

Conforme já descrito em seção anterior, durante o surto de uma doença a taxa de crescimento de casos, desde assintomáticos até casos que levam à óbito, são sempre os objetivos principais dos analistas de dados. É necessário ainda, compreender mais alguns conceitos. Sempre que for registrado um novo paciente doente ele pode ser chamado de “caso”, assim, depois de toda a discussão na sessão anterior, é muito mais fácil compreender que o número total de casos na pandemia do COVID-19 não pode mesmo ser conhecida exatamente. Desta forma, alguns analistas de dados tem como foco, o estudo da taxa de crescimento dos casos confirmados, como no **Gráfico 1** em que, mais importante do que o valor referente às barras coloridas no eixo vertical, é o crescimento exponencial de casos em pouco tempo e como esse crescimento se apresenta diferente entre os lugares.¹⁶

Figura 2: Aumento de mortes confirmadas por COVID-19 no Brasil e no Mundo



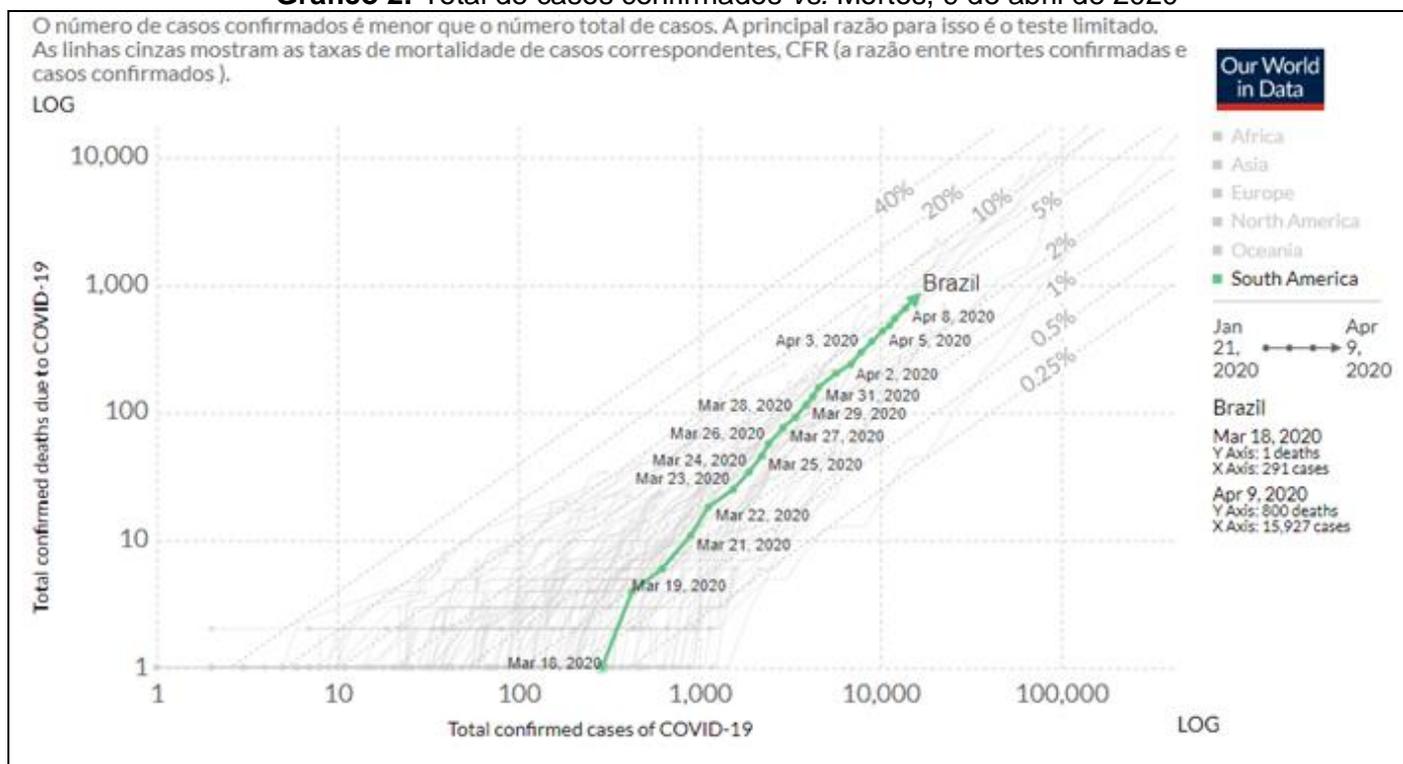
Fonte: Regina A Pose adaptado de CDC 2020 por <https://ourworldindata.org/>

É importante notar o desenho das curvas do mundo e do Brasil. Nenhuma das quatro está descendo, elas praticamente têm o mesmo desenho, e, ao que se percebe, até este momento, o fator de aumento no Brasil, é semelhante ao do mundo. Mas a velocidade de aumento no Brasil é maior do que no mundo, aqui, o número de mortes registradas diárias dobrou em 5 dias e no mundo, só dobrou em 8 dias.

A taxa de mortalidade de casos (case fatality rate, em inglês - CFR) é definida pela proporção entre a frequência de mortes confirmadas e casos (dividir o número de mortes pelo número de casos). E, essa taxa de mortalidade de casos não é constante, pode mudar com o contexto. CFR deve refletir a gravidade da doença em pequenos recortes de análise, em momentos específicos com populações específicas. E o grande interesse de todos os analistas é na estimativa da probabilidade de morte pela doença. Mas, por isso mesmo que a estatística deve estudar a doença, pois, não é possível só fazer gráficos e cálculos com os números, é necessário compreender a doença, o paciente, o tratamento recebido, a capacidade de recuperação de cada

paciente e todo o cenário ilustrado até então. E, para o COVID-19, principalmente, a CFR pode diminuir ou aumentar ao longo do tempo, à medida que as respostas mudam; além de sofrer influências de acordo com o local e com a descrição sócio econômica e de saúde da população infectada. É possível observar ainda, que nas fases iniciais do surto, na China, era de cerca 17 a 20%. Com o tempo, e com o aprendizado de todos, a CFR caiu para 0,7% já a partir de 1º de fevereiro¹⁶. E o que se espera dessa pandemia, com todos os estudos que estão sendo desenvolvidos, é que a CFR caia muito rapidamente, mas que todos entendam como fazer isso e mais, que todos saibam como fazer isso. E esta análise da CFR é conhecida desde o surto de SARS-CoV em 2003, quando, inicialmente foi calculado em cerca de 3-5% durante os estágios iniciais do surto, e, no final, infelizmente pode-se perceber que subiu para cerca de 10%^{17,18}. Por isso mesmo, é necessária muita cautela ao comparar a CFR entre os países. Devemos estudar o processo todo, para que seja possível entender a gravidade da doença e o que deve ser feito pautado nos gráficos e estimativas.

Gráfico 2: Total de casos confirmados vs. Mortos, 9 de abril de 2020

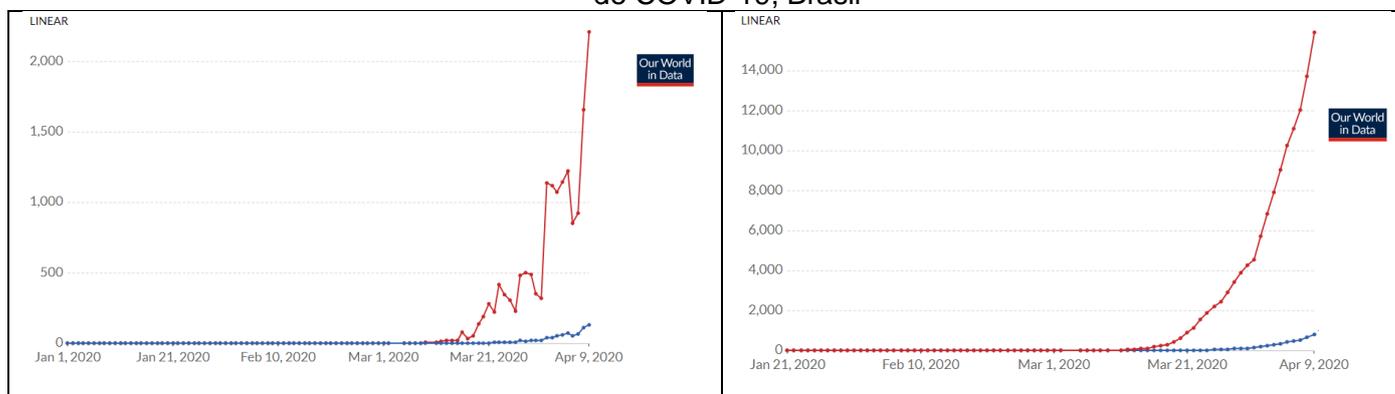


Fonte: Regina A Pose adaptado de CDC 2020 por <https://ourworldindata.org/>

As linhas cinzas mostram uma faixa de valores de CFR de 0,25% a 10%. E a linha verde é o caminho do Brasil nesse período, o caminho dos saltos que o Brasil sofreu. Este gráfico deve ser observado com cautela, porque é um gráfico com escala logarítmica. O logaritmo é uma operação matemática que “ajusta” a dimensão dos números. Foi observado na **Figura 2**, um crescimento com uma velocidade assustadora, então, quando as frequências diárias são colocadas no gráfico elas ficam muito distantes umas das outras, porque a grandeza do número cresce de forma exponencial. E o interesse é no crescimento. Por isso, os cientistas de dados utilizam, em determinado momento a curva logarítmica, para ilustrar apenas a magnitude do crescimento, mas devemos esperar pra ter certeza disso.

Compreendendo o gráfico com as linhas cinzas, pode-se sugerir que, o Brasil começa seu “passeio” próximo à linha 0,5%, e está neste momento em cima da linha de 5%, isso indica que sua CFR neste momento é de 5%.

Figura3: Novos casos e mortes confirmados diários e acumulados de COVID-19, Brasil

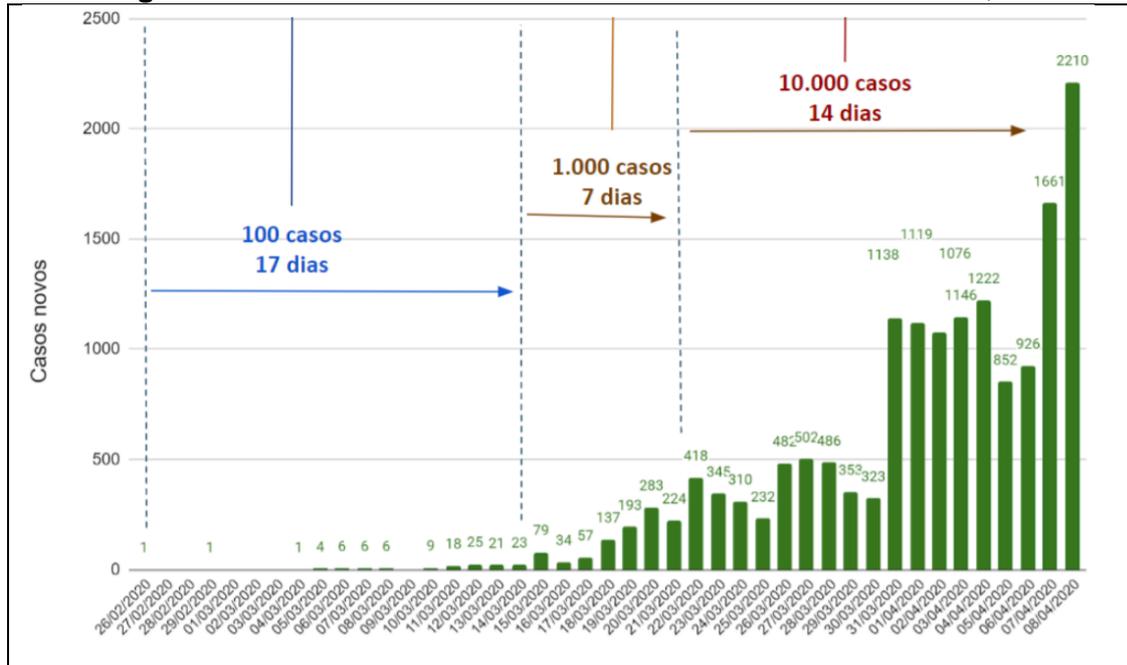


Fonte: Regina A Pose adaptado de CDC 2020 por <https://ourworldindata.org/>

É possível observar que nessa figura com escala linear, ou seja, os dados puros (sem fazer a conversão logarítmica), que o gráfico da esquerda apresenta as contagens confirmadas diárias, a linha vermelha representa o número de casos novos e a linha azul representa o número de mortos entre os casos até o dia 9 de abril, 1661 casos novos e 114 mortes notificadas. Ainda, o gráfico da direita apresenta as contagens confirmadas totais acumuladas; a linha vermelha representa o número de casos novos e a linha azul representa o número de mortes entre os casos até o dia 9 de abril de 2020, que computam o total de 15927 casos novos com 800 mortes dentre esses casos.

A situação epidemiológica no Brasil é processada e analisada em boletins periódicos (praticamente diários), e disponibilizados via site¹⁹. Conforme descrito em seção anterior, é possível observar os saltos exponenciais no aumento de casos confirmados no Brasil, em contagem até o dia 8 de abril de 2020. Importante notar, que as datas podem ser referências, então, pode apresentar algumas diferenças entre os dados apresentados pelo Ministério da Saúde e os da CDC. Os registros seguem um fluxo dentro de cada Estado, são informados para o Ministério, e finalmente seguem para os órgãos internacionais. Então, na seção anterior pode-se observar que as alterações que eles haviam recebido estavam atualizados até o meio dia do dia 9 de abril. E, estes dados do Ministério da Saúde estão atualizados até os registros do dia 8 de abril de 2020. É possível assim, observar, que existem confirmados 15927 casos (prevalência) de COVID-19 no Brasil, até o dia 8 de abril, sendo que nas últimas 24 horas (do dia 8 de abril para trás), foram confirmados 2210 novos casos (incidência) da doença, o que representou um incremento de 16% (vide CFR supracitado, ou seja, $16\% = 2210/13717$) em relação ao total acumulado até o dia anterior¹⁹. Note como o tempo em dias para atingir o total de casos cresce de 100 casos, para 1000 casos, para 10000 casos, em 17 dias, 7 dias e 14 dias, praticamente o tempo de incubação da doença conforme discutido em seção anterior.

Figura 4: Novos casos e mortes confirmados diários de COVID-19, Brasil



Fonte: Regina A Pose adaptado de Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde. Dados atualizados em 08 de abril de 2020 às 14h.

Um painel dos Estados do Brasil, pautado no coeficiente de incidência (número de casos novos por dia) por 100.000 habitantes foi calculado considerando a projeção do IBGE para 2020¹⁹. O coeficiente de incidência do Brasil é de 7,5/100.000, e, os coeficientes de cada Estado podem ser observados na Figura 5, considerando como *baseline* a média do coeficiente de incidência do Brasil. Essa é uma análise interessante conforme largamente discutido, para a gestão dos Estados Brasileiros. Esta é uma análise muito rica, entretanto necessário acompanhar e examinar nos próximos dias, porque, dentre os seis Estados com maior incidência (lembrar que RR está em alerta), apenas 4 deles apresentam maior índice de mortalidade. Veja que a ordem dos Estados também está diferente. Então, para o Amazonas, que apresenta o maior coeficiente de incidência, está em segundo lugar em relação à mortalidade, pode assumir a frente, se os novos casos não puderem ter a assistência necessária por puro desgaste no sistema de saúde como largamente discutido neste texto. São Paulo preocupa também, porque está em primeiro lugar com mortalidade, e em terceiro com casos novos, se esses novos casos conseguirem assistência com todos os novos hospitais de campanha, pode se manter em segundo, ou até reduzir a mortalidade, ou não. Contudo, Ceará e o Distrito Federal devem apresentar o maior desgaste no sistema de saúde, dado que está com uma alta taxa de mortalidade, mas, não aparece com o maior coeficiente de incidência.

FIGURA 5 Coeficiente de incidência casos e de mortes por COVID-19 em 2020 por UF, Brasil, 2020.



Fonte: Regina A Pose adaptado de Secretarias Estaduais de Saúde. Dados atualizados em 08 de abril de 2020 às 14h

FIGURA 6 Novos casos e mortes confirmados diários de COVID-19, São Paulo (capital) e 7 Municípios do Grande ABC (eixo y número de casos/morte e eixo x data do registro)



Fonte: Regina A Pose adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>. Dados atualizados em 09 de abril de 2020

FIGURA 6 Frequências e mortes acumuladas de COVID-19, São Paulo (capital) e 7 Municípios do Grande ABC (eixo y número de casos/morte e eixo x data do registro)



Fonte: Regina A Pose adaptado de <https://brasil.io/dataset/covid19/>. Dados atualizados em 09 de abril de 2020

Importante notar que as escalas estão em ordens distintas, mas, sempre em valores absolutos (escala linear) pois o movimento em cada Município ocorreu em momentos distintos. E, as considerações acerca desses gráficos são análogas às supracitadas. É importante notar que para os Municípios com poucas condições hospitalares, terão um avanço infelizmente nas mortes com uma curva mais alta proporcionalmente.

Que este momento crítico que o mundo passa seja superado brevemente com o menor número possível de mortes, e, que possamos juntos reerguer e unificar ainda mais a ciência como uma ferramenta da manutenção da vida.

Regina Albanese Pose. Docente do Curso de Medicina da USCS. - Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. Membro da comunidade R-Ladies SP. <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

Carolina Felipe Soares Brandão, BSc, MSc, PhD. Docente no Laboratório de Simulação do Curso de Medicina da USCS e Coordenadora do Hospital Simulado do Curso de Medicina da UNICID. Doutora e Mestre em Ciências – UNIFESP, Especialista em Administração de Serviços em Saúde – USP <http://lattes.cnpq.br/1254765181501253>

Gabriela Furst Vaccarezza, Dds, MSc. Docente do Curso de Medicina da USCS. Mestre em Saúde Coletiva – USP. Doutoranda em saúde coletiva – Santa Casa de SP. <http://lattes.cnpq.br/9803007454807164>

João Carlos da Silva Bizario, MD, MSc, PhD. Diretor do Curso de Medicina da USCS. Doutor e Mestre pela USP. <http://lattes.cnpq.br/1774611300713146>

Referências Bibliográficas

1. http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/boletim/boletim01_covid19_020420.pdf

2. <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus.html>

3. Guan W Ni Z Hu Y et al. Clinical characteristics of coronavirus disease 2019 in China. N Engl J Med. 2020; (published online Feb 28.)

4. Jian Wu, Jun Liu, Xinguo Zhao, Chengyuan Liu, Wei Wang, Dawei Wang, Wei Xu, Chunyu Zhang, Jiong Yu, Bin Jiang, Hongcui Cao, Lanjuan Li, Características clínicas de casos importados de COVID-19 na província de Jiangsu: A Estudo Descritivo Multicêntrico, *Doenças Infecciosas Clínicas* , c19199, <https://doi.org/10.1093/cid/c19199>

5. Organización Mundial de la Salud. Epidemiología: guía de métodos de enseñanza. Washington, DC, 1973.

6. <http://www.sbac.org.br/blog/2020/03/27/nota-tecnica-sobre-a-nao-deteccao-do-sars-cov-2-por-rt-pcr-em-pacientes-com-covid-19/>

7. Wang W, Xu Y, Gao R, et al. Detecção de SARS-CoV-2 em diferentes tipos de amostras clínicas. JAMA. Publicado online em 11 de março de 2020. doi: 10.1001/jama.2020.3786

8. XingzhiXie, ZhengZhong, WeiZhao, ChaoZheng, Fei Wang, andJun Liu - Radiology 0 0:0 - Chest CT for Typical 2019-nCoV Pneumonia: Relationship to Negative RT-PCR Testing
9. Xu XW, Wu XX, Jiang XG, et al. Clinical findings in a group of patients infected with the 2019 novel coronavirus (SARS-Cov-2) outside of Wuhan, China: retrospective case series [published correction appears in BMJ. 2020 Feb 27;368:m792]. *BMJ*. 2020;368:m606. Published 2020 Feb 19.
10. Sun Q, Xu X, Xie J, Li J, Huang X. Evolution of Computed Tomography Manifestations in Five Patients Who Recovered from Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pneumonia. *Korean J Radiol*. 2020 Jan;21:e39. <https://doi.org/10.3348/kjr.2020.0157>
11. Zhang C Shi L Wang FS Liver injury in COVID-19: management and challenges. *Lancet Gastroenterol Hepatol*. 2020; (published online March 4) [https://doi.org/10.1016/S2468-1253\(20\)30057-1](https://doi.org/10.1016/S2468-1253(20)30057-1)
12. Rismanbaf A, Zarei S. Liver and Kidney Injuries in COVID-19 and Their Effect on Drug Therapy; a Letter to Editor. *Arch Acad Emerg Med*. 2020;8(1):e17. Published 2020 Mar 9.
13. Gao J, Tian Z, Yang X. Breakthrough: Chloroquine phosphate has shown apparent efficacy in treatment of COVID-19 associated pneumonia in clinical studies. *Biosci Trends*. 2020;14(1):72–73. doi:10.5582/bst.2020.01047
14. Cortegiani A, Ingoglia G, Ippolito M, Giarratano A, Einav S. A systematic review on the efficacy and safety of chloroquine for the treatment of COVID-19 [published online ahead of print, 2020 Mar 10]. *J Crit Care*. 2020;S0883-9441(20)30390-7. doi:10.1016/j.jcrc.2020.03.005
15. https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200408-sitrep-79-covid-19.pdf?sfvrsn=4796b143_4
16. <https://ourworldindata.org/coronavirus#cases-of-covid-19>
17. Ghani, A. C., Donnelly, C. A., Cox, D. R., Griffin, J. T., Fraser, C., Lam, T. H., ... & Leung, G. M. (2005). Methods for estimating the case fatality ratio for a novel, emerging infectious disease. *American Journal of Epidemiology*, 162(5), 479-486.
18. Wilder-Smith, A., & Freedman, D. O. (2003). Confronting the new challenge in travel medicine: SARS. *Journal of Travel Medicine*, 10(5), 257-258.
19. <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/09/be-covid-08-final-2.pdf>

3. A PANDEMIA DE COVID-19: EPIDEMIOLOGIA, MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE, ÍNDICES NO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO, GRANDE ABC PAULISTA E RELAÇÃO COM ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Stefanie Sussai

Resumo Executivo

A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil no final de fevereiro de 2020 e desde então vem se espalhando em todo território nacional. Causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, é uma doença respiratória em humanos que teve seus primeiros registros em dezembro de 2019, na China. Normalmente, as infecções por coronavírus em humanos causam doenças respiratórias leves a moderada, semelhantes a um resfriado comum. Certos coronavírus podem causar síndromes respiratórias graves, como é o caso da Síndrome Respiratória Aguda Grave, mais conhecida pela sigla SARS. O SARS-CoV-2 pode se propagar de pessoa para pessoa por meio de catarro ou gotículas do nariz ou da boca, assim, a prevenção mais efetiva é cobrir a boca e o nariz com a parte interna do cotovelo ou lenço quando tossir ou espirrar, evitar tocar nos olhos, nariz e boca, lavar as mãos com água e sabão e não compartilhar objetos de uso pessoal. O período de incubação pode variar de 2 a 14 dias. Os sintomas mais comuns são febre, cansaço e tosse seca. O tratamento da COVID-19 não é específico, consiste em dar suporte aos sintomas apresentados para aliviá-los. O Brasil se encontra na fase de transmissão comunitária, correspondente ao início da curva de contágio viral. Para diminuir a disseminação do vírus, e conseqüentemente achatar a sua curva a fim de não sobrecarregar e colapsar o sistema de saúde e proteger os grupos de risco, algumas medidas de prevenção são tomadas para retardar o pico de infecção: contenção, mitigação e supressão. Associadas às medidas de prevenção, as medidas de distanciamento social, se corretamente aplicadas, podem diminuir a velocidade de transmissão do vírus. Os primeiros estados brasileiros a adotar medidas de distanciamento social foram Goiás e Rio de Janeiro, seguidos de Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo. A região do Grande ABC Paulista apresentou os primeiros casos de COVID-19 nos municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, conforme divulgação no dia 15 de março de 2020. Até às 17h do dia 10 de abril de 2020, os números da COVID-19 confirmados eram: 1.521.252 casos confirmados e 92.798 óbitos pelo mundo; 19.638 casos confirmados e 1056 óbitos no Brasil; 8.216 casos confirmados e 540 óbitos no Estado de São Paulo. Contudo, as prefeituras dos municípios da região têm divulgado boletins em suas redes de comunicação com números diferentes dos registros da Secretaria do Estado da Saúde (SES-SP). O número de casos confirmados diminui em 114 casos e o número de óbitos aumenta em 15 casos, de acordo com as prefeituras em relação aos dados oficiais da SES-SP. Os números são dinâmicos assim como a doença, há atrasos no aparecimento dos resultados de cerca de uma semana para os novos casos, duas semanas para a admissão hospitalar e de três semanas para a taxa de mortalidade e sabe-se ainda que existe muita subnotificação dos casos de COVID-19. Os Estados do Amazonas (23,3/100 mil), Amapá (19,3/100mil), São Paulo (17,7/100mil), Ceará (16,1/100mil), Rio de Janeiro (14,2/100mil) e o Distrito Federal (18,2/100mil) merecem atenção, porque de acordo com as suas respectivas incidências, podem estar na fase de aceleração descontrolada da pandemia, devendo respeitar medidas como o distanciamento social ampliado. É essencial que as decisões tomadas por gestor municipal ou das Unidades da Federação considerem as opiniões de um corpo técnico qualificado e que sejam baseadas e asseguradas em pesquisas científicas. Somente com um bom sistema de vigilância e com capacidade de processamento de amostras será possível ter controle sobre a pandemia. Entretanto, o Brasil é um país que possui capacidade insuficiente para testes, sendo o que menos testa entre os países mais atingidos, não por falta de capacidade técnica, mas por falta de insumos. Até o momento, não há evidências científicas suficientes para identificar a fonte do vírus ou para explicar a rota original de transmissão ao ser humano, que pode ter envolvido um hospedeiro intermediário. Também, não há evidências de que os animais de companhia estejam desempenhando um papel epidemiológico significativo nessa doença humana, não sendo justificadas ações contra eles. No entanto, como animais e pessoas às vezes podem compartilhar doenças, ainda é recomendável que pessoas doentes com COVID-19 limitem o contato com companheiros e outros animais.

O que é a COVID-19: epidemiologia, transmissão, sintomas, diagnóstico e tratamento

A COVID-19, sigla de “Corona Virus Disease”, ou doença do coronavírus 2019, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, é uma doença respiratória em humanos que teve seus primeiros registros em dezembro de 2019, na China (BRASIL, 2020).

Os coronavírus (CoV) são uma grande e diversa família viral. Foram isolados primeiramente em 1937, mas descritos em 1965, de acordo com a sua aparência na microscopia, em que seu envelope viral parece uma coroa (BRASIL, 2020). São vírus com o material genético RNA (ácido ribonucleico), o que significa que são mais propensos a sofrerem mutações genéticas.

A família *Coronaviridae* possui duas subfamílias, sendo a do SARS-CoV-2 a *Orthocoronavirinae*, que é composta por quatro gêneros: *Alphacoronavirus* e *Betacoronavirus*, que geralmente infectam mamíferos, *Deltacoronavirus* e *Gammacoronavirus*, que acometem majoritariamente aves. Assim como outros CoV humanos, o SARS-CoV-2 é do gênero *Betacoronavirus*. Essa diferenciação é importante para que não haja confusão com outros coronavírus que infectam outras espécies de animais não-humanos.

Os CoV causam infecções respiratórias e gastrointestinais em seres humanos e em animais. Eles são a segunda principal causa do resfriado comum (atrás do rinovírus) e, até o início do século XXI, raramente causavam doenças mais graves em humanos (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS, 2020). Normalmente, as infecções por coronavírus em humanos causam doenças respiratórias leves a moderada, semelhantes a um resfriado comum. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem (SÃO PAULO, 2020).

Certos coronavírus podem causar síndromes respiratórias graves, como é o caso da Síndrome Respiratória Aguda Grave, mais conhecida pela sigla SARS, do inglês “Severe Acute Respiratory Syndrome” (SÃO PAULO, 2020). A SARS, causada pelo coronavírus SARS-CoV-1, teve os primeiros registros na China, em 2002, e rapidamente se dispersou para mais de doze países nas Américas do Norte e do Sul, Europa e Ásia, infectando mais de 8.000 pessoas e acarretando cerca de 800 mortes, antes da pandemia ser controlada em 2003. Desde 2004, nenhum caso de SARS foi relatado mundialmente.

Outro coronavírus foi isolado em 2012, diferente daquele que causou a SARS na década anterior. Sua identificação ocorreu, primeiramente na Arábia Saudita e, depois, em outros países do Oriente Médio, na Europa e na África (SÃO PAULO, 2020). Apesar da expansão geográfica, todos os casos identificados fora da Península Arábica tinham histórico de viagem ou contato recente com viajantes procedentes de países do Oriente Médio e por conta dessa localização dos casos, a doença passou a ser denominada como Síndrome Respiratória do Oriente Médio, ou MERS, do inglês “Middle East Respiratory Syndrome” e o vírus foi chamado coronavírus associado à MERS, o MERS-CoV (SÃO PAULO, 2020).

Os CoV em humanos não foram destaques nos últimos anos, até que em 31 de dezembro de 2019, a OMS foi notificada sobre casos de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China (BRASIL, 2020c). Os pacientes tinham algo em comum: eles estiveram no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan próximo a data em que começaram a apresentar o quadro clínico (BRASIL, 2020c).

Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram o agente causador desses casos de origem desconhecida, um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, a partir do isolamento, análise por microscopia eletrônica e sequenciamento de seu código genético (BRASIL, 2020c).

O SARS-CoV-2 pode se propagar de pessoa para pessoa por meio de catarro ou gotículas do nariz ou da boca, que se espalham quando uma pessoa com COVID-19 tosse ou espirra (OPAS, 2020). A maioria dessas gotículas cai em superfícies e objetos próximos – como mesas, maçanetas, celulares, brinquedos, teclados de computador, entre outros – ou fica na parte do corpo que utilizou para cobrir o nariz ou a boca ao tossir ou espirrar, como mãos e braços (OPAS, 2020). Por isso o cumprimento com toque do aperto de mão é a principal forma de contágio (BRASIL, 2020a). As pessoas também podem pegar COVID-19 se respirarem gotículas de uma pessoa com COVID-19 que tosse ou espirra. É por isso que é importante ficar a mais de um metro de distância de uma pessoa doente (OPAS, 2020). Até o momento, estudos sugerem que o SARS-CoV-2 é transmitido principalmente pelo contato com gotículas respiratórias, não pelo ar, além de não haver nenhuma evidência que vetores como mosquitos podem transmiti-lo (OPAS, 2020).

O período de incubação, que é o tempo que leva para os primeiros sintomas aparecerem desde a infecção por coronavírus, pode variar de 2 a 14 dias (BRASIL, 2020a). Durante todo esse período, mesmo não apresentando sinais, a pessoa infectada pode disseminar o vírus. Os sintomas mais comuns são febre, cansaço e tosse seca, porém os pacientes também podem apresentar dores, congestão nasal, corrimento nasal, dor de garganta ou diarreia (OPAS, 2020). Esses sintomas comumente são leves e têm um início gradual. Algumas pessoas são infectadas, mas não apresentam sintomas e não se sentem mal. A maioria das pessoas, cerca de 80%, se recupera da doença sem precisar de tratamento especial e uma em cada seis pessoas que têm COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade em respirar (OPAS, 2020). As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde de imunodepressão, quando o sistema de defesa está deficiente, ou doenças crônicas, como pressão alta, problemas cardíacos ou diabetes, têm maior probabilidade de desenvolver quadros graves de COVID-19. Pessoas com febre (temperatura acima de 37,8°C) persistente há mais de três dias, mesmo com medicação antitérmica, tosse e dificuldade em respirar devem procurar atendimento médico (OPAS, 2020).

Os casos suspeitos de COVID-19 são classificados em dois, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a):

1. Síndrome gripal (SG): indivíduo com quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, acompanhada de tosse ou dor de garganta ou coriza (nariz entupido e escorrendo) ou dificuldade respiratória. É importante considerar que na suspeita de COVID-19, a febre pode não estar presente. Em crianças, considera-se também obstrução nasal (nariz entupido), na ausência de outro diagnóstico específico. Já em idosos, a febre pode estar ausente e deve-se considerar também critérios específicos de agravamento como síncope (desmaio), confusão mental, sonolência excessiva, irritabilidade e inapetência (ausência de apetite).
2. Síndrome respiratória aguda grave (SRAG): é uma síndrome gripal que apresenta ainda dispneia (desconforto respiratório) ou pressão persistente no tórax ou saturação de oxigênio menor que 95% em ar ambiente (medida via aparelho médico) ou cianose (coloração azulada dos lábios ou rosto). Em crianças, além dos itens anteriores, deve-se observar os batimentos de asa de nariz (alargamento da abertura das narinas durante a respiração), tiragem

intercostal (movimento durante a inspiração com dificuldade), desidratação e inapetência.

Somente a partir da publicação do sequenciamento do código genético do vírus foi possível desenvolver testes laboratoriais capazes de detectar o vírus em amostras biológicas. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a), os casos de COVID-19 só são confirmados por:

1. Critério laboratorial: caso suspeito de SG ou SRAG com teste de:
 - Biologia molecular por reação em cadeia da polimerase (RT-PCR em tempo real, detecção do vírus SARS-CoV-2, Influenza ou Vírus Sincicial Respiratório - VSR):
 - COVID-19: com resultado detectável para SARS-CoV-2.
 - Influenza: com resultado detectável para Influenza.
 - Vírus Sincicial Respiratório: com resultado detectável para VSR.
 - Imunológico (teste rápido ou sorologia clássica para detecção de anticorpos):
 - COVID-19: com resultado positivo para anticorpos IgM e/ou IgG, em amostra coletada após o sétimo dia de início dos sintomas.
2. Critério clínico-epidemiológico: pessoa com caso suspeito de SG ou SRAG com histórico de contato próximo ou domiciliar, nos últimos 7 dias antes do aparecimento dos sintomas, com uma pessoa com caso confirmado laboratorialmente para COVID-19 e para o qual não foi possível realizar a investigação laboratorial específica.

O tratamento da COVID-19 não é específico, consiste em dar suporte aos sintomas apresentados para aliviá-los, devendo o paciente ficar isolado por 14 dias, o mesmo tempo de incubação viral (BRASIL, 2020a). Os protocolos de tratamento ainda estão sendo estudados, desenvolvidos e testados e não há ainda alguma medicação com eficácia comprovada para combater o SARS-CoV-2. Em casos mais graves, é necessária internação em unidade intensiva de tratamento, podendo ser utilizados recursos para aumentar a oxigenação, como a intubação do paciente com a utilização de ventilação mecânica.

A OMS recomenda que os pacientes acometidos pela COVID-19 sejam liberados do isolamento somente após terem dois testes negativos, com no mínimo 24 horas de intervalo entre eles, e caso estejam clinicamente recuperados. Caso não seja possível realizar o teste, é indicado que os indivíduos continuem isolados por mais duas semanas após o fim dos sintomas, uma vez que eles podem continuar a disseminar o vírus (OPAS, 2020).

Espalhamento global da COVID-19: respostas nacional e internacional, fases epidêmicas, status epidemiológico e intervalos da pandemia

Com a detecção da existência de um novo vírus que estava causando uma epidemia na China e a divulgação do SARS-CoV-2 pela OMS, em 09 de janeiro de 2020, a eminência de uma pandemia, por não haver imunidade pelo novo vírus, chamou a atenção e já começou a mobilizar países de todo o mundo.

A Figura 1 ilustra a linha do tempo do avanço da COVID-19 e como ocorreram as respostas nacional e internacional à pandemia. A resposta brasileira coordenada à COVID-19 teve início com a implantação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID19) e a publicação do Boletim Epidemiológico 04, volume 51, em 16 de janeiro de 2020. Nesse boletim contém as definições de casos operacionais, orientações para notificação, investigação laboratorial, orientações para isolamento e transporte e cuidados com o paciente, na atenção primária e

especializada, bem como medidas de higiene como a “etiqueta respiratória”, tudo isso visando a detecção e ação caso entrasse o SARS-CoV-2 no país (BRASIL, 2020b).

A ocorrência e a abrangência de uma doença são classificadas, de acordo com o Dicionário de Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019), em:

- Surto: ocorrência de dois ou mais casos relacionados de uma doença, ou fenômeno, restrita a um espaço delimitado. É o caso de intoxicação alimentar em pessoas que ingeriram alimentos de um restaurante.
- Epidemia: uma doença cujo aparecimento é súbito e se propaga por uma determinada zona geográfica afetando um número significativo de pessoas ou de animais. Como, por exemplo, a última epidemia de febre amarela no Brasil entre os anos de 2018 e 2019.
- Pandemia: ocorre quando uma epidemia começa a se espalhar de maneira descontrolada pelos continentes, atingindo todo o planeta. É o caso da COVID-19.

Figura 1: Linha do tempo das respostas nacional e internacional da pandemia da COVID-19 de novembro de 2019 a março de 2020



fevereiro

- 03: COE-COVID19: Declaração de ESPIN – Portaria nº 188 - <http://j.mp/esp2019-nCoV>
- 06: Lei sobre Medidas para enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 - Lei nº 13.979 e 1ª reunião CIT sobre o Coronavírus <http://j.mp/coronaLEIquarentena>
- 07: Cooperação Internacional: capacitação de laboratórios da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Panamá em parceria com a OPAS e Fiocruz.
- 09: Operação Regresso na Base Aéreas de Anápolis/GO, com 34 brasileiros
- 14: 1º óbito na Europa (França)
- 20: 1º óbito fora da China (Filipinas)
- 23: Encerramento da quarentena da Operação Regresso sem identificação de casos infectados
- 26: Região Sudeste: 1º caso confirmado por COVID-19 no Brasil (SP)

março

- 06: Região Nordeste: 1º caso confirmado – Bahia
- 07: Região Centro-Oeste: 1º caso confirmado – Distrito Federal
- 10: Região Sul: 1º caso confirmado – Rio Grande do Sul
- 11: Distrito Federal: suspensão de aulas e eventos – 1º distanciamento social Brasil
- 15: Região Norte: 1º caso confirmado – Amazonas
- 17: Região Sudeste: 1º óbito registrado no Brasil por COVID-19 – SP
- 25: Região Norte e Nordeste: 1º óbito registrado Amazonas e Pernambuco
- 25: Região Sul : 1º óbito registrado Rio Grande do Sul
- 25: Região Centro-Oeste: 1º óbito registrado Goiás
- 20: Transmissão comunitária – Portaria nº 454 - <http://bit.ly/portaria454covid>
- 24: São Paulo: declara quarentena para todos Estado por 15 dias e STF decide que é prerrogativa dos gestores Estaduais e Municipais
- 30: Coletivas mudam para o Palácio do Planalto, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, promovendo a gestão por Sistema de Comando de Incidentes (comando único, unificado e unidirecional) e integração dos Centros de Operações de Emergências de cada órgão.

Fonte: Boletim Epidemiológico 07 Especial: doença pelo coronavírus 2019 (BRASIL, 2020b).

Em 30 de janeiro de 2020 a OMS caracterizou a COVID-19, originado na China, como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), alertando todos os países sobre essa doença, e em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou o evento como uma pandemia (BRASIL, 2020a).

O status epidemiológico de uma doença em um país, de acordo com a (OMS, 2020), pode ser de:

- Casos importados: casos vindos de localidades diferentes do país informante da doença.
- Transmissão local: fonte de infecção estabelecida no país informante.
- Transmissão comunitária: impossibilidade de relacionar os casos confirmados nas cadeias de transmissão com um grande número de casos ou um aumento de testes positivos.
- Transmissão interrompida: interrupção da transmissão demonstrada.

Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, localizado na cidade de São Paulo, de paciente com histórico de viagem para a Itália, país que até então tinha o segundo maior número de casos da doença, ficando atrás da China (SÃO PAULO, 2020b).

O Brasil se encontra atualmente na fase de transmissão comunitária, reconhecida em 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020b), sendo que ainda levará um tempo para interromper essa transmissão.

Uma pandemia pode ser classificada em intervalos. A duração de cada intervalo da pandemia pode variar dependendo das características do vírus e da resposta de saúde pública empregada. Além de descrever a progressão de uma pandemia, certos indicadores e avaliações são usados para definir quando um intervalo se move para outro (BRASIL, 2020c).

O Ministério da Saúde adaptou duas ferramentas do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, criadas para influenza H1N1 (mais conhecida como gripe suína que virou uma pandemia em 2009), visando caracterizar a pandemia de coronavírus (BRASIL, 2020c). Os resultados de ambas as avaliações, conforme ilustra a Tabela 1, são usados para orientar as decisões federal, estaduais e locais de saúde pública.

O pico da pandemia ocorre no final da fase de aceleração, que é seguida por uma fase de desaceleração, quando há uma diminuição do número de casos da doença (BRASIL, 2020c). Diferentes Estados e Municípios podem estar em diferentes fases da pandemia. De acordo com padrão epidemiológico observado pelos primeiros casos de COVID-19 no Brasil, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b) afirma que a transmissão ainda está na fase inicial em todos os Estados e no Distrito Federal.

Considerando as fases epidêmicas (epidemia localizada, aceleração descontrolada, desaceleração e controle), na maior parte dos municípios brasileiros a transmissão está ocorrendo de modo restrito (BRASIL, 2020b). Entretanto, é preocupante a situação do Distrito Federal e dos estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Amazonas que apresentam os maiores coeficientes da doença (BRASIL, 2020b). Nesses lugares, a fase da epidemia pode estar na transição para fase de aceleração descontrolada, sendo uma das principais medidas a serem tomadas o distanciamento social ampliado.

Medidas de contenção, mitigação e supressão, medidas de distanciamento social, isolamento e quarentena

Para diminuir o contágio viral, conseqüentemente achatar a sua curva a fim de não sobrecarregar e colapsar o sistema de saúde e proteger os grupos de risco, algumas medidas de prevenção são tomadas para retardar o pico de infecção. Segundo o Guia do Estudante (2020), são elas:

- **Contenção:** é adotada no início da pandemia para evitar o contágio da população, buscando controlar e suprimir o vírus. Desse modo, as principais ações são o rastreamento, por meio de testes para a doença, e o isolamento. O limite da contenção é quando o vírus se instala na população e as autoridades sanitárias perdem o controle do rastreamento, então a contenção não funciona mais. A Coreia do Sul conseguiu controlar o quadro da COVID-19 por meio da contenção, pois após cerca de 3 mil casos registrados depois de um evento religioso na cidade de Daegu, em fevereiro, o país criou uma rotina de testes sistemáticos, com amostras recolhidas da população em minutos, em 43 postos espalhados pelo país.

Tabela 1: Preparação e resposta segundo cada intervalo epidêmico

ID	INTERVALO	DESCRIÇÃO
1	Preparação	<ul style="list-style-type: none"> • Ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública • Elaboração de definições de casos • Orientações para pontos de entrada • Aquisição de insumos (kits laboratoriais, equipamentos de proteção individual, respiradores) • Capacitação de profissionais
2	Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de casos • Atualização dos materiais • Investigação de contatos
3	Epidemias localizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Casos relacionados a viagens ou contato • Identificação de transmissão comunitária sustentada • Monitoramento de contatos • Isolamento domiciliar • Distanciamento Social Seletivo para reduzir a velocidade da transmissão e permitir a implementação das estruturas planejadas e descritas nos planos de contingência • Testar o máximo de pessoas
4	Aceleração	<ul style="list-style-type: none"> • Distanciamento Social Ampliado ou bloqueio geral (<i>lockdown</i>) para manter a capacidade do Sistema de Saúde • Orientação sobre o uso de máscaras para a população em geral • Ampliação do número de Unidades Sentinelas de Síndrome Gripal • Ampliação da realização de testes para profissionais de saúde e trabalhadores de serviços essenciais • Tratamento em massa para casos compatíveis com a prescrição clínica e segurança na posologia • Número de novos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) aumenta em até 3 vezes, em relação ao número máximo do registro histórico da unidade de saúde para a mesma semana epidemiológica, comparando com anos anteriores.
5	Desaceleração	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das medidas estabelecidas • Preparação para a fase de controle • Aumento da capacidade de tratamento • Ampliação da capacidade de detecção • Ampliação da capacidade dos serviços de atenção • Avaliação de impacto por meio de testes sorológicos • Distanciamento Social Seletivo • Número de novos casos internados é inferior ao de alta hospitalar
6	Controle	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada gradual das últimas medidas de distanciamento social seletivo • Intensificação da vigilância epidemiológica • Ampliação dos testes, rastreamento de contatos e isolamento de sintomáticos com maior atenção até conclusão do período definido e uso de testes rápidos sorológicos associados para tomada de decisão • Retirada das restrições de trânsito de pessoas

Fonte: Boletim Epidemiológico 07 Especial: doença pelo coronavírus 2019 (BRASIL, 2020b).

- **Mitigação:** nessa fase, sabe-se que não será possível evitar todos os contágios. Assim, o objetivo é diminuir o avanço da pandemia, sem necessariamente detê-la, por meio de medidas moderadas. Objetiva-se, então, evitar que o vírus atinja o grupo de risco da COVID-19: idosos, portadores de doenças crônicas e imunodeficiência. É preciso ter atenção e cautela, porque a mitigação, assim como a contenção, pode ser insuficiente para diminuir o contágio, principalmente quando adotada tardiamente. Algumas das ações são: suspender aulas, fechar lojas e restaurantes, cancelar eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos. É justamente o que está acontecendo no Brasil e nos Estados Unidos.
- **Supressão:** de maneira mais radical, a supressão busca romper as cadeias de transmissão do vírus, com o distanciamento social de toda população, como fez a China. Nesse caso, a quarentena é obrigatória e os testes são feitos em massa. Também acontece o fechamento de escolas e comércios.

Associadas às medidas de prevenção, as medidas de distanciamento social (MDS), que correspondem a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus (TELESSAÚDERS, 2020), se corretamente aplicadas, reduzem a transmissão da doença e permitem que o gestor público estruture e amplie a capacidade de resposta da rede de atenção à saúde (BRASIL, 2020b). Estas medidas visam garantir leitos hospitalares, ventiladores mecânicos, equipamentos de proteção individual (EPI) e profissionais em número suficiente para atender o aumento de demanda e garantir acesso e atendimento aos casos de COVID-19, sem interromper os demais serviços de saúde prioritários e emergenciais (BRASIL, 2020b).

São estratégias de MDS, conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b):

- **Bloqueio total (lockdown):** é o nível mais alto de segurança e pode ser necessário em situação de grave ameaça ao sistema de saúde. Durante um bloqueio total, todas as entradas do perímetro são bloqueadas por trabalhadores de segurança e ninguém tem permissão de entrar ou sair do perímetro isolado.
 - **Objetivos:** interromper qualquer atividade por um curto período.
 - **Desvantagens:** alto custo econômico.
 - **Vantagens:** é eficaz para redução da curva de casos e dar tempo para reorganização do sistema em situação de aceleração descontrolada de casos e óbitos. Os países que implementaram, conseguiram sair mais rápido do momento mais crítico.
- **Distanciamento Social Ampliado (DSA):** estratégia não limitada a grupos específicos, exigindo que todos os setores da sociedade permaneçam em suas residências durante a vigência da medida decretada pelos gestores locais. Esta medida restringe ao máximo o contato entre as pessoas. Ficam mantidos os serviços essenciais, com adoção de maior rigor na higiene e evitando aglomeração.
 - **Objetivos:** reduzir a velocidade de propagação, visando ganhar tempo para equipar os serviços com os condicionantes mínimos de funcionamento: leitos hospitalares, respiradores, EPI, testes laboratoriais e recursos humanos.
 - **Desvantagens:** a manutenção prolongada dessa estratégia pode causar impactos significativos na economia e é difícil saber em que momento abrir.

- Vantagens: é essencial para evitar uma aceleração descontrolada da doença, quando adotado oportunamente, que poderia provocar um colapso no sistema de saúde e causar prejuízo econômico. Essa medida não está focada no COVID-19, mas em todas as situações de concorrência por leitos hospitalares e respiradores.
- Distanciamento Social Seletivo (DSS): estratégia onde apenas alguns grupos ficam isolados, sendo selecionadas todas as pessoas sintomáticas e seus contatos domiciliares e os grupos que apresentam maior risco de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave, como: idosos; pessoas com doenças crônicas ou condições de risco como obesidade e gestação de risco. Pessoas abaixo de 60 anos podem circular livremente, mantendo conduta de distanciamento social e cuidados higiênicos, se estiverem assintomáticos. A essas medidas pode ser importante associar a suspensão de atividades em escolas e universidades, a implantação de medidas de distanciamento social no trabalho e medidas para evitar aglomerações, como redução de capacidade instalada de restaurantes e bares, suspensão temporária de sessões de cinema, teatros, festas, cultos e missas, e eventos de massa propriamente ditos, tanto em locais fechados como abertos. O ideal é que após um período de isolamento social ampliado ou bloqueio total, as medidas acima sejam implantadas em um modelo de transição a fim de evitar a passagem de uma situação mais restritiva para uma mais livre em um curto espaço de tempo.
 - Objetivos: promover o retorno gradual às atividades laborais com segurança, evitando uma explosão de casos sem que o sistema de saúde local tenha tido tempo de absorver.
 - Desvantagens: mesmo em uma estratégia de DSS, os grupos vulneráveis continuarão tendo contato com pessoas infectadas assintomáticas ou sintomáticas, ficando mais difícil o controle. Países como o Reino Unido começaram a fazer essa medida e teve que recuar diante da estimativa de aceleração vertiginosa de casos sem o suporte do sistema. Tornam-se arriscadas as condicionantes mínimas de funcionamento: leitos hospitalares, respiradores, EPI, testes laboratoriais e recursos humanos.
 - Vantagens: quando garantidos os condicionantes, a retomada da atividade laboral e econômica é possível, criação gradual de imunidade de rebanho de modo controlado e redução de traumas sociais em decorrência do distanciamento social.

É importante ressaltar que além das MDS, outros conceitos bastante vinculados durante a pandemia são:

- Isolamento: é uma medida que objetiva separar as pessoas doentes, sendo elas as sintomáticas respiratórias, os casos suspeitos ou confirmados de infecção por coronavírus, das pessoas não doentes, para evitar a disseminação do vírus. O isolamento pode ocorrer em domicílio ou em ambiente hospitalar, conforme o estado clínico do paciente. Essa ação pode ser prescrita por um médico ou um agente de vigilância epidemiológica e tem prazo máximo de 14 dias (o mesmo tempo de incubação da COVID-19). Na prescrição do isolamento, o paciente deve assinar um termo de consentimento livre e esclarecido e seguir as orientações para evitar o contágio de outras pessoas que vivem ou têm acesso ao seu domicílio.

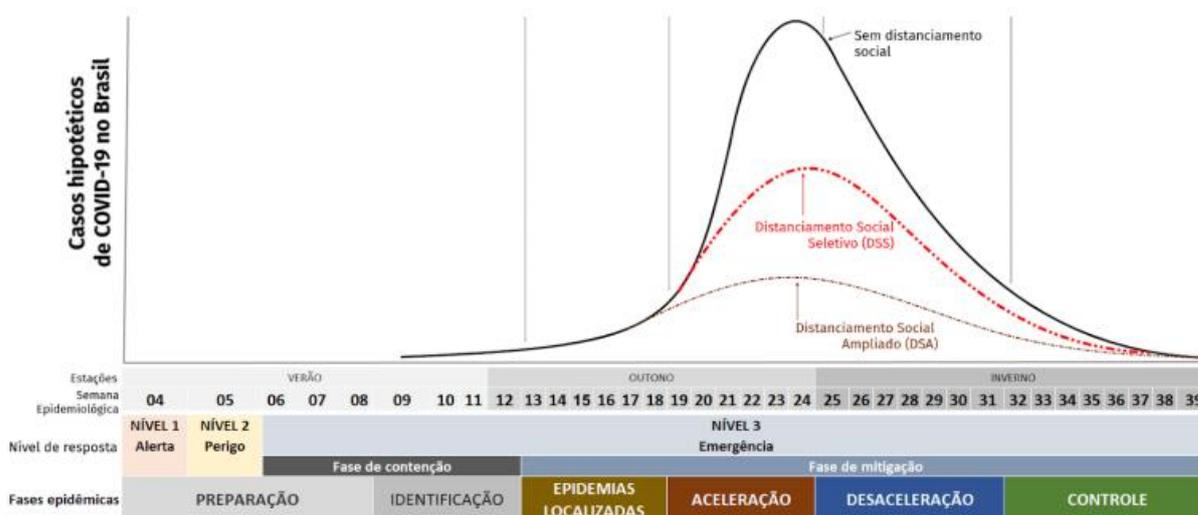
- Quarentena: é a restrição de atividades ou a separação de pessoas que foram presumivelmente expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes, seja porque não foram infectadas ou porque ainda estão no período de incubação e não apresentaram os sintomas. A quarentena pode ser aplicada em nível individual, como a uma pessoa que volta de viagem internacional ou para contatos domiciliares de caso suspeito ou confirmado de coronavírus; ou em nível coletivo, como a quarentena de um navio, um bairro, uma cidade ou estado, e geralmente envolve restrição ao domicílio ou outro local designado. Pode ser voluntária ou mandatária.

A partir de 13 de março de 2020, os primeiros estados brasileiros a adotar medidas de distanciamento social foram Goiás e Rio de Janeiro, seguidos de Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo (BRASIL, 2020b). Através do decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, São Paulo decretou quarentena para todas as cidades do estado, assumindo que os paulistas estão expostos à COVID-19, devido aos altos índices da doença no local, medida que funciona como um distanciamento social ampliado. No mesmo dia, o STF decidiu que é prerrogativa dos gestores estaduais e municipais a decisão de decretar qualquer medida de distanciamento social (BRASIL, 2020c). Em 06 de abril de 2020, houve a prorrogação da quarentena no Estado de SP até o dia 22 de abril de 2020 (REUTERS, 2020).

A Figura 2 apresenta a curva de contágio viral prevista para o Brasil. São apresentados três cenários: sem distanciamento social, DSS e DSA, de acordo com o número de casos de COVID-19 para o Brasil ao longo das semanas epidemiológicas, que corresponde a uma identificação corresponde a qual semana do ano é. Concomitante às semanas epidemiológicas, ocorrem as estações do ano, nível de resposta frente à pandemia e a fase epidêmica.

O Brasil se encontra na semana epidemiológica 15, que vai do dia 05/04/2020 a 11/04/2020, o que corresponde ao início da curva de contágio viral.

Figura 2: Curvas e fases epidêmicas com distanciamento social e sem distanciamento social implementado



Fonte: Boletim Epidemiológico 07 Especial: doença pelo coronavírus 2019 (BRASIL, 2020b).

Conforme mostra a Figura 2, o pico do contágio viral para o Brasil ocorrerá na semana epidemiológica 24 com o DSA e sem distanciamento social, e na semana epidemiológica 25 com o DSS. Apesar do pico ocorrer no mesmo momento, o achatamento das curvas mostra que a lógica das MDS é justamente na diminuição do número de casos de COVID-19, não sobrecarregando assim, o sistema de saúde. Vale ressaltar que em nenhum lugar do mundo há um sistema de saúde preparado para receber milhares de casos de síndrome respiratória aguda grave, que requer milhares de estruturas de unidade de terapia intensiva, com milhares de ventiladores mecânicos e milhares de profissionais da saúde para a condução dos casos.

Índices da COVID-19 no Brasil, Estado de São Paulo e Região do Grande ABC

O Ministério da Saúde adverte que a COVID-19 é uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e uma Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), segundo anexo II do Regulamento Sanitário Internacional, portanto, um evento de saúde pública de notificação imediata e obrigatória, conforme determina a Portaria de Consolidação Nº 04 (BRASIL, 2020b). Por meio das notificações é possível ter uma ideia do quadro da pandemia.

Os índices de COVID-19 no Estado de São Paulo foram obtidos através de boletins epidemiológicos e de situação epidemiológica divulgados no endereço eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) “Prof. Alexandre Vranjac”, da Secretaria de Estado da Saúde (SES) do Governo do Estado de São Paulo (2020), além dos dados dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde (MS). Os dados são de livre acesso e foram atualizados em 10 de abril de 2020.

A região do Grande ABC Paulista apresentou os primeiros casos de COVID-19 no município de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, conforme divulgação pela SES-SP no dia 15 de março de 2020 (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2020a). Desde então, as prefeituras de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Ribeirão Pires anunciaram a suspensão das aulas gradualmente do dia 16 a 20 de março de 2020, e

a partir do dia 23 de março de 2020, integralmente (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2020a).

Até às 17h do dia 10 de abril de 2020, os números da COVID-19 confirmados eram: 1.521.252 casos confirmados e 92.798 óbitos pelo mundo; 19.638 casos confirmados e 1056 óbitos no Brasil; 8.216 casos confirmados e 540 óbitos no Estado de São Paulo.

A distribuição do número de casos confirmados de COVID-19 e seus óbitos notificados à SES-SP nas sete cidades do Grande ABC Paulista é representada na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos números oficiais da COVID-19 de casos confirmados e óbitos nas sete cidades do Grande ABC Paulista

Município	Casos confirmados	Óbitos
Diadema	59	1
Mauá	42	0
RPires	15	0
RGSerra	4	0
SAndré	139	3
SBCampo	174	9
SCSul	62	1
Total	491	14

Fonte: Adaptação da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Boletim Situação Epidemiológica – 44 Novo Coronavírus (COVID-19) (SÃO PAULO, 2020c).

Contudo, as prefeituras dos municípios da região têm divulgado boletins em suas redes de comunicação com números diferentes dos registros da SES-SP. As prefeituras de Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Santo André e São Bernardo do Campo, atualizaram os números em 09 de abril de 2020. Já as prefeituras de Ribeirão Pires e São Caetano do Sul atualizaram seus dados no dia 10 de abril de 2020.

A Tabela 3 mostra os números de acordo com as prefeituras locais (PREFEITURA DE DIADEMA, 2020; PREFEITURA DE MAUÁ, 2020; PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES, 2020; PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA, 2020; PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 2020; PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2020; PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL, 2020).

Tabela 3: Distribuição dos números da COVID-19 de casos confirmados, suspeitos, descartados e óbitos nas sete cidades do Grande ABC Paulista conforme prefeituras

Município	Casos confirmados	Casos suspeitos	Casos descartados	Óbitos
Diadema	32	642	180	1
Mauá	27	610	79	2
RPires	17	69	44	0
RGSerra	8	15	9	0
SAndré	113	424	NI	5
SBCampo	116	1064	358	17
SCSul	64	424	212	4
Total	377	3248	882	29

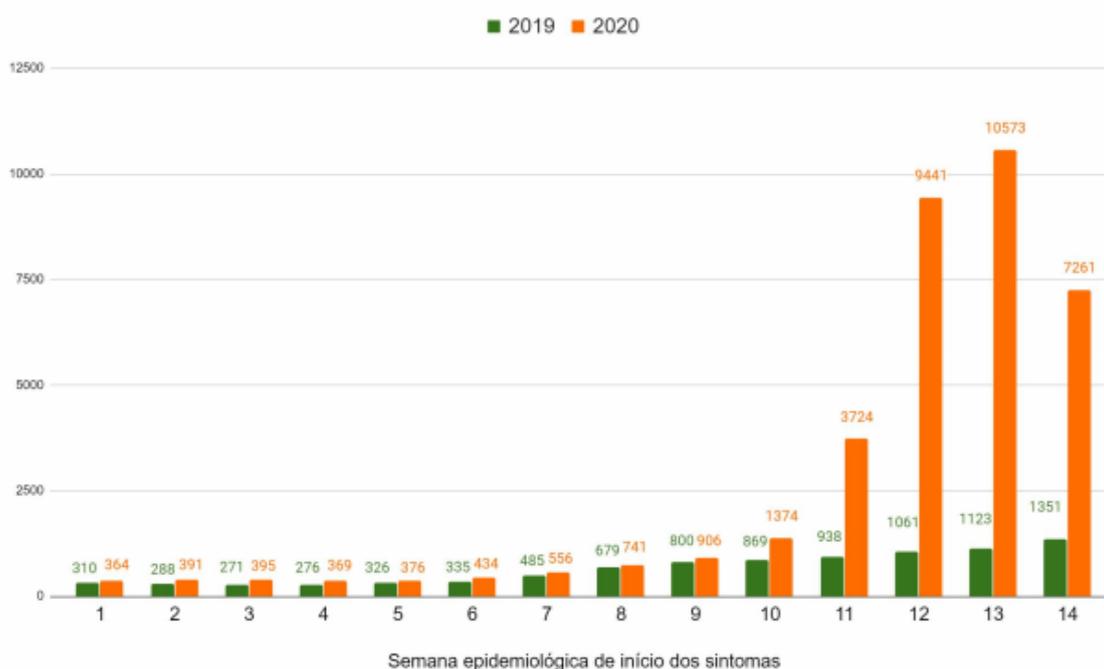
Fonte: Adaptação da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações das sete prefeituras do Grande ABC Paulista.

Quando se observa as Tabelas 2 e 3, é gritante a diferença entre os números de casos confirmados e de óbitos. O número de casos confirmados diminui em 114 casos e o número de óbitos aumenta em 15 casos, de acordo com as prefeituras em relação aos dados oficiais da SES-SP.

Isso é um exemplo ilustrativo de como os números oficiais da pandemia não são fidedignos com o quadro atual da doença. Vale ressaltar, que os dados do Brasil são obtidos a partir dos dados oficiais das SES.

As possíveis explicações para o desencontro das informações são que os números são dinâmicos assim como a doença e há atrasos no aparecimento dos resultados de cerca de uma semana para os novos casos, duas semanas para a admissão hospitalar e de três semanas para a taxa de mortalidade. Sabe-se ainda que existe muita subnotificação dos casos de COVID-19, uma vez que apenas as pessoas com casos graves e os grupos de risco estão sendo testadas. Por isso, os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) estão sendo monitorados, especialmente as hospitalizações e óbitos, uma vez que pode haver casos de COVID-19 nesses números.

Figura 3: Hospitalizações por SRAG em 2019 e 2020 até a semana epidemiológica 14



Fonte: Boletim epidemiológico diário COVID-19 de 10 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d).

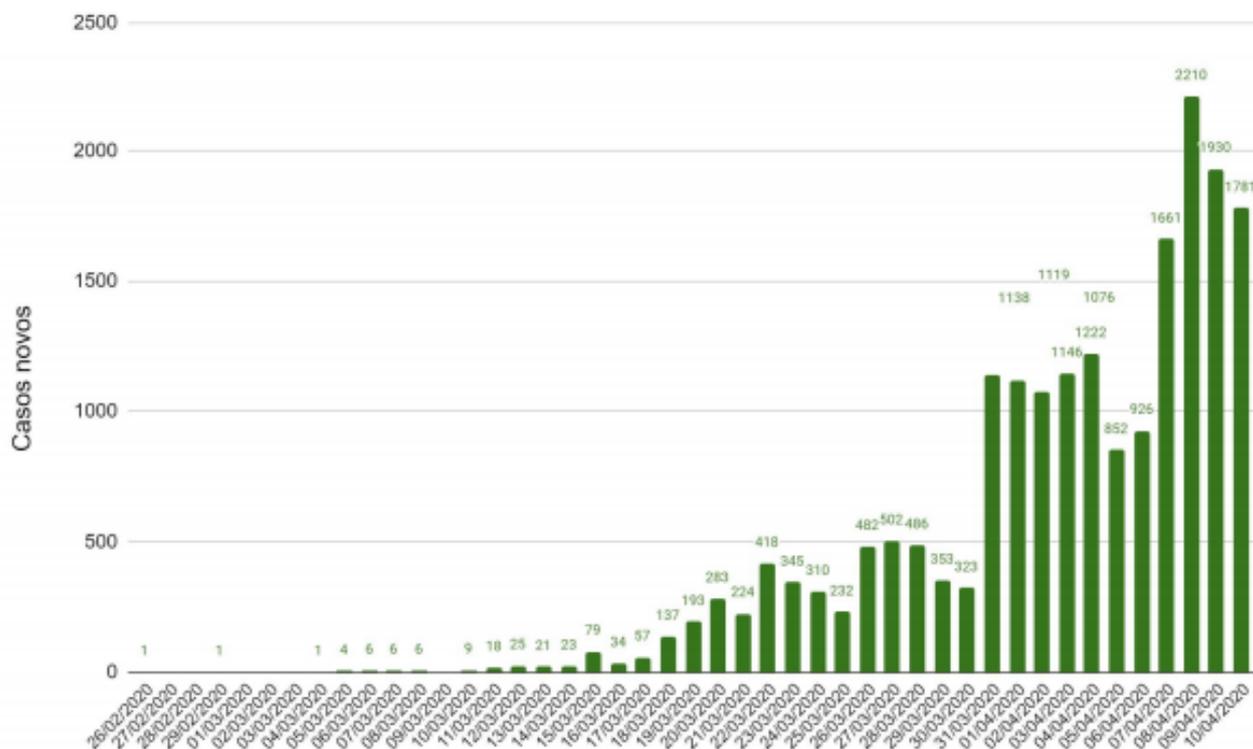
Conforme mostra a Figura 3, há no Brasil 36.905 hospitalizações por SRAG no Brasil, cerca de 305% de aumento no ano de 2020 em relação ao mesmo período de 2019 (BRASIL, 2020d). Dessas hospitalizações por SRAG, 4.217 são por SARS-Cov-2, correspondendo a 11% dos casos, e tem ainda 28.277 casos de SRAG em investigação.

As Figuras 4 e 5 mostram as evoluções dos casos confirmados e dos óbitos, respectivamente, de COVID-19 no Brasil por dia até 10 de abril de 2020.

Os coeficientes de incidência representados na Figura 6 equivale ao número de novos casos da COVID-19, divididos pela população, tendo os resultados multiplicados por 100 mil habitantes, todos esses itens para cada Unidade da Federação (UF).

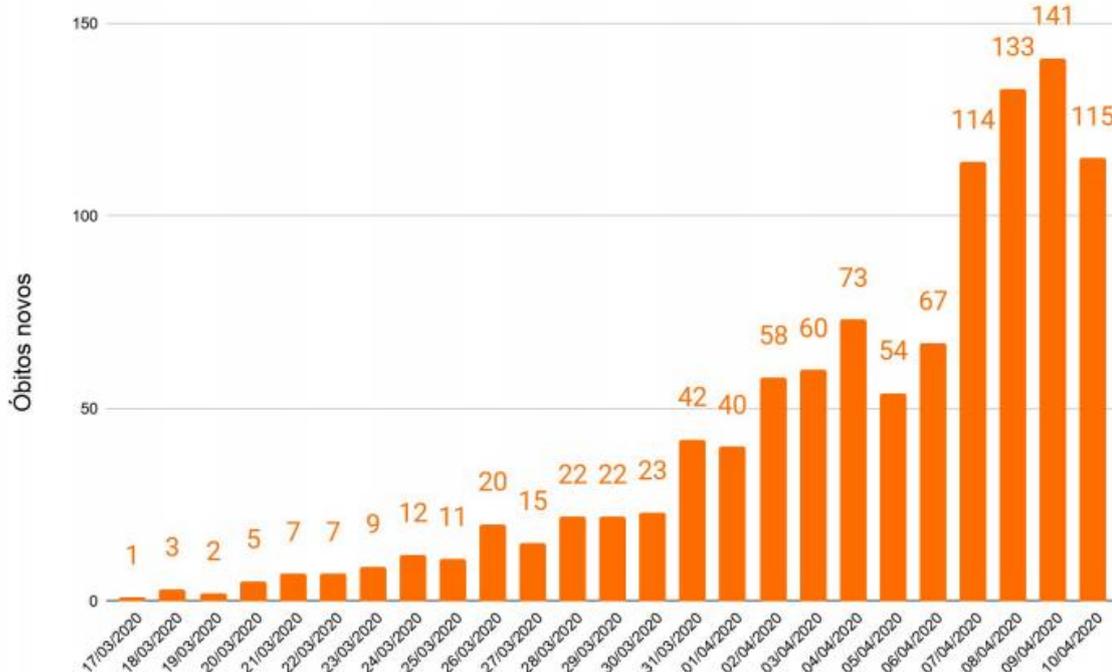
A incidência nacional é de 9,3 casos para cada 100 mil habitantes. São considerados em emergência as UF 50% acima da incidência nacional. Em atenção, as UF entre 50% e a incidência nacional. Já em alerta, as UF abaixo da incidência nacional.

Figura 4: Evolução dos casos confirmados de COVID-19 no Brasil por dia até 10/04/2020



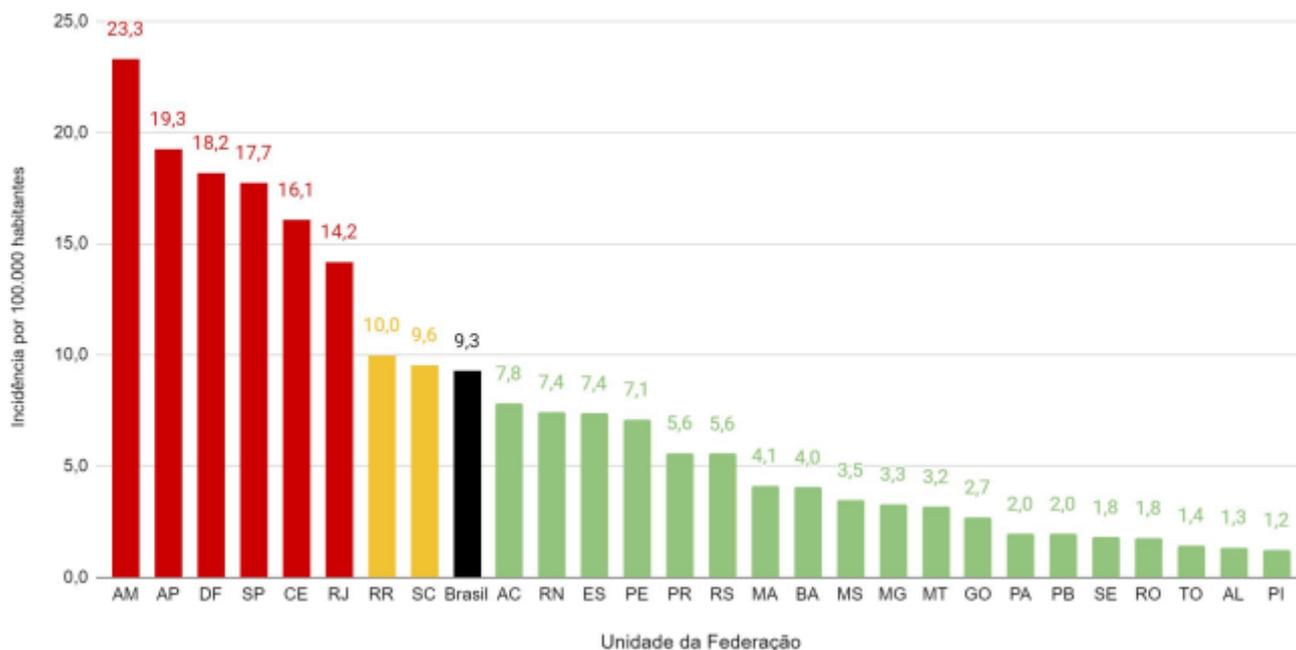
Fonte: Boletim epidemiológico diário COVID-19 de 10 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d).

Figura 5: Evolução dos óbitos confirmados de COVID-19 no Brasil por dia até 10/04/2020



Fonte: Boletim epidemiológico diário COVID-19 de 10 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d).

Figura 6: Coeficiente de incidência (por 100.000 habitantes) da COVID-19 por Unidade da Federação brasileira até 10/04/2020



Fonte: Boletim epidemiológico diário COVID-19 de 10 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d).

Os Estados do Amazonas (23,3/100mil), Amapá (19,3/100mil), São Paulo (17,7/100mil), Ceará (16,1/100mil), Rio de Janeiro (14,2/100mil) e o Distrito Federal (18,2/100mil) merecem atenção, porque de acordo com as suas respectivas incidências podem estar na fase de aceleração descontrolada da pandemia, devendo respeitar as medidas dessa fase, como o distanciamento social ampliado.

Entretanto, o Estado de São Paulo divulgou que a taxa do distanciamento social no estado caiu para 49% no dia 08 de abril de 2020, sendo o menor índice registrado desde o início da quarentena (G1, 2020). Segundo o governo, a estratégia é efetiva quando atinge uma taxa superior a 70%. O ápice da taxa foi no dia 05 de abril de 2020, com 59% (G1, 2020). As informações foram obtidas através da geolocalização dos smartphones monitorados pelas quatro principais operadoras de telefonia e divulgados em entrevista coletiva (G1, 2020).

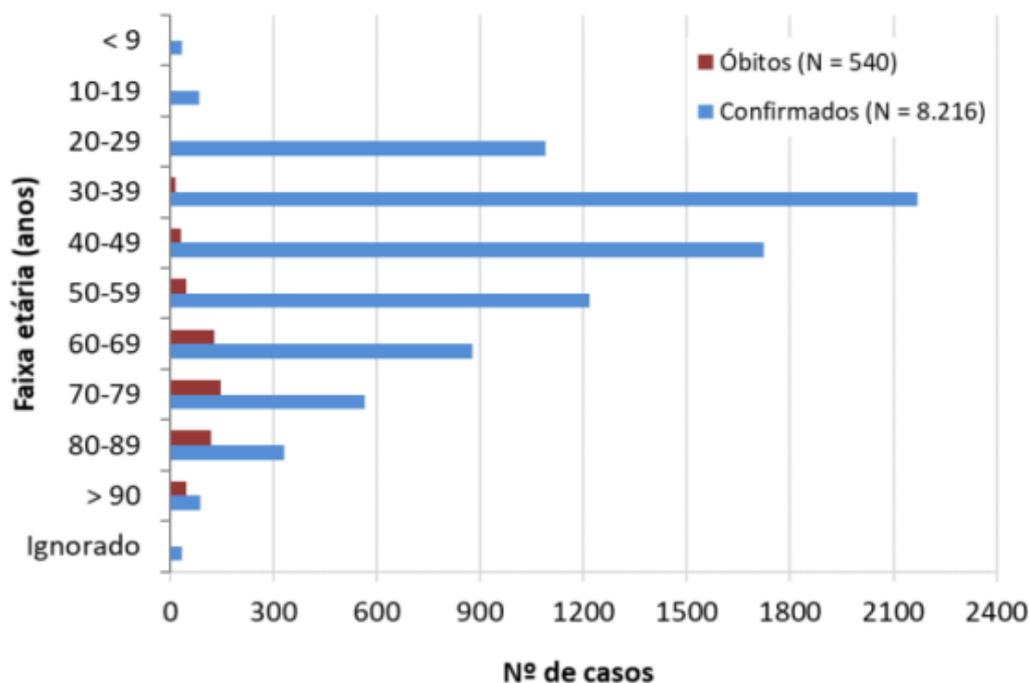
A partir de 13 de abril de 2020, o Ministério da Saúde recomendou que os municípios, o Distrito Federal e os Estados que implementaram medidas de distanciamento social ampliado, onde o número de casos confirmados não tenha impactado em mais de 50% da capacidade instalada existente antes da pandemia, devem iniciar a transição para o distanciamento social seletivo (Brasil, 2020a). Os locais que apresentarem coeficiente de incidência 50% superior à estimativa nacional devem manter essas medidas até que o suprimento de equipamentos (leitos hospitalares, EPI, ventiladores mecânicos e testes laboratoriais) e as equipes de saúde estejam disponíveis em quantidade suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de distanciamento social seletivo (Brasil, 2020a). Em todas as UF, o Ministério da Saúde recomenda a adoção da estratégia de afastamento laboral (Brasil, 2020a).

A OMS afirma que o fim precipitado das restrições de confinamento pode levar a um refluxo da pandemia, aumentando o número de mortes (UOL, 2020). Ainda alerta que esse refluxo pode ser tão perigoso quanto a propagação viral, caso não seja administrado corretamente (UOL, 2020).

Outra informação importante que corrobora com o distanciamento social ampliado e com as preocupações da OMS está presente nas Figuras 7 e 8, em que ficam evidenciadas as faixas etárias acometidas pela COVID-19. Apesar do grupo de risco ser pessoas idosas acima de 60 anos, a Figura 7 mostra que as faixas etárias abaixo dos 60 anos estão com mais casos confirmados da doença, e a Figura 8 traz ainda as informações de internações nessas faixas etárias, mostrando que a faixa de 50 a 59 anos apresenta números superiores ao grupo de risco, além dos números de casos de internação expressivos nas faixas de 30 a 49 anos, que gera uma proporção grande de internação em outras faixas etárias que não são grupo de risco. Isso significa que há grandes chances dos mais jovens disseminarem o vírus para os mais idosos, além de ocuparem o sistema de saúde.

Portanto, é essencial que as decisões tomadas por cada gestor municipal ou das UF considerem as opiniões de um corpo técnico qualificado e que sejam baseadas e asseguradas em pesquisas científicas. Somente com um bom sistema de vigilância e com capacidade de processamento da amostra será possível ter controle sobre a pandemia. Entretanto, o Brasil é um país que possui capacidade insuficiente para testes, sendo o que menos testa entre os países mais atingidos (O GLOBO, 2020), não por falta de capacidade técnica, mas por falta de insumos.

Figura 7: Casos de COVID-19 por faixa etária no Estado de São Paulo até 10/04/2020



Fonte: Boletim Situação Epidemiológica – 44 Novo Coronavírus (COVID-19) (SÃO PAULO, 2020c).

A Região do Grande ABC é uma das mais atingidas no Estado de SP no início da curva de disseminação viral. Por isso, municípios da região também estão construindo hospitais de campanha, a fim de criar leitos para o atendimento dos casos de COVID-19. Em Santo André, os novos leitos ficarão no estádio Bruno Daniel, no Complexo Esportivo Pedro Dell’Antonia e na quadra poliesportiva da UFABC (Universidade Federal do ABC). Dos 400 leitos, 30 serão de unidade de terapia intensiva (UTI) (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2020b), 30 serão de transição, utilizados para estabilização do paciente, e 270 destinados para paciente de baixa e média complexidade (IG, 2020). Já em Mauá, a estrutura contará inicialmente com 30 leitos e 40 profissionais para atender pessoas infectadas pelo vírus (IG, 2020).

Figura 8: Distribuição dos casos de SRAG confirmados para COVID-19 segundo a faixa etária no Estado de São Paulo até 08/04/2020

Faixa etária (anos)	Cura	Óbito	Internado
0 a 9	4	0	12
10 a 19	2	2	5
20 a 29	23	3	44
30 a 39	89	14	179
40 a 49	96	21	258
50 a 59	108	34	299
60 a 69	114	99	277
70 a 79	60	120	198
80 a 89	36	91	101
90 +	5	44	17
Total	537	428	1.390

Fonte: Boletim Epidemiológico – COVID-19 08/04/2020 (SÃO PAULO, 2020b).

Maneiras de prevenção contra a COVID-19

Mantenha-se informado em sites confiáveis e oficiais, como de universidades, de agências de pesquisa, do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, sobre os últimos notícias a respeito da COVID-19. Além disso, a OPAS (2020) recomenda que se faça as seguinte ações para cuidar da saúde individual e proteger a dos outros:

- Lave as mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool, para matar vírus que podem estar nas suas mãos.
- Mantenha pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa que esteja tossindo ou espirrando.
- Evite tocar nos olhos, nariz e boca. As mãos tocam muitas superfícies e podem ser infectadas por vírus. Uma vez contaminadas, as mãos podem transferir o vírus para os olhos, nariz ou boca.
- Certifique-se de que você e as pessoas ao seu redor seguem uma boa “etiqueta respiratória”, ou seja, cobrir a boca e o nariz com a parte interna do cotovelo ou lenço quando tossir ou espirrar (em seguida, descarte o lenço usado imediatamente).
- Não compartilhe objetos de uso pessoal como talhares e toalhas.
- Fique em casa. Caso tenha febre persistente há mais de três dias, tosse e dificuldade em respirar, procure atendimento médico. Siga as instruções da Secretaria do Estado da Saúde, porque sempre terão as informações mais atualizadas sobre a situação em sua área.
- Pessoas doentes devem adiar ou evitar viajar para as áreas afetadas por coronavírus. Áreas afetadas são países, áreas, províncias ou cidades onde há transmissão contínua, não áreas com apenas casos importados.
- Os viajantes que retornam das áreas afetadas devem monitorar seus sintomas por 14 dias e seguir os protocolos nacionais do país onde se encontra, e se ocorrerem sintomas, devem entrar em contato com um médico e informar sobre o histórico de viagem e os sintomas.

- Tome a vacina contra a influenza. A vacina não tem eficácia contra o coronavírus, porém, neste momento, irá auxiliar os profissionais de saúde na exclusão do diagnóstico para coronavírus, já que os sintomas são parecidos, além de ajudar a reduzir a procura por serviços de saúde (BRASIL, 2020e).

O uso de máscaras

A OMS aponta que o uso de máscaras não é necessário para pessoas que não apresentem sintomas respiratórios, porém reconhece que as máscaras podem ser usadas em alguns países de acordo com os hábitos culturais locais (OPAS, 2020).

Em 06 de abril de 2020, o Ministério da Saúde emitiu a Nota Informativa Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS que recomenda que máscaras cirúrgicas e N95/PFF2 sejam priorizadas para os profissionais, considerando que os serviços de saúde são os locais com maior potencial de concentração de vírus, ao mesmo tempo em que a manutenção de suas atividades precisar ser garantida, mediante ações que visem a proteção de profissionais e pacientes (BRASIL, 2020e).

Algumas pesquisas mostram que a utilização de máscaras caseiras impede a disseminação de gotículas expelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e na diminuição de casos (BRASIL, 2020e). Nesse sentido, o Ministério da Saúde passou a sugerir que a população produza as suas próprias máscaras caseiras, utilizando tecidos que podem assegurar uma boa efetividade se forem bem desenhadas e higienizadas corretamente (BRASIL, 2020e). Os tecidos recomendados para utilização como máscara são, em ordem decrescente de capacidade de filtragem de partículas virais:

- a) Tecido de saco de aspirador
- b) Cotton (composto de poliéster 55% e algodão 45%)
- c) Tecido de algodão (como camisetas 100% algodão)
- d) Fronhas de tecido antimicrobiano

O importante é que a máscara seja feita nas medidas corretas cobrindo totalmente a boca e nariz e que esteja bem ajustada ao rosto, sem deixar espaços nas laterais (BRASIL, 2020e).

A COVID-19 e as demais espécies de animais não-humanos

Existem diversas espécies de coronavírus, porém o SARS-CoV-2 parece só atingir os humanos, conseqüentemente, a via de transmissão predominante da COVID-19 é de humano para humano. As evidências atuais sugerem que o vírus SARS-CoV-2 surgiu de uma fonte animal (WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH - OIE, 2020). Os dados do sequenciamento genético revelam que o SARS-CoV-2 é um parente próximo de outros CoV encontrados circulando em populações de morcegos *Rhinolophus* (morcego-ferradura). No entanto, até o momento, não há evidências científicas suficientes para identificar a fonte do vírus ou para explicar a rota original de transmissão ao ser humano, que pode ter envolvido um hospedeiro intermediário, como o pangolim (OIE, 2020).

São necessárias investigações para encontrar a fonte, determinar como o vírus entrou na população humana e estabelecer o papel potencial de um reservatório animal nesta doença (OIE, 2020). Dessa maneira, é inadmissível vincular xenofobia em uma pandemia, porque os primeiros pacientes chineses estiveram no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, que é um mercado com animais vivos, próximo a data em que começaram a apresentar o quadro clínico. Contudo, vale ressaltar que os

hábitos de higiene no preparo e consumo de alimentos de origem animal influenciam na disseminação de doenças entre as espécies, bem como o bem-estar animal que servirá como fonte de alimento humano. Sabe-se ainda, que no território brasileiro há comércio ilegal de animais silvestres que servem para consumo, bem como locais insalubres para o abate e a venda de produtos de origem animal.

Com a ampla distribuição da COVID-19 na população humana, existe a possibilidade de alguns animais serem infectados através do contato próximo com seres humanos infectados (OIE, 2020). A infecção de animais com o SARS-CoV-2 pode ter implicações na saúde e bem-estar dos animais e na conservação da vida selvagem (OIE, 2020).

Até o momento, não há evidências de que os animais de companhia tenham um papel significativo na disseminação da doença (OIE, 2020). Portanto, não há justificativa para tomar medidas contra animais de companhia que possam comprometer seu bem-estar, como o abandono de cães e gatos.

Alguns cães e gatos (gatos domésticos e um tigre) testaram positivo para o SARS-CoV-2 após contato próximo com humanos infectados (OIE, 2020). Até agora, esses parecem ser casos isolados e não há evidências de que os animais de companhia estejam desempenhando um papel na disseminação de doenças humanas (OIE, 2020).

Estão em andamento estudos para entender melhor a suscetibilidade de diferentes espécies animais ao vírus SARS-CoV-2 e avaliar a dinâmica da infecção em espécies animais suscetíveis (OIE, 2020).

Achados preliminares de estudos de laboratório sugerem que, das espécies animais investigadas até o momento, os gatos são as espécies mais suscetíveis ao SARS-CoV-2 e podem ser afetados por doenças clínicas (OIE, 2020). No laboratório, os gatos foram capazes de transmitir infecções a outros gatos. Os furões também parecem ser suscetíveis às infecções, mas menos às doenças (OIE, 2020). No ambiente de laboratório, os furões também foram capazes de transmitir infecções a outros furões (OIE, 2020). Os cães parecem suscetíveis à infecção, mas são menos afetados que os furões ou gatos (OIE, 2020). Os morcegos egípcios também foram infectados no laboratório, mas não mostraram sinais de doença ou a capacidade de transmitir infecções de forma eficiente a outros morcegos (OIE, 2020).

Até o momento, resultados preliminares de estudos sugerem que aves e suínos não são suscetíveis à infecção por SARS-CoV-2 (OIE, 2020).

Atualmente, não há evidências de que os animais de companhia estejam desempenhando um papel epidemiológico significativo nessa doença humana (OIE, 2020). No entanto, como animais e pessoas às vezes podem compartilhar doenças, as zoonoses, ainda é recomendável que pessoas doentes com COVID-19 limitem o contato com companheiros e outros animais (OIE, 2020).

Independente da pandemia, ao manusear e cuidar de animais, sempre devem ser implementadas medidas básicas de higiene, como lavar as mãos antes e depois de andar ou manusear animais, alimentos ou suprimentos, além de evitar beijar, lamber ou compartilhar alimentos (OIE, 2020).

Quando possível, as pessoas que estão doentes com COVID-19 devem evitar contato próximo com seus animais de estimação e ter outra pessoa cuidando de seus animais (OIE, 2020). Se doentes com COVID-19 tiverem que cuidar de seu animal de estimação, devem manter boas práticas de higiene e usar uma máscara facial, se possível (OIE, 2020). Os animais pertencentes a tutores infectados com COVID-19

devem ser mantidos em ambientes fechados e o contato com outros animais deve ser evitado o máximo possível (OIE, 2020).

Há muitas lacunas para serem preenchidas em relação à COVID-19 e ao SARS-CoV-2. Todos os esforços e pesquisas são necessários para que o mundo possa enfrentar e superar essa pandemia.

Stefanie Sussai. Médica Veterinária, formada pela Univ. Anhembi Morumbi, com “graduação sanduíche” através do Programa Ciência sem Fronteiras, na University of Wisconsin - Madison, EUA. Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pelo Depto. de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Fac. de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Fundadora do Coletivet - Grupo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo da Univ. Anhembi Morumbi. Coordenadora dos Médicos Veterinários de Rua da Associação Médicos do Mundo. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/0554636283683744>

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus.** Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2020a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico 07 Especial: doença pelo coronavírus 2019.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/06/2020-04-06---BE7---Boletim-Especial-do-COE---Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico 08 Especial: doença pelo coronavírus 2019.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/09/be-covid-08-final.pdf>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico diário COVID-19.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/10/10.04.2020-COVID.pdf>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Começa segunda vacinação para a gripe.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46567-comeca-segunda-feira-vacinacao-contragripe>>. Acesso em: 8 abr. 2020e.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Informativa Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS.** Disponível em: <O uso de máscaras não é necessário para pessoas que não apresentem sintomas respiratórios. No entanto, máscaras podem ser usadas em alguns países de acordo com os hábitos culturais locais.>.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **São Caetano e São Bernardo registram primeiros casos de coronavírus na região.**

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Santo André decide montar terceiro hospital de campanha.** Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3377464/santo-andre-decide-montar-terceiro-hospital-de-campanha>>. Acesso em: 10 abr. 2020b.

G1. **Taxa de isolamento social em SP cai para 49%, menor índice desde o início da quarentena, diz governo estadual.**

GUIA DO ESTUDANTE. **Pandemia do coronavírus: o que significa contenção, mitigação e supressão.** Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/pandemia-do-coronavirus-o-que-significa-contencao-mitigacao-e-supressao/>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

IG. **No ABC paulista, Santo André e Mauá montam hospitais de campanha para Covid-19.** Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-04-03/abc-paulista-monta-hospitais-de-campanha-para-pacientes-com-covid-19.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

O GLOBO. **Coronavírus: Brasil é o país que menos testa entre os mais atingidos pela COVID-19.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-brasil>>

o-pais-que-menos-testa-entre-mais-atingidos-pela-covid-19-24363482>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Q&A on coronaviruses (COVID-19)**. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 8 abr. 2020.

PREFEITURA DE DIADEMA. **Balanco Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=2906492559431469&set=a.583733871707361>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE MAUÁ. **Boletim Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=2996491390406877&set=a.473596989363009>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES. **Boletim COVID-19 Ribeirão Pires**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=2817987184945885&set=a.142545815823382>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA. **Boletim Coronavírus (COVID-19) - 09/04/2020**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=2654076634721152&set=a.594201780708658>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Santo André - COVID-19**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=3794067020664443&set=a.542113139193197>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Boletim Coronavírus São Bernardo do Campo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=3205945316122990&set=a.744421252275421_SBC>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL. **Boletim COVID-19 São Caetano do Sul**. Disponível em: <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/images/2020/boletins/20200410-boletim-completo-covid19-pmscs_1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

REUTERS. **Doria prorroga quarentena do coronavírus em SP até 22 de abril**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/06/doria-prorroga-quarentena-do-coronavirus-em-sp-ate-22-de-abril.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Coronavírus**. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus.html>>. Acesso em: 8 abr. 2020a.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Boletim Epidemiológico COVID-19**. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/boletim/boletim07_covid19_080420.pdf>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Novo Coronavírus (COVID-19) Situação Epidemiológica - 44**. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus/coronavirus100420_44situacao_epidemiologica.pdf>.

TELESSAÚDERS. **Qual a diferença de distanciamento social, isolamento e quarentena?** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de>

distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Dicionário de Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses**. Disponível em:

<<https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/view.php?id=895978&mode&hook=ALL&sortkey&sortorder&fullsearch=0&page=16>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

UOL. **OMS: fim do confinamento antes da hora pode causar “retorno mortal” da Covid-19**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/04/10/oms-fim-do-confinamento-antes-da-hora-pode-causar-retorno-mortal-da-covid-19.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH - OIE. **Questions and Answers on the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19)**. Disponível em: <<https://www.oie.int/en/scientific-expertise/specific-information-and-recommendations/questions-and-answers-on-2019novel-coronavirus/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

4. O QUE SABEMOS SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS SARS-COV-2?

Adriana de Brito
Rana Zahi Rached

Resumo Executivo

Um conjunto de casos fatais de pneumonia teve atenção, a partir de dezembro de 2019, causados por um coronavírus previamente desconhecido que se espalhou rapidamente, causando disseminação e pandemia. Com base em critérios científicos e clínicos, a nova doença foi chamada Doença de Coronavírus de 2019 (COVID-19) e o novo coronavírus de SARS Coronavirus-2 (SARS-CoV-2), enfatizando sua estreita relação com o vírus SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave – sigla em inglês), causador da epidemia de 2002 (SARS-CoV). Por meio de seleção natural, o vírus foi provavelmente transmitido de uma fonte animal aos humanos e, por adaptação, permaneceu neste novo hospedeiro. Dessa forma, a comunidade científica tem acelerado as pesquisas e as descobertas sobre os fatores relacionados à origem do vírus, patogênese da doença, opções de tratamento, fatores de risco, e também para o desenvolvimento de vacinas eficazes que sejam capazes de neutralizar ou controlar a infecção.

Introdução

O Coronavírus (CoV) pertence a uma família grande de vírus causadores de infecções no sistema respiratório, gastrointestinal, hepático, sistema nervoso central de humanos e animais como aves, morcegos, camundongos e animais selvagens. Foram isolados pela primeira vez, em 1937, e na década de 60, com o avanço da ciência, foi identificada a estrutura semelhante a uma coroa, que originou o nome Coronavírus. Pertence à família *Coronaviridae*, subfamília *Coronavirinae* e possui quatro gêneros: *Alphacoronavírus*, *Betacoronavírus*, *Gammacoronavírus* e *Deltacoronavírus*(Chen, Liu, Guo, 2020).

Antes de 2019 havia apenas seis CoVs de importância clínica humana e veterinária, sendo HCoV-229E e HCoV-NL63 do gênero *Alphacoronavírus* e SARS-CoV, MERS-CoV, HCoV-OC43, HCoV-HKU1 do gênero *Betacoronavírus*. Em geral, infectam trato respiratório superior, causando doenças respiratórias leves e, em casos raros, alguns deles podem causar infecção grave em bebês, crianças pequenas e idosos. Em cães afetam o trato entérico, que comentaremos adiante. O SARS-CoV e o MERS-CoV infectam o trato respiratório inferior (pulmões, brônquios e bronquíolos) e causam síndrome respiratória aguda severa em humanos e foram os responsáveis pelos surtos em 2002 e 2012, respectivamente (LI et al., 2020; CHEN, LIU, GUO, 2020)

Coronavírus em animais

Existem espécies de CoV do gênero *Alphacoronavírus* que afetam cães e causam doença entérica, com enterite leve a moderada que, em combinação com outros patógenos, pode tornar-se grave com diarreia, vômitos, desidratação, perda de apetite e até morte (PRATELLI et al., 2004). A vacinação anual desses animais inclui o beta-CoV que atinge especificamente esta espécie e leva o cão a uma resposta sistêmica e humoral que protege seu intestino do vírus, evitando sua disseminação, mas que não pode ser aplicada em humanos (ACREE; EDWARDS; MICHAEL, 1986). Já em gatos,

a peritonite infecciosa felina (PIF) é uma doença sistêmica de alta letalidade causada por uma mutação sofrida pelo CoVF (Coronavírus felino) que afeta em maior frequência gatos jovens com idade entre 3 a 16 meses, provenientes de gatis ou abrigos (PEDERSEN, 2014).

Uma das grandes dúvidas que pairam na atual pandemia causada pelo SARS-CoV-2 é a possibilidade de contágio de animais de companhia, tanto pelo fato de adoecerem quanto pela possibilidade de, estando infectados, transmitirem aos humanos. Entretanto, sua relação com esses animais ainda não foi totalmente esclarecida. Atualmente existem evidências limitadas de que animais de estimação (cães e gatos) possam ser infectados e não existem estudos que comprovem que possam ser uma fonte de transmissão para outros animais ou humanos (WSAVA, 2020). Contudo, as informações estão mudando a cada dia, pois muitos centros de pesquisa no mundo têm estudado o assunto.

A Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) tem se manifestado repetidamente nos últimos dias sobre a Covid-19 e reafirmou que, até o momento, não há evidências de que os animais de estimação desempenhem algum papel na disseminação da doença.

O tema surgiu depois do relato de dois cães em Hong Kong testarem positivos para o SARS-CoV-2. E, posteriormente, um gato na Bélgica também teve resultado positivo no mesmo teste. Contudo o fato desses animais terem sido infectados não insere as espécies na epidemiologia da doença (LOEB, 2020). Confluindo com notícias incompletas, pessoas começaram a questionar os médicos veterinários sobre a presença de vacina contra Coronavírus para cães e a possibilidade de seu uso para humanos. Conforme já comentado, a vacina é específica aos cães e não é eficaz para humanos.

A Origem do SARS-CoV-2

O SARS-CoV-2 é o novo coronavírus responsável pela atual pandemia e o sétimo coronavírus que atinge humanos do gênero *Betacoronavirus* (Li et al., 2020).

Os primeiros casos da doença causada pelo SARS-CoV-2, conhecida como COVID-19 (do inglês *Corona Virus Disease*), aconteceram em de 2019 na China, a partir do consumo *in natura* de uma possível fonte animal proveniente de um mercado popular na província de Hubei. Essa é a teoria mais apoiada até o momento, sendo que um humano teria consumido um animal silvestre sem cozimento adequado e, após sua entrada no organismo humano, o vírus se adaptou ao novo hospedeiro. (Cheng e Shan, 2020). Para comprovar a origem do seu surgimento, foi realizado estudo de genética reversa que identificou 96% de similaridade do coronavírus encontrado em morcegos com o SARS-CoV-2. Todavia, existem divergências moleculares no domínio das proteínas virais usadas no reconhecimento de receptores celulares de humanos, apesar dessa elevada similaridade. Investigando-se outros animais descobriu-se maior similaridade com o coronavírus presente em mamífero da espécie *Malayan pangolins*, considerado o provável animal transmissor aos humanos. Assim, foi possível prever duas hipóteses plausíveis que explicam o seu surgimento; a primeira a partir de uma seleção natural de um hospedeiro animal antes da transferência zoonótica ao homem e, a segunda é a possibilidade de que a seleção natural tenha ocorrido após transferência zoonótica dos animais para os humanos (Andersen, Rambaut, Lipkin, 2020).

Período de Incubação

Compreender os períodos de incubação é muito importante, pois permite que as autoridades de saúde introduzam sistemas de quarentena mais eficazes para casos suspeitos. As melhores estimativas atuais do SARS-CoV-2 é que o período pré-patente varia de 2 a 14 dias, com média de 6,4 dias para início dos sintomas (Rabi et al., 2020). De acordo com o estudo de Lauer e colaboradores, 2020, esse período pode estender-se até 22,5 dias. Por esse motivo, a quarentena ou monitoramento ativo de pessoas potencialmente expostas ao SARS-CoV-2, por um período de monitoramento mais longos possam ser justificados nessas situações ou em casos extremos.

Transmissão Assintomática

A transmissão da infecção por indivíduos assintomáticos tem sido bastante comum e desafiadora para controlar a disseminação da doença. Os pacientes sintomáticos atingem o pico das cargas viral nos primeiros dias de sintomas, enquanto que os assintomáticos podem ter uma carga viral similarmente alta sem apresentar sintomas (Rabi et al., 2020). Dessa forma, são importantes fontes de transmissão silenciosa do vírus à comunidade, favorecendo a sua disseminação. Sabe-se que o SARS-CoV-2 tem elevada transmissibilidade, e a transmissão via assintomáticos aumenta o risco de contaminação em massa.

Transmissão e Infecção do SARS-CoV-2

A transmissão pode ocorrer de duas formas: por inalação de partículas virais suspensas no ar, provenientes de saliva, tosse, espirro e aerossóis nasais, ou através do contato direto com objetos contaminados com partículas virais, que podem ser levadas pelas mãos aos olhos, boca e nariz. Essa forma de contaminação ocorre pela capacidade do vírus permanecer por até 7 dias em determinados materiais, dependendo das condições ambientais. O estudo de van Doremalen e colaboradores (2020) identificou que o novo coronavírus fica disperso no ar, em média por 2 a 3 horas, em plásticos por 72 horas, em aço inoxidável por 48 horas, cobre por 4 horas e papelão por 24 horas, favorecendo sua disseminação, transmissão e o aumento rápido do número de casos da COVID19.

As infecções virais dependem da porta de entrada do vírus que utiliza o mecanismo celular do hospedeiro para replicar várias cópias virais que são subsequentemente eliminadas pela célula hospedeira. Como o mecanismo de infecção por SARS-CoV e SARS-CoV-2 é basicamente o mesmo, utilizam como receptor a enzima conversora de angiotensina-2 (ACE2) para infectar a célula. ACE2 está presente em células da mucosa humana como olhos, boca e nariz, e, essencialmente, todos os demais tecidos, o que pode favorecer a disseminação viral do COVID-19 (Dnaser, Epsterin, Battle, 2020; Sun et al., 2020).

Patogênese

A sua patogênese ainda não está totalmente esclarecida, entretanto, a gravidade da doença está fortemente correlacionada com um aumento significativo de infiltrado de células inflamatórias nos alvéolos pulmonares, decorrente da produção excessiva de proteínas pró-inflamação. Os casos mais frequentes apresentam sintomas como febre e sintomas respiratórios leves. Os casos graves evoluem para quadros semelhantes aos de uma pneumonia grave. As doenças que afetam o funcionamento do sistema imunológico, como as imunodeficiências, diabetes, envelhecimento, doenças

autoimunes, terapia oncológica e uso de imunossupressor, dificultam a eliminação do vírus por células do sistema imune e podem agravar a doença, levando ao óbito. Imunologicamente, durante a fase aguda de uma infecção há consistente produção de anticorpos contra um vírus específico. Na maioria dos pacientes os anticorpos podem ser detectados a partir do 3º dia, em muitas infecções, exceto para aqueles com imunodeficiência, os quais podem ter sua produção atrasada ou ineficaz (Xiao, Wu, Liu, 2020).

Susceptibilidade e Risco

De acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), a COVID-19 parece ser rara entre crianças com sintomas leves, e acometeu cerca de 2,4% do total de casos relatados em crianças e adolescentes (menores de 19 anos), enquanto pessoas com mais de 60 anos ou com antecedentes de doenças crônicas apresentaram maior risco de desenvolver doença grave e morte. Embora a idade seja um fator importante para gravidade dos sintomas, outros fatores de risco, como histórico de doenças subjacentes e/ou co-infecção com outras infecções como o vírus Influenza, podem acelerar a evolução dos sintomas e levar a mau prognóstico da doença.

Estudo realizado por Liu e colaboradores 2020 comparou diferentes grupos etários e notou que os idosos tiveram aumento do número de leucócitos e neutrófilos, diminuição de linfócitos, aumento de proteína C reativa, alterações pulmonares, presença atrofia muscular, redução da depuração das vias aéreas, redução reserva pulmonar, significativamente diferentes de jovens e grupos de meia-idade. A incidência de lesões multilobulares em pacientes idosos é também significativamente maior, o que justifica o elevado risco nessa faixa etária (Liu et al., 2020).

Desenvolvimento de Vacina

Não existe vacina ou tratamento específico à COVID-19, mas há o objetivo de se desenvolver uma vacina eficaz que induza a produção de substâncias neutralizantes. A medicina moderna e o avanço científico são capazes de fazê-las em um curto período de tempo. O desafio é saber qual estrutura proteica é a mais imunogênica para induzir a produção de anticorpos neutralizantes ou se devem ser utilizadas proteínas purificadas dos patógenos ou ainda, a partícula viral inteira (vacinas vivas e atenuadas). Dependendo do caso, a criação de uma nova vacina eficaz pode levar anos. Tem-se buscado alternativamente, as vacinas baseadas em RNAm que, ao entrar nas células, são traduzidas em moléculas de antígenos que por sua vez estimulam o sistema imunológico. A produção de vacinas baseadas em RNA é mais rápida e mais barata que as vacinas tradicionais. Esse processo foi usado efetivamente contra alguns cânceres e ensaios clínicos estão em andamento para vários outros tipos de câncer e pode ser uma grande vantagem em situações de pandemia (Rabi et al., 2020).

Adriana de Brito. Gestora do curso de graduação em Biomedicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Doutora em Biofotônica, ênfase em Biologia Celular e Molecular (2016). Mestre em Microbiologia, ênfase em Imunovirologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Biomedicina (habilitação em Análises Clínicas) pela Universidade Metodista de São Paulo (2004). Curso pós-graduação MBA em Gestão da Saúde com ênfase em Administração Estratégica na Universidade Estácio de Sá (2019). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9059872659678287>

Rana Zahi Rached. Gestora do curso de graduação Medicina Veterinária da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Formada em Medicina Veterinária pela Universidade Paulista (2002), Especialização em Gestão da Qualidade e Segurança de Alimentos pela Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (2003) e Mestrado em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio pelo Instituto Biológico de São Paulo (2009). Doutoranda em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Sorocaba. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3463394066375698>

Referências Bibliográficas

ACREE, I. W. M.; EDWARDS, B.; MICHAEL, A. **United States Patent** (19). n. 504, 1986.

ANDERSEN, K. G., RAMBAUT, A., LIPKIN, W. I. et al. **The proximal origin of SARS-CoV-2.** Nat Med (2020). <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>

CHEN, Y., LIU, Q., GUO, D. **Emerging coronaviruses: Genome structure, replication, and pathogenesis.** J Med Virol. 2020 Apr;92(4):418-423. doi: 10.1002/jmv.25681.

CHENG, Z. J., SHAN, J. 2019 **Novel coronavirus: where we are and what we know.** Infection. 2020 Apr;48(2):155-163. doi: 10.1007/s15010-020-01401-y.

DANSER, A. H. J., EPSTEIN, M., BATLLE, D. **Renin-Angiotensin System Blockers and the COVID-19 Pandemic: At Present There Is No Evidence to Abandon Renin-Angiotensin System Blockers.** Hypertension. 2020, doi: 10.1161/hypertensionaha.120.15082.

JUNG, K. **Animal Coronaviruses.** n. May 2013, p. 15–24, 2016.

KOLIFARHOOD, G., AGHAALI, M., MOZAFAR SAADATI, H., TAHERPOUR, N., RAHIMI, S., IZADI, N., HASHEMI NAZARI, S. S. **Epidemiological and Clinical Aspects of COVID-19; a Narrative Review.** Arch Acad Emerg Med. 2020 Apr 1;8(1):e41.

LAUER, S. A., GRANTZ, K. H., BI, Q., JONES, F. K., ZHENG, Q., MEREDITH, H. R., AZMAN, A. S., REICH, N. G., LESSLER, J. **The Incubation Period of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) From Publicly Reported Confirmed Cases: Estimation and Application.** [Ann Intern Med.](#) 2020 Mar 10. doi: 10.7326/M20-0504.

LI, J. Y., YOU, Z., WANG, Q., ZHOU, Z. J., QIU, Y., LUO, R., GE, X. Y. **The epidemic of 2019-novel-coronavirus (2019-nCoV) pneumonia and insights for emerging infectious diseases in the future.** Microbes Infect. 2020 Mar;22(2):80-85. doi: 10.1016/j.micinf.2020.02.002.

LIU, K., CHEN, Y., LIN, R., HAN, K. **Clinical features of COVID-19 in elderly patients: A comparison with young and middle-aged patients.** J Infect. 2020 Mar 27. pii: S0163-4453(20)30116-X. doi: 10.1016/j.jinf.2020.03.005.

LOEB, J. **Pet dog confirmed to have coronavirus.** Veterinary Record, v. 186, n. 9, p. 265, 2020.

PEDERSEN, N. C. **An update on feline infectious peritonitis: Diagnostics and therapeutics.** Veterinary Journal, v. 201, n. 2, p. 133–141, 2014.

PRATELLI, A. et al. **Safety and efficacy of a modified-live canine coronavirus vaccine in dogs.** Veterinary Microbiology, v. 99, n. 1, p. 43–49, 2004.

RABI, F. A., AL ZOUBI, M. S., KASASBEH, G. A., SALAMEH, D. M., AL-NASSER, A. D. **SARS-CoV-2 and Coronavirus Disease 2019: What We Know So Far.** *Pathogens*. 2020 Mar 20;9(3). pii: E231. doi: 10.3390/pathogens9030231.

SU, S. et al. **Epidemiology, Genetic Recombination, and Pathogenesis of Coronaviruses.** *Trends in Microbiology*, v. 24, n. 6, p. 490–502, 2016.

SUN, P., LU, X., XU, C., WANG, Y., SUN, W., XI, J. **CD-sACE2 Inclusion Compounds: An Effective Treatment for Corona Virus Disease 2019 (COVID-19).** *J Med Virol*. 2020 Mar 31. doi: 10.1002/jmv.25804.

VAN DOREMALEN N., BUSHMAKER, T., MORRIS, D. H., HOLBROOK, M. G., GAMBLE, A., WILLIAMSON, B. N., TAMIN, A., HARCOURT, J. L., THORNBURG, N. J., GERBER, S. I., LLOYD-SMITH, J. O., DE WIT, E., MUNSTER, V. J. **Aerosol and Surface Stability of SARS-CoV-2 as Compared with SARS-CoV-1.** *N Engl J Med*. 2020 Mar 17. doi: 10.1056/NEJMc2004973.

WSAVA. **O Novo Coronavirus e Animais de Companhia - Informação para membros da WSAVA**, 2020.

XIAO, S.Y., WU, Y., LIU, H. **Evolving status of the 2019 novel coronavirus infection: Proposal of conventional serologic assays for disease diagnosis and infection monitoring.** *J Med Virol*. 2020 May;92(5):464-467. doi: 10.1002/jmv.25702.

Nota Técnica

5. CORONAVÍRUS E O DESFINANCIAMENTO DO SUS: REVOGAR A EC 95/2016 JÁ!^[1]

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

A nota técnica sustenta que o governo deveria encaminhar imediatamente uma Proposta de Emenda Constitucional que mude o prazo de vigência da EC 95/2016, para encerrar seus efeitos imediatamente após a promulgação. Desta forma, na prática, seria revogada a EC 95/2016, conforme mobilização que está ocorrendo sob a coordenação do Conselho Nacional de Saúde. E, conseqüentemente, deixaria de valer a regra de cálculo do piso federal do SUS e do teto de despesas primárias da União. Essas perdas sofridas pelo SUS agravaram o processo de subfinanciamento do SUS, fragilizando a estruturação do sistema em termos de pessoal, materiais, medicamentos, equipamentos e instalações, que nos dias de hoje, de combate ao Coronavírus, estão fazendo mais falta do que antes.

O combate à pandemia do Coronavírus parece ter despertado o interesse de diferentes setores da sociedade brasileira para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Está claro para todos que tem respeito ao conhecimento científico na área da saúde que, inicialmente, é preciso adotar medidas de distanciamento social para minimizar os efeitos negativos dessa pandemia para a saúde da população.

O governo precisa aumentar os gastos públicos por meio de aumento da dívida pública para financiar as despesas necessárias tanto na área da saúde, como nas demais áreas sociais e de infraestrutura urbana diretamente afetadas pelas conseqüências da queda do emprego e da renda decorrentes das medidas de distanciamento social que estão sendo adotadas e que precisam ser mantidas.

É necessário que se tomem medidas institucionais para possibilitar a retomada do processo de crescimento econômico após o final dessa pandemia. Uma das medidas diz respeito ao abandono da política econômica de austeridade fiscal que, desde 2015, está sendo responsável por recessão e/ou baixo crescimento econômico, sendo que a Emenda Constitucional 95/2016 foi a forma de materialização da austeridade fiscal.

A EC 95/2016 faz mal à sociedade, e à saúde em particular. A Tabela 1 apresenta os cálculos da perda do SUS como conseqüência da EC 95/2016 – R\$ 22,5 bilhões até o momento.

Tabela 1 - Perdas de Financiamento Federal do SUS a partir de 2018

Ano	Receita Corrente Líquida (RCL) (em R\$ milhões correntes)	Valor de Referência para o piso - 15% da RCL (em R\$ milhões correntes)	Valor Aplicado – Empenho 2018 e 2019 ¹ e Autorizado 2020 (em R\$ milhões correntes)	Perda Anual (R\$ milhões correntes)
	A	B = A x 15%	C	D = B - C
2018	805.348	120.802	116.821	-3.981
2019	905.659	135.849	122.270	-13.579
2020	869.100	130.365	125.443	-4.922
Total				-22.482

Elaboração Francisco Funcia, Rodrigo Benevides e Carlos Ocke-Reis. Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde - Planilhas de Execução Orçamentária e Financeira (de 2018 e 2019, posição dezembro encerrado), Relatório Anual de Gestão do Ministério da Saúde (2017 e 2018), Secretaria do Tesouro Nacional – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (3º quadrimestre de 2018 a 2019 e 1º bimestre de 2020) e valor empenhado em 2018 e 2019 e autorizado para 2020 do Siga Brasil (Senado Federal). Nota: (1) O valor empenhado em 2019 foi obtido pela dedução da receita dos royalties do petróleo de R\$ 344,4 milhões, que deve ser considerada como financiamento de despesa adicional ao piso federal do SUS.

Em termos de Receita Corrente Líquida, tanto o piso federal do SUS foi reduzido (de 15% em 2016 e 2017 para 13,95% em 2018 e 12,95% em 2019), como também houve queda do valor empenhado (de 15,77% em 2017 para 14,51% em 2018 e 13,54% em 2019).

O governo deveria encaminhar imediatamente uma Proposta de Emenda Constitucional que mude o prazo de vigência da EC 95/2016, para encerrar seus efeitos imediatamente após a promulgação. Desta forma, na prática, seria revogada a EC 95/2016, conforme mobilização que está ocorrendo sob a coordenação do Conselho Nacional de Saúde. E, conseqüentemente, deixaria de valer a regra de cálculo do piso federal do SUS e do teto de despesas primárias da União. Essas perdas sofridas pelo SUS agravaram o processo de subfinanciamento do SUS, fragilizando a estruturação do sistema em termos de pessoal, materiais, medicamentos, equipamentos e instalações, que nos dias de hoje, de combate ao Coronavírus, estão fazendo mais falta do que antes.

Além disso, neste momento, é preciso “dinheiro novo” para o Ministério da Saúde, pois o que houve até 26 de março foi apenas um remanejamento de dotações orçamentárias do próprio Ministério – foi retirado recurso da Atenção Básica e da Assistência Hospitalar e Ambulatorial para criar uma ação específica de combate ao Coronavírus.

Tabela 2 – Demonstrativo da Movimentação Orçamentária do Ministério da Saúde em 2020 com a criação da ação para enfrentamento do Coronavírus

Detalhamento Orçamentário	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Créditos Extraordinários	Cancelamentos e/ou Remanejamentos
Ações e Serviços Públicos de Saúde - Total Geral	125.136.864.837,00	125.136.864.837,00	4.838.795.979,00	-4.838.795.979,00
Subfunção 122 - Administração Geral	7.438.279.946,00	12.277.075.925,00	4.838.795.979,00	
21CO - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	0,00	4.838.795.979,00	4.838.795.979,00	
Subfunção 301 - Atenção Básica	29.718.301.017,00	26.553.351.778,00		-3.164.949.239,00
2E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS	5.920.000.608,00	2.755.051.369,00		-3.164.949.239,00
Subfunção 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	59.129.055.016,00	57.455.208.276,00		-1.673.846.740,00
2E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS	4.654.973.130,00	2.981.126.390,00		-1.673.846.740,00

Elaboração: Francisco R. Funcia, Rodrigo Benevides e Carlos Ocke-Reis. Fonte: Adaptado de Siga Brasil Relatórios. Consulta do Universo LOA2020 - Despesa Execução. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/orcamento/siqabrazil> (Acesso em 23/03/2020 às 01h42).

Notas

[1] Versão revisada do texto publicado originalmente na Revista Domingueira da Saúde nº 12, de março de 2020, editada eletronicamente pelo IDISA/Instituto de Direito Sanitário Municipal. Disponível em: <<http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-12-marco-2020>>.

Francisco R. Funcia. Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pesquisador e coordenador adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>.

Nota Técnica

6. SOBRE OS CUIDADOS *POST MORTEM* DAS VÍTIMAS DA COVID-19: UMA BREVE ANÁLISE JURÍDICA¹

David Pimentel Barbosa de Siena

Resumo Executivo

Infelizmente, estamos experimentando uma pandemia sem precedentes, na qual falecerão milhares de pessoas em todo território nacional. Esse período de absoluta excepcionalidade exige esforços extraordinários e a sinergia dos serviços de saúde, segurança pública, justiça, registros públicos, assistência social, entre outros. Os cuidados post-mortem são tão indispensáveis quanto as técnicas terapêuticas da Covid-19, pois em um cenário de pandemia, o contágio do coronavírus pode se dar inclusive pelo contato físico com o corpo da vítima.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020, a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). No estudo preliminar *Demographic science aids in understanding the spread and fatality rates of COVID-19*, pesquisadores da Universidade de Oxford estimaram que poderão ocorrer até 478 mil mortes pelo novo coronavírus somente no Brasil (DOWD 2020). Muito se tem falado sobre medidas de enfrentamento da emergência, porém por mais eficaz que seja a prevenção do contágio e tratamento da doença, ocorrerão muitos óbitos durante o período calamitoso.

O governo chinês interditou os funerais de vítimas do coronavírus, impondo a imediata cremação dos corpos em equipamentos instalados nas cercanias dos nosocômios onde os pacientes estavam internados. Até mesmo no Irã, país duramente atingido pela pandemia, os rituais fúnebres, como a tradição islâmica de lavar os corpos antes do sepultamento, foram suspensos, devido os riscos de contaminação. Já a Itália, também vigorosamente atingida pelo coronavírus, em especial na Lombardia, interditou toda sorte de cerimônias, inclusive os ritos fúnebres durante a quarentena. Em Portugal, a Direção-Geral de Saúde editou uma norma sobre cuidados *post-mortem* com cadáveres de pessoas infectadas pelo coronavírus, recomendando a cremação dos corpos e determinando, em caso de sepultamento, que a urna fúnebre não seja aberta.

No Brasil, quais são os cuidados que estão sendo adotados no *post mortem* com os corpos infectados? Tratando-se o Direito Funerário de matéria reservada à competência dos Municípios, diversas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro limitaram o acesso aos velórios (no máximo dez pessoas), além de proibirem a abertura da urna funerária, não sendo exigidas, até o presente momento, as zincadas.

Mas se tais medidas se revelarem insuficientes, do ponto de vista epidemiológico, o artigo 77, da Lei de Registros Públicos, estabelece que a cremação de cadáver poderá ser feita no *interesse da saúde pública* e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos. O termo saúde pública é equívoco, sendo por vezes tratado como um equivalente de *saúde coletiva ou comunitária*.

A saúde pública já foi definida como o “campo de conhecimento e de práticas organizadas institucionalmente e orientadas à promoção da saúde das populações (SABROZA, 1994). Em outros termos, saúde pública diz respeito às formas de agenciamento político/governamental (programas, serviços, instituições) no sentido de

dirigir intervenções voltadas às denominadas necessidades sociais de saúde (FIOCRUZ, 2020).

Na hipótese, a necessidade social de saúde, a depender da taxa de mortalidade decorrente da pandemia, poderá exigir a cremação, como forma de medida sanitária. Se houver considerável acúmulo de corpos infectados pelo coronavírus em nosocômios ou em serviços de verificação de óbito, restará agravados os riscos de infecção pela coletividade. Assim, com arrimo no princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública poderá determinar a cremação desses corpos. Isso porque, “a ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões: a doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições (FOUCAULT, 2015:163).

Nessa esteira, foi editada a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre as “medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Em seu artigo 3º foi prevista a exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver, como uma das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública.

A Portaria Interministerial n. 5, de 17 de março de 2020, dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. O seu artigo 2º prevê curiosamente que com relação às medidas emergenciais previstas no artigo 3º, da Lei nº 13.979, de 2020, entre elas, como dito, a cremação, “as pessoas deverão sujeitar-se ao seu cumprimento voluntário”. Ora, se essa norma verdadeiramente tem força cogente, a voluntariedade do seu cumprimento é de todo irrelevante.

Conforme o *caput* do artigo 77, da Lei de Registros Públicos, para a realização do sepultamento ou cremação é indispensável o chamado atestado de óbito, que é exclusivamente ato médico. Assim sendo, qual é o serviço de saúde competente para expedir o atestado de óbito?

Em se verificando *morte violenta* (v.g., homicídios dolosos ou culposos, latrocínios, suicídios etc), o que não é o caso das mortes decorrentes de Covid-19, a competência para diagnosticar a causa da morte é do Instituto Médico-Legal, ou seja, do perito oficial (médico-legista), tendo em vista o interesse na produção probatória indispensável para a persecução penal de crimes contra a vida. Existem ainda situações limites, costumeiramente denominadas de *morte suspeita*^[2], em que há dúvida se o óbito se deu por fatores endógenos ou exógenos. Tais hipóteses igualmente são de competência do perito oficial. Nesses casos, o médico-legista poderá se deparar com casos de Covid-19, principalmente quando o óbito se der fora do nosocômio. Se assim for, o perito oficial deverá encaminhar o corpo ao Serviço de Verificação de Óbito, nos termos do artigo 8º, Portaria MS n. 1.405, de 29 de junho de 2006.

Tratando-se de *morte natural*^[3] ^[4], com ou sem assistência médica, sem esclarecimento diagnóstico e, principalmente aqueles por efeito de investigação epidemiológica, como no atual cenário de pandemia, a competência para diagnosticar a causa da morte é do Serviço de Verificação de Óbito. Poderá ainda, no caso em que houver assistência médica, a morte natural ser atestada pelo médico que estava acompanhando o paciente, e na sua falta ou impedimento, por um médico substituto do nosocômio.

Com efeito, as mortes decorrentes das complicações da Covid-19 deverão ser atestadas pelo Serviço de Verificação de Óbito, e nunca pelo Instituto Médico-Legal, sem descartar a hipótese em que havendo acompanhamento médico, e, por exemplo, a vítima ser devidamente testada, o óbito ser atestado pelo profissional do nosocômio. Contudo, nem todas localidades contam com um SVO, sendo que nessas hipóteses a competência para atestar esses óbitos será do “médico do serviço público de saúde mais próximo do local onde ocorreu o evento; e na sua ausência, por qualquer médico” (art. 2º, da Resolução n. 1.779/2005).

Infelizmente, estamos experimentando uma pandemia sem precedentes, na qual falecerão milhares de pessoas em todo território nacional. Esse período de absoluta excepcionalidade exige esforços extraordinários e a sinergia dos serviços de saúde, segurança pública, justiça, registros públicos, assistência social, entre outros. Os cuidados *post-mortem* são tão indispensáveis quanto as técnicas terapêuticas da Covid-19, pois em um cenário de pandemia, o contágio do coronavírus pode se dar inclusive pelo contato físico com o corpo da vítima. Será necessário o desembolso de investimentos públicos^[5] para atender às demandas que surgirão em virtude da necessidade desses cuidados, com a finalidade de que se evite situações como aquelas vivenciadas no Irã ou na Itália, em que centenas de corpos estão se acumulando nos equipamentos públicos, vilipendiando os sentimentos aos mortos e colando em risco à saúde pública.

Inevitável, mesmo nos períodos ordinários, a morte é uma experiência de amplo conhecimento pela sociedade, uma vez que, pelas mais variadas causas, cerca de sessenta milhões de pessoas morrem anualmente, número que representa aproximadamente 1% da população mundial. Conforme aponta nossa literatura, “parece mesmo que cada época pode ser definida por uma forma de morrer típica, como, por exemplo, a peste e a cólera na Idade Média, a morte por tuberculose no Período Romântico, o câncer na Sociedade Industrial e a AIDS na Sociedade Pós-industrial” (MATTEDI, 2007:319). Será que a Covid-19 será nossa forma de morrer típica? Se assim for, devemos estar preparados, inclusive com os cuidados *post-mortem*.

Notas

[1] Versão revisada do texto publicado originalmente em Consultor Jurídico em 22 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-22/david-siena-aspectos-juridicos-cuidados-vitimas-covid-19>>.

[2] No âmbito do Estado de São Paulo, o artigo 2º, da Portaria DGP n. 14/2005, estabelece que devem ser consideradas como morte suspeita, a seguintes situações: (i) encontro de cadáver, ou parte relevante deste, em qualquer estágio de decomposição, no qual inexistam lesões aparentes ou quaisquer outras circunstâncias que, mesmo indiciariamente, apontem para a produção violenta da morte; (ii) morte violenta em que subsistam dúvidas razoáveis quanto a tratar-se de suicídio ou morte provocada por outrem; (iii) morte não natural onde existem indícios de causação acidental do evento exclusivamente por ato não intencional da própria vítima; (iv) morte súbita, sem causa determinante aparente, ocorrida de modo imprevisto, com a vítima fora do respectivo domicílio e sem a assistência de médico, familiar ou responsável. O diagnóstico da causa da morte em todas essas hipóteses é de competência do Instituto Médico-Legal.

[3] A Portaria MS n. 1.405, de 29 de junho de 2006, instituiu a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis (SVO). O artigo 8º dispõe que “os SVO serão implantados, organizados e capacitados para executarem as seguintes funções: I - realizar necropsias de pessoas falecidas de morte natural sem ou com assistência médica (sem elucidação diagnóstica), inclusive os casos encaminhadas pelo Instituto Médico Legal (IML); II -

transferir ao IML os casos: a) confirmados ou suspeitos de morte por causas externas, verificados antes ou no decorrer da necropsia; b) em estado avançado de decomposição; e c) de morte natural de identidade desconhecida.

[4] No âmbito do Estado de São Paulo, o artigo 3º, da Portaria DGP n. 14/2005, dispõe que “será empregado o título 'Morte Natural' para os casos de óbitos verificados no domicílio da vítima, ou com a assistência de familiares ou responsáveis, de causas aparentemente naturais, porém ausente atendimento atual por profissional de saúde ou inexistente médico a atestar a causa da morte, com a decorrente necessidade de encaminhamento ao Serviço de Verificação de Óbito”.

[5] A cremação no Brasil tem custo variável, de R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00.

David Pimentel Barbosa de Siena. Professor de Direito Penal da USCS. Coordenador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da USCS. Professor de Criminologia da Academia de Polícia (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP).

Referências Bibliográficas

DOWD, Jennifer Beam et al. Demographic science aids in understanding the spread and fatality rates of COVID-19. Disponível em: <https://osf.io/se6wy/?view_only=c2f00dfe3677493faa421fc2ea38e295>. Acesso em: 20 de março de 2020.

FIOCRUZ. Biblioteca de Saúde Pública. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=145&sid=103>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. Vivendo com a morte: o processamento do morrer na sociedade moderna. Cad. CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 319-330, Aug. 2007.

SABROZA, P. C. Saúde pública: procurando os limites da crise. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz, 1994.

7. SISTEMA PRISIONAL EM TEMPOS DA COVID-19

Ivo Alexandrino da Conceição

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objetivo apresentar a questão do sistema prisional brasileiro – após o reconhecimento do Estado Inconstitucional de Coisas destacado na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 – e as medidas de salvaguarda adotadas pelo Estado diante da decretação do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), decorrente da infecção pela COVID-19 (coronavírus).

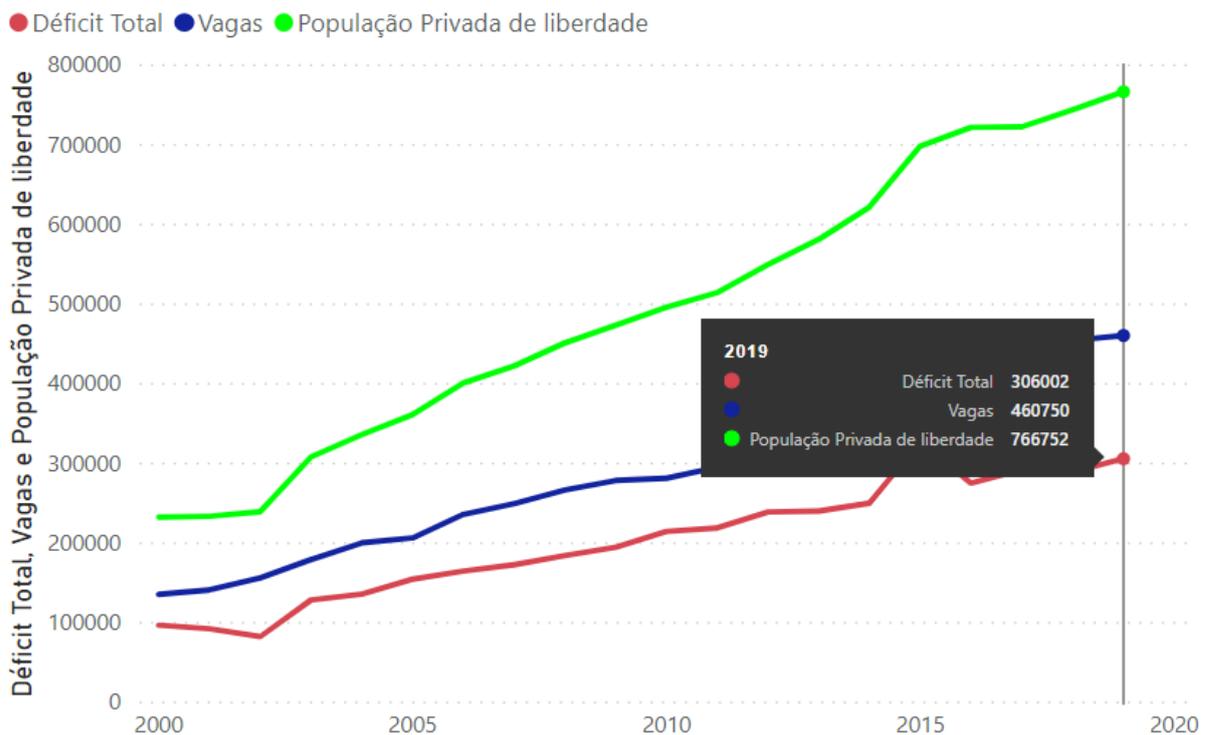
O panorama nacional do sistema penitenciário brasileiro e o cenário perfeito à proliferação de doenças infectocontagiosas

É fato notório a grave crise que atinge o sistema penitenciário brasileiro há décadas, cuja precariedade de condições básicas de higiene e superlotação aliadas a falta de prestação e auxílio à saúde e constantes violações aos direitos fundamentais dos presos demonstram o menosprezo do Estado com o cumprimento de seu dever de *zelar* pelas condições mínimas da – tão esperada para alguns – *dignidade da pessoa humana*.

Importante verificarmos que a precariedade do sistema penitenciário já foi alvo de pelo menos duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's), bem como teve seu estado inconstitucional de coisas reconhecido no julgamento da medida cautelar julgada na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, pelo STF, de modo a constatar a violação “(...) *massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas (...)*”.

Segundo dados do INFOPEN (sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro), do mês de junho de 2019 (os dados referentes ao segundo semestre de 2019, em que pese terem sido anunciados pelo Governo, somente serão disponibilizados em abril de 2020) há, no Brasil, um total de 766.752 pessoas privadas de liberdade. O número de vagas disponíveis nas unidades prisionais é de somente 460.750. Há, portanto, um déficit total de 306.002 vagas.

Déficit total e Vagas por Ano - Valores Absolutos



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do INFOPEN de junho de 2019

Importante notar que, dos números totais de pessoas presas, cerca de 1/3 (um terço) destas não está cumprindo pena, mas cumprindo medidas cautelares. Ou seja, seus processos não foram concluídos, e suas prisões cumprem um caráter de *medida cautelar* e têm de ter sua necessidade revista a cada 90 (noventa) dias conforme Parágrafo único, do Art. 316, do Código de Processo Penal.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, no julgamento da ADPF 347, declarou:

“A maior parte desses detentos está sujeita às seguintes condições: superlotação dos presídios, torturas, homicídios, violência sexual, celas imundas e insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida imprestável, falta de água potável, de produtos higiênicos básicos, de acesso à assistência judiciária, à educação, à saúde e ao trabalho, bem como amplo domínio dos cárceres por organizações criminosas, insuficiência do controle quanto ao cumprimento das penas, discriminação social, racial, de gênero e de orientação sexual. Com déficit prisional ultrapassando a casa das 206 mil vagas, salta aos olhos o problema da superlotação, que pode ser a origem de todos os males”.

A situação se demonstra ainda mais grave quando voltados os olhos para a questão da saúde dentro do sistema prisional. Constata-se uma insuficiência de estabelecimentos capacitados para atendimentos médicos, continua o Ministro:

“(…) somente 37% dos estabelecimentos prisionais possuem um módulo ou unidade de saúde, aparelhados para

atendimentos básicos compreendidos no conceito de atenção integral à saúde. Ainda de acordo com o mesmo relatório, somente 49% das unidades prisionais possui informações sobre a quantidade de pessoas que possuem alguns dos agravos mais comuns entre a população privada de liberdade. Mesmo diante desse crônico déficit de informações, em números absolutos, aproximadamente 235.628 pessoas possuem alguma moléstia, entre estas HIV, sífilis, hepatite ou tuberculose, todos estes agravos extremamente infectocontagiosos”.

Na CPI do sistema carcerário, finalizada em 2009, durante diligências voltadas à constatação das condições para assistência à saúde nos estabelecimentos prisionais, verificaram-se os seguintes relatos – que exemplificam uma gravíssima situação de precariedade nos atendimentos dentro do sistema prisional e podem ser constatadas na maioria as unidades prisionais nacionais:

“O jovem, no presídio Vicente Piragibe, localizado na cidade do Rio de Janeiro, carrega uma bolsa de colostomia. Tem que fazer cirurgia, mas... como para a administração é apenas mais um preso, está lá, carregando a bolsa, numa visão impressionante. A mesma situação foi encontrada em outras cadeias, como em Franco da Rocha, em São Paulo, onde o preso também tinha a bolsa pendurada na barriga e já estava assim há três anos. Ainda em Franco da Rocha, um preso mostrou à CPI a gangrena que comia o dedão do seu pé, que estava cheio de pus e já preto. Disse que a dor era insuportável, mas também não tinha atendimento médico. A situação era grave e as chances dele perder o pé eram grandes, caso não fosse atendido de imediato. Em Porto Velho, o preso esperou tanto tempo pelo atendimento, que a gangrena avançou demais... Depois de meses lutando e chorando por atendimento, foi levado ao hospital, onde recebeu a notícia de que teria que amputar o pé. Mas... não havia vagas, então, para tratar de um detento e fazer a cirurgia. Ele foi mandado de volta ao presídio, para aguardar até o dia em que surgisse uma possibilidade de cirurgia. O preso, um homem de mais de 60 anos, com o pé erguido para o alto, tinha uma visível expressão de dor e sofrimento. No Centro de Detenção Provisória, em Pinheiros, a CPI encontrou um homem com um enorme tumor no pescoço. Ele reclamava de dor e disse que, embora o caroço já tivesse feito dois aniversários, nenhum médico o havia atendido ainda”.

Não por outra razão, constatou-se que grande parte da população carcerária já convive com doenças infectocontagiosas, tais como tuberculose e HIV/AIDS. Chama a atenção, porém, a proporção de contaminação, que é muito superior aos índices das pessoas em liberdade, demonstrando-se a existência de um ambiente propício a disseminação de doenças.

“(...) a cada 100 pessoas presas em dezembro de 2014, 1,3 viviam com HIV. É uma taxa de prevalência bem superior à da população em geral, que gira em torno de 0,4%. Da mesma forma, 0,5% da população prisional vivia com sífilis, 0,6% com hepatite, 0,9% com tuberculose e 0,5% com outras doenças.

Segundo dados do Portal da Saúde, pessoas privadas de liberdade têm, em média, uma chance 28 vezes maior do que a população em geral de contrair tuberculose”.

Dentro deste sistema *acometido* pela superlotação, celas imundas, insalubres, minúsculas e mal estruturadas, tem-se a *tempestade perfeita* à proliferação de doenças infectocontagiosas, tais como o *coronavírus*.

Segundo informação prestada pela Exma. Juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, em ofício enviado ao STF no bojo do HC 143.641/SP, por requisição do Exmo. Min. Ricardo Lewandowski, é projetado que cerca de 10 mil presos no Brasil deverão precisar de internação em UTI. Os percentuais citados pela magistrada são baseados em informações técnicas do infectologista Luiz Antônio Teramussi²

“Tomando como referência os acontecimentos nos países asiáticos e europeus, se o cenário de lá se repetir no Brasil, estima-se que 80% da população carcerária seja contaminada pelo vírus, a maioria de forma branda ou assintomática; desses, estima-se que cerca de 20% pode precisar de internação e que desses, estima-se que 8% pode precisar de leito de UTI”.

A informação prestada pela magistrada é corroborada pelo parecer médico específico sobre os riscos e a ineficácia das medidas adotadas pelos Ministérios da Justiça e da Saúde e pelos Governos e Tribunais até agora no que toca à prevenção da COVID-19 no sistema prisional, produzido pela Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília – UnB, a pedido do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), para fundamentar o pedido de *tutela provisória incidental* formulado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa – Márcio Thomaz Bastos – IDDD, nos autos da ADPF 347:

“Em relação especificamente à população carcerária, o confinamento em celas ou outros espaços superlotados, sem ventilação, e com precárias condições de higiene torna as pessoas privadas de liberdade extremamente vulneráveis à infecção. Esse tipo de ambiente ficam rapidamente contaminados. Por isso, medidas para reduzir o número de pessoas presas têm sido adotadas por vários países como forma de evitar o agravamento desta crise de saúde coletiva. O vírus é altamente infeccioso, passando de pessoa para pessoa com muita rapidez”.

A falta de condições para tratamento dos presos quanto ao vírus da COVID-19 foi reconhecida pelo Diretor do Complexo Médico Penal do Departamento Penitenciário (DEPEN)/PR, que reconheceu *“a incapacidade estrutural do sistema penitenciário paranaense em prestar assistência à saúde à população prisional*.

²Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/04/coronavirus-presos-infectados-subnotificacao-sistema-prisional-do-brasil.htm>.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
COMPLEXO MÉDICO PENAL

CAERAPP
Avenida Ivone Tinetti, s/nº - CEP: 63.327-700 - Parque das Nascentes - Pinhais/PR
☎ (41) 3661-3000 - Fax (41) 3661-3014 - e-mail: camp@depen.pr.gov.br

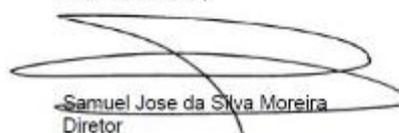
Ofício n.º 819/20

Pinhais, 17 de março de 2020.

[...]

Assim, conclui-se que o reduzido efetivo impactado pelo afastamento de relevante parte em decorrência do COVID-19, não é capaz de prestar o atendimento médico necessário à população prisional atual, quiçá em caso de proliferação da doença viral, sendo imprescindível a adoção de medidas preventivas, como as propostas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,



Samuel Jose da Silva Moreira
Diretor

Com notícias sendo atualizadas minuto a minuto fica difícil verificar a realidade de algumas situações. Algumas delas, porém, já informam que dezenas de agentes penitenciários e alguns detentos já foram detectados com coronavírus em alguns estados³.

Em que pese a falta de certeza das informações quanto ao atual estágio de contaminação dentro do sistema prisional até o momento, a única certeza é de que, dia após dia, o vírus continuará se propagando, tendo como ambiente perfeito de proliferação as prisões brasileiras. E em razão do alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus, que se agrava conforme os espaços de confinamento e a constante inobservância das condições mínimas de higiene, as unidades prisionais são lugares férteis à propagação e disseminação do vírus.

Ainda deve ser observado que parte da população carcerária já convive com doenças que geram uma maior suscetibilidade de complicação do estado de saúde dos presos, com aumento do risco de mortalidade. Além disso, a vulnerabilidade da população carcerária, diante da precariedade do atendimento no setor de saúde gera uma fragilidade maior aos presos que não terão o devido atendimento médico.

Medidas contra a proliferação do *coronavírus* e sua (contestável) aplicabilidade

Justamente em razão do cenário de risco iminente de disseminação do coronavírus no sistema prisional foram adotadas diversas medidas a fim conter o quadro de propagação dentro do sistema prisional, tais como a Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020, dos Ministérios de Estado da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, que "*Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.*", e a Portaria nº 135, de 18 de março de 2020, do Ministério de Estado da Justiça e Segurança Pública, que "*Estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando à prevenção da disseminação da COVID-19*", além da Recomendação nº 062/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que

³https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/09/interna_cidadesdf,843400/coronavirus-12-agentes-penitenciarios-e-um-pres0-estao-infectados.shtml

"recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo".

No Estado de São Paulo, a Secretária de Administração Penitenciária (SAP) informou, em Ofício de 08/04/2020, enviado ao Corregedor-Geral de Justiça, Ricardo Mair Anafe, ter intensificado as medidas de higiene nos estabelecimentos prisionais e determinado que novas pessoas que ingressem ao sistema prisional na Capital e região metropolitana serão destinadas à unidades prisionais do Belém I (que conta com 357 vagas disponíveis no sistema semelhante ao fechado e déficit de 235 vagas na ala de progressão penitenciária) e Belém II (que conta com déficit de 78 vagas no sistema semelhante ao fechado e déficit de 180 vagas na ala de progressão penitenciária), com isolamento dos demais presos, além de ter suspender as atividades educacionais e religiosas internas, o mesmo ocorrendo em relação ao trabalho externo e às visitas de familiares, o que foi determinado pelo Poder Judiciário bandeirante em liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança de nº.: 1015074-20.2020.8.26.0053, impetrado pelo Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo⁴.



Celas sem espaço para circulação de pessoas na ala de progressão penitenciária do CDP de Belém em 30/01/2017

Também no Estado de São Paulo houve o isolamento completo de um pavilhão do Centro de Progressão Penitenciária I, de Bauru, porque uma visitante que teria ingressado no presídio dias antes fora diagnosticada positivamente para o coronavírus⁵.

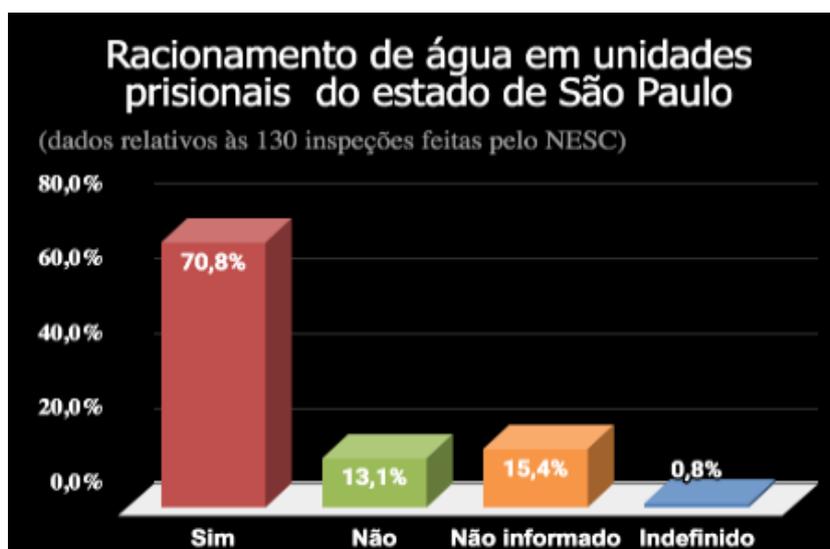
Algumas das medidas vêm sendo altamente criticadas em seu conteúdo, como a suspensão do direito de visita e de entrega de mantimentos externos, pois detém o condão de agravar a situação que já era caótica no interior dos estabelecimentos

⁴ Fonte: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-08/priso-es-sp-aumentam-higienizacao-isolam-novos-detentos-governo>.

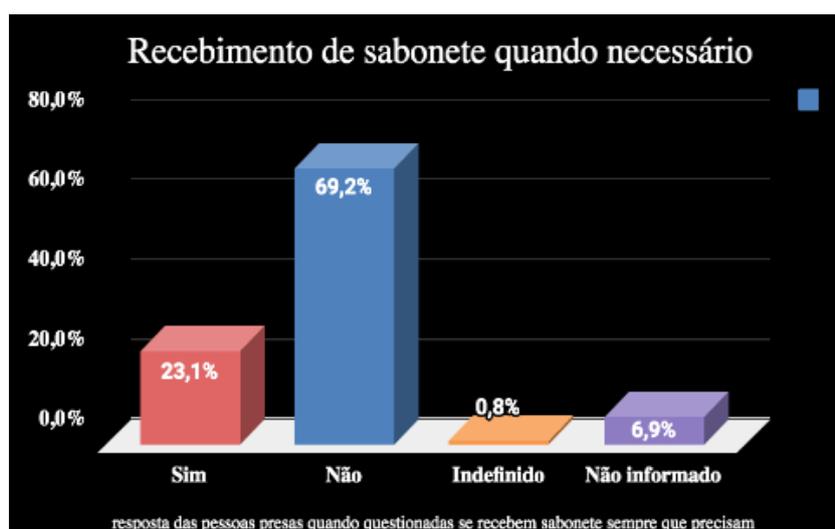
⁵ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/coronavirus-4-agentes-do-sistema-prisional-de-sp-sao-afastados.htm>

prisionais. Isto porque vários medicamentos e produtos de higiene eram levados justamente por visitantes externos.

Vê-se que as medidas desse ente federativo não são suficientes face à quantidade de irregularidades constatadas no sistema prisional deste estado. Conforme informações do Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC), da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que realiza visitas periódicas às unidades prisionais, 70,8% das unidades se utilizam da prática de racionamento de água – essencial à prática de higiene e lavagem das mãos.



Outra realidade no estado de São Paulo é a de que a maioria das unidades prisionais não conta com distribuição de kits de higiene de maneira periódica e suficiente. De 130 inspeções realizadas pelo NESC, cerca de 69% das pessoas presas entrevistadas pelos defensores afirmaram que não recebem sabonete todas as vezes que necessitam. Quanto a periodicidade, 20,8% informam não haver reposição dos itens de higiene, enquanto 23% informa receber apenas mensalmente os itens de higiene em sua maioria.



Entre as medidas – mesmo que bem vindas - como a do artigo 3º, da Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020, dos Ministérios de Estado da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, que dispõe quanto ao isolamento de presos

identificados o vírus da COVID-19, chama a atenção que tais medida possam não surtir efeitos em um sistema de considerável insuficiência de recursos e permanente violação de direitos e condições de higiene mínimas. Os estudos científicos demonstram que quanto maior o número de pessoas por metro quadrado mais a infecção se propaga.



Contagem - MG: 70 homens se espremem onde caberiam apenas 12



CPP de Pacaembu em 20/02/2018

Assim, as medidas destoam e parecem perder a validade dentro da realidade de um sistema cujo cenário de violação, massiva e persistente, de direitos fundamentais dos presos, consideradas falhas estruturais e a falência de políticas públicas foi reconhecido pelo STF, e parecem não fazer frente à precariedade do sistema prisional e rápida propagação da COVID-19. Com cerca de somente 37% dos estabelecimentos prisionais aparelhados com módulos ou unidades de saúde, para atendimentos básicos, resta evidente a incapacidade de atendimento de todos os detentos, o que

corroborar a ineficácia de medidas restritivas dentro do sistema prisional que demandem apoio técnico dos setores de saúde.

Se ninguém estava preparado para a pandemia decorrente do coronavírus o sistema prisional estava ainda mais despreparado e desguarnecido de condições para tratamento até mesmo das necessidades mais comezinhas do ser humano.

Tendo isso em mente, e, diante da incapacidade do Poder Público de fazer frente à crise que pode atingir o sistema prisional, considerando a competência jurídico-administrativa, os presos vêm no Poder Judiciário a possibilidade de tomadas de atitudes mais efetivas no intuito de salvar a saúde.

Considerando estar no Poder Judiciário uma das alternativas mais efetivas de apoio e solução da crise dentro do sistema penitenciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio da recomendação nº 062 de 2020, recomendou: "(...) aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo", que, entre outras, orientou aos tribunais a reduzirem a população do sistema prisional. Referida medida foi inclusive elogiada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em publicação na rede social *twitter* em 26 de março de 2020.

Dispõe a Recomendação nº 62/2020, do CNJ, entre outras medidas que visam a redução da população no sistema prisional:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco; b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus; c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

(...) Art. 5º Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula

Vinculante no 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às: a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco; b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus.(...) III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução; IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal; V – suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias”

O Subcomitê da Organização das Nações Unidas (ONU) para Prevenção da Tortura, em 25 de março, também recomendou a redução das populações prisionais sempre que possível como prevenção à pandemia.

Em Minas Gerais, o Tribunal de Justiça elaborou a portaria conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, que, em seu Art. 3º, orientou: “(...) *que todos os presos condenados em regime aberto e semiaberto devem seguir para prisão domiciliar, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução*”.

A Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro/RJ adotou medida liberando os presos que já haviam sido “*beneficiados com visita periódica ao lar*”, sem necessidade de retorno. Por sua vez o Poder Judiciário do estado de Santa Catarina determinou a liberação de 1.077 presos, antecipando-se a progressão ao regime aberto para as pessoas próximas de atingir o lapso temporal exigido na legislação, além daquelas que se enquadram no grupo de risco da doença, como idosos e portadores de diabetes, câncer, HIV etc.

O Tribunal de Justiça do estado de São Paulo também adotou medidas liberatórias e humanitárias em relação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pelo provimento nº 2546/2020, da Corregedoria Superior da Magistratura, que, entre outras medidas, suspendeu o cumprimento de medidas de internação-sanção pelo prazo de 30 dias, que podem ser prorrogáveis.

Em que pese tal cenário, não há ainda a concessão de nenhum pedido coletivo e de proporções efetivas para diminuição da população carcerária do estado de São Paulo pelo Poder Judiciário nesse período. Há decisões pontuais em situações individuais, o que não minimiza o caos do sistema carcerário.

Várias das providências, porém, têm dependido da análise individualizada dos casos, o que prolonga a situação de risco de contágio – sobretudo em um Poder Judiciário já

sobrecarregado - que também teve de adotar medidas de trabalho que reduziram o pessoal disponível no auxílio de análise dos pedidos.

Mesmo assim, no âmbito individual as decisões – tanto favoráveis como desfavoráveis – são cada dia maiores e fundamentadas nas mais diversas gamas de argumentos que vão desde que a proteção maior seria dentro do sistema prisional até mesmo ao fato de que todos estariam sujeitos a contraírem o coronavírus, menos os astronautas da estação espacial internacional; o que tem colaborado para uma insegurança jurídica e falta de uniformidade no tratamento de situações.

A falta de uniformidade e um norte na tomada de decisões tem (des)orientado os pedidos e demandas realizadas junto ao Poder Judiciário e gerado estado de incerteza que faz com que situações similares sejam tratadas de forma totalmente diferentes.

Cabe ressaltar que, nos últimos dias, verificou-se um movimento da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, em diversas suspensões de liminares, tem ressaltado a necessidade de preservar a coordenação por parte do Poder Executivo, dentro de uma política harmônica e coerente.

Diante disso, entidades têm buscado providências de âmbito geral, sobretudo voltadas aos grupos de risco, como os pedidos feitos no bojo da ADPF 347. Em um primeiro momento, o Ministro Marco Aurélio Mello deferiu medida a fim de conclamar os Juízes responsáveis pelas execuções penais a analisarem diversas medidas no intuito de reduzir a superlotação das unidades prisionais, sobretudo em relação aos grupos considerados de risco. O Plenário do STF, porém, negou *referendo* à decisão. E os diversos pedidos de *Habeas Corpus* impetrados pelas defensorias públicas, como o impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual foi determinada a soltura dos presos cuja liberdade provisória tenha sido condicionada ao pagamento de fiança e que ainda estejam em prisão. No mesmo sentido se determinou a soltura de presos civis por dívidas de alimentos.

Entretanto, mesmo as decisões que concederam pedidos em um caráter mais geral, não detêm o efetivo condão de reduzir a população carcerária, tampouco de alterar o espectro de precariedade e falta de condições do sistema prisional ao enfrentamento da crise.

Considerações finais

Diante da precariedade do sistema prisional, que na maioria das unidades prisionais não detêm condições de atendimento básico de saúde, a pandemia do *coronavírus* detém a possibilidade de se agravar atingindo grande parte dos detentos, bem como dos servidores das unidades. Não há, até o momento, a adoção de uma política centralizada de enfrentamento à crise – em nenhum dos Poderes – que possa, minimamente, buscar a redução de danos e o enfrentamento da crise.

A falta de uma política pública de saúde dentro do sistema prisional, bem como de medidas de âmbito geral, sobretudo voltada aos grupos de risco, não assegura os direitos mínimos dos presos, e seria necessária uma proposta com maior efetividade que pudesse dar uma resposta mais rápida à necessidade amparar àqueles que estão sob a tutela do Estado – sobretudo que possam privilegiar os grupos de risco e presos cautelares - adotando-se medidas menos restritivas, com a adoção de meios virtuais e tecnológicos que possam assegurar, ao mesmo tempo, que a possibilidade de monitoramento, a saúde dos presos.

Ivo Alexandrino da Conceição. Advogado. Graduado pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordenador jurídico em B4A Group. Consultor em Lima Advogados Associados nas áreas de contencioso estratégico e legislação penal. Integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

Referências Bibliográficas

Supremo Tribunal Federal- ADFP 347, acessível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>.

Superior Tribunal de Justiça – HC 568.693, acessível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=HC%20568693>.

TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo – 16ª Vara da Fazenda Pública – MS 1015074-20.2020.8.26.0053 – juiz Ana Luiza Villa Nova (https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=1H000H7UD0000&processo.foro=53&processo.numero=1015074-20.2020.8.26.0053&uuidCaptcha=sajcaptcha_c0420f5f061e46e3a18597a2f8cfcad0&gateway=true) acessado em 08/04/2020.

Matéria do site Consultor Jurídico (CONJUR): <https://www.conjur.com.br/2019-abr-02/tribuna-defensoria-encarceramento-massa-terraplanistas-direito-penal>, acessado em 04/04/2020.

Matéria do site Consultor Jurídico (CONJUR): <https://www.conjur.com.br/2017-jan-31/contas-vista-saude-aos-presidios-temos-estado-coisas-inconstitucional>, acessado em 04/04/2020.

Matéria do site Migalhas: <https://www.migalhas.com.br/coronavirus>, acessado em 04/04/2020.

Matéria do site G1: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>, acessada em 04/04/2020.

Relatório anual justiça presente do CNJ, disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio_Justi%C3%A7aPresente2019_v2.pdf;

Site da Secretária de Saúde do estado do Paraná: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3511>, acessado em 04/04/2020.

Site do Ministério da Saúde voltado ao coronavírus: <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 04/04/2020.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN de junho de 2019, disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZTk3ZTdmMDEtMTQxZS00YmExLWJhNWYtMDA5ZTIiNDQ5NjhlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThIMSJ9>

Relatório Final da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro, disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1362922&filenome=REL+1/2015+CPICARCE+%3D%3E+RCP+6/2015

Publicação da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro disponibilizada pela Câmara dos Deputados, e juntada aos autos do <https://sistemas.stf.jus.br/peticionamento/api/peca/recuperarpdf/306935469>

Relatório de Gestão da Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, do CNJ, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/10/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>

Nota Técnica

8. A CRISE INTERNACIONAL DO CORONAVÍRUS: UMA CONJUNTURA DIFÍCIL NO CURTO-PRAZO, E DE MUDANÇAS IMPORTANTES NO MÉDIO E NO LONGO PRAZO

Adhemar S. Mineiro

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é pensar um pouco o debate de futuro que se abre a partir de uma dupla crise internacional – uma crise de saúde, e uma crise econômica e financeira.

Introdução

A entrada no ano de 2020 já não apontava um cenário róseo para o Brasil e o Mundo, mesmo antes do que poderíamos chamar agora de “Corona-crise”. O ano seria não apenas marcado pela continuidade das tensões políticas entre os EUA e a China, em um quadro em que se teria que observar os impactos do processo eleitoral em curso nos EUA sobre essas tensões, agravando ou não a situação já existente, dependendo dos rumos da campanha. Além disso, já era esperada uma desaceleração econômica na própria China, resultado das pressões internas por uma solução para os problemas ambientais graves no país. Esse quadro na China afetaria fortemente o conjunto dos países da Ásia, em especial resultando em efeitos desaceleradores sobre os mais diretamente encadeados produtivamente com a China, como Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Vietnã e outros (aquí não se incluiria a Índia).

O quadro europeu também era repleto de incertezas, não apenas pelas dúvidas sobre como se daria de fato a separação entre a União Européia e o Reino Unido, o chamado “Brexit”, mas também uma grande indefinição sobre os rumos econômicos da União Européia, com forte aposta também em uma desaceleração econômica na região, a menos que fortes medidas de ampliação do consumo fossem levadas a cabo pela Alemanha, que não só não parecia ter disposição para uma ação nesse sentido, como também passava por um período de forte crise de liderança interna, que parecia se seguir ao desenhado “fim da Era Merkel”.

No caso da América Latina, as turbulências políticas que atingiram fortemente a região no segundo semestre de 2019 já indicavam um cenário de incertezas acentuadas, e em um momento de aversão a riscos no mercado financeiro mundial, a fuga de capitais que estavam aplicados nos países da região e flutuações e volatilidade financeiras - associadas a quedas no mercado de ações, e variações agudas nos preços de commodities exportadas e no valor das moedas da região (volatilidade no mercado de câmbio). A volta de negociações com o FMI de vários países na região (Argentina, Equador) acentuava esses movimentos.

Além desses problemas, o mundo financeiro parecia em um compasso de espera. As previsões de crescimento da economia mundial já ao final de 2019 tinham se reduzido bastante, não apenas pelas principais agências financeiras internacionais, como o FMI, mas também pelos investidores nos mercados financeiros e suas principais assessorias. O mercado financeiro, viciado em dinheiro barato especialmente nos anos de expansão monetária (políticas de “quantitative easing” pelos principais bancos centrais do mundo), via com temor qualquer possibilidade de aumento de taxas de juros, e tinha começado a reagir com “mudanças de posição” (vendendo

possibilidades mais arriscadas, como mercado de ações, buscando aplicações mais seguras, como o mercado de títulos públicos, mesmo com rentabilidade baixa ou negativa – a busca de rentabilidade negativa não tem nada de irracional, é uma conta simples face às possibilidades de perdas nos mercados de maior risco).

Alguns especialistas apontavam que as análises em 2020 levariam em consideração não apenas as políticas de juros dos principais bancos centrais e a expansão monetária, como o real desempenho das empresas e dos vários mercados. Com base nisso, analistas apontavam datas para a eclosão de uma grande crise financeira, que iam de março a outubro de 2020, dependendo do otimismo de cada analista sobre o desempenho das empresas e as políticas dos bancos centrais, especialmente o FED, o banco central dos EUA, que, preocupado com a situação e sob pressão do Governo Trump (este também com um olho no calendário eleitoral naquele país), já tinha ao final do ano passado revisto sua política de elevação lenta e gradual das taxas de juros.

No caso do Brasil, os números divulgados no começo de 2020, referentes ao desempenho no final de 2019, já tinham não apenas consolidado um quadro de mais um ano de estagnação no país, com o desempenho de 2019 muito próximo aos de 2018 e 2017. Assim, depois de um ano de discurso ufanista com o crescimento da economia brasileira que não mostrou aderência à realidade, os porta-vozes do governo, e os analistas chapa-branca, em especial os analistas vinculados ao mercado financeiro, já tinham voltado suas análises otimistas para o ano de 2020, com um discurso positivo que apontava (como no começo dos anos de 2017, 2018 e 2019...) para uma taxa de crescimento do PIB entre 2,5% e 3%.

Entretanto, bastou o mês de janeiro para essa taxa prevista de crescimento do PIB começar a cair rapidamente, confrontada com um mundo real (comércio e indústria, principalmente) que insistiam em não se comportar de acordo com as bolas de cristal dos analistas financeiros. Assim, em que pese o fato de que a realidade não apontava para nenhum desempenho superior ao dos três anos anteriores (estagnação), o discurso ufanista evoluía mais rapidamente que nos anos anteriores, quando a estagnação se configurou nas análises apenas no segundo semestre ou no último trimestre do ano, e já no começo de fevereiro ou logo depois do Carnaval, poucos “otimistas” no mercado ainda apontavam crescimento além de 2%. Nesse ritmo, assumir o quadro da estagnação seria uma questão de pouco tempo.

Os prognósticos anteriores para 2020: um ano difícil

Desde 2018 se vive no cenário internacional o ambiente de guerra comercial entre China e EUA. Em verdade, desde que Donald Trump assumiu a presidência dos EUA, em 2017, revertendo em diversos ambientes a política de coordenação multilateral que vinha orientando (não sem problemas, desde a crise econômico-financeira de 2007-2008), e adotando uma perspectiva unilateralista, as tensões no campo de comércio são crescentes. A partir de 2018 os EUA adotam uma elevação de tarifas sobre produtos importados da China e outras barreiras comerciais. Por trás da reação estadunidense, um déficit comercial crescente com a China, e acusações de pirataria na área de propriedade intelectual e de que os acordos para que empresas estadunidenses operem na China levavam a chamada “transferência forçada de tecnologia”.

Ou seja, os EUA não estavam apenas preocupados diretamente com o volume de comércio com a China e o superávit chinês, mas especialmente com o fato de que a China ganhava musculatura tecnológica na relação com empresas dos EUA. A China reage, impondo também restrições localizadas às importações de produtos dos EUA,

buscando afetar alguns setores produtores nos EUA, especialmente os que podiam provocar maior impacto político. A reação chinesa foi mais cirúrgica, mas com grande efeito político em alguns distritos eleitorais nos EUA, especialmente produtores de commodities agrícolas, visando fazer com que houvesse pressão política dos representantes dessas regiões no Congresso dos EUA. Em jogo, uma disputa mais funda entre EUA e China pela hegemonia econômica e na geopolítica internacional.

Apesar de negociações terem sido levadas adiante entre os países, e de em 2019 ter sido concluída uma chamada “fase 1” desse processo de negociações, com alguns acertos na área de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, e a promessa chinesa de um aumento das compras de commodities agrícolas produzidas pelos EUA (para complicar a situação brasileira, soja é uma delas), a sensação que passou é que o objetivo do Governo Trump em fechar essa fase das negociações tinha relação com o processo eleitoral em curso nos EUA, e em aliviar a pressão em especial em alguns dos estados do meio-oeste, produtores de commodities agrícolas e que podem servir para decidir o processo eleitoral nos EUA, que no fundo não é uma eleição majoritária, mas por colégio eleitoral.

Apesar dos acertos, as dúvidas continuaram a existir, as partes continuaram se fustigando, e essas tensões desde 2018 influenciam fortemente também os mercados financeiros, seja o mercado de commodities (agrícolas e energéticas), sejam as bolsas de valores, em especial nos EUA, ampliando turbulências. As empresas que têm mais conexões produtivas com a China, ou mais dependentes da importação de insumos chineses, são as mais afetadas. Além disso, existe um contencioso pesado que diz respeito à disputa do mercado de telecomunicações e da nova tecnologia 5G, na qual a empresa chinesa Huawei detém vantagens tecnológicas e se vê as voltas com pressões políticas e militares dos EUA contra a expansão de seu sistema pelo mundo (essa disputa do mercado de tecnologia 5G envolve diretamente também o Brasil, onde a Huawei disputa a montagem da infraestrutura 5G no país, com a explícita oposição do governo dos EUA).

Em agosto de 2019, Nouriel Roubini, um dos analistas que colocou em seu radar a crise financeira e econômica de 2008, publicou artigo anunciando uma nova crise financeira em 2020⁶. Em realidade, não apenas Roubini, mas vários especialistas acompanhando o mercado financeiro vislumbravam que, depois de uma década movido pelas políticas de expansão monetária, com os balanços das grandes corporações financeiras artificialmente inflados pelo crédito farto e barato, qualquer ruído poderia levar a uma crise de grandes proporções, e “gatilhos” não faltariam ao longo de 2020 – seja o conflito geopolítico China/EUA, as novidades e a evolução do processo eleitoral nos EUA, os desdobramentos concretos do “Brexit”, ou uma complexa renegociação de um grande devedor com seus credores (o cenário estava armado para o processo de negociação da dívida externa argentina, iniciado com as negociações entre o governo argentino e o FMI). Acabou que outros gatilhos dispararam a crise financeira que estava desenhada – o aparecimento do coronavírus e a crise de saúde com a pandemia, e a queda de braço entre Arábia Saudita e Rússia a respeito dos preços do petróleo. Independente do gatilho que detonaria a crise, o fato é que estava armada uma crise financeira de largas proporções, e que deveria eclodir independente da crise sanitária.

⁶Roubini, N., “The anatomy of the coming recession”, em <https://www.project-syndicate.org/commentary/global-recession-us-china-trade-war-by-nouriel-roubini-2019-08>, de 22/08/2019.

Outro ponto importante é o transcurso do processo eleitoral nos EUA. O Executivo federal nos EUA, com Trump, não detém maioria no Congresso neste momento, o que é a pior situação para um governante autoritário. Mas, além de ter que administrar um Congresso onde não tem maioria, 2020 marca um ano de eleições nos EUA, não só presidenciais como de parte da Câmara e do Senado, além de governadores de Estado. Ou seja, o que não faltaria eram emoções ao longo de 2020 no campo da política nos EUA, com a concreta possibilidade de Trump perder as eleições e voltar a haver uma reconfiguração interna de poder nos EUA.

Assim, já antes de se explicitar a “Corona-crise” as perspectivas já eram de um ano difícil, com redução das taxas de crescimento nas principais economias, dificuldades no comércio internacional e turbulências financeiras.

A eclosão da crise do Coronavírus e o agravamento da situação

Com a vinda à superfície da crise sanitária a partir do começo do ano, ficou meio evidente que nada seria como antes. A começar pela China, onde primeiro se evidencia a Corona-crise. O efeito imediato da adoção de medidas de confinamento e isolamento social, única forma de frear o contágio a níveis administráveis para a estrutura hospitalar efetivamente existente, trava os circuitos nacionais (na China) e internacionais de produção e consumo. Ao travar a China, que se converteu na “fábrica do mundo” nos últimos 25 anos, o processo induz a desconexões nas cadeias globais de valor em nível mundial, afetando desde grandes economias mais diretamente interconectadas com a China, como Coréia do Sul e Japão, até economias extremamente dependentes da China como fornecedor e comprador, como é o caso do Brasil (vale observar que em 2019, cerca de 25% de todo fluxo de comércio do Brasil foi com a China).

O refluxo das compras chinesas de commodities provoca ainda o desabamento dos preços internacionais de commodities, um dos mercados mais especulativos do mundo. Esse também é o pano de fundo para a disputa entre os países da OPEP, liderados pela Arábia Saudita, e a Rússia, inviabilizando a administração dos preços do petróleo exatamente em um momento de forte retração da demanda no mercado mundial. Os preços, que vinham caindo lentamente ao longo de 2019 (de cerca de US\$ 80 o barril em fins de 2018 para cerca de US\$ 65 o barril em fins de 2019, desaba em fevereiro de 2020, chegando a menos de US\$ 30 o barril, e lutando para se estabilizar em torno de US\$ 30/35 o barril. Essa queda abrupta (pela percepção do travamento da economia chinesa e pela queda de braço entre os produtores) se dissemina rapidamente pelo mercado de commodities, abrindo espaço para uma dramática especulação.

Por outro lado, a crise sanitária do coronavírus tem seu epicentro sucessivo nas economias mais ricas do planeta, atingindo primeiro a China, daí mudando seu epicentro para a Europa (em especial Itália, Espanha e Reino Unido), e já no mês de abril passando seu epicentro para os EUA. Essa evolução leva a que rapidamente comecem a ser feitas estimativas dramáticas sobre o encolhimento da economia internacional – embora seja muito difícil prever o que acontecerá, pois tudo depende não apenas da duração da crise, da possibilidade de sua intermitência (a Corona-crise pode ser intermitente, ou seja, passada uma fase, a pandemia pode retornar), assim como da forma esperada da retomada (como em 2008, se discute entre uma recuperação em V, com o retorno mais rápido do nível de atividade, ou em U, isto é, com um fundo do poço onde se ficaria um pouco mais de tempo).

Além disso, o processo da crise de 12 anos atrás, quando, para salvar as grandes corporações financeiras privadas, os Estados nacionais aumentaram seu

endividamento, levando a uma crise fiscal na qual ainda nos encontramos por toda parte, e que reduz a capacidade política e financeira de intervenção.

Como em 2008, quando todos os que começaram a refletir sobre como superar a crise viraram de uma hora para a outra keynesianos de quatro costados, a experiência não deve ser repetida pelos Estados nacionais, já que a crise anterior repassou para os pagadores de impostos e setores dependentes de serviços públicos a maior parte da crise. De toda forma, analistas apontam recuos do PIB nas principais economias (à exceção da China) da ordem de 5% a 10% do PIB, talvez mais. O OMC (Organização Mundial do Comércio) fala de um recuo do comércio internacional em cerca de um terço (33%). Chamo a atenção que toda e qualquer estimativa neste momento é um “chute”, que pode apontar mais ou menos na direção do “gol”, uma vez que tanto o aprofundamento da crise como a recuperação dependem de tantos fatores que se torna muito complicado fazer qualquer estimativa.

À pandemia e seus efeitos deve se somar o pandemônio financeiro que está apenas começando. Até aqui, desabaram o mercado de ações, o mercado de commodities, e existe forte especulação nos mercados cambiais e de títulos de países e empresas. Essas turbulências, hoje meio obscurecidas pela Corona-crise, devem voltar ao primeiro plano assim que os efeitos da pandemia e os caminhos para sua superação comecem a ficar mais claros. Nesse quadro, é bastante curiosa a contraposição que se faz no debate entre salvar vidas e salvar a economia. Focar na economia não salvará o desempenho econômico, uma vez que a crise financeira, como mostrado, já está “contratada” e em curso. Focar na crise da saúde, em salvar vidas, pode inclusive ajudar a saída da explosão do mundo financeiro, uma vez que não só “esconde” por um tempo a profundidade da crise financeira, como ao justificar todo e qualquer gasto para tentar salvar vidas humanas, abre o caminho para justificar um brutal aumento do gasto público que pode ajudar a salvar a quebras das grandes corporações financeiras.

O agravamento da crise no curto e no médio prazo é já uma realidade. A disputa da narrativa nos mercados financeiros é, a partir da realidade da crise sanitária e da crise financeira combinadas, qual o caminho para a recuperação e quanto isso custará em termos de tempo, custos e mudanças que serão operadas no sistema. Em um quadro em que todas as incertezas políticas estão colocadas, e onde provavelmente as mudanças serão bastante radicais a partir daqui, não apenas com a busca de novas regulações, como também com uma introdução rápida de novas tecnologias que já estavam disponíveis, mas que até aqui vinham tendo a sua introdução de forma massiva colocada em discussão.

A situação brasileira: a galinha manca abatida em plena tentativa de mais um vôo

No caso do Brasil, antes de mais nada, e de entrar nos efeitos da crise internacional sobre o Brasil, é preciso esclarecer a narrativa do governo brasileiro sobre o crescimento. Apesar de, pela avaliação dos membros da equipe econômica do Governo Federal, o Brasil estar prestes a entrar em uma rota de crescimento, não era exatamente desta forma que a “banda tocava”. O primeiro ano do Governo Federal, sob a gestão de Paulo Guedes na economia, teve desempenho pelos dados preliminares até aqui divulgados piores do que os dois anos anteriores de Governo Temer, quando a economia ficara estagnada, crescendo cerca de 1,3% ao ano entre 2017 e 2018 (similar ao crescimento da população, e portanto com um PIB per capita estagnado). Em 2019 esse desempenho a princípio caiu para 1,1%, ou seja, não houve qualquer decolagem.

Os sinais de regressão industrial no final do ano passado e início desse ano, além de que os números do comércio não apontaram crescimento sustentado, continuando em momentos de crescimento e outros de retração, mostravam já antes da crise do coronavírus e da turbulência financeira que as perspectivas não eram das melhores, e no máximo teríamos outro ano de estagnação, ou na mais feliz das situações, mais uma tentativa de crescimento frustrada, outro “vão de galinha”, dessa vez de uma “galinha manca” que nem chegaria a alçar um desempenho muito significativo. Ou seja, mais do mesmo, como o desempenho similar ao dos últimos três anos, já era o que esperavam os analistas mais realistas no começo de fevereiro, nada a ver como qualquer narrativa de decolagem. A partir daí, a Corona-crise, a queda dos preços das commodities e as turbulências financeiras (além de, no nosso caso, uma forte desvalorização do real, que rapidamente vai para mais de R\$ 5,00 por cada dólar estadunidense) abatem qualquer perspectiva de vão de nossa economia.

A travada da economia brasileira vai ser aguda e de um prazo longo, já que não tínhamos antes qualquer perspectiva de melhora, e o agravamento da dependência de exportação de commodities ainda dificulta nossa situação. Um exemplo claro é a estratégia para o setor de petróleo, de se concentrar na produção e exportação de petróleo bruto, e progressivamente retirar a Petrobrás do processamento. Nessa estratégia, a não ser que seja rapidamente modificada, a Petrobrás verá suas receitas desabarem, ao mesmo tempo em que se afasta dos setores mais lucrativos. Mais grave ainda, o Brasil, que vê o seu balanço de pagamento desajustado por forte fuga de capitais (o mercado estima uma saída de capitais de cerca de R\$ 44,8 bilhões apenas nos primeiros dois meses desse ano, contra R\$ 44,5 bilhões em todo o ano passado⁷) e queda na balança comercial, que já vinha acontecendo e deverá piorar com a queda dos preços das commodities, e a redução do comércio internacional.

Os vários “fios desencapados”: política, economia e sociedade

Importantes tensões políticas vão se explicitar como resultado da Corona-crise. Há cerca de um mês, o presidente francês Emmanuel Macron disse como todas as letras que “saúde não é mercadoria”, e que, portanto, não poderia ser tratada de acordo com as chamadas leis de mercado. Isso vale para quase todo lugar do mundo, e contrasta com o que vinha sendo negociado na área de serviços dos acordos comerciais em discussão ou já discutidos, em que saúde, assim como educação, água e saneamento e outros serviços são tratados exatamente como mercadoria. O mesmo vale para as discussões de propriedade intelectual nestes mesmos acordos – nesse momento, levar adiante todas as restrições relacionadas à propriedade intelectual nos acordos comerciais e todas as garantias relativas a patentes já existentes, significaria dificultar substancialmente o desenvolvimento de medicamentos para o tratamento da pandemia. A própria polêmica a respeito da cloroquina e medicamentos aparentados fortalece uma grande corporação transnacional farmacêutica, detentora da patente do remédio, e que, portanto, pode ver o valor de suas ações explodirem se o medicamento é referendado por governos e/ou OMS. Mais uma vez, a contradição entre as grandes corporações globais, seus lucros financeirizados e a democratização do acesso aos medicamentos e serviços de saúde estará colocada. A efetivação de posições como a de Macron, nesse momento, significaria uma forte revisão política dos acordos comerciais vigentes ou sendo negociados. Vamos ver até que ponto os políticos falam nesse momento para um eleitorado desesperado com a pandemia, e

⁷Infomoney, “Fuga de capital estrangeira da bolsa brasileira é recorde”, em 07/03/2020 em <https://www.infomoney.com.br/mercados/fuga-de-capital-estrangeiro-da-bolsa-brasileira-e-recorde/>

até que ponto os velhos interesses comerciais, o “business as usual” (os negócios, como sempre) prevalecem.

Outro fio desencapado diz respeito a como se dará o enfrentamento da crise financeira e da crise econômica. Os mercados financeiros, adictos ao crédito farto e barato, pedem novos cacifes garantidos pelos Estados nacionais para seguirem o processo especulativo e ganhando dinheiro com esse processo. Os Estados nacionais, premidos agora por parlamentos e eleitores que ainda estão pagando o processo de doze anos atrás de salvamento das grandes corporações financeiras, colocam restrições a fazerem as mesmas operações do passado, embora agora haja a urgência do problema de saúde e das mortes determinando a aprovação de gastos milionários. A disputa vai se dar na sequência, quem paga a conta. Até fevereiro, os técnicos do FMI, por exemplo, seguiam insistindo que na maioria dos países não existiria “espaço fiscal” para promover gastos. Evidenciado o tamanho do problema de saúde, pouco depois que a crise se apoderou rápida e dramaticamente dos países europeus, Itália à frente, a diretora-gerente do FMI, a búlgara Kristalina Georgieva, garantia que o mais importante agora era salvar as pessoas, e em seguida salvar as economias, e que os aspectos fiscais seriam discutidos na sequência. Por todos os cantos, velhos e sólidos economistas liberais e fiscalistas viram arraigados keynesianos, e quase todos passam a advogar o saque a descoberto, financiando programas de saúde e de recuperação econômica com emissões de moeda e/ou dívida. Vale lembrar que poucos países têm moeda conversível internacionalmente para fazer isso sem problemas, e para os demais, o passo seguinte vai ser ter que adotar mecanismos de controle de capitais, caso contrário a fuga de capitais e a especulação contra as taxas de câmbio serão mais um elemento de turbulência em futuro próximo.

Outro aspecto importante é que a crise recente e a busca de salvaguardar na crise os mais pobres chamaram a atenção para a fragilização das relações de trabalho e das relações sociais na maior parte dos países, e os limites dos estados de bem-estar social ainda existentes, muitos deles sendo desmontados pelos anos de liberalismo. A saída agora passa por aprofundar políticas sociais de garantia de cidadania (“renda cidadã”, por exemplo) e sistemas de proteção social, entre os quais os na área de saúde. A explosão das taxas de desemprego sem a devida proteção é gravíssimo na crise atual, e condena setores expressivos da população ao dilema doença ou renda. A riqueza seguiu se expandindo, mas seguiu se concentrando. Talvez o 1% mais rico consiga escapar de alguma forma da crise atual, à custa de uma fragilização ainda maior da população mais pobre. Essa contradição entre democracia e distribuição de renda é sustentável? Se os pobres são a ampla maioria, porque não viram o jogo? Ou a atual regulação das grandes corporações em um sistema supranacional impõe tantas limitações aos espaços de decisão nacionais que pouco há a fazer, a não ser se conformar? Se for isso, o nacionalismo vai ressurgir feroz.

Um mundo em mudança

Talvez seja importante pensar também algumas mudanças estruturais que já estavam em curso, e que talvez sejam aprofundadas com a crise atual.

A primeira diz respeito à aceleração de introdução de inovações possibilitadas pelos avanços da economia digital. Deste ponto de vista, o recurso imediato, em função das medidas de isolamento social, a uma série de mecanismos de trabalho doméstico, e produção e venda online, deslançado com a Corona-crise, deve ter vindo para ficar em certa medida. Pode significar redução de custos para as empresas, mais tempo com a família e menos gasto de recursos (tempo, dinheiro) com deslocamentos para as pessoas, enfim, repensar as formas até aqui predominantes de trabalho. Talvez

possa ser expandido, talvez tenha limites, mas seguramente será um ponto de agenda de implementação no próximo período.

Outro ponto importante é a continuidade de uma disputa geopolítica mais aberta entre EUA e China. Esse ponto, que ficou evidente na crise de 12 anos atrás, seguirá se aprofundando, em que os EUA aparecem como o país que progressivamente perde sua condição de exclusividade hegemônica, e a China vem abrindo espaço para disputar essa hegemonia. Entretanto, o período recente, e em especial a “alternativa Trump”, mostra que os EUA não parecem dispostos a passar o bastão sem luta.

Finalmente, uma mudança importante nesta conjuntura foi o novo reconhecimento de um papel mais ativo dos Estados nacionais. Eles aparecem com força tanto na disputa geopolítica em curso, como nas intervenções possíveis para debelar a crise atual, quer nos seus componentes sanitários, quer nos seus componentes financeiros e econômicos. O retorno do Estado como instrumento fundamental de regulação, garantia das políticas de mínimos sociais, como elemento importante de redistribuição e de ativação da economia através de gastos, na velha visão keynesiana, é fundamental para repensar nesse momento a saída da crise. O Estado nacional se relegitimou com a crise, novamente, mostrando-se como elemento ainda fundamental para respostas econômicas, políticas e sociais.

Conclusão

Estamos ainda no começo de uma crise estrutural de grandes proporções. Assim, a crise evoluirá. Provavelmente se aprofundando muito, nos seus aspectos de saúde e econômico. Por outro lado, o debate político e filosófico estará avançando, como uma disputa, nesse período. Assim, ainda estamos provavelmente no início desse debate, mas ele deverá se aprofundar tão mais longo seja o período de isolamento social, e a possibilidade de o isolamento ter idas e vindas, ser intermitente.

Por outro lado, o cenário que temos hoje já não é o cenário que tínhamos há dois meses. O mundo mudou muito rápido e a agenda de discussão no cenário global também se alterou rapidamente. Assim, as saídas para as crises combinadas que temos hoje exige dos formuladores pensar fora das caixas de ferramentas ideológicas com as quais nos acostumamos.

No caso específico do Brasil, a crise nos dá mais uma chance de repensar uma estratégia nacional de desenvolvimento. Temos perdido essas possibilidades, e na arapuca em que nos metemos nos últimos cinco anos, parece absolutamente incrível que a história tenha nos dado uma nova chance de repensar positivamente o nosso futuro como nação, e não nos fixarmos em “vendetas” políticas e nostalgias do passado autoritário. Resta ver se dessa vez levamos a sério uma nova chance de construir um país mais social e menos desigual.

Adhemar S. Mineiro. Economista, Doutorando do PPGCTIA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

9. QUE KEYNES ESCOLHER PARA ENFRENTAR A POSSÍVEL CRISE?

Rogério Studart

Resumo Executivo

A nota defende que o ideal seria que desta vez a crise fosse “aproveitada” com investimentos contracíclicos que corrigissem alguns dos problemas mais prementes da humanidade – por exemplo, a mudança climática e a exclusão econômica e social.

Ainda é cedo para se imaginar o desenrolar desta crise. Mas pelas características dos choques de oferta e demanda, seria prudente começar-se imediatamente a pensar em políticas anticíclicas emergenciais. Nesta hora é comum os economistas voltarem a citar John Maynard Keynes para justificar medidas para mitigar ou reverter a crise. Mas vale o alerta: o destino econômico e social do mundo, e evidentemente do Brasil, vai depender do “Keynes” escolhido para enfrentar as dificuldades nos próximos meses.

Crises como esta não ocorrem todo dia. Primeiro, tivemos um “choque de oferta”, com a paralisação de parte da cadeia global de produção. Em seguida, estamos no começo de um “choque de demanda”, determinado por uma temida demanda de bens e serviços, turismo e entretenimento. Para completar, temos uma guerra entre produtores, que resulta numa queda de 25% do preço do petróleo, o que coloca em xeque a sustentabilidade de um importante setor no mundo, particularmente no maior mercado consumidor do mundo: os Estados Unidos.

Tudo isto pegou em cheio um mercado que há meses vem falando na necessidade de “correção de preços”, depois de mais de onze anos sendo “bombados” por um período excessivamente longo de política monetária expansiva. Os mercados financeiros despencaram em todo o mundo. Os próximos capítulos desta dramática novela serão fundamentais: é ainda grande a capacidade do governo americano em criar liquidez e em estabilizar a bolsa por aqui – e conseqüentemente no mundo. Mas o estrago que já foi feito é grande, e os norte-americanos no poder demonstraram não ter nem o plano A para lidar com o vírus, e muito menos com as conseqüências econômicas de uma epidemia como esta.

Não por outra razão, a China já começou a preparar-se para uma possível crise global – e para evitar uma redução de seu crescimento, que alguns economistas estimam em 3% este ano (as projeções recentes da McKinsey são igualmente pessimistas para a China e para o mundo). A fórmula é conhecida do que podemos chamar de um “Keynesianismo de comando”: uma dramática expansão dos investimentos em infraestrutura, liderado por gigantes públicos da construção e do crédito. O risco de tais políticas, evidentemente, é criar infraestruturas econômicas que, ao maturar, não encontrem mercados que as justifiquem. Na crise passada, os chineses tiveram a sorte de que a opção americana foi “bombar” o mercado consumidor nacional, com isto abrindo o caminho para uma recuperação da demanda por exportações chinesas, e, por conseguinte, pela capacidade e infraestrutura criadas nos anos pós-crise. Agora o mundo é outro: cercado por medidas protecionistas, o comércio internacional anda de lado, e as perspectivas de abertura comercial no quadro político-econômico atual são baixas.

Os Estados Unidos preparam, “para ontem”, um pacote. Seguindo o modelo de “administração pelo caos”, o presidente declara em cadeia nacional medidas de subsídios em folha de pagamento, apoio a empresas do setor de entretenimento e viagens, e insinua mais gastos militares. Com esta declaração, deixa aos tecnocratas o árduo trabalho de preparar um plano, e segue com seus planos de golfe em um de seus resorts privados. O risco de sair disto um “Keynes populista”, baseado em helicópteros jogando dinheiro e gastos públicos aleatórios são altos. Mas com um déficit de um trilhão de dólares já programados e juros negativos, uma eleição presidencial na esquina, e um congresso democrata em pé de guerra, os tecnocratas vão ter de ser profundamente criativos para seguir a determinação do seu líder máximo.

A resposta dos dois membros deste G-2 dará, em grande medida, o tom de para onde vai a economia global. Fora os Estados Unidos, 6 demais que compõem o G7 (Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Itália e Canadá) tomarão rumos distintos, de acordo com o espaço fiscal e monetário, e com a sua vocação de política. Muito provavelmente optarão também por gastos em investimentos em infraestrutura. Os demais países do G20 têm moedas fracas e muitos enfrentam dívidas elevadas. No caso do Brasil, que não é único, ainda há o teto de gastos e complicações políticas que serão amarras a quaisquer políticas anticíclicas de cunho Keynesiano. Se o tema não for tratado imediatamente, o risco é ficar a deriva num mar de incertezas e eventuais grandes ondas.

Ainda é cedo para saber a intensidade da crise que virá – e há chances que possa ser contornada. Mas ao preparar-se, devemos seguir uma expressão conhecida entre economistas e políticos: “não se pode desperdiçar uma crise”. O ideal seria que desta vez a crise fosse “aproveitada” com investimentos contracíclicos que corrigissem alguns dos problemas mais prementes da humanidade – por exemplo, a mudança climática e a exclusão econômica e social. Há ainda a chance de que a China, e alguns países do G7 sigam este caminho – promovendo domesticamente investimentos em negócios e infraestruturas mais eficientes e que gerem redução de emissão de carbono. E se em 2021 estiver um democrata na Casa Branca, os EUA vão aderir a este “clube verde”.

Caso o mundo abra as portas para este “Keynes mais transformacional”, teríamos uma onda de investimentos em, por exemplo, energias renováveis, mobilidade em cidades inteligentes, e utilização mais eficiente de recursos naturais, cadeias de produção verdes. Seria para o mundo “uma oportunidade de dar uma chance” para as futuras gerações. E poderia ser uma enorme oportunidade para o Brasil evitar a deriva, e atrair para o país empreendedores e investidores que querem fazer negócios com sustentabilidade – gerando o crescimento, emprego, e uma esperança de um Brasil mais próspero para os filhos e netos.

Rogério Studart. *É sênior fellow do World Resources Institute, foi diretor-executivo pelo Brasil no Banco Mundial, no BID e professor da UFRJ. Neste artigo expressa suas opiniões pessoais.*

Nota Técnica

10. CONFINAMENTO, TRABALHO E RENDA¹

Jefferson José da Conceição
Maria da Consolação Vegi da Conceição

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta algumas diretrizes de solução para a equação que busca atender a recomendação do confinamento, a preservação da renda e do trabalho, bem como a viabilização do pagamento das remunerações salariais pelas empresas.

A crise é muito grave. Em 18/3/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que havia mais de 200 mil pessoas infectadas com o novo coronavírus (Covid-19) em todo o mundo, com mais de 8 mil mortes. No Brasil, cuja contaminação comunitária chegou depois, havia, até 22/3/2020, mais de 1.546 casos confirmados e 25 mortes, sendo que há uma subnotificação por falta de testes e os números não param de crescer. O quadro, que já é dramático, só não é pior em virtude da infraestrutura pública viabilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estruturado nas últimas três décadas, mesmo que de maneira subfinanciada. Não é objetivo deste artigo abordar qualquer aspecto sobre o problema no campo da saúde. O foco aqui é a preservação do trabalho e renda, no contexto da luta pelo combate à pandemia no Brasil.

Nosso ponto de partida é a orientação das autoridades em saúde para que se reduza ao máximo o contato interpessoal, evitando quaisquer aglomerações. Assim, o confinamento das pessoas em suas casas¹ – ressalvado os casos de trabalhadores e trabalhadoras em atividades essenciais como nos segmentos da saúde e segurança – ajudaria, de acordo com as autoridades sanitárias, a achatar a curva do crescimento dos doentes, permitindo atender a demanda por leitos hospitalares em longo prazo. De fato, o confinamento em casas é o que tem sido feito em diversos países da Ásia (a começar pela China, foco inicial do vírus), Europa, EUA, entre outros países. Vários deles passaram rapidamente do recolhimento voluntário para o compulsório, com multas e prisões para os que descumprissem. No Brasil, o governo federal decretou, com a aprovação do Congresso, “estado de calamidade pública” (Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020).

Neste contexto, entre outros graves problemas, o país terá que enfrentar a necessidade da paralisação ou redução abrupta da produção de bens e serviços, tal qual já acontece em outras áreas do mundo. Isso, para que as pessoas possam se recolher em moradias e instalações, e assim reduzir o contato social. Sem se saber ao certo até quando. Alguns estimam que, no Brasil, a crise tenha seu pico nos meses de abril e maio. Poderá ser mais curta a necessidade de permanência em confinamento; como poderá ser mais longa também.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas diretrizes de solução para a equação que busca atender a recomendação do confinamento, a preservação da renda e do trabalho, bem como a viabilização do pagamento das remunerações salariais pelas empresas.

No momento em que concluímos este artigo, o Poder Executivo havia acabado de editar, em 22/3/2020, a Medida Provisória (MP) nº 927, que dispunha sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública. Essa MP

se limitava a destacar aspectos já existentes na legislação atual, porém excluindo as entidades sindicais do processo de negociação e precarizando de maneira nefasta a situação dos trabalhadores e trabalhadoras. Era o caso do layoff (agora a suspensão do contrato de trabalho poderia ocorrer sem nenhuma remuneração; a bolsa qualificação profissional ficaria a critério da empresa e sem acesso ao seguro-desemprego); o banco de horas poderia ser feito por acordo individual. Também não havia nenhuma garantia de estabilidade no emprego. No dia seguinte, 23/3/2020, em mais um vaivém da ação governamental, o governo retirou a MP para editar outra, em razão das fortes críticas recebidas, em especial em relação à possibilidade de suspensão dos contratos por até quatro meses sem remuneração salarial.

Este artigo inicia-se por expor uma síntese das medidas anunciadas pelo governo federal em 18/3/2020, em que se baseiam as ações do governo até o momento.

Breves considerações sobre as principais medidas anunciadas pelo governo federal em 18/3/2020 em relação aos trabalhadores do mercado formal

Diante da situação de calamidade pública, o governo Federal apresentou diversas medidas, algumas delas relacionadas ao trabalho. Entre elas sobressaem: a redução de salário com redução de jornada de até 50%; a concessão de férias individuais ou coletivas, não sendo necessária a comunicação com 30 dias de antecedência ou comunicação ao sindicato e Ministério da Economia; a utilização do banco de horas; a antecipação de feriados não religiosos; o teletrabalho; os acordos individuais com prevalência sobre a lei. Vamos nos ater neste momento à redução da jornada com redução de salário em até 50% e o teletrabalho ou home office.

A nosso ver, a medida de redução de salário com redução de jornada não representa solução para a equação referida acima: confinamento voluntário e/ou compulsório, preservação da renda e trabalho, viabilização do pagamento das remunerações salariais pelas empresas. As ações do atual governo não recuperam nem mesmo a proposta do antigo Programa de Proteção ao Emprego (MP 680 e Decreto nº 479, de 6/7/2015)².

Entretanto, como já exposto, a recomendação das autoridades de saúde é pelo confinamento das pessoas em suas casas, evitando o contato com os outros. Assim, reduzir a jornada em até 50% não evitará que as pessoas circulem. Essa medida também não ajudará por inteiro as famílias a pagarem suas contas. Além disso, ajudará a aprofundar a crise econômica no Brasil. A intervenção governamental precisa certamente estar associada a um programa mais completo e de maiores investimentos do Estado, de forma a manter a renda das famílias e viabilizar o pagamento da folha pelas empresas.

Antes de apresentar nossa proposta, para enfrentar a crise do confinamento no mundo do trabalho, cumpre destacar que, embora o governo federal tenha declarado estado de calamidade pública, isso não poderá representar o afastamento dos direitos sociais do trabalho, que estão previstos no artigo 7º, da Constituição Federal, dentre eles a exigência de acordo coletivo de trabalho para reduzir jornada e salário. A propósito, vale destacar que, em nenhuma das outras hipóteses também previstas na Constituição Federal, para lidar com situações de crises (casos do estado de defesa ou de sítio), há autorização para a eliminação dos direitos sociais.

Para realizar uma redução de jornada com redução de salário, é necessária a existência de um acordo coletivo de trabalho, pactuado com entidades sindicais. Mesmo com a alegação do governo federal de que o salário por hora não será

reduzido, certamente já visualizando o apontamento da inconstitucionalidade da medida, é evidente que se trata de uma redução do salário mensal do empregado, que paga as suas dívidas mensalmente.

Outra medida de destaque é o “teletrabalho” ou home office. Importante, sem dúvida, mas ela atinge ainda parte minoritária de trabalhadores no Brasil.

Por fim, o governo também pretende promover a realização de acordos individuais que prevaleçam sobre a lei, o que somente é permitido para trabalhadores hipersuficientes (aqueles que recebem atualmente salários superiores a R\$ 12.202,12). A criação dessa possibilidade de retirada de direitos em um cenário bastante provável de desemprego ainda maior que o existente atualmente, levará certamente a uma precarização sem precedentes.

Elementos para um programa de preservação da saúde, do trabalho e da renda no segmento formal de trabalho

Apresentamos a seguir alguns subsídios para o enfrentamento deste grave quadro econômico relacionado ao período de confinamento, no contexto das orientações das autoridades de saúde do país.

Registre-se que esses subsídios estão alinhados e detalham alguns dos pontos do documento “Medidas de Proteção à Vida, à Saúde, ao Emprego e à Renda dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, apresentado pelas Centrais Sindicais³ em 16/3/2020 e entregue aos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado Federal. Compartilhamos com propostas ali apresentadas no campo do investimento público; das medidas de proteção ao trabalhador e trabalhadora com garantia de estabilidade no trabalho e renda; das medidas de proteção à população mais vulnerável e à segurança alimentar; e das medidas de proteção à saúde.

Claro está que uma premissa fundamental neste momento é a constituição de um programa de investimentos e ações de larga envergadura que possibilitem o enfrentamento no campo da saúde, a preservação do emprego e renda em situação de necessidade de brusca redução da produção e dos serviços. Assim, entre outras, é fundamental para a realização destas propostas a suspensão do teto de gastos (Emenda Constitucional 95); a suspensão dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; a suspensão temporária do pagamento dos serviços da dívida pública; a utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); a participação do sistema financeiro público e privado na estruturação e execução das fontes de financiamento.

1) Estabilidade de Emprego e não redução salarial

Entendemos que as propostas que apresentamos a seguir requerem amplo apoio do Estado brasileiro, com a contrapartida das empresas na forma de estabilidade de emprego durante o confinamento e por certo tempo determinado após a retomada das atividades. A estabilidade e a não redução salarial deverão se constituir em contrapartidas obrigatórias para os beneficiários dos programas públicos aqui sugeridos.

2) Modalidade de crédito de emergência a juro real zero para capital de giro com vistas a viabilizar o pagamento da folha de pagamentos no período de confinamento

Para resolver a equação que requer confinamento em casa e preservação do trabalho e renda, é fundamental que haja amplo apoio do Estado às empresas com dificuldades de manterem a sua folha de pagamento no período. Isto porque é certa a queda

brusca de produção de bens e serviços, e, por consequência, redução acentuada do faturamento das empresas. É essencial que o Estado estabeleça um rápido programa que apoie as empresas em dificuldade de pagar a sua folha de pagamentos, no período do confinamento.

Para a constituição da linha de crédito de emergência às empresas, além de recursos do Tesouro, seriam fontes de obtenção de recursos: o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o empréstimo compulsório de emergência ao Tesouro feito por todos os bancos e instituições financeiras que atuam no Brasil (proporcional às suas movimentações) a juro real de zero %, a ser retornado em prazo alongado, a ser fixado.

Além da estabilidade no emprego e da não redução salarial, as empresas que fizerem uso dos benefícios do programa não poderão, durante o confinamento e por prazo determinado após o seu fim, pagar bônus para os seus executivos, bem como deverão limitar os pagamentos salariais desses executivos.

3) Duas fases do banco de horas

Vamos considerar, primeiramente, o caso das empresas e trabalhadores do chamado mercado formal, caracterizado por vínculos de empregos assalariados com carteira.

Para a preservação dos empregos e da renda nessas empresas do mercado formal, em especial daqueles trabalhadores e trabalhadoras cujas especificidades do trabalho exigem a presença física no posto de trabalho e, portanto, têm dificuldades de adotar esquemas do tipo home office, o programa deve trabalhar com duas fases para o banco de horas:

Fase 1: nos primeiros 45 dias, a composição de dispositivos como antecipação de férias coletivas, folgas coletivas e individuais e banco de horas (com compensação futura das horas não trabalhadas), sem redução dos salários. O governo facilitaria, em lei, os acordos coletivos que tiverem este objetivo.

Fase 2: Nos dias seguintes, até o fim do período em que o confinamento for necessário, o país implementaria um programa com a seguinte característica: a) as horas não trabalhadas seriam registradas em banco de horas (essas horas serão compensadas em até dois anos após a retomada das atividades, sendo que, neste caso, a hora extra diária será zerada no limite de até 10 horas de trabalho diário); b) o salário será mantido em 100%; c) as empresas poderiam renovar os empréstimos governamentais, a cada trinta dias em que permanecer o confinamento, em um montante de até 50% da sua folha salarial, com uma grade de juros reais anuais que variaria de zero a 6%, sendo que as taxas de juros da referida grade seriam inversamente proporcionais ao volume de empréstimo. A empresa seria monitorada em suas aplicações financeiras, para que não haja o uso desses recursos em aplicações de outra natureza que não a do pagamento das remunerações salariais.

Elementos para um programa de preservação da saúde, trabalho e renda nos segmentos de trabalhadores autônomos, microempreendedores, trabalhadores de aplicativos e economia informal

Em relação aos trabalhadores autônomos, microempreendedores e trabalhadores de aplicativos que não estiverem trabalhando no período, deveria ser concedido o valor de 1 (um) salário mínimo por mês, para que possam realizar seu confinamento com certa proteção social a suas famílias. Esses trabalhadores, devidamente comprovados

a partir dos dados da Receita Federal, deveriam receber com agilidade esses recursos em suas contas bancárias.

Para os demais trabalhadores informais, é fundamental, no período de confinamento, acelerar e reduzir as restrições à inclusão destes trabalhadores ao Benefício de Prestação Continuada (BCP), destinado a idosos e portadores de deficiência; ao Bolsa Família e/ou programas similares ao seguro-defeso (pescadores).

As propostas acima também se alinham com as sugeridas no referido documento das centrais sindicais, do qual destacamos o seguinte:

1. “Os trabalhadores informais/conta própria que sofrerem quebra de atividade durante a redução da circulação de pessoas ou no caso em que seja definido período de confinamento geral da população, ou ainda que necessitem se afastar através da seguridade social, com valores definidos conforme as regras do seguro desemprego, através dos mecanismos disponíveis na seguridade social (para os informais sem contribuição previdenciária, deve-se implementar programas da seguridade, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BCP), o Bolsa Família e/ou programas similares ao seguro-defeso);
2. Diferimento do pagamento de contribuições sociais para os trabalhadores/as conta própria e microempreendedores durante a redução ou cessação das atividades econômicas desses trabalhadores;
3. As medidas de abono ao trabalho devem também se estender aos trabalhadores de aplicativos [trabalhadores com doenças como gripes, resfriados e/ou suspeita de coronavírus, as empresas deve abonar as faltas, sem necessidade de atestado médico];
4. Se houver quebra da atividade para os trabalhadores de aplicativo de transporte: suspender a cobrança dos contratos com as locadoras de veículos, pelo período que durar a quarentena para aqueles que trabalham com veículo alugado; adiar a cobrança da prestação, sem cobrança de juros e multas, para aqueles que trabalham com veículos financiados;
5. Para os trabalhadores de aplicativos que necessitem de isolamento e/ou tenham contraído o coronavírus, as empresas responsáveis pelos aplicativos devem estabelecer medidas que garantam a remuneração média dos trabalhadores no período de afastamento, conforme as orientações das autoridades sanitárias brasileiras (como criação de um fundo com recursos para esse fim)”.

Por fim, como já exposto, cabe reafirmar que, entre as fontes de financiamento para a realização dos programas aqui apresentados, estariam: recursos do Tesouro, Fundo de Amparo ao Trabalhador, Previdência Social, empréstimo compulsório de emergência ao Tesouro a ser feito por todos os bancos e instituições financeiras que atuam no Brasil (proporcional às suas movimentações) a juro real de zero %, a ser retornado em prazo alongado, a ser fixado.

Os recursos financeiros necessários para viabilizar este conjunto de propostas dependem dos percentuais, valores e regras precisas que forem fixados no conjunto de programas. Aqui foram expostas apenas as diretrizes de ações necessárias. Estimamos, porém, que estes valores podem variar entre R\$ 100 bilhões e R\$ 300 bilhões. Os números são elevados com certeza, correspondentes ao tamanho da gravidade da situação atual.

Notas

1 – Texto originalmente publicado na Revista Teoria e Debate, edição 194, 23/03/2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2020/03/23/confinamento-trabalho-e-renda/>

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Maria da Consolação Vegi da Conceição. Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-Graduada em Direito Individual e Coletivo do Trabalho pela USP. Coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do ABC.

Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele. A evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Carta de Conjuntura, ed. 1, mar., 2018. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Reforma Trabalhista: modernização conservadora e tendências. Revista Teoria e Debate, n. 165, out., 2017. Disponível em: . Acesso em: 30.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Terceirização indiscriminada, 'torres gêmeas' e proposta alternativa. Revista Teoria e Debate, n. 176, set., 2018. Disponível em: . Acesso em: 29.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. . *Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira*. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019, 407 p.

Nota Técnica

11. POR UMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL PARA ENFRENTAR A COVID-19 ¹

Fábio Pereira dos Santos
Ursula Dias Peres

Resumo executivo

A nota técnica apresenta uma proposta de contribuição emergencial para enfrentar a Covid-19.

A proposta aqui apresentada é a instituição de uma Contribuição Social Emergencial sobre Altas Rendas. Sem a pretensão de discutir uma reforma tributária ampla nesse momento agudo da crise, esta proposta tem duas preocupações centrais: ser justa, e portanto muito progressiva, incidindo sobre a parcela da população que recebe altas rendas, possui elevado patrimônio e é atualmente muito pouco tributada; e ser simples, de fácil entendimento e operacionalização.

A pandemia que enfrentamos traz desafios gigantescos aos governos e sociedades de todo o mundo. Em primeiro lugar, a preservação da saúde e da vida de todos. A crise mundial provocada pela difusão da Covid-19 possui proporções e características inéditas. O financiamento das ações de saúde e das medidas econômicas e sociais necessárias ao enfrentamento da crise está sendo discutido em todo o mundo e, em um primeiro momento, não há outra decisão possível que não seja o aumento da dívida pública na magnitude e na velocidade necessárias para viabilizar essas medidas com a urgência requerida.

No Brasil, a existência de um grande percentual de trabalhadores muito pobres e informais, que dependem da interação com outras pessoas em sua jornada diária pela sobrevivência, torna a implementação do isolamento social, principal medida recomendada por cientistas em todo o mundo, tarefa bastante difícil. Nossa história de desigualdade cobra, de maneira aguda, seu elevado custo social.

Se nas ações de saúde o apoio do governo federal é imprescindível, nas dimensões econômica e social os governos subnacionais sequer possuem instrumentos com alcance suficiente para mitigar as consequências do isolamento. O aumento do desemprego, a impossibilidade de geração de renda pelos trabalhadores informais e o fechamento de pequenos negócios precisam ser enfrentados com um volume de recursos que apenas o governo federal pode mobilizar. As transferências por meio do seguro desemprego (complementação de salários para os trabalhadores que terão cargas horárias e remunerações reduzidas) e da Renda Básica Emergencial somavam, até 02 de abril, cerca de 120 bilhões de reais (1,7% do PIB, aproximadamente). Medidas monetárias e de crédito, sem impacto fiscal primário, somavam 3,11% do PIB

Pelas dimensões da crise que se espera, esses recursos estão muito aquém do necessário. Os recursos para o SUS, a cobertura de renda dos empregados do setor formal e a garantia de renda para os trabalhadores do setor informal deverão ir bem além dos recursos já anunciados. Somente a garantia de renda para cerca de 30 milhões de famílias entre inscritos na CAD Único e informais com renda familiar abaixo de três salários mínimos vai custar 18 bilhões de reais por mês, ou até 162 bilhões de reais se estendida até o final de 2020.

O aumento da dívida pública é inevitável nesse momento, como muitos especialistas em finanças públicas já vem afirmando. Isso não elimina a possibilidade de medidas emergenciais no campo tributário que ajudem a financiar esse “esforço de guerra” que o país deve desenvolver nos campos da saúde, social e econômico.

A Contribuição proposta incidiria sobre pouco mais de 11% dos declarantes do IRPF em 2018 (ano base 2017), parcela que detinha cerca de metade da renda total declarada e 60% dos bens e direitos. O imposto devido por esses contribuintes representou em média 5,8% de sua renda total, variando de pouco mais de 10% na faixa entre 15 e 40 salários mínimos mensais a menos de 2% nas rendas acima de 320 salários mínimos mensais. Incluiria, principalmente, as parcelas mais ricas da população brasileira (2/3 do tributo seriam pagos por 0,67% dos contribuintes, 194 mil declarantes) mas também os extratos superiores do funcionalismo público e das classes médias em geral, diferentemente da sugestão semelhante apresentada por entidades associativas de auditores fiscais há algumas semanas.

Conforme esta proposta, um contribuinte com renda até R\$ 15 mil por mês não pagaria nenhuma contribuição; já um contribuinte com renda de R\$ 20 mil pagaria R\$ 500,00 mensais, isto é, 10% sobre R\$ 5 mil, que é a parcela que excede R\$ 15 mil. Quem possui renda mensal de R\$ 80 mil pagaria R\$ 8.500,00.

Com alíquotas progressivas de 10%, 15% e 20% nas faixas salariais mensais entre 15 e 40 salários, 40 e 80 salários e acima de 80 salários mínimos mensais, incidindo sobre toda e qualquer renda, a Contribuição permitiria arrecadar cerca de 140 bilhões de reais em um ano, como apresentado na tabela acima. Dinheiro que, somado ao atual orçamento do Bolsa Família, seria suficiente para pagar a Renda Básica Emergencial a 30 milhões de famílias até o final de 2020.

Nossa proposta não se contrapõe a propostas mais amplas de reforma tributária, que incluam o redesenho dos tributos sobre bens e serviços e propostas de tributação sobre o patrimônio na forma de heranças e grandes fortunas, mudanças fundamentais, mas que implicarão ainda muita negociação no Congresso Nacional. Mas possui os atributos que nos parecem necessários para o momento: é justa e progressiva; é simples, de fácil operacionalização; e possui potencial arrecadatório expressivo para ajudar a financiar o enfrentamento das múltiplas dimensões da pandemia causada pelo coronavírus.

Estimativa de arrecadação da Contribuição Social Emergencial sobre Altas Rendas

Faixa de Salário Mín. Mensal	Qtde. Declarantes	Rendimento Total	Bens e Direitos	Alíquotas	Arrecadação da Contribuição
1) de 15 a 40	2.631.706	681.702.281.727	1.875.911.992.622	10%	23.783.874.777
2) de 40 a 80	478.310	287.730.801.467	956.804.478.231	15%	24.336.208.480
3) Mais de 80	194.268	551.651.083.305	2.532.618.056.445	20%	93.947.596.221
Total > 15 SM	3.304.284	1.521.084.166.498	5.365.334.527.298		142.067.679.478

Elaboração própria com dados do arquivo “RECEITA FEDERAL – GRANDES NÚMEROS DIRFF 2018 – ANO-CALENDÁRIO”.

Tabela 9 – Resumo das Declarações por faixa de Rendimentos Totais (em salários mínimos) Alíquotas em “cascata”: 10% sobre os rendimentos mensais que excederem 15 SM; 15% sobre os rendimentos mensais que excederem 40 SM; 20% sobre os rendimentos mensais que excederem 80 SM;

Notas

1 – Texto originalmente publicado em, 11/4/2020, Estadão, caderno Política, blogs Gestão, Política & Sociedade. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/por-uma-contribuicao-social-emergencial-para-enfrentar-a-covid-19/>>.

Fábio Pereira dos Santos. *É doutor em Administração Pública e Governo (FGV/SP). Foi Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de São Paulo.*

Ursula Dias Peres. *É doutora em Economia pela EESP/FGV/SP, Professora da EACH/USP no Curso de Gestão de Políticas Públicas, Pesquisadora do CEM/USP e do King's College London. Foi Secretária Adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de São Paulo.*

Nota Técnica

12. TRABALHADORES ENFRENTANDO A PANDEMIA DA COVID 19: A PROPOSTA DAS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS

Fausto Augusto Junior

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta o documento “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras” elaborado pelo conjunto das Centrais Sindicais brasileiras¹ com a assessoria do DIEESE na primeira quinzena de março de 2020.

Em diversas crises na história do Brasil, o movimento sindical brasileiro cumpriu o papel de articular as demandas da classe trabalhadora de modo a representá-la nos processos de diálogo instalados com vistas ao enfrentamento das adversidades apresentadas. Foi assim nas Câmaras Setoriais dos anos 1990, nos fóruns criados nos anos 2000 e na superação da crise internacional de 2008.

Essas experiências possibilitaram a criação de espaços de diálogo entre as diferentes tendências políticas do movimento sindical e conferiram as Centrais Sindicais um papel que de interlocutoras junto ao Estado com a tarefa de defender os interesses dos trabalhadores nas grandes discussões nacionais.

Em um momento em que a pandemia da Covid 19 avançava para diferentes países do mundo e começava a chegar ao Brasil, as Centrais Sindicais mais uma vez se organizaram em torno de uma pauta comum com o objetivo de buscar a defesa da vida e das condições de sobrevivência do conjunto dos trabalhadores brasileiros, dando início a um movimento de disputa junto ao Estado que vem se mostrando fundamental para que os mais vulneráveis tenham condições de enfrentarem a atual pandemia e suas conseqüências econômicas e sociais.

A seguir apresentamos o documento “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras” elaborado pelo conjunto das Centrais Sindicais brasileiras¹ com a assessoria do DIEESE na primeira quinzena de março de 2020 e que vem sendo a referência na luta por um conjunto de medidas para o enfrentamento da crise a partir dos interesses da classe trabalhadora.

“As Centrais Sindicais, reunidas em São Paulo em 16 de março de 2020, preocupadas em relação à disseminação do coronavírus, orientam todas as suas entidades que, no dia 18 de março – Dia Nacional de Lutas, evitem atos de ruas e demais aglomerações. Mas reafirmam a importância da manutenção do Dia de Luta, com paralisações, greves e protestos virtuais nessa data.

A rapidez da disseminação global do coronavírus, já declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tem gerado também muita especulação quanto aos efeitos na economia mundial.

O vírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica, desmonte dos serviços públicos, aumento da pobreza e no qual o mercado de trabalho está fortemente desajustado, com alto desemprego e com grande parcela dos ocupados em empregos informais, portanto, fora de qualquer proteção social, em razão das políticas econômicas adotadas, que subtraem recursos da área social. A crise de uma

pandemia expõe a fragilidade das medidas neoliberais adotadas pelo Brasil, com privatização dos serviços públicos, desregulamentação do trabalho e exclusão do Estado como garantidor dos direitos sociais.

O plano apresentado pelo governo federal, por intermédio do ministro da Economia, Paulo Guedes, vai na contramão das medidas adotadas pelos países mais afetados pelo coronavírus para combater a pandemia e proteger as economias locais. Propõe acelerar a aprovação das reformas neoliberais, em tramitação no Congresso, que enfraquecem ainda mais os serviços públicos, retiram direitos dos trabalhadores e fragilizam o Estado para enfrentar uma crise econômica mundial.

O momento que atravessamos não tem precedentes na história recente. O Presidente da República, em vez de liderar as medidas de combate e prevenção à propagação do vírus, sai de um confinamento médico, desrespeitando todas as determinações das autoridades de saúde mundiais, para fomentar e participar de atos públicos pelo país que têm como pauta o ataque à democracia e a defesa da intervenção militar no Brasil, em desrespeito a toda a população brasileira e suas instituições.

As Centrais Sindicais entendem que enfrentar o coronavírus é a principal tarefa de toda a sociedade brasileira e de todas as instituições comprometidas com o país e, diante do desleixo do governo, vêm a público exigir medidas efetivas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras. As Centrais Sindicais conclamam o Congresso Nacional, governadores, prefeitos e o empresariado nacional a constituir um canal de diálogo que institua essas e outras medidas que se fizerem necessárias.

É hora de reconhecer a importância da política pública de saúde e do sistema universal para toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, a primeira medida deve ser a suspensão do teto de gastos (Emenda Constitucional 95), que somente em 2019 retirou perto de R\$ 20 bilhões da saúde. Também é preciso suspender os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que impedem o aumento de investimentos na saúde dos estados e municípios, nesse momento de crise extrema. Além disso, é necessária a imediata suspensão do pagamento do serviço da dívida pública até o final do ano.

Para enfrentar esse momento, é preciso garantir que o Estado brasileiro tenha agilidade e recursos para, por meio dos serviços públicos, garantir o atendimento de toda a população, nos serviços de saúde, de assistência social e nos programas de proteção ao trabalhador e trabalhadora. O Congresso deve suspender imediatamente todas as medidas que retirem direitos dos trabalhadores/as.

Essas ações permitirão que o Estado tenha capacidade financeira para garantir às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros a proteção necessária nesse momento: (1) proteção ao emprego, com estabilidade; (2) proteção à renda, com garantia e ampliação dos programas existentes na seguridade social e outros mais que se fizerem necessários; (3) proteção à saúde, com segurança alimentar e medidas de combate ao contágio dos trabalhadores e trabalhadoras, formais e informais, com medidas específicas para os mais afetados: saúde, transporte, segurança pública e educação.

Essa tragédia econômica, social e sanitária chega ao país em um momento de crise econômica. Nos próximos meses, veremos o aprofundamento dessa crise. Apresentamos, a seguir, medidas emergenciais de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, mas é importante ter no horizonte a necessidade de realizar um debate de retomada do crescimento econômico, assim que passar a fase aguda da crise

sanitária. A saída passa pela recuperação da capacidade de o Estado brasileiro ampliar os investimentos. Para esse tema, as Centrais Sindicais defendem as medidas apresentadas na Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora.

Investimento público para atravessar esse momento

Para enfrentar o cenário agravado com a pandemia, é necessário ampliar o investimento público, garantindo que o Estado brasileiro possa atuar de modo efetivo, por meio das seguintes medidas:

1. Suspensão do teto de gastos (EC 95), a fim de garantir os investimentos públicos necessários para fortalecer os serviços públicos, especialmente a saúde e a proteção social;
2. Suspensão dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que estados e municípios possam realizar os investimentos necessários no período de enfrentamento à crise;
3. Suspensão do pagamento da dívida pública e utilização dos recursos para fortalecer a seguridade social (saúde, previdência e assistência social);
4. Revogação da Emenda Constitucional 86, que estabelece medidas que reduzem os valores obrigatórios para a saúde;
5. Suspensão de todas as votações e sessões do Congresso Nacional que excluem direitos da classe trabalhadora, bem como a revogação da Medida Provisória 905 e a retirada das PECs emergenciais enviadas pelo governo, antes da pandemia.

Medidas de proteção ao trabalhador e trabalhadora com garantia de estabilidade no trabalho e renda

Os trabalhadores e as trabalhadoras estão mais expostos aos riscos econômicos e sociais que virão. Também estão mais expostos ao contágio, uma vez que são eles que utilizam transporte público - que, em nossas cidades, trafegam cotidianamente com alta concentração de pessoas -, além de executarem as atividades laborais em locais com grande concentração populacional, muitas vezes sem ventilação adequada. É preciso adotar medidas que protejam os trabalhadores/as formais e, também, os informais.

Vale lembrar que o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus pode durar até seis meses, mas seus efeitos devem ter um prazo ainda maior. Nesse caso, as medidas devem ser monitoradas e adaptadas para cada período.

1. Garantia de estabilidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras no período da crise, por meio dos diversos instrumentos de políticas públicas existentes e também, caso necessário, com a criação de novos mecanismos que garantam o emprego e a renda de todos os trabalhadores, formais e informais;
2. Ampliar imediatamente o seguro-desemprego pelo período necessário, conforme os desdobramentos da crise sanitária e econômica;
3. Durante o período de redução da circulação de pessoas, suspender as atividades laborais quando forem confirmados casos de coronavírus nas empresas, garantindo proteção à saúde e à vida dos trabalhadores e trabalhadoras;

4. Se for decretado período de confinamento geral da população, é relevante garantir emprego e renda para os trabalhadores e as trabalhadoras formais e informais;
5. No período de redução da circulação, fomentar jornadas de trabalho com horários de entrada e saída alternativos, que evitem circulação no transporte público em horários de pico. Além disso, estabelecer medidas temporárias como o home office, com estabilidade e garantia da renda do trabalhador;
6. No período de redução da circulação de pessoas, considerar como falta justificada aquelas realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que ficarão em casa para acompanhar os filhos de até 12 anos, por força da suspensão das atividades escolares presenciais;
7. Pagamento de auxílio creche no valor de 1 salário mínimo para contratação de um cuidador/a domiciliar para os/as profissionais de saúde com filhos menores de 12 anos;
8. Os trabalhadores informais / conta própria que sofrerem quebra de atividade durante a redução da circulação de pessoas ou no caso em que seja definido período de confinamento geral da população; ou, ainda, que necessitem se afastar do trabalho para os cuidados com as crianças em recesso escolar terão apoio financeiro através da Seguridade Social, com valores definidos conforme as regras do seguro desemprego, através dos mecanismos disponíveis na seguridade social (para os informais sem contribuição previdenciária, deve-se implementar programas da seguridade, tais como o BPC, Benefício de Prestação Continuada, o Bolsa Família e/ou programas similares ao seguro-defeso);
9. Diferimento do pagamento de contribuições sociais para os trabalhadores/as conta própria e microempreendedores durante a redução ou cessação das atividades econômicas desses trabalhadores/as;
10. Ampliar a licença-maternidade para as trabalhadoras que voltariam às suas atividades no período da quarentena;
11. Suspender o retorno dos trabalhadores afastados por auxílio doença pelo período em que durarem as medidas de redução da circulação de pessoas e/ou de confinamento geral da população;
12. Desde que informado ao departamento pessoal / recursos humanos pelos trabalhadores e trabalhadoras sobre doenças como gripes, resfriados e/ou de suspeita de coronavírus, as empresas devem abonar as faltas, sem necessidade de atestado médico. As medidas de abono ao trabalho devem também se estender aos trabalhadores de aplicativos;
13. Se houver quebra da atividade para os trabalhadores de aplicativo de transporte: suspender a cobrança dos contratos com as locadoras de veículos, pelo período que durar a quarentena para aqueles que trabalham com veículo alugado; adiar a cobrança da prestação, sem cobrança de juros e multas, para aqueles que trabalham com veículos financiados;
14. Para os trabalhadores de aplicativos que necessitarem de isolamento e/ou tenham contraído coronavírus, as empresas responsáveis pelos aplicativos devem estabelecer medidas que garantam a remuneração média dos trabalhadores no período de afastamento, conforme as orientações das autoridades sanitárias brasileiras (como criação de um fundo com recursos para esse fim);

15. Imediatamente, garantir que trabalhadores e trabalhadoras da saúde, segurança pública e transportes tenham acesso aos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e treinamento adequado para utilizá-los, bem como tenham a saúde monitorada;
16. Implementar com urgência força tarefa para liberar a fila do INSS, garantindo aos aposentados o acesso aos benefícios para quase 2 milhões de solicitações;
17. Garantir a ultratividade da negociação coletiva (manutenção do acordo/convenção até que outro seja fechado) pelo período de 180 dias ou até que a crise causada pelo coronavírus seja superada.

Medidas de proteção à população mais vulnerável e à segurança alimentar

18. Garantir uma força tarefa e o orçamento adequado para zerar a fila do programa Bolsa Família (3,5 milhões de pessoas);
19. Congelar os preços de itens de primeira necessidade, como álcool em gel, máscaras de proteção, medicamentos auxiliares no tratamento a enfermidades virais e a cesta básica de alimentos;
20. Reduzir o preço do botijão de gás para R\$ 40,00 para a população em geral e fornecê-lo, de forma gratuita, para os mais carentes;
21. Para garantir a segurança alimentar, ampliar significativamente os recursos para o PPA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e retomar as políticas para a agricultura familiar, inclusive com programa específico de distribuição de alimentos, garantindo que não ocorra problemas de desabastecimento e de aumento de preços;
22. Em caso de suspensão das aulas, viabilizar o acesso à merenda escolar ou conceder recursos financeiros para que as famílias possam garantir a alimentação das crianças;
23. Disponibilizar espaços públicos de higienização (banheiros, chuveiros e lavanderias públicas) e distribuição de kits de higienização para a população em situação de rua;
24. Distribuir alimentação em kits individuais (quentinha) para a população em situação de rua;
25. Intensificar e reforçar o acompanhamento da assistência social à população em situação de rua.
Medidas de proteção à saúde;
26. Ampliar o gasto com a saúde pública e suspender o teto de gastos (EC 95). Em 2016, o orçamento da saúde representava 4,36% do gasto público. Em 2020, esse percentual caiu para 2,97%;
27. Aumentar os investimentos no complexo da saúde, imediatamente: indústria de equipamentos, produção de fármacos, formação e contratação de profissionais da saúde, ampliação imediata dos equipamentos de saúde (unidades de atenção básica e centros hospitalares), como forma de atender às necessidades imediatas e no médio e longo prazo que serão geradas pela crise atual; garantir mecanismos de proteção para todos os trabalhadores dessa cadeia de suprimentos e atendimento à saúde;

28. Liberar a contratação emergencial de profissionais da saúde para reforçar as equipes de atendimento em todos os equipamentos de saúde, através do programa Mais Médicos; autorizar a realização de concursos públicos para recompor a força de trabalho no SUS e na Anvisa, considerando, inclusive, que, no médio prazo, também haverá desdobramento para atendimento à população que contrair o vírus. Se necessário, o Estado deve requisitar leitos e aparelhos hospitalares privados para garantir o atendimento da população;

29. Garantir, nos postos de saúde, o fornecimento de medicamentos para gripes e resfriados, além da distribuição gratuita de álcool em gel;

30. Exigir locais de higienização das mãos em espaços públicos como estações de transporte público, prédios públicos, bancos, supermercados, farmácias, entre outros;

31. Cobrar e propor às empresas, entidades patronais e instituições públicas a constituição de comitês, em conjunto com os sindicatos de base, para acompanhar a crise, garantir transparência das ações implementadas e promover iniciativas visando reduzir a propagação da doença nos locais de trabalho, tais como: (I) oferta de produtos de higiene e proteção individual; (II) conduta com relação aos trabalhadores/as mais vulneráveis à doença (idosos, diabéticos, cardíacos etc.); (III) planos de contingência em locais de trabalho que venham a ser diretamente afetados por casos da doença;

32. Garantir que as empresas promovam a vacinação antecipada de trabalhadores/as contra a gripe, conforme campanha nacional de vacinação do SUS, que terá início em 23/03/2020. Essa iniciativa auxilia na redução das possibilidades de equívocos no diagnóstico do vírus, reduz a demanda ao serviço público de saúde devido a outras doenças, como a gripe, e evita que pessoas debilitadas contraíam o coronavírus;

33. Garantir o teste para coronavírus para toda a população que apresente sintomas, inclusive com equipe de coletas do teste domiciliar”.

Notas

CUT-Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical; CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores; CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros; UGT - União Geral dos Trabalhadores; CSP-Central Sindical e Popular; Conlutas Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Fausto Augusto Junior. Diretor técnico do DIEESE. Doutorando na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Possui graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Universidade de São Paulo. Atua na área de Educação e Sindicalismo, Relações de Trabalho, Desenvolvimento Industrial e Regional e Gestão de Pessoas e Conhecimento.

13. O PÊNDULO 50 ANOS DEPOIS: O ESTADO PRESENTE NAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL APRESENTADAS PELOS PAÍSES NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Gisele Yamauchi

Resumo Executivo

Karl Polanyi (2013) argumenta que, ao longo da história humana, as relações de poder pesam no processo de tomada das decisões e ações do Estado, que ora seguem as orientações visando proteger o mercado, e, ora seguem as orientações visando à proteção social – consistindo, assim, num movimento pendular, oscilatório. Esta nota técnica tem como objetivo resgatar a importância da presença do Estado na economia em dois grandes momentos históricos em tempos de crise: na crise de 1929, sendo superada com o plano ‘New Deal’, e na reconstrução mundial durante o pós-segunda guerra mundial, com o ‘Plano Marshall’. Embora existam atritos entre os defensores do livre mercado e os defensores da proteção social, há um consenso entre eles da necessidade de intervenção do Estado em momentos de crise econômica aguda ou pandêmica. Depois de 50 anos da aplicação dos ideais neoliberais, com o surgimento do Coronavírus como uma pandemia, o pêndulo, mais uma vez, oscila para a intervenção do Estado com a proteção social e inclusive a proteção do mercado diante da crise. Posto isso, serão apresentadas medidas e ações tomadas por alguns governos das principais economias do mundo e pelo Brasil, que buscam reduzir os impactos econômicos e sociais gerados pelo coronavírus. Por fim, serão apresentadas algumas considerações sobre essas medidas e propostas que buscam minimizar os efeitos da crise.

Introdução

Em sua obra “A Grande Transformação”, Polanyi (2003) aponta a existência de um movimento pendular durante a história do capitalismo. Este sistema em determinado momento está voltado para o livre mercado, o “*Laissez Faire*”; em outro, volta-se para a proteção social, a “*autoproteção Social*”. Ao longo da história, podem-se verificar atritos entre os defensores de ambos os lados, havendo pouquíssimos pontos de concordância. Essa nota técnica parte do resgate de certos fatos históricos que levaram à aceitação de intervenção do Estado na economia em determinados momentos, tornando-se uma pactuação aceita por diversos atores sociais nos países centrais. Pactuação essa, desfrutada parcialmente, também, pelos países periféricos.

Em momentos como a Crise de 1929 ou durante a reconstrução mundial após o término da Segunda Guerra, quando o mundo se encontrava na chamada Guerra Fria, dada pela polarização entre Estados Unidos (EUA), representando o bloco capitalista e a União Soviética (URSS), representando o bloco socialista, a orientação do Estado em ambos os casos foi fundamental para a condução da reconstrução e desenvolvimento mundial. Seria impossível deixar a tarefa somente nas mãos do livre mercado. Esse período de condução do Estado ficou conhecido como a Era Dourada (1945-1970). Entretanto, a partir da década de 1970, um conjunto de fatos levou às mudanças nas pactuações feitas, colocando em xeque as idéias keynesianas da presença do Estado na economia. As idéias neoliberais (tendo uma de suas práticas o ideal de Estado Mínimo) ganharam cada vez mais força, sendo aplicadas e impostas até as duas primeiras décadas do século XXI em diversos países, principalmente nos

países periféricos (como é o caso do Brasil), que saem cada vez mais fragilizados no âmbito econômico e social.

Breve resgate da importância da intervenção do Estado em momentos de crise e reconstrução mundial

O receituário liberal (ou neoliberal), que consiste em deixar o mercado atuar por si só, não produziu resultados para vencer os efeitos da crise de 1929. Este receituário aprofundou os problemas gerados pela crise. A solução foi o *New Deal*, um plano econômico apresentado pelo então presidente dos EUA da época, Franklin Delano Roosevelt, durante o período entre 1933 e 1937. O plano foi desenvolvido com base nos estudos de John Maynard Keynes (2017 [1933]) e apresentou as seguintes propostas e ações: I) investimento maciço em obras públicas - o governo investiu US\$ 4 bilhões da época (cerca de US\$ 82 bilhões, em valores atualizados de fevereiro de 2020) na construção de usinas hidrelétricas, barragens, pontes, hospitais, escolas, aeroportos, entre outros, cujas obras geraram milhões de novos empregos; II) destruição dos estoques de gêneros agrícolas, como algodão, trigo e milho, a fim de conter a queda de seus preços; III) controle sobre os preços e a produção, para evitar uma superprodução na agricultura e na indústria; e, IV) diminuição da jornada de trabalho, com o objetivo de abrir novos postos. Além disso, fixou-se o salário mínimo e foram criados o seguro-desemprego e o seguro-aposentadoria (para os maiores de 65 anos). O *New Deal* abrangeu quatro dimensões (HOBBSAWM, 2015): a) reformas econômicas e regulação de setores da economia; b) medidas emergenciais; c) transformações culturais; d) nova pactuação política entre o Estado, empresas e a sociedade.

Segundo Limonvic (2003), as ações feitas no *New Deal* a partir de 1933 inauguraram uma pactuação (antes as relações eram tensas) entre o Estado, o trabalho organizado e o capital. Essa pactuação foi novamente estabelecida no período entre 1945 e 1970, durante o Estado de Bem-Estar Social, no qual países centrais, como os EUA, o Japão e países Europeus (Inglaterra, Alemanha [na época, Alemanha Ocidental], França, Itália, Bélgica, Holanda, entre outros) viveram a chamada Era Dourada.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os países europeus e o Japão precisavam ser reconstruídos. Diante da iminência do crescimento dos partidos socialistas no continente europeu, os EUA engendraram o Plano Marshall. No total, foram injetados US\$ 12.9 bilhões (cerca de US\$ 153 bilhões de dólares em valores atualizados de fevereiro de 2020) nas economias dos países europeus e do Japão. Para que o Plano Marshall atingisse eficiência, seria necessária uma série de medidas: a redução das barreiras interestaduais; a pactuação entre Estado, trabalhadores e os donos do capital, pela concessão de direitos (acesso à educação, saúde universal e seguridade social); a queda de regulamentos e o estímulo ao aumento da produtividade, que levaram às negociações coletivas com os sindicatos (e conseqüente melhorias nos salários e nas condições de trabalho, entre outros). A indústria fordista de produção em massa foi o epicentro do sistema, calcado no alto consumo e na concessão de crédito.

A partir de 1970 houve mudanças nas disputas e acirramento da polarização no âmbito político e econômico internacional entre os EUA e a URSS, na chamada Guerra Fria, elevando os gastos em guerras. Somando-se a isso, a mudança no comportamento dos EUA no Oriente Médio levou à crise do petróleo e provocou o enfraquecimento da economia estadunidense. As economias européias, que aplicavam o conceito de bem-estar social na prática, também estavam altamente endividadas. Os discursos passaram a defender uma menor presença do Estado.

Assim, as idéias neoliberais ganharam força, desfazendo toda a pactuação feita entre as empresas, governos e a sociedade durante o período entre 1945 e 1970.

As idéias neoliberais têm norteado os planos de governos de vários países nos últimos 50 anos (1970-2020). A aplicação dessas idéias se dá em prol dos credores nos países centrais e da camada mais rica da sociedade – uma minoria da população mundial total. Os países periféricos sentiram os seus devastadores efeitos de forma mais intensa que os países centrais, principalmente com a aplicação do “Consenso de Washington”^[1]. No Brasil, essas idéias chegaram na década de 1990 e traduziram-se no aumento da fragilidade econômica e num período duro para o país, agravando o cenário de crise: queda no consumo, fechamento de fábricas, desemprego, entre outros.

A pandemia do Coronavírus e os fantasmas da economia neoliberal

Após 50 anos de início de sua aplicação, o pêndulo mencionado por Polanyi (2013) traz questionamentos ao mundo, invalidando as respostas e ações de cunho neoliberal. Vários acontecimentos extremos têm mudado os rumos das decisões e das relações de poder, levando o mundo a uma nova fase que se dá em vários âmbitos: econômico, social, ambiental. Mais uma vez, agora em 2020 – com a chegada do Coronavírus. A pandemia forçosamente escancara os maiores “fantasmas da sociedade neoliberal”, demonstrando tanto no lado real, de famílias e empresas, quanto no lado monetário da economia, suas práticas excludentes. Mostra que estas práticas não funcionam e nem são justas para a grande maioria da sociedade global.

O coronavírus se transformou numa pandemia que já infectou mais de 1,5 milhão pessoas e matou mais de 88,5 mil pessoas pelo mundo, segundo dados coletados até 09/04/2020. Após o agravamento da transmissão, foram decretados ‘estado de calamidade pública’ e ‘quarentena’ em diversos países. Em alguns, o cumprimento é obrigatório, com as saídas controladas. Em outros, apenas se “recomenda” o distanciamento social. De toda maneira, o mundo inteiro está mobilizado para deter um inimigo em comum. Há rumores e expectativas de colapsos econômicos. Parte das pessoas que está em suas casas, em quarentena, deixa de produzir, corre risco de perder o seu emprego e a sua renda. Apenas os serviços essenciais funcionam.

Evidentemente que, para conter uma pandemia de grandes proporções, como a atual, é necessária a adoção de várias medidas que busquem diminuir os impactos econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, da pandemia, em todos os países afetados. Considerando-se as lições aprendidas com a crise de 1929 e a forma que ocorreu a pactuação no processo de reconstrução mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial, entende-se que é necessária uma repactuação, atentando-se que cada país tem a sua particularidade, fragilidades econômicas e condições diferentes de uso dos recursos que possuem ou podem obter.

Este é um momento de solidariedade nacional e internacional, com ações visando, especialmente, os países e pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Nesse caso, o Estado é o único ator que consegue atuar em condições voláteis e de grande incerteza, como ocorre. Nesse momento, o mercado costuma recuar ou realizar ações que não condizem ou que pioram a situação. O Estado deve estar presente, intervir e coordenar as ações econômicas e sociais. Ações coordenadas são de suma importância e urgência em tempos de uma guerra pandêmica.

O Estado Presente: estabilização e coordenação diante do Coronavírus

Posto o cenário atual de 2020, de pandemia, bem como, considerando-se a importância histórica das políticas anticíclicas executadas pelos Estados nos dois períodos distintos já mencionados, serão apresentadas aqui as principais medidas anunciadas pelos governos de diversos países, entre eles o Brasil. Algumas dessas medidas já foram executadas e outras estão na fase de estudo e implantação. As informações que seguem abaixo foram coletadas por meio de pesquisa e análise de conteúdo de vários sites de notícias, tais como, *BBC News*, *Deutsche Welle*, G1, CNN, Valor Econômico, entre outros.

Alemanha

- O governo alemão está fornecendo € 1 bilhão (US\$ 1,1 bilhão) em crédito para negócios e empresas de todos os tamanhos. O crédito será entregue por intermédio do banco estatal de desenvolvimento de negócios do grupo bancário KfW, (em alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau KfW Bankengruppe), que tem cerca de € 500 bilhões de euros para ajudar e apoiar sua economia.
- Uma série de medidas tributárias para garantir liquidez às empresas, tais como a dispensa da cobrança de multas por atraso no pagamento de empréstimos de empresas afetadas pela desaceleração causada pelo surto.
- O Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha deve receber € 145 milhões para o desenvolvimento de uma vacina.
- O estado do sul da Baviera anunciou um fundo de até € 10 bilhões para ajudar a região a suportar a pandemia do coronavírus. Isso permite que o governo local compre participações em empresas em dificuldades, de forma a evitar insolvências.
- Empresas com até 250 funcionários podem solicitar empréstimos entre € 5.000 e € 30.000. O fundo também será usado para garantir 80% dos empréstimos contraídos por empresas ameaçadas por inadimplência. Para se ter noção da importância dessa ação, o estado da Baviera possui nove grandes empresas (classificadas como DAX-30), como a fabricante de automóveis BMW, a gigante de engenharia Siemens e a varejista de esportes Adidas.
- O ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz, declarou que os países europeus devem mostrar "solidariedade" com países duramente atingidos pela pandemia, como é o caso da Itália. *"Um país como a Itália agora deve gastar bilhões para apoiar sua economia. Isso não deve falhar em razão de uma interpretação restrita dos regulamentos"*. Entretanto, no dia 09/04/20, a União Europeia, principalmente por parte dos credores alemães, recusou o pedido do governo italiano de emitir novos títulos da dívida pública (a Itália é o 2º país mais endividado do bloco com 136% do PIB). Isso gerou mais atritos, fragilizando ainda mais as relações dentro do bloco europeu.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Político, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Espanha

- Foi anunciado pacote no valor de € 200 bilhões (ou US\$ 219 bilhões) para ajudar as empresas e proteger trabalhadores e outros grupos vulneráveis afetados. O governo espanhol planeja mobilizar € 117 bilhões para o pacote, com empresas privadas fornecendo o restante. Cerca de € 600 milhões serão investidos em serviços sociais básicos. Metade das medidas de assistência, que representam cerca de 20% do PIB do país, são garantias de crédito para empresas e o restante inclui empréstimos e auxílios para pessoas vulneráveis.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Politico, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Portugal

- Portugal apresentou pacote de estímulo de ajuda de € 9,2 bilhões (ou US\$ 10 bilhões), equivalente a mais de 4% do PIB do país. O pacote inclui crédito apoiado pelo Estado, no valor de € 3 bilhões, para ajudar empresas em setores como turismo, hotelaria, têxtil, madeira e micro e pequenas empresas. Cerca de € 5 bilhões do estímulo fiscal são reservados para permitir pagamentos flexíveis de impostos e previdência social. O ministro das Finanças disse que o país pode implementar uma moratória no pagamento de empréstimos. As negociações estão em andamento com vários bancos.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Politico, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

França

- A França prometeu pacote de ajuda de € 45 bilhões (US\$ 50 bilhões) para pequenas empresas, além de dezenas de bilhões de euros já prometidos para trabalhadores franceses obrigados a parar de trabalhar em função do fechamento de lojas e restaurantes e das restrições da quarentena.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Politico, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Reino Unido

- Foi anunciado pacote de estímulo fiscal de emergência de US\$ 14,5 bilhões para combater a pandemia. O estímulo apoiará o Serviço Nacional de Saúde (NHS) do Reino Unido e reembolsará o custo das empresas por 2 semanas.
- Oferecimento de empréstimos garantidos pelo Estado, no valor de US\$ 400 bilhões (cerca de 15% do PIB do Reino Unido), para empresas nos setores de varejo e hospitalidade que enfrentam a súbita paralisia econômica causada pela quarentena em massa.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Politico, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Estados Unidos

- O Senado dos EUA liberou pacote de US\$ 2,2 trilhões, o maior pacote econômico da história do país, para ajudar indivíduos e empresas a lidar com a crise econômica atual e fornecer suprimentos médicos urgentes aos hospitais. Serão US\$ 500 bilhões para financiar empresas, cidades e Estados. Desse montante, US\$ 58 bilhões vão para as companhias aéreas, um dos setores mais afetados pela crise. Foram negociados benefícios para os desempregados, além de outros ganhos sociais. O pacote também prevê destinar US\$ 367 bilhões para um programa de empréstimos a pequenas empresas, com problemas na folha de pagamento. Os valores devidos poderão ser perdoados no futuro se essas companhias não demitirem seus funcionários. Os hospitais, por sua vez, receberão US\$ 130 bilhões para reforçar a luta contra a doença. Outros US\$ 150 bilhões irão para um fundo de estímulos que ajudará cidades e estados a ampliarem as medidas para combater o vírus.
- Foi anunciada uma ajuda federal no valor de US\$ 104 bilhões, para a realização de testes gratuitos de coronavírus a pessoas sem seguro saúde, refeições escolares para crianças, 10 dias de licença médica e 12 semanas de licença familiar paga para os trabalhadores que não possuem seguro de saúde. O pacote proposto inclui um pagamento imediato com um cheque por adulto de US\$ 1.200, limitado a dois adultos por família, e US\$ 500 por menor de idade, limitados a três crianças por família. O pacote reduz as exigências para que os trabalhadores possam ter acesso ao seguro-desemprego e os valores pagos também serão reajustados.
- Corte de impostos para os assalariados, US\$ 50 bilhões para o setor aéreo e US\$ 250 bilhões para pequenas empresas.
- O Banco Central dos EUA anunciou novos mecanismos financeiros para combater danos econômicos: O primeiro é ajudar as famílias e as empresas a permanecerem à tona e o segundo financia grandes instituições financeiras por até 90 dias. O novo mecanismo permitirá que empresas como *JP Morgan*, *Goldman Sachs*, *HSBC*, *Morgan Stanley*, *Deutsche Bank Securities*, *BNP Paribas Securities* e *Nomura Securities* usem títulos de dívida como garantia para crédito do *Federal Reserve*. O programa permanecerá em vigor por, pelo menos, seis meses. O terceiro mecanismo, o Mecanismo de Liquidez de Fundos Mútuos do Mercado Monetário, no valor de US\$ 10 bilhões, criará um empréstimo de emergência para os bancos que comprarem ativos de fundos mútuos e outras fontes de crédito de curto prazo. Espera-se que essa medida mantenha o crédito fluindo na economia dos EUA.
- Houve a invocação de uma lei de 1950, que permite a intervenção comercial. O objetivo é mobilizar a produção privada para combater o coronavírus, o que poderia, por exemplo, obrigar a indústria a produzir suprimentos médicos essenciais. Foi o caso da *General Motors*, a GM, que foi acionada dia 28/03/2020 para produzir os respiradores.

- Outra medida anunciada pelo governo estadunidense foi a suspensão das execuções hipotecárias e despejos até o final de abril.
- O *Federal Reserve* anunciou que vai reduzir as taxas de juros para quase 0 (zero) e injetar liquidez num montante de US\$ 700 milhões no mercado com a compra de títulos do tesouro e hipotecários. Além disso, anunciou que retomará seu programa de compra de dívida corporativa, implementado pela primeira vez durante a Crise de 2008.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Político, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Austrália

- A Austrália anunciou pacote de estímulo fiscal no valor de US\$ 11 bilhões para combater a pandemia de coronavírus. O pacote inclui um pagamento único de AUD\$ 750 (US\$ 451) para quase 6,5 milhões de australianos de baixa renda e será usado para salvar 120.000 empregos de aprendizes além de apoiar pequenas e médias empresas. O pacote de estímulo fiscal representa quase 1,0% do PIB da Austrália.
- O banco central da Austrália anunciou a redução da taxa de juros para 0,25%, para impulsionar a economia australiana em apuros. O governo australiano também disse que permitiria empréstimos mais baratos para as empresas, intervindo no mercado de títulos.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Político, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Argentina

- Argentina, que já enfrentava uma grande crise, em anos recentes, precisa de R\$ 50 bilhões para enfrentar pandemia. Sem fontes de recursos adicionais e com uma provável queda na arrecadação, segundo Alberto Fernández, o país terá que recorrer à emissão monetária.
- Os ministros argentinos de Economia, Martín Guzmán, e do Trabalho, Claudio Moroni, anunciaram ajuda de 10 mil pesos (cerca de R\$ 800) para 3,6 milhões de famílias de baixa renda ou trabalhadores informais, que se encontram impossibilitados de trabalhar durante a quarentena, desempregados e pessoas com renda de até 26 mil pesos (R\$ 2.000) e os beneficiários de programas sociais equivalentes ao “Bolsa Família”. O benefício será estendido também às empregadas domésticas, mesmo as que têm carteira assinada.

Fonte: BARRÍA, 2020. In: BBC NEWS MUNDO, 21.mar.2020; BORRELLI; KARNITSCHNIG, 2020. In: Político, 02.apr.2020; CAVALCANTI; FORAN; RAJU; BYRD; BARRETT, 2020. In: CNN POLITICS. 27.mar.2020. MARTYR; MUKHOPADHYAY, 2020. In: DEUTSCHE WELLE, 19.mar.2020; SANDHU, 2020. In: Jornal Valor Econômico/Financial Times, 18.mar.2013.

Brasil

Com informações extraídas do Jornal “Valor Econômico” e do portal de notícias do G1, serão abaixo expostas uma síntese das principais notícias de ações anunciadas pelo governo federal e suas medidas econômicas e regulatórias para fazer frente ao impacto da pandemia de coronavírus, cuja dimensão ainda é crescente e incerta. Entretanto, ela tem paralisado atividades no mundo todo e tem elevado os tons de temores de uma grande recessão. O conjunto de iniciativas já anunciadas pelo governo federal e pelo Banco Central inclui:

- a) afrouxamento da meta fiscal;
- b) apoio à população mais vulnerável;
- c) flexibilização das leis trabalhistas para manutenção de empregos;
- d) auxílio para trabalhadores informais e autônomos;
- e) prorrogação do pagamento de tributos e redução de contribuição;
- f) apoio financeiro a estados;
- g) ampliação da liquidez nos mercados (especialmente para o setor financeiro);
- h) ajuda do BNDES e de bancos públicos.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

Veja-se a seguir as principais medidas já anunciadas com maior detalhamento:

a) Afrouxamento da meta fiscal

O governo federal pediu e o Congresso aprovou o reconhecimento do estado de calamidade pública. Isto permite que o governo eleve o gasto público e descumpra a meta fiscal prevista para o ano. O orçamento de 2020, sancionado pelo presidente da república, autorizava até então déficit fiscal de até R\$ 124,1 bilhões nas contas públicas.

Em meio à necessidade de reengenharia orçamentária, o governo já anunciou o repasse de R\$ 4,5 bilhões do fundo do DPVAT – seguro veicular obrigatório – para o combate ao coronavírus, e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos nacionais e importados que tenham relação com o enfrentamento da doença. Como corte de despesas, foi anunciado o adiamento para 2021 do Censo do IBGE e do concurso para recenseadores, permitindo a destinação de R\$ 2,3 bilhões para a saúde.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

b) Apoio à população mais vulnerável

Para ajudar os grupos de cidadãos mais vulneráveis, foram anunciadas ações e liberações de recursos:

- Antecipação das duas parcelas do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para abril e maio (R\$ 46 bilhões);
- Antecipação do pagamento do abono salarial para junho (R\$ 12,8 bilhões);
- Transferência de valores não sacados do PIS/Pasep para o FGTS para permitir novos saques (R\$ 21,5 bilhões), no segundo semestre do ano;

- Reforço ao programa Bolsa Família (R\$ 3,1 bilhões);
- Redução do teto de juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas, e aumento da margem e do prazo de pagamento.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

c) Flexibilização das regras trabalhistas para manutenção de empregos

Medida provisória publicada pelo governo federal alterou uma série de regras trabalhistas durante o período de calamidade pública, com o objetivo (segundo o próprio governo) de auxiliar as empresas e preservar os empregos. A MP estabelece que acordos individuais terão preponderância sobre os demais instrumentos legais e negociais, e prevê a possibilidade de:

- adoção do teletrabalho (trabalho à distância, como o *home-office*);
- antecipação de férias individuais e concessão de férias coletivas, com aviso ao trabalhador até 48 horas antes;
- aproveitamento e antecipação de feriados;
- regime especial de compensação de horas no futuro, em caso de interrupção da jornada de trabalho;
- suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho.

A equipe econômica publicou Medida Provisória, a MP 927, que permite a redução proporcional de salários e da jornada de trabalho. Há um estudo pelo Ministério da Economia de pagar um auxílio para os trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos e forem afetados pela redução de jornada, oferecendo uma antecipação de 25% do que teriam direito mensalmente caso requeressem o benefício do seguro-desemprego. Entretanto, cabe mencionar que essa medida não se mostra efetiva, uma vez que não garante a estabilidade de emprego.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

d) Auxílio para trabalhadores informais e autônomos

O governo federal anunciou e, depois de muita pressão, liberou um programa de auxílio mensal, no valor de R\$ 600 por mês, para profissionais autônomos e informais durante a crise, por três meses. Caso a mulher for chefe de família, receberá o valor de R\$ 1.200 por mês. A medida busca garantir renda àqueles trabalhadores que não têm rendimentos fixos e, em geral, também não contribuem para a previdência. O auxílio mensal terá um custo de R\$ 5 bilhões por mês e deve beneficiar 54 milhões de pessoas. Terão direito ao auxílio mensal trabalhadores, desempregados e Microempreendedores individuais (MEIs), com mais de 18 anos, que estejam em família de baixa renda pelos critérios do Cadastro Único (CadÚnico).

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

e) Prorrogação do pagamento de tributos e redução de contribuição

O governo decidiu prorrogar por 6 meses o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional. Essa medida também se aplica aos Microempreendedores Individuais (MEIs). Já as contribuições das empresas ao Sistema S serão reduzidas em 50% por 3 meses. A MP que flexibiliza as leis trabalhistas também autoriza que as empresas adiem, em três meses, o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores. Fica suspensa a obrigatoriedade do recolhimento referente aos períodos de março, abril e maio, com o vencimento sendo prorrogado para abril, maio e junho, respectivamente.

No âmbito tributário, foi anunciado, ainda, a prorrogação por 90 dias do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas (CNEND) já emitidas, ambas relativas à Créditos Tributários federais e à Dívida Ativa da União. Essas duas certidões são necessárias para que as pessoas jurídicas exerçam uma série de atividades, como, por exemplo, participar de licitações ou obter financiamentos.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

f) Apoio financeiro a estados

O governo apresentou um plano de R\$ 88,2 bilhões para estados e municípios conseguirem arcar com as demandas na área da saúde e os impactos econômicos do coronavírus. As medidas do pacote incluem:

- Transferência de R\$ 8 bilhões para gastos em saúde;
- Transferência de R\$ 2 bilhões para gastos em assistencial social;
- Recomposição no valor de R\$ 16 bilhões para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Suspensão das dívidas dos estados com a União (R\$ 12,6 bilhões);
- Renegociação de dívidas de estados e municípios com bancos (R\$ 9,6 bilhões);
- Operações com facilitação de créditos, no valor de R\$ 40 bilhões.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

g) Ampliação da liquidez nos mercados

O Banco Central anunciou algumas medidas para injetar recursos no sistema financeiro e liberar R\$ 1,2 trilhão em liquidez na economia. Embora algumas delas encontrem-se em fase de elaboração, o objetivo principal é permitir que os bancos privados tenham mais dinheiro em caixa. O conjunto de medidas as seguintes ações:

- liberação adicional de R\$ 68 bilhões em depósitos compulsórios, além do valor de R\$ 135 bilhões anunciado em fevereiro;
- estudo de permissão de empréstimo do BC aos bancos com lastro em Letras Financeiras de carteiras de crédito securitizadas (impacto potencial de R\$ 670 bilhões);

- flexibilização das regras das LCA (Letras do Crédito do Agronegócio), dando mais liberdade às instituições para definirem destinação dos recursos captados com esse papel;
- recompra provisória de títulos da dívida externa;
- novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) para captações de bancos;
- empréstimo com lastro em debêntures (título de dívida corporativa).

O Banco Central (Bacen) também intensificou sua atuação no mercado de câmbio. Segundo o jornal Valor Econômico, o Banco vendeu US\$ 9,654 bilhões das reservas no mercado à vista, US\$14 bilhões em leilões de linha – venda com compromisso de recompra – e US\$ 10,5 bilhões em contratos de swap em meio à escalada da moeda norte-americana. O Bacen também assinou um acordo com o Banco Central dos EUA – *Federal Reserve* que garante provisão de liquidez em dólares, por meio de linhas de swap de até US\$ 60 bilhões.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

h) Ajuda do BNDES e bancos públicos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou que irá injetar R\$ 55 bilhões na economia para reforçar o caixa de empresas. Desse montante, R\$ 5 bilhões serão destinados em linhas de crédito para micro, pequenas e médias empresas. Os empréstimos facilitados terão carência de até 24 meses e prazo total de pagamento de 60 meses. Ainda desse montante, R\$ 30 bilhões serão para a suspensão de cobrança dos empréstimos a empresas, diretos e indiretos, por 6 meses.

Já a Caixa Econômica Federal anunciou redução dos juros e a possibilidade de suspensão, por 60 dias e até 90 dias para alguns casos nos pagamentos de prestações de contratos de empréstimo acertados por pessoas físicas e jurídicas, incluindo os habitacionais. A Caixa também anunciou que possui R\$ 75 bilhões que podem ser disponibilizados, no curto prazo, sendo R\$ 30 bilhões para eventual compra de carteira de bancos médios focando em consignado e em automóveis. E os outros R\$ 40 bilhões estão separados para o segmento de capital de giro, em especial para parte imobiliária e de pequenas e médias empresas, além de mais R\$ 5 bilhões para o crédito agrícola.

Fonte: CAVALCANTI; SOARES; SETTI, 2020. In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020a; b; c; CORREIA; MAIA, 2020. In: Portal G1 de 31.mar.2020; PORTAL G1. In: G1 Economia. 24.mar.2020.

Considerações Finais

É inegável que as idéias neoliberais estão sendo colocadas “em xeque” e, nesse momento, elas perdem a sua validade. Dessa vez, é impossível fugir de uma reflexão e da contestação das idéias neoliberais que vem sendo executadas. É necessário que cada membro da sociedade civil, de cada país, faça o “*mea culpa*”, sobretudo, as lideranças mundiais que defendem e impõem as idéias neoliberais. É necessária uma revisão completa das ações feitas nos últimos 50 anos e uma repactuação que possibilite a criação, a revisão e a revisitação de teorias que ficaram “*démodé*” sobre o lado real da economia (das famílias e do setor produtivo, que mantem efetivamente a economia funcionando) e sobre o lado monetário da economia, que deve apoiar, com

responsabilidade social, o funcionamento da economia do setor produtivo e ajudar a promover um efetivo desenvolvimento econômico e social no mundo

Em momentos de grave crise como este e de guerra contra a pandemia do Coronavírus, é fundamental a atuação do Estado, buscando diminuir a instabilidade e a incerteza no mercado, diante da eminência do caos ou na prevenção de um colapso econômico e social. Essa ação de intervenção deve ser coordenada pelo Estado, não devendo ter limites, conforme apontada por vários economistas, principalmente, na construção de um cenário de transição nos países durante o pós-Pandemia do Coronavírus.

Como a economia mundial encontra-se bastante financeirizada e o Brasil se insere nesse cenário, há uma forte pressão por parte do setor financeiro, em especial por parte dos bancos privados, que fazem lobby nos governos. Conforme exposto nas medidas dos países, nota-se um padrão de ação no qual o primeiro setor a ser socorrido é o setor bancário privado.

É necessário socorrer o setor bancário, mas é fundamental cobrar uma contrapartida deles, principalmente dos bancos privados. Considerando que o cenário é de instabilidade, de insegurança e de queda na renda das pessoas, perante a análise dos bancos sobre riscos e inadimplência, a tendência é que estes aumentem suas taxas e ampliem o rigor na análise dos créditos, encarecendo o valor do dinheiro tomado emprestado. Isto faz com que os bancos retenham o dinheiro, escolhendo os seus tomadores de empréstimos pelas condições de retorno destes. Nessas condições expostas pela pandemia, é necessário criar mecanismos que forcem os bancos privados a diminuírem as taxas de juros e a facilitar o acesso ao crédito com juros baixos para as pessoas que realmente precisam do valor, fortalecendo a produção e o consumo. Ou seja, os bancos também devem alocar recursos e investimentos no setor produtivo, pois são as pequenas e médias empresas as que geram empregos e renda para movimentar economia.

Para muitos, a aprovação do auxílio de R\$ 600,00 por trabalhador autônomo e informal, sem renda fixa, é uma vitória dos brasileiros diante da proposta do valor de R\$ 200,00 feita pela equipe econômica neoliberal de Paulo Guedes. Contudo, estes R\$ 600,00 não são suficientes. Este é o momento em que o Estado deve entrar com gastos maiores, especialmente aqueles voltados, por exemplo, para a realização de obras públicas consideradas urgentes (como a criação de hospitais, ambulatórios, abrigos, serviços que ajudem a gerenciar esse momento de crise e de guerra, etc), discutir a criação de uma renda mínima definitiva, entre outras medidas.

O que se percebe, até o momento, é que as idéias neoliberais continuam fortemente impregnadas na equipe econômica do país. Isso se reflete no caráter tímido de uso dos recursos de ajuda que o país dispõe para realizar e escancara quem manda no país e quais são as prioridades: apenas tímidos 2,6% do PIB foram utilizados. O lado monetário, sobretudo, o setor financeiro, ainda tem um peso maior nas tomadas de decisões. Não há o controle ou cobrança de contrapartidas. O lado real, que fomenta efetivamente a economia, não é socorrido nas mesmas ou em maior proporção, sendo que precisa de medidas mais fortes.

O debate é intenso e traz em sua agenda pautas antigas, cujas discussões são recusadas a serem feitas pela alta esfera da sociedade. É necessário retomar o debate dos impostos diretos e indiretos, de renda mínima, de taxação das grandes fortunas e de taxação de lucros e dividendos, principalmente os especulativos e financeiros - sobretudo aqueles que não estejam ligados ao setor produtivo, além de gerar urgente a criação de grande quantidade de vagas de emprego.

Por fim, 50 anos depois, os ventos que trazem o Coronavírus obrigam a sociedade a pensar em novos rumos, na criação de novas saídas e no resgate de idéias. O mundo não será o mesmo pós-Coronavírus. Dessa vez, o pêndulo mudou de lado, ele está do lado da autoproteção social, na figura do grande “Leviatã” do Estado, como o grande agente promotor de ações que visam segurança e estabilidade (CONCEIÇÃO, 2019). Um Estado que coordene os recursos e conduza ao desenvolvimento econômico, com práticas que visam uma sociedade melhor, mais igualitária e justa, no mundo pós-Coronavírus.

Notas

[1] O Consenso de Washington consistiu na aplicação de um conjunto de medidas recomendadas aos países periféricos em desenvolvimento, endividados, quando recorriam ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre as medidas recomendadas estavam a disciplina fiscal, redução e focalização dos gastos públicos, desregulamentação, abertura comercial e financeira, privatização, eliminação de barreiras aos investimentos internacionais, flexibilização do mercado de trabalho (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2000, p. 13).

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela USJT e Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Referências Bibliográficas

BARRÍA, CECILIA. In: BBC NEWS MUNDO. **Coronavírus: o que as grandes economias do mundo estão fazendo para evitar falências e a falta de dinheiro.** 21.mar.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51983863?at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_custom2=facebook_page&at_medium=custom7&at_custom3=BBC+Brasil&at_campaign=64&at_custom4=709AF560-6CFF-11EA-BF8E-5DA5923C408C>. Acesso em: 26.mar.2020.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira.** São Paulo: Campus, 2000.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Não deve haver limite para intervenção do Estado, porque não há limite para a crise”. Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo. **Revista IHU online**, 20.mar.2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597277-nao-deve-haver-limite-para-intervencao-do-estado-porque-nao-ha-limite-para-a-crise-entrevista-com-luiz-gonzaga-belluzzo>>. Acesso em: 28.mar.2020.

BORRELLI, Silvia Sciorilli; Karnitschnig, Matthew. **Italy's future is in German hands: If Southern Europe is going to get help recovering from the coronavirus crisis, it will need to convince Germans that their own prosperity is at stake.** In: Politico, 02.apr.2020. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/coronavirus-italy-future-germany/>>. Acesso em: 08.apr.2020.

CAVALCANTI, Glauce; SOARES, Lucila; SETTI, Rennan. **Emprego é preocupação central: Implantação de mecanismos para ajudar empresas a evitar demissões deve ser ágil.** In: Jornal Valor Econômico, 09.abr.2020. Disponível em: <

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/09/recursos-precisam-chegar-logo-ao-caixa-das-empresas.ghtml>>. Acesso em: 09.abr.2020.

_____; _____. **Recursos precisam chegar logo ao caixa das empresas:** Entre as dificuldades está a negativa de crédito a companhias que tenham dívidas com a Previdência. In: *Jornal Valor Econômico*, 09.abr.2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/09/emprego-e-preocupacao-central.ghtml>>. Acesso em: 09.abr.2020.

_____; _____. **Além da recessão, país deverá superar as desigualdades:** Retomada da economia após o coronavírus vai demandar empresas mais solidárias. In: *Jornal Valor Econômico*, 09.abr.2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/09/alem-da-recessao-pais-devera-superar-as-desigualdades.ghtml>>. Acesso em: 09.abr.2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Entre a Mão Invisível e o Leviatã:** Contribuições heterodoxas à economia brasileira. São Caetano do Sul, Didakt, 2019.

CORREIA, Marcello; MAIA, Gustavo. **Guedes diz que medidas econômicas contra coronavírus já chegam à 2,6% do PIB.** Portal G1 de 31.mar.2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-medidas-economicas-contra-coronavirus-ja-chegam-26-do-pib-24341983>>. Acesso em: 01.abr.2020.

FORAN, CLARE; RAJU, MANU; BYRD, HALEY; BARRETT, TED. In: CNN POLITICS. **Trump signs historic \$2 trillion stimulus after Congress passes it Friday.** 27.mar.2020. Disponível em: < <https://edition.cnn.com/2020/03/27/politics/coronavirus-stimulus-house-vote/index.html>>. Acesso em: 27.mar.2020.

G1. **Coronavírus: veja as medidas econômicas já anunciadas pelo governo federal e pelo BC. Economia.** In: G1 Economia. 24.mar.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/24/coronavirus-veja-as-medidas-economicas-ja-anunciadas-pelo-governo-federal-e-pelo-bc.ghtml>>. Acesso em: 26.mar.2020.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Editora Saraiva, 2017.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal: Estado e sindicato no combate à Grande Depressão.** Civilização Brasileira, 2009.

MARTYR, KATE; MUKHOPADHYAY, ANKITA. In: DEUTSCHE WELLE. **Coronavirus: What countries are doing to minimize economic damage.** 19.mar.2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/coronavirus-what-countries-are-doing-to-minimize-economic-damage/a-52816921>>. Acesso em: 26.mar.2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** São Paulo: Leya, 2013.

SANDHU, Martin. **Governos têm de gastar o que for preciso para conter a recessão do coronavírus.** In: *Jornal Valor Econômico/Financial Times*, 18.mar.2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/03/18/governos-tem-de-gastar-o-que-for-preciso-para-conter-a-recessao-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 01.abr.2020.

14. O PODER EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aristogiton Moura

Resumo Executivo

O mundo pré Covid-19 já era palco de múltiplas e profundas transformações na sociedade. A revolução nas TICs⁸ foi uma das mais importantes, aumentando a conexão entre pessoas e entre países com impacto nas transformações no modo de vida moderno. Esta já estava enfrentando uma onda política antiglobalização por diversos governos conservadores, destacando-se o dos EUA e os de diversos países europeus. Com o advento da Pandemia agravou-se o desgaste de todos os sistemas políticos e da democracia que dominou estes espaços nas últimas décadas. Hoje, além do problema sanitário que vivemos, estamos sem norte no campo político. O que temos são arremedos de populismo e autoritarismo. Caminhamos para uma revolução nas relações políticas e suas representações sem ter as ferramentas para isso. A presente nota resgata os conhecimentos em Ciências e Técnicas de Governo, inaugurado por Carlos Matus nos anos 1990 e que hoje se mostram mais atuais que nunca e podem ser referência na construção do mundo que vai surgir depois desta mega crise.

Introdução

O grande desafio de atuar de forma organizada e efetiva nos tempos de pandemia é como reagir, como sociedade, à uma ameaça que não se origina das relações humanas, mas do jogo da natureza. Estamos utilizando os recursos que construímos como humanidade para responder a pandemia que é, nos moldes que se apresenta, uma ameaça sem precedentes à vida e ao modo de vida que estamos habituados.

Isso requer a construção de um novo vocabulário, uma nova linguagem, porque a que está sendo utilizado atualmente é uma *novilíngua*⁹ beligerante, empregada a exaustão até mesmo por pacifistas. Talvez, por isso, nos chegue, por todos os meios, mensagens bélicas como: guerra ao vírus, orçamento de guerra, isolamento contra um inimigo invisível, entre outras. Não temos linguagem para entender a complexidade do problema como ele é e se apresenta. Estamos escravos do jogo bélico-médico-sanitário que é o jogo das ciências. Estamos, metaforicamente, como os ameríndios fizeram na época dos descobrimentos, trocando todos os avanços sociais e conquistas de valores igualitários e a própria democracia por espelhos e bugigangas da “nova medicina sanitária”. Precisamos de conceitos e teorias que nos instrumente para criarmos os novos consensos sociais nos tempos dos pós crise. Entender o poder e

8 Tecnologias da informação e comunicação é uma expressão que se refere ao papel da comunicação na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, smartphones.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologias_da_informa%C3%A7%C3%A3o_e_comunica%C3%A7%C3%A3o

9 Novilíngua ou novafala é um idioma fictício criado pelo governo hiperautoritário na obra literária 1984, de George Orwell. A novilíngua era desenvolvida não pela criação de novas palavras, mas pela "condensação" e "remoção" delas ou de alguns de seus sentidos, com o objetivo de restringir o escopo do pensamento.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Novil%C3%ADngua>

como ele atua e se transforma é crítico para não perdermos a liberdade e a democracia que nos foi tão cara, até este momento.

Esta nota foi escrita em base no que Carlos Matus apontou no seu livro Teoria do Jogo Social (Fundap, 2005), sobre a natureza dos jogos. Este é hoje um tema crítico para entender o momento pelo qual passa a sociedade contemporânea e em especial, a brasileira, onde a palavra de ordem é conflito e já não há espaço consensos. Esta é uma releitura do capítulo 8 deste livro que Matus denominou de “**os novos jogos do poder**”. Ela pretende retomar e atualizar o debate iniciado por Matus, ainda nos anos 1990, e apontar, dentro desta perspectiva, quais são os jogos que se entrelaçam no atual cenário político social brasileiro, na crise COVID-19, e qual é o jogo que domina, encadeia e dá sentido aos demais.

O jogo social e os jogos de poder, segundo Matus

Matus ensina que o sistema social que estrutura a nossa sociedade é um grande jogo, complexo, nebuloso e de final aberto, composto de vários jogos individuais indivisivelmente entrelaçados. São jogos simultâneos, que coexistem no mesmo tempo e no mesmo espaço físico. Cada jogo tem dinâmica própria e particularidades especiais, mas reproduz em seu interior todos os outros jogos de forma subordinada. Segundo ele o jogo social não se divide em compartimentos mutuamente excludentes, com fronteiras temáticas, legais, organizacionais ou espaciais nítidas, e sim em lógicas de jogo superpostas, com uma intersecção dominante, pano de fundo para a presente nota.

A intersecção dominante nos cenários brasileiro e no mundial é a Pandemia COVID-19 e o encadeamento em escala global, entrelaçado a este jogo estão os jogos políticos, econômicos e ideológicos submetidos a diferentes pressões e conflitos. O contexto é a transição para o digital e a antiglobalização que empodera o âmbito público, em detrimento do privado.

O cerne da questão está na lógica de jogo define precisamente o tipo de poder que se está disputando e as regras para sua disputa, sejam elas formais ou de fato. O poder disputado em cada jogo é incompleto, e por isso ameaçado. Sua solidez requer componentes de poder dos outros jogos. De modo que o poder real reside no domínio do grande jogo social, e tal domínio reside no controle da lógica do jogo de maior peso.

As regras englobadas na lógica de cada jogo são sua marca diferenciadora. Naturalmente, as diversas lógicas de jogo exigem diferentes regras de controle e diferentes capacidades acumuladas de produção social. Cada jogo tem suas próprias regras e uma função de produção das jogadas permitidas, que requer capacidades de produção também particulares. A produção de valores não exige os mesmos recursos que a produção de conhecimentos, e a produção destes últimos demandam recursos diferentes daqueles necessários para a produção de bens e serviços, ou a geração de fatos políticos. Se o presente texto está empregando o conceito de espaço de um jogo, é apenas no sentido dos limites em que é dominante uma dada lógica de jogo, e, portanto na produção das jogadas valem certas regras de controle aplicáveis à sua lógica.

O jogo tem futuro e passado. O presente é fugaz, embora seja o construtor dos dois. Esse passado vive em nós como lembranças que alimentam motivações, valores, sentimentos e tradições. O futuro é o motivo do jogo, o eixo de sua dinâmica. Em ambos os extremos domina a autocensura inconsciente. Existe um passado que não queremos ser nem lembrar. Há um futuro que não podemos nem sabemos ver e explorar. É assim que o presente, em sua fugaz duração, domina o jogo social.

Os participantes do grande jogo social desenvolvem uma constante luta pelo poder. O poder é meio e é fim, por isso é gratificante tanto por sua posse como por seu uso. E, pelo menos para alguns participantes, o poder como meio é mais gratificante que o poder como fim. Desse modo, uma boa parte do jogo social gira em torno da competição pelo poder atual, pelo poder em si mesmo. Esta é a descrição perfeita do momento político, que se aplica tanto ao cenário global quanto ao nacional. Essa luta pelo poder é canalizada por duas vias: A **competição pela supremacia** de um dos jogos sobre os outros; e pela **competição pelo domínio** em cada jogo.

Para Matus existe uma quantidade de jogos no jogo social que podem ser enumerados e explicados. São nove os jogos, nos quais os atores disputam nove poderes, que são os seguintes:

1. **O jogo político**, no qual se disputa e se distribui o poder político, civil e militar, cuja função é criar, concentrar e distribuir o poder social. O recurso crítico é o vetor de força política, que varia principalmente através da produção da ação acordante ou da ação estratégica, combinadas com ações instrumentais. O jogo político liberta ou subjuga o homem por meio da distribuição do poder. É um jogo entre atores em disputa pelo controle dos diversos sistemas de governo em vigor no jogo social. É um jogo que combina a luta por motivações pessoais com as motivações ideológicas, expressas em projetos sociais. Esse jogo produz, distribui e concentra o poder político.
2. **O jogo econômico**, no qual é disputado e distribuído o poder econômico, cuja função é produzir os bens e os serviços demandados pela população para satisfazer suas necessidades, distribuir a renda, distribuir a propriedade de bens econômicos, manter sob regulação as principais variáveis macroeconômicas e estabelecer as relações de intercâmbio com o mundo exterior. O recurso escasso dominante é expresso pelo vetor de recursos econômicos. O meio básico para incrementar os recursos econômicos é a produção de bens e serviços, combinando a ação instrumental com ação social. O jogo econômico liberta ou subjuga o homem através da satisfação das necessidades econômicas. É um jogo entre empresários e consumidores, pelo controle dos recursos econômicos e pelo domínio dos mercados. Realiza-se no terreno dos recursos da Natureza, tendo fortes e contraditórios nexos com o jogo ecológico. É um jogo determinante da qualidade material de vida dos jogadores.
3. **O jogo da vida quotidiana**, no qual se disputa um espaço nos modos de vida dos cidadãos comuns, e distribui-se a qualidade de vida e o poder comunitário. É o jogo do homem em seu local de residência, lutando por resolver os problemas de saúde, moradia, educação, segurança, equipamentos urbanos, serviços básicos etc. A qualidade de vida é o critério dominante na avaliação desse jogo. Aqui Matus desenvolveu o método PES que se propõe planejar e avaliar os resultados de um governo de acordo com o sinal positivo ou negativo do balanço de cada um desses três primeiros jogos. É essa a origem da teoria dos três cintos do governo que ele desenvolveu. Esta teoria fundamenta a análise que se faz dos jogos e o equilíbrio necessário para manter um projeto político coerente. A metáfora que Matus usava era que o senso comum indica que se uma pessoa está passando por problemas ela “aperta o cinto” e, normalmente, é o cinto econômico. No jogo social são três os cintos: o cinto I refere-se à gestão política, ou seja, à avaliação dos resultados do jogo 1. O cinto II qualifica a gestão macroeconômica, de acordo com os resultados do jogo 2. O cinto III indica os resultados do intercâmbio de problemas que afetam a vida quotidiana dos cidadãos, ou seja, os resultados do jogo 3. O princípio fundamental consiste em enunciar que não se pode governar ou dirigir apresentando sinal negativo acumulado nos três balanços terminais. Ao contrário, é preciso que haja uma administração compensadora entre os balanços, para que os sinais negativos de um balanço possam ser corrigidos pelos sinais positivos dos outros.

4. **O jogo pessoal**, no qual se disputa a liderança individual e se distribuem as recompensas pessoais no espaço das satisfações do mundo interior do homem, e o poder pessoal. Exprime a luta individual, tanto em nível de personalidades como de cidadãos anônimos, pela realização de suas aspirações; esse tipo de luta pessoal estrutura o mundo interior do homem, cria para ele um perfil de personalidade, e proporciona os atores para todos os outros jogos. Nesse nível, há um único jogo que interage com todos os outros jogos. Na competição entre indivíduos é que se produz o desenvolvimento da pessoa, através da criação de seu mundo interior, composto de conhecimentos, valores, emoções e traços da personalidade. É aqui que se decide o equilíbrio dos objetivos pessoais com os objetivos sociais, e a competição pela escolha das lideranças nos demais jogos. O recurso escasso é o vetor de personalidade. Esse jogo liberta ou subjuga o homem através do equilíbrio ou desequilíbrio em seu mundo interior. É um jogo entre indivíduos, na luta por ocupar posições pessoais no jogo social. É um jogo que se debate entre o **pólo egocêntrico** do benefício pessoal e o **pólo exocêntrico** do benefício social. O jogo produz a pessoa, e a pessoa produz o jogo.
5. **O jogo da comunicação** é aquele no qual se realiza o apoio a todos os outros jogos no plano do entendimento e da comunicação entre os jogadores, e se estabelece a disputa pela transparência, opacidade e controle da interação humana através da linguagem como poder de comunicação, gerador de convicções e motivações. Sua função é produzir a interação comunicativa que é funcional para o jogo dos atores dominantes. Esse critério decide o grau de transparência ou opacidade da comunicação possível entre os participantes de um mesmo jogo, ou entre jogos paralelos. Via de regra, o jogo da comunicação opera com um grau significativo de atrito, devido a:
- a) Barreiras idiomáticas, que concentram a circulação das comunicações em determinados espaços geográficos e institucionais;
 - b) Barreiras cognitivas, que cortam a comunicação através de diferenças de vocabulário que alimentam a diversidade de leituras da realidade em um mesmo espaço;
 - c) Barreiras de interpretação, que geram opacidade na interação dos atos de fala entre pessoas;
 - d) barreiras de controle de comunicações, que limitam, formalmente ou de fato, o acesso às conversações; e
 - e) barreira da seleção de comunicação, determinada pela inevitável desigualdade e afunilamento do filtro dos meios e canais de comunicação de maior poder de difusão das conversações e informações.

O conjunto desses fatores gera desigualdade e atrito na comunicação. O recurso escasso crítico desse jogo é o vetor de transparência comunicativa, cujo valor aumenta ou diminui de acordo com as exigências impostas pelos recursos escassos dominantes do jogo particular dentro do qual, ou entre os quais, ocorre a interação comunicativa. É um jogo de entendimento entre o falar e o escutar entre indivíduos, com a névoa da opacidade e ambiguidade próprias do diálogo entre seres humanos. Essa opacidade pode ser intencional ou natural. A opacidade intencional é um recurso dos atores dominantes. A opacidade natural é uma deficiência da comunicação. Nessa

opacidade, o peso das barreiras acima mencionadas varia muito. Consegue-se o máximo de transparência do jogo da comunicação quando: 1. Os códigos de entendimento são reconhecíveis, conferindo sentido ao que se fala e ao que se ouve; 2. Em uma conversação, o que se diz tem o mesmo significado que o que se ouve; e 3. Todos os fatos significativos do jogo são objeto de conversações abertas; nada é ocultado ou controlado. Os atores dominantes controlam as conversações dominantes e determinam as zonas e os pesos das conversações transparentes e das conversações opacas. O controle do jogo requer o controle das conversações. A liberdade de conversação no jogo social só é compatível com a democracia.

6. **O jogo macroorganizacional**, em que se estabelece o apoio a todos os outros jogos através da ação coletiva, ou de organizações, e que gera uma disputa pelo poder burocrático e institucional. Sua função é produzir a ação organizacional, que é uma ação humana coletiva capaz de materializar a produção institucional a serviço de qualquer um dos outros jogos. O recurso escasso dominante é o vetor de capacidade organizacional. O jogo macroorganizacional liberta ou subjuga o homem através do atrito burocrático e do conflito entre a ação individual e a ação organizacional na satisfação das necessidades dos jogadores. Como a ação individual é incapaz de satisfazer todas as necessidades de participação do indivíduo nos diversos jogos, surge assim um espaço para o jogo macroorganizacional, com a ação organizacional. É um jogo de coordenação, concorrência e cooperação institucional e, ao mesmo tempo, de luta pela distribuição de governança e de poder organizacional. Esse jogo está limitado pela governabilidade e pelo atrito burocrático, que encurrala o homem entre a ação individual, a concentração da governabilidade macroorganizacional e o atrito burocrático da ação organizacional centralizada.
7. **O jogo dos valores**, que é a consciência de todos os outros jogos. Representa o capital ético, estético e emocional contra o qual sacam todos os demais jogos, e no qual se defrontam as convicções, surgidas da reflexão ética e dos afetos, com as necessidades requeridas pela eficiência e eficácia operacional de cada jogo. É um jogo travado no mundo interior do homem (a consciência fechada) e entre os homens (a consciência aberta). Nesse jogo se produz e se distribui o poder das convicções e das emoções. Sua função é a de criar, renovar ou defender os valores éticos, étnicos, estéticos, religiosos e ideológicos, e aplicá-los ao juízo humano do intercâmbio de problemas, a fim de propor respostas quanto à finalidade última do jogo. O recurso escasso desse jogo é o vetor de valores, que se renova ou se deteriora no âmbito de seu inter-relacionamento com os outros jogos. O jogo dos valores liberta ou subjuga o homem através da correspondência entre o padrão dominante do ser humano e seus correspondentes valores-norma, com os valores-operacionais de funcionamento dos demais jogos simultâneos que estruturam o jogo social. Os valores-norma são um produto da razão humana e surgem de uma reflexão autocrítica sobre os resultados do grande jogo social. Os valores operacionais, por outro lado, são um produto da prática dos jogos, de acordo com os critérios de eficiência e eficácia que os mesmos exigem dentro de sua lógica própria. Essa correspondência, ou desfasagem, produz a satisfação, ou insatisfação, das necessidades morais e estéticas. É um jogo no qual de um lado estão os ideólogos produtores de valores-norma no jogo 7, e do outro lado estão os produtores e usuários de valores-operacionais dos jogos 1, 2, 3 e 4, gerados pela prática da produção social. É um jogo que se desenvolve também em cada consciência individual.
8. **O jogo das ciências**, que constitui o capital cognitivo contra o qual sacam os demais jogos, e no qual há uma disputa por espaço entre o conhecimento científico e as ideologias, os preconceitos e as crenças metafísicas; é também uma competição entre o juízo intuitivo e o juízo analítico, como fundamento das jogadas nos diversos

jogos; esse jogo gera e distribui o poder cognitivo. Sua função é criar, acumular, conservar e distribuir conhecimentos; o recurso escasso crítico desse jogo é o vetor patrimônio de conhecimentos acumulados, que se modifica principalmente através da reflexão teórica básica, a pesquisa científica, a ação instrumental experimental e a ação social experimental. É o jogo que liberta ou subjuga o homem através da conquista e distribuição do conhecimento científico acerca dos vários mundos da sua realidade. É um jogo do homem contra a ignorância a respeito da natureza e da sociedade que ele mesmo cria. De um lado estão o pioneiro e o inovador. Do outro, a realidade com suas incógnitas e as estruturas sociais com sua inércia e rejeição ao que é novo. Esse jogo produz os paradigmas científicos e as tecnologias, e concentra o controle sobre sua distribuição. Nesse jogo ocorre uma luta constante entre pioneiros e colonos, ou seja, entre inovadores e seguidores. Os primeiros abrem caminhos inéditos. Os colonos, em uma reação tardia, transitam por tais caminhos quando já estão trilhados, e com sua mentalidade de seguidores tardios, fiéis ao aprendido, são um obstáculo ao progresso das ciências. O pioneiro é um homem livre, fiel à busca da verdade. O colono é um homem submisso, fiel ao que aprende.

9. **O jogo da natureza**, que constitui o capital fixo proporcionado pelos ecossistemas ao desenvolvimento do jogo social, e no qual se disputa o controle dos recursos escassos da natureza e seu uso de acordo com os critérios de sua preservação ou sua exploração, em relação com a eficiência e a eficácia operacionais dos jogos que demandam recursos naturais; nesse jogo opera o poder da natureza como poder cego e pré-programado, que proporciona o capital ecológico a todos os jogos que competem por essa oferta limitada. A variável crítica é o próprio terreno de jogo. O homem altera a Natureza, seja através de seus modos de vida, seja por seus modos de produção. O recurso escasso relevante é o vetor de recursos naturais. Esse jogo produz uma modificação da Natureza e de sua biodiversidade, ao mesmo tempo que afeta o equilíbrio ecológico. Uma massa fixa de recursos naturais, renováveis ou não renováveis, está sujeita à crescente pressão do crescimento demográfico e da produção. A primeira cria necessidades constantemente aumentadas. A segunda compete pelo espaço e pelos recursos da Natureza. Naturalmente, o domínio reside no controle das regras e dos valores. As regras impõem a lógica do jogo. Os valores impõem a aceitabilidade das regras. É um jogo de nove poderes, no qual está em disputa tanto a identidade do grande jogo dominante como os atores dominantes em cada jogo. É uma competição entre nove poderes, que pressionam para conseguir a supremacia e impor aos demais jogos sua lógica de funcionamento, que sofre uma lenta mutação com a evolução do tempo histórico do jogo social. O tema e a dinâmica do grande jogo social é a distribuição do poder, em cada jogo e entre os jogos. Em última instância, trata-se da competição pelo poder no grande jogo que coordenará a lógica dos oito jogos subordinados.

Os nove jogos propostos pela teoria aqui apresentada convergem para alguma forma de poder, ou cada um deles é um elemento na formação do vetor de poder resultante de seu desenvolvimento paralelo e entrelaçado. Segundo os postulados da teoria PES, o poder reside na desigualdade das regras de jogo, que confere vantagens a uns e desvantagens a outros. A força, como acumulação, é o aproveitamento da potencialidade do poder com base na desigualdade das regras e das desigualdades pessoais. Em um plano ideal, a desigualdade das regras pode ser evitada, mas as desigualdades pessoais são inevitáveis, e só podem ser mitigadas.

Como há uma relação entre umas e outras, a desigualdade é a lei de desenvolvimento do jogo social, e sua dinâmica é impelida pelo propósito de ganhar ou perder graus de igualdade. A abolição ideal das desigualdades representaria a abolição do poder.

Os jogos de poder e a crise COVID-19

Tempos de crise são aqueles em que as situações se aceleram acima da capacidade de compreensão e respostas dos atores que estão envolvidos nos jogos de poder. É preciso, nesse ponto, dar uma definição precisa do que são atores e espectadores do jogo social. Espectadores são todos aqueles que não participam de um jogo concreto, já ator social é uma organização e, em seu extremo, uma personalidade, que cumpre os seguintes requisitos: 1. Tem um projeto, ainda que seja incoerente ou errático. 2. Controla algum recurso relevante para o jogo, tem força e capacidade desacomular ou desacomular força e, por conseguinte, tem capacidade de produzir fatos no jogo social. 3. Participa de algum jogo parcial ou no grande jogo social. 4. Tem organização estável, que lhe permite atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente ou, em seu extremo é aplicável a uma personalidade que tenha presença forte e estável no sistema que lhe permite arrastar com suas ideias um coletivo social.

Isto posto, passamos a analisar, pela perspectiva da crise COVID-19, o poder e suas manifestações, pela perspectiva dos nove jogos:

1. **Jogo Político** - O primeiro a ser afetado pela crise, o poder político está sendo utilizado como moeda de troca da sociedade por administração e saída da crise. A sociedade está preferindo uma concentração do poder em uma corrente populista articulada com autoritarismo, desde que esta lhe dê uma perspectiva de segurança ou esperança de não sofrer o mal maior que é a Pandemia.

2. **Jogo Econômico** - O poder econômico, causa e efeito da Pandemia, está recolhido, se protegendo e avaliando as consequências. Sobrevivente e adaptativo se resguarda para atuar quando a onda passar. Sabe que é crítico para qualquer estratégia de retomada econômica. Não deve mudar de rumo, alimenta e supre qualquer sistema.

3. **Jogo da Vida Cotidiana** - Este parece ser o jogo um dos jogos que mais será afetado pela Pandemia, como ele é produto e resultante dos demais jogos vai sofrer profundas alterações com grandes perdas. De liberdade, de emprego, de mobilidade e, inclusive, social e emocional. Tende a construir uma nova sociedade que admitirá autoritarismo e populismo.

4. **Jogo Pessoal** - Aberta e temporada para projetos populistas e autoritários, se a tendência política, antes da Pandemia já era de apoiar lideranças individualistas e autoritárias, com a Pandemia isto vai potencializar. César Calderón¹, renomado consultor político espanhol, em um artigo escrito para o jornal El Mundo, sobre o que as lideranças na crise diz: *A ciência política americana, que mais estudou esse fenômeno, conhece esse efeito como um Rally' round the flag (algo como se reunir ao redor da bandeira) e explica que em tempos de crise, especialmente em casos de guerra, os cidadãos tendem a dar seu apoio incondicional a quem detém o poder, independentemente de sua ideologia, de forma que qualquer crítica política da oposição, mesmo as verdadeiras e razoáveis, tende a girar como um bumerangue contra quem as pronuncia, fazendo com que a opção mais útil para um líder da oposição é apoiar incondicionalmente o governante em exercício e guardar as críticas para mais tarde.* Ou seja, nesta crise este modelo de jogo encontra uma situação que é a soma da ocasião com a oportunidade para lideranças autoritárias e individualistas.

5. **Jogo da Comunicação** - Jogo dominante mas não determinante. Vai continuar sendo o principal meio de trânsito para a maioria dos demais jogos e, com a Pandemia, tende a dominar todas as demais conversações nos espaços do grande jogo. Este e os seus recursos continuarão a ser o principal meio de interação e relacionamento social com o uso da internet e das redes sociais e potencializado pelo isolamento imposto como estratégia médico-sanitária, afetando ainda mais o nosso modo de vida e nossa maneira de ver e estar no mundo.

6. **Jogo Macroorganizacional** - O atual modelo de governo, baseado em grandes estruturas, concentração de poder e de recursos. Autoritário e centralista, aos moldes weberianos, que estava desaparecendo na nova sociedade conectada, ganha notável sobrevida com a Pandemia, pelo motivo deste ser muito resiliente, orgânico e coerente. Com a crise vai continuar sobrevivendo, enquanto a maioria das organizações do mundo sólido, como definido por Baumanⁱⁱ está se desfazendo como espuma. A Pandemia está trazendo de volta o jogo macroorganizacional tradicional. Ele tem os recursos e a capacidade para sobreviver e dar as respostas coletivas que a sociedade requer numa crise como esta.

7. **Jogo de Valores:** O conflito de transição que enfrentamos na última década que modificaram nossa maneira de viver e interagir no mundo provocou muitas mudanças, principalmente nos valores-norma. O grande jogo social mudou e com ele nossos valores. Isto tem provocado a maioria dos conflitos que vivenciamos, principalmente naqueles que enfraqueceram a democracia, fizeram a sociedade perder sua confiança em governos, partidos e em políticos. A crise, nesse ponto, é um ponto de mutação que afetará o continuum de liberdades e individualidade que segue num crescente desde o rearranjo mundial provocado pela segunda grande guerra no e isto vai mudar, drasticamente, os valores-norma, definindo novos valores-operacionais para a sociedade sobrevivente da COVID-19.

8. **O jogo das Ciências**, que vinha pautando a sociedade e os seus processos políticos, paradoxalmente sofreu na última década, um grande desgaste com a expansão avassaladora das tecnologias de comunicação e informação. Essas trouxeram de volta o pensamento anticientífico e o negacionismoⁱⁱⁱ como norma. Voltaram os tempos de se questionar, entre outras coisas, se o homem foi realmente à lua, se as vacinas eram efetivas e se a terra era redonda. O vetor patrimônio de conhecimentos acumulados nunca foi tão volumoso, diverso e qualitativo. No entanto não liberta o homem como esperado. Percebemos que a busca pela verdade pela ciência está dando espaço às ideologias, aos preconceitos e às crenças metafísicas.

9. **Jogo da Natureza** - Este é o jogo que domina, encadeia e dá sentido aos demais. Estamos vivendo tempos de hiperconsumismo e os efeitos deste na natureza são incomensuráveis. Caminhamos buscando o que Gilles Lipovetsky, citado por Fabio Scorsolini-Comin, no artigo: **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**ⁱⁱ constata e prediz que a sociedade pode ter o caminho da autorregulação, que chegará quando *“a atual sociedade do hiperconsumo deve criar formas de sustentabilidade, não sendo apenas destrutiva, como se vem observando, mas também responsável. Em termos históricos, do mesmo modo como a opção consumista seria uma invenção datada, a sua exaustão deve ocorrer não apenas a partir de uma revolução do modo de produção mercantil e de valores, mas por uma inversão hierárquica na qual o hedonismo não seria um princípio estruturante da vida. O destino da sociedade seria a era do pós-hiperconsumo, na qual o ecletismo da felicidade levaria a uma contínua produção de dilemas e à necessidade de reinvenção da felicidade e da busca pela alegria de viver, o que nem sempre poderá ser dado ao homem como consequência de suas buscas”*. Ou outro caminho que surge de um trauma tão profundo que afete toda a estrutura do grande jogo social, que é o caso da Pandemia em curso. Constatado a partir dos impactos visíveis dela no desmonte mundial, em todos os campos, desde a política até a economia. O jogo da natureza mostra que ela não é apenas um jogo que opera o poder da natureza como poder cego e pré-programado, mas dá claras mostras que ela é um jogador ciente e como tal atua com a estratégia de pressão e resposta, intervindo, através dos seus efeitos naturais, no controle e equilíbrio dos demais jogos.

Notas

i Matus desenvolveu o Método PES – Planejamento Estratégico Situacional como um conjunto de conhecimentos em ciências de governo que são empregados na produção de serviços de inteligência para suporte ao processo de tomada de decisão no nível estratégico e na modernização de sistemas organizativos nos âmbitos público, político e social. Como ensina Morin, o método não é uma mera sistematização operacional de um processo e sim resultado de uma produção intelectual única dirigida a um campo carente desse. A descrição que Matus utiliza pode ser confirmada no livro Método 3, onde Edgar Morin é mais enfático ao fazer a distinção entre método e metodologia. “*Deve-se lembrar aqui que a palavra método não significa de jeito nenhum metodologia. As metodologias são guias a priori que programam as pesquisas, enquanto que o método derivado do nosso percurso será uma ajuda à estratégia (a qual compreenderá ultimamente, é certo, segmentos programados, isto é, metodologias, mas comportará necessariamente descoberta e inovação)*”. O objetivo do método é ajudar a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas (MORIN, 1999, p. 38).

ii https://www.elmundo.es/opinion/2020/04/07/5e8c695821efa010058b4577.html?fbclid=IwAR2XoT8HHp1tD-xN66Ns3Gy6W8j_uTpR_HjRyNcAoqcUB-o72C0i60y54As

iii **Negacionismo** (do francês négationnisme) é a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável. Trata-se da recusa em aceitar uma realidade empiricamente verificável, sendo essencialmente uma ação que não possui validação de um evento ou experiência histórica.

<https://www.fronteras.com/entrevistas/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmunt-bauman>

iii <https://pt.wikipedia.org/wiki/Negacionismo>

¹http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100024

Aristogiton Moura. Professor convidado da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo, formado por Carlos Matus, da Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor, consultor internacional no Brasil e na América Latina. Atualmente, é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, Diretor-presidente da Strategia Consultores e Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica.

Referências Bibliográficas

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap -1996

Bauman, Z. - Tempos Líquidos – Brasil - Zahar - 2007

Nota Técnica

15. CORONAVÍRUS & NÓS... “QUÊ FAZER?”

Luis Felipe Xavier

Resumo Executivo

A nota trata de um momento de inflexão (e de reflexão) de nosso padrão de reprodução social em que há a sobreposição de problemas como crise de oferta, crise de demanda com a pandemia causada pelo Coronavírus – COVID-19. Pretende-se expor a falência de nossa modernidade - como máquina de reprodução de desigualdades - que limita a tomada de medidas de contenção e de controle ao combate a esta e a outras pandemias que possamos enfrentar. Objetivamos, a partir da constatação das psicopatologias que produzem as desigualdades, através da formação de políticas públicas pautadas no conceito de escassez, e aprofundam as condições de vulnerabilidade, propor medidas que alterem de forma radical a distribuição dos recursos e riquezas de modo que entremos (de fato) na modernidade, com todos “cabendo” na Constituição Cidadã.

O momento da pandemia do Coronavírus (COVID-19) é muito oportuno para discutirmos nosso padrão limitado de modernidade. Alguns dados sobre a desigualdade saltam aos olhos e escancaram como esta se impõe ao limitar as ações em tempo hábil para conter a progressão do vírus, deixando claro que nosso passado escravista sempre volta a nos assombrar – se é que ainda não saímos dele.

Observamos diferentes indicadores que escancaram esta situação de elevada concentração de riqueza de um lado e de reprodução de pobreza de outro, que incidem negativamente nos indicadores de saúde, que dificulta a tomada de medidas para contenção da pandemia se não tomarmos medidas radicais para revisão desta distopia.

Estas anomalias sociais se apresentam de diferentes formas, conforme segue: elevados índices de mortalidade infantil, se comparados com outros países¹; 30 milhões de brasileiros não possuem água tratada; 48 % das pessoas não possuem saneamento básico e 46% do esgoto coletado são tratados²; **apenas 66% dos brasileiros tinham acesso à rede de coleta**³; 40% dos adultos maior de 25 anos não têm Ensino Fundamental⁴; 72% dos gastos domésticos vão para alimentação, habitação e transportes⁵; 80 % das pessoas ganham até dois salários mínimos; 1% dos brasileiros recebe 33 vezes mais do que metade da população mais pobre; 1% das propriedades detém metade da área rural e dívida destes que concentram a terra e extrapolam, quase R\$ 1 trilhão, segundo dados da OXFAM Brasil, em 2016...a lista de anomalias socioeconômicas que expõe quão miserável é o nosso padrão de reprodução social é imensa.

Se olharmos a questão da desigualdade sob o aspecto sócio territorial com uma lupa veremos o quanto estas anomalias são ressaltadas nos territórios mais vulneráveis das regiões metropolitanas (favelas, cortiços, por exemplo), onde a densidade é maior, ou nos rincões do país, onde pequenos agricultores, cujas propriedades com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de propriedades do país, mas ocupam menos de 2,3% da área rural total (OXFAM Brasil, 2016). Nestas áreas, onde o serviço público não chega (por omissão), onde a vida é descartada por não ser encarada como mercadoria rentável para a “economia girar”, por ser encarada historicamente como custo, não como investimento público. Esta necropolítica

evidencia ainda mais a falência da modernidade pelos processos sociais que produzem desenvolvimento a partir do subdesenvolvimento, da sociedade dos SEM – SEM teto, SEM casa, SEM Saúde, SEM Educação, SEM Saneamento, SEM alimento...SEM TUDO e SEM NADA.

Se desconhecemos nossa realidade a fundo (que apresenta uma patologia social) não conseguimos mapear as situações de vulnerabilidade. Se reduzimos a sua compreensão através da omissão⁶, dificulta a percepção da heterogeneidade de graus de pobreza em situações de vulnerabilidade e de vulnerabilidade extrema, que impedem um alcance maior na formatação e efetividade de aplicação de políticas públicas. Não conseguimos reorientar nosso padrão de reprodução bem como as cadeias produtivas para o BEM COMUM em escala, pois desconhecemos o objeto de estudo (gente que vive, que respira, que sonha) em toda sua complexidade. A consequência das políticas públicas é que estas se dão de formas seletivas e se distanciam do que realmente é relevante às pessoas que mais necessitam para que consigam viver dignamente e que tenham maior mobilidade social.

Como olhar para realidade sem reaprender o valor da vida? Conseguiremos nos preparar para a recessão que virá (de crise de oferta e de demanda) sem olhar para o OUTRO e lutar pelo BEM COMUM, sem reavaliar nosso padrão de reprodução social?

Dados do Ministério da Saúde de 30/03/2020⁷, revelam que São Paulo, por exemplo, tem o maior número de casos de contágio de coronavírus – 1451, que correspondem a 31,69% do total no Brasil, e 113 casos de letalidade, correspondente a 71,10% dos casos. A alta concentração que existe nas regiões metropolitanas revela a relação estreita que há entre densidade e incidência de casos de coronavírus. Dentre as medidas adotadas mundialmente para contenção da proliferação do coronavírus o distanciamento social, através do confinamento domiciliar, tem se mostrado uma medida eficaz na contenção da velocidade com que o vírus se reproduz, achatando a curva de contágio, para que o sistema de saúde não entre em colapso.

A questão que se coloca é que as famílias que mais sentirão esta medida são exatamente as famílias em situação de vulnerabilidade – social e econômica – que vivem nas regiões metropolitanas (em favelas, cortiços, ocupações ou na rua) ou nos rincões do país onde o Estado não chega – por opção (SIC).

Como acolher estas famílias e as demais sem reverter as medidas de “austeridade” que acentuam os processos de superexploração do trabalho e que têm sido implementadas para resguardar o pagamento do sistema da dívida - como as reformas trabalhistas e previdenciárias - que drenam os orçamentos públicos, de empresas e da insuficiente renda familiar⁸ pautados na narrativa da escassez econômica, considerando que o vírus não se restringirá somente aos enclaves da cidade – condomínios e bairros segregados, onde a densidade de habitante por hectare e a quantidade de pessoas por cômodo são menores.

Não são os muros que protegerão os que nele vivem dentro se a patologia maior que devemos combater que se escancara com a pandemia do Coronavírus é de que a sociedade é historicamente mediada pelos afetos regressivos – como o MEDO e a INVEJA⁹. Está aí a maior enfermidade que elege a alguns e condena a muitos a passarem pela porta (que é pra lá de estreita).

Estes afetos é que têm orientado a existência (ou não) das ações que se dão pela afirmação ou negação (do sentido estrito) da noção de direito de usufruir do “padrão de civilidade” (para os que podem pagar) e de privilégio (para os que não podem) para poder “participar da ceia”.

É a partir desta premissa, de apropriação motivada por afetos regressivos de quem detém o poder de interferir na vida de muitos, que se fazem (ou não) as escolhas: da localização da moradia; da distribuição territorial da infraestrutura na cidade, na formatação da política pública; do controle e disputa pela localização; da apropriação privada de uma riqueza que foi socialmente constituída na construção desta localização; da localização dos serviços públicos; do acesso e controle da mobilidade; da localização da Cultura, Educação, Saúde, etc.

A consequência desta disputa de localização nas cidades acarreta a sobreposição de infraestrutura onde se localizam os bairros com mais alta renda de um lado - que acarreta concentração de renda, riqueza e de oportunidades de empregos -, e a sobreposição de carências e de condições de reprodução de indicadores de vulnerabilidade do outro - impondo um controle sobre o tempo de vida útil maior a quem perde maior tempo nos deslocamentos intraurbanos a quem mora em locais mais afastados – do centro e do emprego – a exceção de quem vive em moradias precárias, favelas, ocupações e/ou cortiços no centro das cidades.

Desta distribuição desigual de riqueza e de renda, gerada pelos afetos regressivos, se diferenciam, sobretudo, os deslocamentos que alteram os índices de vulnerabilidade, de violência e de expectativa de vida. Como então enfrentar momentos de crise de acumulação e demanda que estão se sobrepondo com esta pandemia do Coronavírus com medidas de austeridade onde (por exemplo) os principais beneficiários, que mais necessitam da política pública, não serão “convidados para a ceia”?

Para ilustrar esta política “austera” (SIC) basta ver a diferenciação de expectativa de vida (de 23 anos), na Figura 01, entre uma pessoa que vive na periferia de São Paulo (onde a sobreposição de carências é maior) e uma pessoa que vive perto do Jardins (onde a sobreposição de infraestrutura é maior)¹⁰.

Figura 01: Indicador da idade média ao morrer



Indicador da idade média ao morrer é mais grave do cenário de desigualdade da capital paulista

Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/mapa-da-desigualdade-23-anos/>

A revisão da aposentadoria imposta pela “reforma da previdência” (SIC) simplesmente inviabiliza que os mais pobres (que mais precisam) usufruam do benefício, pois estes morrem antes de poder utilizá-la. Quaisquer medidas de aplicação e controle de pandemia que não revertam esta “política de escolhas dos que podem e dos que não podem”, pela negação dos vulneráveis, se mostra inócua, pois não toca a raiz do problema de enfrentamento da desigualdade – pelo contrário, agudiza-a.

O vírus (inimigo), pois, está muito além do ar. Ele está dentro de cada um de nós que somos diariamente constituídos a pensar que a solução para os nossos problemas (individuais) parte da negação do OUTRO. Esta é a falência maior de nossa modernidade em tratar os vulneráveis como descartáveis – como escória a ser negada ou empurrada para debaixo do tapete.

Negação que nos isola, mas não nos protege em uma cidade entre muros! Negação que impõe uma vida ausente de trocas, que dificulta a percepção da realidade crua e desigual como ela é. Negação que coloca a origem dos problemas nos vulneráveis - na pobreza, na miséria, no pobre, no aposentado, na questão racial e em questões de gênero - pois a ausência de contatos com o que é diferente (e com a realidade) coloca este estado de vulnerabilidade como um espectro – um fantasma (irreal) que nos assombra e sempre poderá nos tirar da zona de conforto, pelo imaginário, potencializando ainda mais o MEDO e o ÓDIO que infere negativamente nas escolhas.

A natureza desta anomalia social não poderia ser outra situação se não o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas, territoriais e ambientais. A apropriação de riqueza e a concentração de renda por poucos, que impõe a segregação a muitos, dificulta ainda mais não só a percepção das enfermidades bem como a tomada de medidas para superar este padrão, se não forem revertidas estas políticas seletivas de exclusão – aos que “não cabem na Constituição” (SIC). Este processo de desenvolvimento gerado pelo subdesenvolvimento (de descarte de pessoas) não é um atributo endógeno da realidade brasileira, mas faz parte constituinte do processo histórico exógeno latino-americano¹¹, na forma como sempre se deu a expatriação de riqueza e renda para fora do país, com anuência interna, da formação das Capitânicas Hereditárias à divisão internacional do trabalho, no século XIX.

Países “do centro” do capitalismo estão revendo suas privatizações pela constatação (não é de hoje) de que a limitação do acesso a bens e serviços compromete a renda das famílias ao consumir o salário de forma indireta¹², além de reduzir os serviços e atendimento (em quantidade e qualidade) pelo estrangulamento da receita pública - pela drenagem dos recursos para os donos do negócio - que não são reinvestidos na produção e ampliação de bens e serviços bem como na manutenção dos serviços.

A nova onda (nem tão nova assim) de imposição neoliberal que interrompeu os processos de redução de desigualdades nos países latino-americanos na primeira década do século XXI, neste período se aplica somente aos “condenados da cidade”¹³. Se ampliarmos o conceito de raça elaborado por Frantz Fanon no entendimento em quem realmente tem o direito de usufruir os recursos minerais existentes (para autonomia energética) e dos serviços públicos (que dão mobilidade social) nos países da “periferia” do sistema, para saber se estamos docilmente condenados a ser mero exportadores de commodities para garantir a soberania e padrão de reprodução social dos países “centrais”, ou se temos o direito de pautar o “quê fazer” sobre nossos recursos e nossa soberania – que são a única fonte de recursos para subsidiar as políticas públicas que dizem respeito as nossas especificidades.

Ficamos limitados a atender ao mercado da produção de alimento, por exemplo, (com matérias primas que servem como insumos de baixo valor agregado) que não resolve nossa segurança alimentar, para fornecer os produtos primários das indústrias transacionais, barateando o custo final dos insumos das indústrias de alimentos processados, muitas delas localizadas fora do país, se considerarmos a remessa de lucro (de uma riqueza que é gerada aqui), que é expatriada para fora do país.

Este sistema se pauta na produção em grande escala (mecanizada, que emprega poucas famílias, que concentra renda e gera pouca receita aos municípios). Os resultados deste padrão de produção são: a imposição de um modelo de consumo de alimentos que se restringe a 3% do alimento comestível - do que o planeta nos oferece - através do fornecimento de um alimento de baixo valor nutricional; a restrição da distribuição de riqueza e concentração de renda baseada no latifúndio; a expansão da fronteira agrícola e da pecuária sobre as reservas naturais (áreas de proteção ambiental e de proteção permanente); a supressão e a pressão sobre as terras dos povos originários (indígenas e quilombolas); a concentração de renda e de riqueza ao sistema nega a produção de pequenos agricultores (principalmente que se valem da agricultura familiar); o esgotamento dos recursos minerais, pela crença de que os recursos são infinitos; o empobrecimento do solo e a contaminação dos aquíferos pela adição de agrotóxicos (veneno), para correção das anomalias ambientais causadas por consequência da produção em um sistema de baixa complexidade; riscos à saúde por ocasião da adição de aditivos, conservantes e agrotóxicos.

Não são medidos esforços pelo capital internacional para manter este paradigma imposto na divisão internacional do trabalho bem como as consequências pelas nossas classes dominantes em se objetivar (apenas) a produção agrária pela monocultura que se presta a APENAS a subsidiar a indústria de alimentos processados – seja por pressões endógenas ou exógenas.

Isto implica também uma pressão nos hábitos alimentares, causando impactos que interferem na segurança alimentar. Somos convencidos diariamente a consumir produtos industrializados, pela “dócil” imposição das indústrias transnacionais, seduzidos por propagandas que nos inflam o EGO (afeto regressivo – inveja) sobre o “quê é necessário” fazermos para sermos felizes, através de uma cultura alimentar equivocada que se distancia do necessário.

Somente **dez multinacionais controlam a produção e o comércio de alimentos no mundo**. O produto que mais preenche as prateleiras conta com aditivos e conservantes alimentares que trazem danos à saúde (altos teores de gorduras, sódio, açúcares e fibra alimentar). Ingredientes manipulados para neutralizar as anomalias do alimento processado, que aumenta o tempo de conservação do alimento servindo para “melhorar” o sentido de bem estar, realçando e alterado a percepção do gosto, a memória e os nossos referenciais culturais. Esta imposição alimentar que resolve o mercado internacional causa um dano a nossa saúde, pois os alimentos se apresentam como carentes de nutrientes, vitaminas e proteínas.

A produção por monocultura, pois, quando comparada a um sistema agroflorestal e a um sistema de agricultura Sintrópica não interessa, ao modelo de desenvolvimento que resolveria grande parte das distopias causadas pelas desigualdades que vivenciamos – em consumo doméstico, distribuição de renda e riqueza, empregos, saúde organização social, principalmente agora que as carências de alimentos ao mercado interno será crucial para superarmos melhor este estágio de contingenciamento e isolamento social.

O plantio de um sistema agroflorestal tem se mostrado mais apropriado e muito mais próximo da cultura milenar de nossos povos originários, e quilombolas, pois fazem parte do modo de viver destes grupos. Este modo que se desenvolve a partir da agricultura familiar (ou de grupos) e de uma rede colaborativa, permitem uma adequação perfeita na manutenção da biodiversidade, qualidade do meio e das reservas de água potável.

A alteração nesta matriz de produção (monocultura) pela terra coletiva, por exemplo, em sistema agroflorestal ajudaria a corrigir também as distopias causadas pelo processo de desenvolvimento pautados na industrialização de baixo salários. Poderia auxiliar no reposicionamento geográfico de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade extrema com demandas criadas a partir de uma rede de afetos e de colaboração na medida em que 84,3% da população brasileira se concentra em 0,63% do território nacional que são as áreas urbanizadas, segundo relatório da EMBRAPA ou FARIAS et al., 2017¹⁴, conforme observamos na Tabela 1, salientando que em regiões onde a densidade populacional é maior a probabilidade de contenção de uma epidemia por contágio se torna mais difícil.

Tabela 1: Lista dos 20 municípios brasileiros acima de 200 mil habitantes com a maior taxa de densidade demográfica urbana

Município	UF	Pop_Total_2010	Pop_Urb_2010	Pop_Rur_2010	Est_Pop_2015	Área_Urbana	Dens_Demo_Urb
Diadema	SP	386.089	386.089	0	412.428	27,83	13.875
São João de Meriti	RJ	458.673	458.673	0	460.625	35,19	13.033
Taboão da Serra	SP	244.528	244.528	0	272.177	19,31	12.662
São Paulo	SP	11.253.503	11.152.344	101.159	11.967.825	949,61	11.744
Recife	PE	1.537.704	1.537.704	0	1.617.183	142,35	10.802
Carapicuíba	SP	369.584	369.584	0	392.294	34,47	10.723
Osasco	SP	666.740	666.740	0	694.844	62,93	10.596
Salvador	BA	2.675.656	2.674.923	733	2.921.087	259,56	10.306
São Vicente	SP	332.445	331.817	628	355.542	32,32	10.268
Olinda	PE	377.779	370.332	7.447	389.494	38,64	9.585
Santo André	SP	676.407	676.407	0	710.210	78,24	8.646
Fortaleza	CE	2.452.185	2.452.185	0	2.591.188	285,06	8.602
Mauá	SP	417.064	417.064	0	453.286	51,03	8.173
Santos	SP	419.400	419.086	314	433.966	51,75	8.098
São Bernardo do Campo	SP	765.463	752.658	12.805	816.925	98,40	7.649
Belo Horizonte	MG	2.375.151	2.375.151	0	2.502.557	314,28	7.557
Belford Roxo	RJ	469.332	469.332	0	481.127	66,36	7.072
Belém	PA	1.393.399	1.381.475	11.924	1.439.561	199,48	6.925
Rio de Janeiro	RJ	6.320.446	6.320.446	0	6.476.631	925,31	6.831
Natal	RN	803.739	803.739	0	869.954	118,93	6.758

Fonte: Farias et Al. 2017.

Outras medidas que se impõe aos tomadores de empréstimo, sobretudo os países latino-americanos, como condição para se adquirir recursos e para se entrar na modernidade (SIC) são as privatizações de tudo o que é público. A partir de um julgamento moral¹⁵, se convence diariamente a todos os que dependem das ações do Estado de que o melhor para o país (a União, o Estado, o município) é se livrar de uma coisa que gera problema (como corrupção, atraso, ineficiência – coisas que não acontecem no mercado e nos países centrais (SIC), pois estes (pobres, atrasados, bárbaros...são os adjetivos utilizados na narrativa) não saberão o que fazer com uma riqueza ou um bem que foi socialmente produzido, como observamos em Souza:

“possibilitando uma dupla invisibilização: dos interesses privados que realmente dominam o Estado; e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros, mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior” (SOUZA, 2017, p.78).

O tomador de empréstimos que se opõe a esta coerção é acusado de “populista”, “nacionalista”, “comunista”, adjetivos “negativos” utilizados para tirar o foco da chantagem e esconder a real intenção de apropriação da riqueza dos países da periferia pelo capital internacional, para manter as taxas de acumulação de capital dos países “do centro” bem como seu padrão de reprodução social. Isto só ocorre através da construção diária da narrativa pelos maiores interessados neste sistema parasita – os sócios menores do capital nacional dos países da periferia – que fazem de tudo para desmontar a estrutura física dos patrimônios públicos, para se apropriar destes bens.

Se, por exemplo, a água deixa de ser um DIREITO HUMANO e um BEM COMUM, como estipulado na Constituição de 1988, como implantar medidas de controle para a pandemia do COVID-19, como “lavar as mãos” se a água passa a ser privilégio de alguns, onde cerca de 30 milhões de brasileiros não dispõem deste recurso (em pleno ano de 2020)? Como passar esta recomendação aos moradores de rua, que ficaram sem renda neste processo de superexploração do trabalho, muitos dos quais só conseguem “lavar as mãos” na sarjeta quando chove? Será realmente que a pandemia será controlada entre muros nestas condições de “DESenvolvimento” desigual?

Morar em uma favela ou ocupação não é uma escolha..é consequência e ausência de opções. Morar em locais que não são dotados de infraestrutura, insalubres e que não possuem condições de habitabilidade não é uma questão de “ausência de virtude de pessoas passíveis de cometer erros morais” que justifiquem uma política de exclusão e de eugenia¹⁶.

O que esta pandemia do Coronavírus nos mostra é justamente a falência deste modo de controle territorial (de salários, de renda e de riqueza) pois a proliferação do vírus desta pandemia e de outras não será atributo apenas nos espaços (e pessoas) que historicamente têm sido negligenciados (como as favelas, por exemplo), mas são estes que sentirão mais cedo os seus efeitos, pois a ausência de espaços e cômodos dificulta o isolamento social – uma das medidas defendidas por especialistas como Atila Iamarino¹⁷, principalmente quando observamos o percentual de domicílios (40% em algumas regiões) com mais de duas pessoas por cômodos¹⁸, ressaltando que estes dados do IBGE se tornam imprecisos pelo lapso temporal – de 2010.

Atila (em entrevista no Roda Viva, no dia 31/03/2020) critica abertamente este estado atual de negacionismo de todos os processos sociais a que estamos submetidos, por alguns na ação insana de negar vacinas, a Ciência, a Educação Pública e laica, o passado...e o próprio vírus! Qual o preço desta negação às pessoas que têm doenças pré-existentes como diabetes, hipertensão, tuberculose, pneumonia, que fizeram transplantes – somente para citar alguns casos dos grupos de maior risco? Qual o preço de uma vida sabendo que o que está sendo negado nesta pandemia (o vírus) não se vê, ainda que tenhamos dados concretos (de contágio, de letalidade, de ausência de leitos) que nos mostram o “quê fazer” em países que demoraram em aplicar medidas de contenção? Qual o preço que teremos que pagar pela negação da importância da Ciência e Educação, evidenciada pelos cortes e estrangulamento das receitas das Bolsas de Pesquisa e dos recursos para as Universidades e Institutos públicos?

Como se não bastassem, todos os processos sociais (de formação e controle territorial aos mais pobres), que remontam a nosso passado escravagista dada a resistência ao abandono deste modelo no século XIX (da abolição da escravidão) pelas classes dominantes – de negação ao restante da sociedade de acesso à modernidade.

Observamos a explosão de favelas no século XX causados pelo padrão de desenvolvimento pautados na industrialização por baixos salários e pela omissão do Estado e das classes dominantes - através da superexploração do trabalho - garantidas pela ausência de uma política urbana e habitacional que democratize o acesso à terra e ao território comum – a todas as classes sociais. Isto tem servido também como medida de contenção da reprodução social e da manutenção das taxas de acumulação (por alguns) através do rebaixamento do salário pelo exército de reserva de mão de obra e pela mercadoria habitação não ser incorporada no salário, o que acaba refletindo no comprometimento da renda dos que nada têm...um exército dos “SEM NADA”.

Se quisermos enfrentar o problema de forma rápida devemos colocar os bens e serviços essenciais (saneamento ambiental, saúde, educação, habitação, cultura, esporte, lazer, etc.) e os recursos minerais (água, petróleo, gás, minérios, etc.) como DIREITO HUMANO, pois comprometem nossa reprodução social e inferem negativamente na solvência dos municípios e Estados (pelo estrangulamento da receita), colocando em cheque a nossa soberania e sobrevivência. Desta forma conseguimos subsidiar, por exemplo, uma RENDA BÁSICA universal.

Ficamos à mercê dos “ânimos” do mercado de capitais – nacionais e, principalmente, internacionais. A venda de ativos nos torna vulneráveis ao cenário internacional e aumenta o tempo de resposta para corrigir as nossas anomalias exógenas – sejam elas sociais ou econômicas -, principalmente em caso de pandemias. Quando observamos nosso quadro de composição de receitas da União (em PIB) salta aos olhos o percentual da riqueza que é gerada pelo mercado interno (consumo doméstico, responsável por 60%) e é impensável que orientemos (como agora) nossa economia para um processo de reprimarização da economia, que destruirá nossos distritos industriais, nossa Ciência & Tecnologia, Educação, Saúde, Saneamento, etc. e nossa economia ao privilegiar apenas um setor que é responsável por 10% do PIB (de exportações) e o sistema financeiro. Setores que pouco contribuem para a distribuição de renda e riquezas.

Não dá para combater a pandemia sem tocar nas questões de ampliação e reprodução de desigualdades que têm sido impostas desde a divisão internacional do trabalho. Sem revogar o pacote de medidas de austeridade para “alcançarmos o futuro” (SIC), como a Emenda Constitucional 95/2016 que contingencia os recursos aplicados em Educação e Saúde e demais medidas (resoluções, portarias e decretos) que estrangulam o orçamento para garantia (e drenagem) de pagamentos do sistema da dívida¹⁹ Cerca de 80% do tratamento das pessoas se dão através do SUS (Sistema único de Saúde); Não se cura esta chaga social – de reprodução de desigualdades – muito menos a pandemia do COVID-19, estrangulando receitas que permitem que programas como o Mais Médicos e o Saúde da Família²⁰, que agem exatamente no momento de incubação e prevenção – ao monitorar as situações de maior vulnerabilidade social. Estes programas são fundamentais ao focar na prevenção pois ajudam no trato preventivo para que o sistema não entre em colapso – por ausência de leitos e equipamentos e por custo de internação nos estágios avançados das doenças.

Não há como reorientar a produção de bens de capital em artigos de higiene e limpeza, EPIs e fármacos que incidem positivamente no controle de contágio injetando 1,2 trilhão de reais no sistema financeiro privado ao mesmo tempo em que se dificulta a liberação do pagamento de uma RENDA BÁSICA aos vulneráveis...É exatamente aí na seletividade “aos predestinados do sistema financeiro” que está o problema – não a solução. Sem mexer em todo arcabouço legal montado para estrangular a receita pública (sobretudo a da Saúde e Educação) para drenar os recursos ao Sistema da

Dívida, quaisquer medidas de controle serão inócuas, pois a mobilidade social estará comprometida.

Medidas de austeridade que privilegiam o econômico ante o social contingenciam a demanda e agrava ainda mais a solvência do sistema. Revela quão enfermo este sistema que privilegia o ente abstrato “mercado” a partir de um ganho fictício futuro condena muitos a um problema presente real – social e econômico.

Medidas que agudizam a situação do trabalhador e punem o trabalho, resgatam o caráter escravagista da gênese do Estado brasileiro. Tais medidas acarretam o colapso dos serviços públicos até sua insolvência, na contramão do que precisamos para superar a pandemia e este padrão limitado de modernidade. Medidas que só interessam a quem se apropria da riqueza socialmente produzida, que aprofunda as condições desiguais deste padrão de produção e reprodução social. Uma perfeita panela de pressão para o aprofundamento da crise de demanda e de oferta futuras!

Temos que rever as bases pelas quais os agentes hobbesianos tomam as decisões sobre como e onde se darão as políticas públicas e qual conta será paga, principalmente pelos que nada têm, conforme observamos em Ferejohn & Pasquino (2001):

“Por medo da perda de sua vida e de suas possessões, os agentes hobbesianos não investiriam na criação de riqueza ou cultura, mas viveriam uma vida de permanente estado de pobreza espiritual e material” (FEREJOHN & PASQUINO. 2001).

Cruzando com o conceito elaborado por Dunker (2015) complementar que os agentes hobbesianos pautam suas ações por afetos regressivos (MEDO, ÓDIO) e estabelecem formas de contingenciamento, exclusão e segregação através do estabelecimento de RISCO e CONFIANÇA no outro, por medo de perda de seus privilégios e para manutenção do *status quo*.

A consequência deste paradigma, que parte de uma psicopatologia social, é a reprodução da desigualdade pela invisibilidade que torna os vulneráveis como um fantasma aterrorizante que deixarão a sociedade presa a uma ansiedade paranóica sobre um falso problema, e que legitimarão o discurso que os coloca em um estado de resignação servil, ressaltando os benefícios da servidão. Estes agentes deveriam pautar suas ações mediando-as pela solidariedade, generosidade e amor, como estamos observando nas redes colaborativas nascidas nos territórios de maior vulnerabilidade – como as iniciativas feitas pelo MDDF em favelas²¹.

O desígnio em se segregar de alguns acaba impondo a segregação a muitos, condenando-os a terem uma vivência e experimentação limitada de vida e de compreensão da realidade. Isto ocorre de forma endógena e exógena – tanto para que fica dentro ou fora dos muros. A ausência de olhar sobre nós, sobre o quê nos cerca e o que podemos ser (juntos), não coloca em cheque o padrão individual – do EGO, de mim e de negação do outro – a verdadeira patologia social. Nada é tão caro quanto as enfermidades, sobretudo a estupidez (recordando a Freud), a que estamos submetidos.

Cabe URGENTEMENTE tomarmos uma decisão.

Se continuamos a decidir quem tem direito à modernidade e à vida, mediados por afetos regressivos (como o MEDO e ÓDIO) e pela narrativa da “escassez da

abundância capitalista”²²incorreremos no erro de perder o trem da história ao puxarmos os freios da emergência, que travarão o nosso presente e futuro próximo.

Se não pararmos agora para repensar quais são as reais necessidades dos seres humanos (principalmente do OUTRO) para REVOGAR TODAS as medidas que têm aprofundado as desigualdades, através dos processos de superexploração do trabalho, continuaremos a manter este padrão de obsolescência programada das pessoas que não foram e não serão “convidadas para a ceia”.

Parafraseando Brecht podemos perder se lutarmos, mas se não lutarmos pela VIDA agora, já MORREMOS!.

Notas

¹ 12,4 para cada mil habitantes em 2019. Queda maior de 2000 para 2010, de 29 para 17,2, revelando uma relação estreita entre mortalidade e políticas sociais direcionadas para setores mais vulneráveis

² SNIS, 2017

³PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE, em 2018.

⁴40% dos brasileiros com mais de 25 anos não tem ensino fundamental, 2/3 das crianças está fora da creche e analfabetismo, que persiste, é três vezes maior entre os negros. IBGE, junho 2019.

⁵ IBGE, 2019.

⁶ A ausência de compreensão de nossa realidade preocupa, sobretudo quando é consequência de uma opção, como a redução de perguntas do IBGE para o Censo de 2020, pelo Governo Federal, em maio/2019, onde estavam previstas 112 questões, passariam para 78 perguntas.

⁷ Reportagem da redação do UOL, de 31 de março de 2020. No fechamento desta edição, em 05/04/2020, o número de casos de contágio do Estado de São Paulo subiu para 4.620, com 275 casos de letalidade.

⁸ Renda familiar mínima limitada como podemos observar dos dados da OXFAM, 2017.

⁹ DUNKER, 2015, aborda com maestria a psicopatologia do Brasil entre muros

¹⁰ Pelo Mapa de Desigualdade é possível observarmos a diferença de expectativa de vida que há entre um bairro da periferia de São Paulo e um bairro de alta renda – próximo ao centro e ao emprego.

¹¹ GUNDER FRANK, 1967, explora bem o conceito do “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”, processo dialético combinado de geração de riquezas pela pobreza.

¹² DOWBOR, 2017 em “A era do Capital Improdutivo”, pontua o quanto da renda doméstica é comprometida de forma indireta quando um serviço ou um bem público passa a ser privatizado.

¹³ FANON, 1961 aborda as questões assimétricas entre diferentes grupos, na questão racial, a partir do olhar que o colonizado lança ao colono.

¹⁴ Em entrevista com o autor em 02/04/2020, Robson da Silva Moreno e eu, discutimos sobre as especificidades que ocorrem nas zonas rurais, que exercem pressões nas fronteiras agrícolas (em áreas frágeis sob o aspecto ambiental e cultural – áreas demarcadas para indígenas e quilombolas) e nas áreas urbanizadas em cidades médias e nas regiões metropolitanas, pela alta concentração de riqueza e renda que ocorrem no regime agroexportador nas áreas rurais.

¹⁵ SOUZA, 2017, p.78

¹⁶ SCHWARCZ, 1993, aborda a questão limpeza étnica sobre a questão racial

¹⁷ Atila Iamarino, em entrevista no Roda Viva (TV Cultura), em 31 de março de 2020.

¹⁸ Mapa mostra limitações do isolamento vertical nas periferias, destacando *Casas na periferia têm muitos moradores por quarto, segundo dados do IBGE*, em 30 de março de 2020.

¹⁹ Ver “Carta aberta: Auditoria já e suspensão do pagamento dos juros e encargos para destinar os recursos para socorrer a calamidade do coronavírus”, de 26 de março de 2020.

²⁰ O Programa Saúde da família, reduz em até 34% da mortalidade infantil (após 8 anos) em municípios que possuem o Programa. Fonte: Núcleo Ciência pela Infância do IBGE (2019).

²¹ Comitê das Comunidades de Santo André – Merenda em casa (31/03/2020). Movimento de Defesa dos Direitos de Moradores em Favelas - MDDF Santo André

²² O termo a “A Escassez na Abundância Capitalista” foi muito bem elaborado por BELLUZZO e GALÍPOLO (2019) sobre a construção de narrativas e formatação de políticas públicas de austeridade.

Luis Felipe Xavier. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS, e da Graduação e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É Sócio-Diretor da LFX-OBRA.

Referências Bibliográficas

Auditoria Cidadã da Dívida. Carta aberta: Auditoria já e suspensão do pagamento dos juros e encargos para destinar os recursos para socorrer a calamidade do coronavírus. 26 de março de 2020. Disponível em < <https://www.cadtm.org/Carta-aberta-Auditoria-ja-e-suspensao-do-pagamento-dos-juros-e-encargos-para> >. Acesso em 30 de março de 2020.

AVILA, Rodrigo. Mentiras e verdades sobre a dívida pública. 22 de Novembro de 2019. Disponível em < <https://www.cadtm.org/Brasil-Mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica> >. Acesso em 30 de março de 2020.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível

em:<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. (Acesso em 25 de março de 2020).

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. A escassez na abundância capitalista. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

DOMINGUES, José Maurício: A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil, in DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 459 a 482.

DOWBOR, Ladislau, 1941- A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? / Ladislau Dowbor. - São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

DUNKER, Christian Ingo Lenz Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros / Christian Ingo LenzDunker. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015. (Estado de Sítio) recurso digital.

DUSSEL, Enrique. *Cinco tesis sobre el populismo in El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe. -- 1a ed. -- Bogotá : Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.*

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FARIAS et. Al. Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional. 2017. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional> > . (Acesso em 02 de abril de 2020).

FEREJOHN, John: PASQUINO, Pasquale – A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política – in *Revista brasileira de Ciências Sociais* vol.16 no.45 São Paulo Feb. 2001.

FORTE, Bárbara. Mortalidade infantil cai até 34% em municípios com Saúde da Família. - Disponível em:< <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/03/10/saude-da-familia-e-mortalidade-infantil.htm> > . (Acesso em 20 de março de 2020).

FRANK, Andre Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo, Pensamiento Crítico, Habana, nº 7, agosto de 1967. pp.159-173. Disponível em:< <http://www.filosofia.org/rev/pch/1967/n07p001.htm> > (Acesso em 20 de março de 2020).*

GOMES, Rodrigo. Mapa da Desigualdade: morador de bairro rico vive até 23 anos mais que na periferia paulistana. 05 de novembro de 2019. Disponível em:< <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/mapa-da-desigualdade-23-anos/> > . (Acesso em 22 de março de 2020).

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

IBGE. Mapa mostra limitações do isolamento vertical nas periferias (com dados do Censo de 2010). 30 de março de 2020. Disponível em:< <https://medium.com/@medidasp/mapa-mostra-limita%C3%A7%C3%B5es-do-isolamento-vertical-nas-periferias-1c514d104ba5> > . (Acesso em 31 de março de 2020).

MASCARO, Alysso. Estado e forma política. 1ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

OXFAM BRASIL. O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em 25 de março de 2020.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependência. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.*

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UOL. Covid-19: sobe para 159 o nº de mortos no Brasil; 4.579 casos confirmados. 30 de março de 2020 - Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/30/coronavirus-brasil-casos-mortes-30-marco.htm>>. Acesso em 30 de março de 2020.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/ FAPESP, 2001.

16. AS MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS PELO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS - COVID 19¹⁰

Barbara Vallejos Vazquez
Vívian Machado

Resumo Executivo

Diante do agravamento da pandemia de Covid-19, o novo coronavírus, no mundo e dos possíveis impactos que o isolamento social pode causar à economia do país, o setor financeiro anunciou uma série de medidas voltadas a amenizar a crise econômica que se vislumbra. O Banco Central do Brasil (BCB) anunciou uma série de ações que visam oferecer maior liquidez ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Posteriormente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), juntamente com o BCB e os grandes bancos privados anunciaram a criação de uma linha de crédito extraordinário, com recursos do Tesouro Nacional (TN), para pagamento da folha de pequenas e médias empresas; foram criadas, ainda, novas linhas de crédito do BNDES e da Caixa Econômica Federal, assim como de outros bancos estaduais e regionais. O objetivo desta nota é sintetizar as primeiras medidas adotadas, no âmbito do SFN, visando amenizar os impactos econômicos da pandemia no país, bem como realizar uma análise preliminar de seu alcance, principais obstáculos e necessidades de correção.

1. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central – primeiras ações

Em 16 de março de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciou duas medidas visando amenizar os efeitos da pandemia: a primeira (Resolução 4.782) busca facilitar a renegociação de operações de créditos de empresas e famílias, enquanto a segunda (Resolução 4.783) amplia a capacidade de utilização de capital dos bancos, de modo a proporcionar melhores condições para a realização de tais renegociações.

A **Resolução 4.782** dispensa as instituições bancárias da exigência de aumentar o provisionamento de risco de crédito para as renegociações, desde que estas não estejam caracterizadas como ativos problemáticos na data de publicação da resolução, ou exista qualquer evidência da ausência de capacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas novas condições pactuadas. Ou seja, clientes inadimplentes ou que não possuam capacidade financeira para arcar com o crédito recebido não farão jus à medida.

Quando se contrata uma nova operação de crédito, é necessário que os bancos caracterizem o seu grau de risco e, assim, definam o nível de provisionamento, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 4.557/2017, do BCB, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital dos bancos. Normalmente, quando uma dívida é renegociada, o risco da operação sobe, assim como seu nível de provisionamento. O Banco Central estima que R\$ 3,2 trilhões em créditos se beneficiem dessa deliberação.

¹⁰Este artigo foi extraído da Nota Técnica nº 234, de abril de 2020, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A **Resolução 4.783**, por sua vez, propõe a redução do Adicional de Conservação de Capital de 2,5% para 1,25% por um ano, o que, segundo o CMN, amplia a folga de capital para as instituições financeiras e lhes dá mais espaço para a manutenção ou ampliação do fluxo de concessões de crédito. Esse adicional de capital corresponde a parte dos recursos que os bancos precisam manter retidos para garantir sua solvência e a estabilidade do sistema financeiro. De acordo com o CMN, com essa redução do percentual exigido a capacidade de concessão de crédito do SFN crescerá em, aproximadamente, R\$ 637 bilhões. Após um ano (e até 31 de março de 2022), o Adicional de Conservação de Capital será gradualmente restabelecido ao patamar de 2,5%.

Observa-se que, ao delimitarem o acesso a quem pode renegociar crédito nesse período, as medidas apresentadas pelo CMN atingem somente parte da população e das empresas, pois, justamente os grupos que terão os fluxos de caixa mais atingidos pela paralisa abrupta da economia (famílias de baixa renda, trabalhadores informais, assim como, micro, pequenas e médias empresas) não serão amparadas por tais medidas.

Dia 18 de março de 2020, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, reduzir a Taxa Selic (taxa de juros básica do mercado) em 0,5 p.p., fixando-a em 3,75% ao ano. A expectativa de mercado captada pela pesquisa Focus indicava uma provável redução de 0,25 p.p., porém, o corte maior justificou-se em função da paralisa gerada pelo Covid-19 na economia e da necessidade de uma política monetária de estímulo à atividade econômica. Os cortes na taxa Selic reduzem o montante gasto pelo tesouro nacional com juros da dívida pública, liberando orçamento para aplicação em áreas consideradas prioritárias.

Posteriormente, em 23 de março de 2020, o CMN e o BCB anunciaram um novo pacote de medidas, com capacidade de elevação da liquidez no SFN em R\$ 1,2 trilhão. O objetivo anunciado foi o de “garantir que as instituições financeiras (IF) tenham recursos para atender às demandas do mercado¹¹”. O pacote contempla, também, a liberação de capital com potencial de expansão de R\$ 1,16 trilhão no volume de crédito para a economia. Dentre as medidas estão:

- i) Redução das exigências de depósitos compulsórios sobre recursos a prazo de 25% para 17%: libera R\$ 68 bilhões para empréstimos e financiamentos;
- ii) Novos depósitos a prazo, com garantias especiais do Fundo Garantidor de Crédito (NDPGE): os bancos poderão captar recursos de maior volume com a cobertura do FGC. O depósito deve ter valor mínimo de emissão de R\$ 1.000.000,00, com prazo mínimo de doze e máximo de vinte e quatro meses, vedado o resgate antecipado. O BCB estima que a medida tem potencial de elevação do crédito de R\$ 200 bilhões;
- iii) Flexibilização de regras das Letras de Crédito ao Agronegócio (LCA): com a flexibilização, os recursos captados pelos bancos por meio de LCA, aumenta em R\$ 6,3 bilhões o potencial de crédito ao segmento;
- iv) Empréstimo com lastro em títulos de dívida privada (debêntures): o BCB passa a ter a possibilidade de conceder empréstimos a IF garantidos em debêntures adquiridas pelos bancos entre 23 de março e 30 de abril de 2020, com o objetivo de prover liquidez ao mercado secundário de dívida corporativa. O potencial de liberação de recursos estimado é de R\$ 91 bilhões;

¹¹ Vide: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/428/noticia>.

v) Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras: o percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%. Essa medida decorre da necessidade de muitos fundos de mercado de converterem seus papéis em dinheiro;

vi) *Overhedge* de investimentos em participações no exterior: os bancos ficam desobrigados de deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de *overhedge* (mecanismo de proteção contra a variação cambial) em investimentos em participações no exterior. Segundo o BCB, a medida garantirá uma folga de capital de R\$ 46 bilhões, permitindo uma expansão de R\$ 520 bilhões em operações de crédito.

vii) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais: o BCB atuará como doador de recursos aos bancos, pelo prazo de até um ano, de modo a garantir liquidez de longo prazo, em contraposição à demanda por liquidez em curtíssimo prazo por parte de famílias e empresas;

viii) Redução do *spread* do nivelamento de liquidez: taxa punitiva a ser paga pelas IF ao final do dia quando ocorrem desequilíbrios momentâneos de liquidez. A medida reduz o impacto para os bancos de uma crise de liquidez no mercado; e,

ix) Empréstimos às IF por meio de emissão de Letras Financeiras Garantidas (Resolução 4.795/2020), tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições, com níveis de risco avaliados em AA, A e B: em valor superior ao do empréstimo realizado, de forma proporcional ao risco das operações de crédito ofertadas em garantia.

As medidas adotadas, em geral, elevam a capitalização e a liquidez das IFs, aumentando os montantes de recursos disponíveis para potencial utilização em operações de crédito, de modo a contribuir no enfrentamento de um momento tão conturbado como o atual. No entanto, há um vácuo de mecanismos que assegurem que esses recursos atinjam, de fato, as famílias e micro e pequenas empresas, expostas à queda seus rendimentos e faturamentos. Seria fundamental que o BCB estabelecesse a obrigatoriedade de que os recursos liberados fossem, efetivamente, aplicados pelos bancos em segmentos prioritários, caso contrário há grande risco de que toda a liquidez fique “empoçada” nos caixas das IF.

Visando evitar aglomeração de pessoas nas agências bancárias, em 19 de março, o BCB, por meio da Circular 3.991, alterou as exigências sobre o horário de atendimento das agências bancárias e demais instituições autorizadas a funcionar enquanto perdurar a pandemia do coronavírus. Bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas estão dispensados do cumprimento, nas agências, de horário obrigatório e ininterrupto, conforme é definido pela Resolução 2.932, de 28 de fevereiro de 2002.¹²

A circular determina, também, que as IF coloquem aviso em locais visíveis de suas dependências e comuniquem aos clientes, pelos diversos canais disponíveis, horário de atendimento, limites no número de pessoas nas agências e outras medidas adotadas.

2. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Parceiros

No dia 22 de março, o presidente do BNDES apresentou um pacote de R\$ 55 bilhões que atingiria em torno de 150 mil empresas, que empregam dois milhões de trabalhadores. O pacote se divide em quatro pontos:

¹² Definia expediente ao público de cinco horas diárias ininterruptas.

i) Transferência de recursos do Fundo PIS-Pasep para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 20 bilhões. Segundo o banco, o Ministério da Economia fará a gestão e o direcionamento desses recursos¹³;

ii) Suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos diretos para empresas, no valor total de R\$ 19 bilhões (suspensão integral de juros e principal por seis meses);

iii) Suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos indiretos para empresas, no valor total de R\$ 11 bilhões¹⁴; e,

iv) Ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPME), por meio dos bancos parceiros, no valor de R\$ 5 bilhões, com carência de até 24 meses e prazo total para pagamento de até 60 meses, limitado a R\$ 70 milhões por beneficiário.

O governo vem enfatizando que tais medidas têm caráter temporário e pontual, no entanto, os valores anunciados são inferiores a desembolsos efetuados em momentos anteriores e parte dessas ações não representa uma injeção de recursos na economia.

Posteriormente, no dia 27 de março, BCB e BNDES anunciaram uma linha de crédito extraordinário para o financiamento de folha de pagamento¹⁵, nas seguintes condições:

i) Financiamento de folha de pagamento, por dois meses, para pequenas e médias empresas, com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. De acordo com o Governo Federal, existem no país em torno de 1,4 milhões de empresas enquadradas nessa faixa, as quais empregam cerca de 12,2 milhões de pessoas;

ii) A empresa que adquirir o crédito terá, como contrapartida, que manter os empregos durante os dois meses;

iii) O crédito será depositado diretamente na conta do trabalhador e a quantia a ser recebida será de, no máximo, 2 salários mínimos;

iv) A taxa de juros cobrada será igual à taxa Selic, de 3,75% a.a. (sem spread) e não haverá cobrança de custos operacionais;

v) Carência de 6 a 36 meses para a empresa realizar o pagamento do empréstimo, com capitalização de juros no período de carência;

vi) O montante para essa linha de crédito corresponde a R\$ 20 bilhões/mês (R\$ 40 bilhões no total), sendo que 85% (R\$ 34 bilhões) serão financiados pelo Tesouro Nacional (TN) e a outra parte, pelos três grandes bancos privados do país¹⁶ (R\$ 6 bilhões);

¹³ Os critérios para essa transferência foram definidos na MP 946, publicada em 7 de abril de 2020. Vide: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-946-de-7-de-abril-de-2020-251562794>.

¹⁴ Suspensão integral de juros e principal por seis meses

¹⁵ O Programa Emergencial de Suporte a Empregos foi instituído pela MP 944, em 3 de abril de 2020. Vide: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944.htm.

¹⁶ Banco Bradesco, Itaú Unibanco e Banco Santander.

Esta operação contará com a participação de quatro atores: TN, BNDES, BCB e bancos privados já mencionados. O BNDES repassará os recursos do Tesouro aos bancos privados, que complementarão o montante e farão os depósitos diretamente na conta dos empregados das empresas. O BCB, por sua vez, fiscalizará as operações.

Cabe destacar que as medidas ainda são insuficientes para reverter o grave quadro de congelamento da demanda, que já atinge, especialmente, o setor de comércio e serviços. Ademais, estão excluídas da linha de crédito as microempresas (MEs) com faturamento entre R\$ 81 mil e R\$ 360 mil anuais e os microempreendedores individuais (MEIs), cujo faturamento máximo é de R\$ 81 mil/ano¹⁷.

A despeito dos seis meses de carência para o pagamento, o pequeno empresário poderá temer a tomada de novos empréstimos frente às incertezas sobre as possibilidades de pagamento da dívida no futuro. Neste momento, o instrumento adequado seria a concessão de “empréstimo a fundo perdido”, ou seja, empréstimos não reembolsáveis, a serem concedidos pelo TN e IF. Seria necessária, também, a ampliação do período de cobertura dos salários e de manutenção dos empregos. O empréstimo, como definido, sugere tempo insuficiente de cobertura para atravessar um período mais intenso de congelamento da demanda e poderia oferecer maior tranquilidade aos trabalhadores dessas empresas caso trouxesse uma garantia maior de estabilidade posterior.

No mesmo dia do anúncio feito sobre os empréstimos para cobrir folha de pagamento, foram anunciadas medidas voltadas ao setor da saúde e ao setor aéreo. Foram destinados R\$ 2 bilhões em crédito para leitos emergenciais; infraestrutura de saúde em locais com mais carência; produção, importação ou comercialização de respiradores, máscaras e monitores; e adaptação de linhas de produção para a saúde. Essa linha terá menor exigência de garantias e financiará até 100% do valor total da operação. Para operações de até R\$ 75 milhões, as taxas são limitadas à TLP + 5,26% ao ano, com carência do principal de até dois meses e prazo total até 60 meses.

Quanto ao setor aéreo, o detalhamento das propostas foi feito no dia 29 de março, quando ficou definido que os recursos disponibilizados seriam voltados, exclusivamente, para investimentos no Brasil e ligados à manutenção da atividade e apoio a fornecedores. A formatação dessa última medida ainda está em curso.

Por fim, é necessário destacar que o papel do BNDES, como propulsor do investimento deve ser retomado, tanto no momento de crise, quanto na posterior retomada e reconstrução da economia brasileira.

3. As medidas emergenciais nos cinco maiores bancos do país

Em 16 de março, os cinco maiores bancos atuantes no país (Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal) anunciaram a possibilidade de prorrogação, por 60 dias, dos vencimentos de dívidas de clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas, desde que os contratos vigentes estejam em dia, e limitando-se aos valores já utilizados pelos clientes¹⁸. Cada instituição deve definir o prazo e as condições dos novos pagamentos, de acordo com a solicitação de cada

¹⁷Foi aprovada no Congresso Nacional a garantia de renda básica de cidadania emergencial, extensível a informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEI), porém, com limitação de faturamento de R\$28mil ao ano. A partir desse valor, há um vácuo de proteção para este segmento.

¹⁸ Mais informações: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3421/pt-br>

cliente, ou seja, não há garantia alguma de padronização nas operações, nem de não cobrança de juros e tarifas adicionais pelo período adicional de 60 dias. A possibilidade de prorrogação não se estende às dívidas no cartão de crédito e no cheque especial.

O Banco Santander anunciou ainda, a liberação integral antecipada do 13º salário de seus funcionários em 30 de abril e aumentou em 10% os limites o cartão de crédito e cheque especial de funcionários e clientes.

Dos cinco bancos, a Caixa Econômica foi a instituição a apresentar um maior e mais completo conjunto de medidas voltadas aos segmentos de pessoa física (PF), Pessoa jurídicas (PJ), habitação e para o setor hospitalar.

3.1 Medidas anunciadas em 19 de março pela Caixa Econômica Federal

Para Pessoas Físicas (PF), além da possibilidade de pausa de até 60 dias nas operações parceladas de crédito pessoal, a Caixa ampliou as linhas de crédito consignado, incluindo as linhas para aposentados e pensionistas do INSS, com as menores taxas; reduziu a taxa de juros nas linhas de crédito pessoal (crédito consignado a partir de 0,99% ao mês; penhor, a partir de 1,99% ao mês; e, crédito direto ao consumidor, o CDC, a partir de 2,17% ao mês). Foi disponibilizado, de forma gratuita, um cartão virtual de débito aos correntistas e poupadores, possibilitando compras online em sites de *e-commerce*. O cliente pode habilitar o uso do cartão diretamente no *Internet Banking*. E a renovação do contrato de penhor poderá ser feito diretamente no site da Caixa, de modo que o cliente não precise comparecer a uma agência bancária.

Para empresas, houve redução de juros das linhas de capital de giro, com taxas a partir de 0,57% ao mês; disponibilização a carência de até 60 dias para as operações parceladas de capital de giro e nas renegociações. Disponibilizou, também, linhas de crédito especiais, com até seis meses de carência, para empresas dos setores de comércio e prestação de serviços (os mais afetados pela crise atual) e linhas para aquisição de máquinas e equipamentos, com taxas reduzidas e até 60 meses para pagamento.

Para os contratos habitacionais PF, os clientes poderão solicitar a pausa estendida de até duas prestações pelo app “Habitação Caixa”, sem necessidade de comparecimento às agências. Empresas (PJ), também, poderão solicitar a pausa estendida nos seus contratos habitacionais¹⁹.

Para o setor hospitalar, foram liberados R\$ 3 bilhões no orçamento da instituição para linhas destinadas a Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, que prestam serviços ao SUS, para reestruturação de dívidas e novos recursos, com taxa de juros de 0,80% a.m. para prazos de até 60 meses (redução de 14%) e taxa de juros de 0,87% a.m. para prazos de até 120 meses (redução de 23%). A carência desses empréstimos é de até seis meses.

3.2 Medidas anunciadas em 27 de março pela Caixa Econômica Federal

Em 27 de março, a Caixa anunciou um reforço de liquidez na economia de mais R\$ 33 bilhões, perfazendo um total de R\$ 111 bilhões, considerando as medidas anunciadas anteriormente. Os novos recursos serão disponibilizados para capital de giro, compra de carteiras, crédito para Santas Casas e para o crédito agrícola.

¹⁹A CAIXA registrou, até o dia 26 de março, mais de 722 mil pedidos de pausa do crédito imobiliário.

A instituição reduziu as taxas de juros do cheque especial PF, para clientes com recebimento de salário na Caixa, de 4,95% a.m. para 2,90% a.m.; no parcelamento de fatura do cartão de crédito, os juros caíram de 7,7% a.m. (em média) para taxas a partir de 2,90% a.m.; os empréstimos para hospitais passam a ter taxa de juros de 0,80% a.m. (antes eram de 0,96% a.m.); as taxas de juros do CDC passaram de 2,29% a.m. para taxas a partir de 2,17% a.m.; e, no penhor, de 2,10% a.m. para 1,99% a.m.

No Crédito Rural, as taxas também foram reduzidas: a partir de 3,9%, para PF; e a partir de 3,7%, para PJ. A taxa de juros para capital de giro, que era no máximo de 2,76% a.m., passa a ser de, no máximo, 1,51% a.m. As condições para todas as linhas já estão em vigor e a Caixa anunciou, ainda, a ampliação da pausa de 60 para 90 dias nas operações de crédito (PF, PJ, para hospitais, E habitacional PF e PJ).

A Caixa aumentou, também, o volume de empréstimos a Estados e Municípios, como o Financiamento à Infraestrutura e Saneamento Ambiental (FINISA) e os financiamentos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo a instituição, o limite foi aberto no dia 02 de março e, em apenas 15 dias, foram contratados R\$ 3,35 bilhões (246 operações com 195 tomadores).

Foi suspenso o Recolhimento do FGTS nos meses de março, abril e maio de 2020, em atendimento à MP 927/20. Nesse caso, até R\$ 25,5 bilhões de recolhimento podem ser suspensos. O parcelamento dos meses não recolhidos pode ser feito em até seis vezes, com prorrogação da validade do Certificado de Regularidade do FGTS por 90 dias.

4 As ações nos bancos regionais e estaduais

Os bancos regionais e estaduais saíram na frente ao lançar medidas emergenciais para socorro de diversos setores que venham a ser afetados pela crise econômica resultante da pandemia do coronavírus.

Em 18 de março, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), pré-aprovou R\$ 14 bilhões para PF e MPE; aumentou em 10% do limite do Banricompras e do crédito para as MPE que já tenham utilizado seus limites atuais. O banco prorrogou as dívidas de custeio agrícola por até três anos para produtores rurais que tiveram perdas comprovadas pela estiagem e por 60 dias, os contratos vigentes de PF e MPE.

No mesmo dia, o Banco do Estado do Sergipe (BANESE) também adotou o prazo de 60 dias de prorrogação dos contratos de profissionais liberais e MPE com contas em dia. O valor do financiamento será definido conforme a capacidade de contratação da empresa (ou do profissional liberal) e a taxa será de CDI + 0,32% a.m.

O Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) adotou a prorrogação de até 60 dias para o pagamento das seguintes operações de crédito (desde que estejam em dia): crédito pessoal (exceto consignado); crédito imobiliário; financiamento de veículos; capital de giro; crédito investimento; microcrédito e financiamento de bens duráveis. Para o crédito rural: os clientes também poderão negociar um reparcelamento, em conformidade com a legislação vigente e seguindo as regras do Manual de Crédito Rural (MCR).

O BANESTES, em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES), abriu linha de crédito emergencial direcionada às empresas de

segmentos que sofreram perdas em decorrência da pandemia do Covid-19, com carência de até 6 meses e prazo para pagamento de até 48 meses.

O Banco também suspendeu por 90 (noventa) dias cobranças relativas a contratos com vencimento a partir de abril, de empresas que atuam nos segmentos de turismo, hotelaria, bares, restaurantes e entretenimento em geral, setores fortemente impactados pela pandemia. As empresas devem, nesse caso, estar com seus contratos em dia.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) lançou medidas voltadas ao setor de turismo²⁰ para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões e pertencentes a uma das mais de 90 atividades econômicas da cadeia do turismo, incluindo empresas de hospedagens, bares e restaurantes, transporte e agências de turismo, até negócios de produções artísticas, de teatro e dança, animação de festas, infraestrutura de eventos e aluguel de equipamentos. Segundo o Banco, cerca de 60 mil estabelecimentos poderão ser beneficiados no Estado. Para ter acesso aos recursos, as empresas devem estar em operação há pelo menos seis meses e estarem inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

Os recursos vêm do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e são destinados ao capital de giro de micro e pequenas empresas do ramo; as taxas de juros foram reduzidas de 7% a.a (+ INPC) para 5% a.a. (+ INPC) e o prazo de carência ampliado, de 6 para 12 meses, com pagamento em até 48 meses. O acesso ao crédito pode ser feito diretamente pela plataforma digital do Banco (bdmg.mg.gov.br) ou por meio de correspondente bancário. O cadastro é gratuito e feito pelo próprio empresário na página do Ministério do Turismo.

O BDMG também disponibilizou R\$ 500 milhões em linha de crédito para empresas do setor de saúde²¹, destinados a capital de giro e aquisição de matéria-prima para a produção de itens de alta demanda (lenços, máscaras e álcool gel, leitos e contratação de pessoal). De acordo com o banco, a linha pode atingir até 36 mil MPE se 400 empresas médias e grandes no estado. Os juros são prefixados, a partir de 0,83% ao mês e o prazo de pagamento de até 48 meses ou 60 meses, com seis a dezoito meses de carência.

O Banco do Nordeste (BNB) anunciou medidas para empresas, para microcrédito (o CrediAmigo) e para o setor rural. Para os empreendimentos impactados pela crise atual, prorrogou prazo de financiamentos por até 6 meses. O banco alterou o limite das contratações, de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil, sem obrigatoriedade de vinculação de garantias reais e reduziu o pacote de tarifas para as operações de crédito.

Para o Microcrédito, ampliou o prazo médio das operações, de cinco para sete meses, e antecipou as renovações das operações a vencer entre abril e junho de 2020. Segundo o Banco, haverá um incremento de 57% no volume de recursos para o segmento de microcréditos em relação ao mesmo período do ano passado, devendo ser contratados, até setembro, cerca de R\$ 8 bilhões.

As operações do CrediAmigo²², com parcelas vencendo no período de 19 de março a 18 de abril de 2020, serão prorrogadas automaticamente por 30 dias. As condições excepcionais incluem também, carência de 30 dias para início dos pagamentos de

²⁰ Para mais detalhes sobre essa linha de crédito, vide <https://www.otempo.com.br/turismo/bdmg-abre-esta-terca-emprestimos-para-o-setor-de-turismo-1.2315558>.

²¹ Para mais detalhes sobre essa linha de crédito, vide <https://diariodocomercio.com.br/exclusivo/bdmg-lanca-linhas-de-credito-especiais-voltadas-para-empresas-da-area-de-saude/>

²² Programa de microcrédito produtivo orientado, com 2,3 milhões de clientes ativos

novas contratações ou a renovações. Já para o agronegócio e a agricultura familiar, nas operações de crédito de custeio, serão disponibilizados R\$ 4,4 bilhões, entre abril e setembro de 2020, o que representa um incremento de mais de 50% em relação ao mesmo período de 2019.

O Banco da Amazônia suspendeu o pagamento das parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas por seis meses. Todos os 150 mil clientes da instituição podem fazer as renegociações.

Por fim, o Banco de Brasília (BRB), está ofertando três linhas de crédito ao setor de cultura que somam R\$ 1 bilhão: Linha Acreditar (microcrédito produtivo orientado), com taxas a partir de 1,85% a.m.; “Prógiro”, voltadas ao capital de giro das empresas, com taxas a partir de 0,8% a.m., prazo de 36 meses para pagamento e seis meses de carência; BRB Investimento, com prazo de 60 meses para pagamento, até 12 meses de carência e taxas de juros a partir de 0,92% ao mês.

5 Considerações sobre as medidas

A crise sanitária e econômica mundial gerada pela pandemia do Coronavírus demandou medidas inéditas; os rumos da política econômica brasileira, nesse contexto, foram brutalmente alterados. Até a crise, o debate econômico, ao menos no que tange às instituições públicas brasileiras, parecia indicar um caminho de privatizações, redução de incentivos públicos ao investimento, redução do papel desempenhado pelos bancos públicos e o BNDES, com debates, inclusive, acerca de privatização de áreas estratégicas e lucrativas destas instituições.

As instituições financeiras nacionais, como demonstrado nas sessões anteriores, lançaram extensos programas de financiamento das empresas, com pacotes direcionados às que apresentam maiores fragilidades: micro, pequenas e médias empresas. O setor financeiro privado, embora tenha adotado importantes medidas, como a suspensão do pagamento em linhas de crédito às pessoas físicas e jurídicas, tomaram ações menos céleres e ousadas. Já, as instituições públicas, federais e estaduais, são linha de frente no lançamento de pacotes de financiamento ao setor público e privado mais atingido pela crise.

Há que se destacar que medidas de crédito se tornam fundamentais neste momento. Mas, é preciso ampliar sua eficácia e capilaridade. O histórico de prática de juros e *spreads* elevados no mercado aumenta a aversão ao endividamento por parte do público alvo dos programas elencados. Esta é uma dificuldade a ser enfrentada. Aliás, muitas das linhas apontadas, embora apresentem redução significativa do patamar de juros, não podem ser consideradas atrativas. O patamar reduz, mas, está longe de padrões internacionais e segue pouco convidativo.

Ademais, há um limite colocado ao alcance de política monetária em cenários de predomínio de expectativas negativas. Por esta razão, para serem eficientes, as políticas públicas de rendas, de crédito e de investimentos precisam estar coordenadas e precisam, ainda, sinalizar o caminho da recuperação econômica. Aqui reside um aspecto crítico das medidas: muitas delas não possuem contrapartidas em investimentos ou manutenção do emprego, fazendo com que se tornem importantes para o socorro momentâneo e resolução de apertos de caixa, porém, sem indicar necessariamente uma estabilidade ou melhoria das rendas, e, portanto, da demanda futura. Alongar prazos de exigência de estabilidade no emprego de empregados em empresas beneficiadas pelos aportes, por exemplo, poderia sustentar e alongar, por conseguinte, os impactos anticíclicos das medidas.

Barbara Vallejos Vazquez. *Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Econômico (Instituto de Economia-UNICAMP). Bacharel em Ciências Sociais (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP). É técnica do Dieese, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e docente da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3337935530039355>.*

Vívian Machado. *Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e colaboradora do CONJUSCS. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.*

17. PANDEMIA, CRISE ECONÔMICA E SETOR AÉREO: VOO TURBULENTO E TENTATIVA DE POUSO SUAVE?

Volney Gouveia

Resumo Executivo

Os anos 2020 começaram turbulentos! O avanço da epidemia Covid19 em escala global desde janeiro tem atingido todos os setores da economia e representado um grande desafio para a sociedade em geral e para os governos, em específico. A estimativa de perdas econômicas para a aviação comercial mundial soma, no pior cenário, algo superior a US\$ 500 bilhões! A aviação brasileira também está sendo fortemente atingida, com perdas potenciais estimadas de quase R\$ 20 bilhões! Neste cenário, a prioridade do governo brasileiro tem de ser a adoção de medidas para garantir a sustentabilidade das empresas aéreas e suas congêneres, mediante a exigência de contrapartidas como a manutenção dos empregos e cumprimento dos acordos coletivos que garantam o salário dos trabalhadores.

Os anos 2020 começaram turbulentos! O avanço da epidemia Covid19 em escala global desde janeiro tem atingido todos os setores da economia e representado um grande desafio para a sociedade em geral e para os governos, em específico. De tempos em tempos o mundo é sacudido por eventos inesperados que "balançam" as estruturas das sociedades e seu sistema econômico. Para ficar em alguns exemplos mais proeminentes, foi assim em 2001 quando do advento do ataque terrorista às torres gêmeas; quando da grande crise financeira de 2008 que abalou as economias globais, oriunda dos Estados Unidos e que se espalhou para quase todos os países; quando do surgimento de variações da gripe aviária (2003, 2005, 2013, 2015) e agora a Covid19. Todos estes eventos têm algo em comum: impactam na atividade econômica, desarticulam a demanda e desorganizam a produção em escala global. As incertezas econômicas sobre o poder de destruição destes eventos levam os agentes econômicos a se precaverem de maiores perdas, cujo excesso de precaução funciona como "profecia autorrealizável": o temor de perdas econômicas rompe a "correia" de funcionamento da economia e produz exatamente aquilo que se queria evitar. E a profecia se autorealiza...

As "profecias autorrealizáveis" produzem crises econômicas! "Na dúvida, melhor não arriscar e nem decidir", pensam investidores, empresas e consumidores. O comportamento reativo diminui a atividade econômica, que acaba por ampliar sua desaceleração, impondo altos custos em termos de produção, emprego e renda. FMI e Banco Mundial já projetam recessão econômica global: o mundo no início da nova década não será o mesmo! Não apenas porque a recuperação da atividade econômica será lenta, mas, sobretudo, porque haverá mudanças na forma como as pessoas, empresas e governos produzem, consomem e interagem entre si.

Neste início de década, os governos estão sendo chamados (mais uma vez) a remediar os desequilíbrios produzidos por eventos que estão fora de controle do capitalismo moderno! Seria mais uma vez a socialização de prejuízos e a privatização dos lucros? Estudo da *London Business School*²³, recentemente publicado, mapeou os setores econômicos que mais (e menos) serão atingidos neste ano pela epidemia: turismo, aviação, óleo e gás, automotivo, consumo pessoal e eletroeletrônicos. Para o setor do turismo, as perdas estimadas estão entre US\$ 300 bilhões e US\$ 450 bilhões!

²³ Disponível em <<https://volneygouveia.files.wordpress.com/2020/03/london-business-school.pdf>>

No setor de aviação (empresas aéreas e aeroportos) as projeções apontam para perdas US\$ 150 bilhões! Ainda segundo o estudo, turismo e aviação são os dois setores mais imediatamente atingidos e os que mais demorarão a se recuperar no período pós-crise.

Isto impõe desafios e soluções específicas. O transporte aéreo depende da economia. E o contrário não é verdadeiro! A participação do setor no PIB global não atinge 10%, mas sem ele não há como gerar parte dos 90% restantes! Portanto, a despeito das dificuldades econômicas inerentes ao setor, principalmente diante de epidemias cuja demanda desaparece dos aeroportos em espaços curtos de tempo, ele continuará sendo alternativa de deslocamento de forma rápida, segura e confortável.

Dados da *Airport Council Internacional*²⁴ mostram que, em 2019, 7,7 bilhões de passageiros circularam pelos quase 1.950 aeroportos de 177 países, que representaram 95% de todo o tráfego aéreo de passageiros no mundo. Um número impressionante! Para o mesmo período, a IATA²⁵, entidade que congrega as principais companhias aéreas do mundo, apontou que 4,5 bilhões de passageiros voaram neste mesmo ano, número que representou pouco mais da metade da população mundial. Os números são invejáveis. Para o bem e para o mal! O advento da pandemia afastou destes aeroportos 30% do tráfego de passageiros apenas em março (110 milhões), resultado das restrições de pouso e decolagens e fechamento de fronteiras impostos pelos governos como forma de evitar as concentrações humanas e disseminação do vírus. A situação é uma ironia, porque é a concentração de passageiros que permite às empresas obterem as chamadas economias de escala. A alta utilização dos equipamentos de terra (aeroportos) e ar (aviões e comunicações) torna o custo destes equipamentos relativamente menor quando comparado com a quantidade de assentos oferecidos, permitindo às empresas venderem passagens mais baratas e, assim, estimular a própria demanda! Mas o inverso é verdadeiro: complexas e amplas estruturas pouco utilizadas geram "deseconomias de escala". Ou seja, as empresas continuam a incorrer em custos operacionais (*leasing* de aviões, salários de tripulantes e funcionários, fornecedores) mesmo com seus equipamentos não utilizados. E aqui reside o principal problema da indústria neste momento de pandemia: como buscar alternativas de utilização destes equipamentos se todos os mercados estão padecendo do mesmo problema? Não há alternativa de curto prazo senão estacionar os aviões, porque operá-los vazios seria potencializar as perdas: incorrer-se-ia não apenas nos custos operacionais já mencionados, mas também ter-se-ia de arcar com custos variáveis como os de combustível, serviço de bordo, salário variável de tripulante de voo e pouso e decolagem de aeronaves, que são os mais representativos das companhias aéreas (60% do total dos custos).

A Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO)²⁶ publicou recentemente dois cenários nada promissores para o setor aéreo mundial em 2020: previsão de queda de 37% do número de assentos oferecidos, com queda de 401 milhões de passageiros e perda estimada de receita de US\$ 88 bilhões. Outro cenário dá conta de queda de 47% do número de assentos, com queda de 528 milhões de passageiros e perdas estimadas de US\$ 116 bilhões.

Sem tergiversações: o cenário é de "voo turbulento com potencial de desastre!". Mas como fica o mercado aéreo brasileiro neste cenário? É o que falamos a seguir.

²⁴ Disponível em <<<https://aci.aero/publications/>>>

²⁵ International Air transport Association. Disponível em <<<https://www.iata.org/en/publications/economics/>>>

²⁶ Disponível em <<<https://www.icao.int/Security/COVID-19/Pages/default.aspx>>>

Aviação no Brasil em 2020: Apertem os cintos porque o dinheiro sumiu!

A aviação brasileira é protagonista no mundo. Em 2018, ocupou a 28ª posição em termos de tráfego internacional e o 9º maior mercado de tráfego doméstico. Somente em 2019, foram mais de 100 milhões de viagens! Foi quase 1 milhão de vôos realizado, 70 mil empregos diretos, 2,37 milhões de empregos indiretos, movimentando quase 2% do PIB (R\$ 150 bilhões)²⁷. Em 2019, apenas as empresas aéreas brasileiras geraram R\$ 45 bilhões de Receita Operacional, com margem de lucro operacional próximo de zero. Trata-se de um setor que não produz bons resultados financeiros. Por isto, suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores (apenas a Gol as tem listadas em Bolsa).

A pandemia encarregou-se de derrubar o valor de mercado das três principais empresas (LATAM, GOL e AZUL) nas primeiras semanas da crise: 47%, 65% e 82%, respectivamente. A eclosão da crise foi um "*bird-strike*" ("colisão com pássaros") nas operações e finanças destas empresas, com quedas estimadas de demanda entre 9% (9 milhões) e 15% (15 milhões), com a crise persistindo até junho de 2020. Estas perdas de demanda poderão ser de 25% (25 milhões) a 42% (42 milhões) caso a crise mantenha-se por todo o ano de 2020.

De fato poderá ser o maior impacto depois da recessão global de 2008/2009 e dos ataques terroristas de 2001. Os mecanismos de impacto sobre o setor neste contexto de pandemia são os mesmos descritos anteriormente. O cenário é de desolação! As empresas têm tomado medidas imediatas para minimizar os efeitos da crise: anunciaram suspensão de vôos, cancelaram novos serviços aéreos, realizaram "*lay-off*"²⁸, revisaram seus planos de expansão de frota. Todas estas macro medidas impactam imediatamente nos seus fluxos de caixa, porque 60% dos custos operacionais estão concentrados naqueles custos chamados "variáveis", ou seja, aqueles associados à existência dos vôos.

Os cancelamentos diminuem imediatamente a pressão sobre os fluxos de caixa, porque as empresas deixam de pagar combustível - que no caso das empresas brasileiras chega a quase 40% dos custos totais -, salários variáveis de tripulantes, serviços de bordo, serviços de tráfego aéreo e pouso e decolagem. Estima-se que, diante de uma queda potencial de 9 milhões da demanda, a redução destes custos variáveis podem chegar a R\$ 9 bilhões (R\$ 800 milhões/mês), podendo as empresas reduzi-los imediatamente. No pior cenário, com a crise se estendendo durante o ano todo (ainda que esta possibilidade seja mais remota), a demanda poderá cair potencialmente 42 milhões de passageiros e os custos variáveis, R\$ 19 bilhões (R\$ 1,6 bilhão/mês). De fato é uma folga e tanto para o caixa das empresas!

Mas estes "ganhos" de fluxos de caixa significam perda de dinamismo econômico de toda a cadeia de suprimentos do setor (óleo e gás, alimentos, produtos de bordo e serviços públicos), que se manterá paralisada, comprometendo a renda dos diversos profissionais destes setores, impactando, por consequência, nos setores "de fora" da aviação (comércio, serviços e indústria). São os chamados efeitos multiplicadores e o "círculo vicioso pro mal".

Ainda em ambos os cenários, estima-se que os custos fixos, como os de fornecedores, funcionários e insumos de forma geral, continuem no patamar de R\$ 18 bilhões, porque estando as empresas com seus aviões voando ou não, estes custos "existirão" da mesma forma. Em verdade é este montante que justifica o pleito recente

²⁷ Disponível em <<<https://www.abear.com.br/imprensa/dados-e-fatos/>>>

²⁸ Trata-se da "redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas". Disponível em <<<http://www.seg-social.pt/layoff>>>

que as empresas aéreas fizeram ao governo central para que medidas emergenciais fossem tomadas. A ABEAR apresentou ao Ministério da Infraestrutura uma lista de reivindicações para que este lançasse mão de ajuda financeira frente aos desafios impostos pela pandemia. O pleito contemplava: redução de impostos, desoneração da folha de pagamento, redução de tarifas de navegação aérea, alíquota zero para as operações de *leasing* de aeronaves, suspensão da cobrança de PIS/COFINS e liberação de capital de giro a juros mais baixos.

Dentre o conjunto das seis propostas apresentadas pela ABEAR, apenas duas (redução de tarifa de navegação aérea e crédito para capital de giro) tinham sido aceitas pelo governo até a publicação desta nota. Adicionalmente, o governo já tinha decidido por adiar a cobrança de outorgas dos aeroportos concedidos nos processos de concessões aeroportuárias nos anos recentes, além de permitir às empresas reembolsarem, parceladas em até 12 meses, as passagens aéreas compradas pelos passageiros que tiveram suas viagens canceladas. Todas estas medidas pressionarão menos o fluxo de caixa e são necessárias neste momento adverso.

Mas a grande preocupação é com a manutenção dos empregos! É importante que o governo amplie a cobertura da proteção à renda dos trabalhadores. Trata-se de um perfil de profissional cuja formação exige capacitações permanentes. E os custos não são baixos. Não é vantagem para as empresas, em períodos curtos de crise, se abdicarem destes profissionais. Uma sugestão é o governo vincular a ajuda financeira ao setor à manutenção de empregos. Diferir a cobrança de tributos condicionada à suspensão de eventuais demissões; suspender a cobrança de tarifas condicionada à manutenção dos salários. Ou ainda complementar a renda daqueles trabalhadores que foram afastados com recursos do FAT. Neste ambiente de crise, a situação exige esforço coletivo. No entanto, este esforço não deve ser linear. A contribuição das empresas e do governo é mais importante que a dos trabalhadores, que estão tendo de lidar com o afastamento de suas atividades sem a garantia de renda.

Em curto prazo, naquelas situações de vôo em turbulência, o papel do piloto (governo) é crucial para estabilizar a "aeronave" (setor aéreo), sob o risco de a tripulação (trabalhadores) ter de enfrentar um pouso forçado com consequências imprevisíveis. Em médio prazo, o cenário é alentador. O setor aéreo – tanto internacional quanto nacional - já se sobressaiu bem de "vôos turbulentos" e já sobreviveu a vários "desastres" no decorrer de sua história. O "desastre" não é algo inexorável. Trata-se de uma "turbulência em vôo" (pandemia) cujo "pouso" (sustentabilidade econômica do setor) será suave no médio prazo. É apenas uma questão de tempo. O momento exige serenidade e ações concretas. A prioridade é "salvar" a tripulação.

O curso de Ciências Aeronáuticas da USCS, no âmbito do CONJUSCS, continua acompanhando as principais transformações da aviação nacional e mantendo seu compromisso em realizar discussões que apontem para o desenvolvimento da aviação nacional e, mais particularmente, da região do Grande ABC Paulista, que tem apresentado grande potencial econômico para novos negócios.

Volney Gouveia. Gestor e Professor do curso de Ciências Aeronáuticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. É doutorando em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. Mestre em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Pós Graduado pela Universidade Anhembi Morumbi e economista pela FAAP-SP. Atua nos temas de aviação há 29 anos. Também é professor de Economia no Instituto Mauá de Tecnologia e na Universidade São Judas. Autor do livro *A Economia do Transporte Aéreo: Novos Ares para o Desenvolvimento da Aviação no Brasil*, lançado pela Editora Didakt, da USCS.

Referências Bibliográficas

ABEAR. Dados e Fatos. Disponível em <<<https://www.abear.com.br/imprensa/dados-e-fatos/>>> Acesso: 05/04/2020.

ACI. Publications. Disponível em <<<https://aci.aero/publications/>>> Acesso: 05/04/2020.

ANAC. Dados Estatísticos. Disponível em <<<https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas>>> Acesso: 05/04/2020.

IATA. IATA Economics. Disponível em <<<https://www.iata.org/en/publications/economics/>>> Acesso: 05/04/2020.

ICAO. COVID19. Disponível em <<<https://www.icao.int/Security/COVID-19/Pages/default.aspx>>> Acesso: 05/04/2020.

LBS. The Economics of a Pandemic: the case of Covid-19. Disponível em <<https://volneygouveia.files.wordpress.com/2020/03/london-business-school.pdf>> Acesso: 05/04/2020.

Segurança Social. Layoff. Disponível em <<<http://www.seg-social.pt/layoff>>> Acesso: 05/04/2020.



18. COVID-19: VAI FALTAR COMIDA?

José Lourenço Pechtol

Resumo Executivo

A pandemia de Covid-19 exige, além do isolamento social, um conjunto de outras medidas que sejam capazes de responder ao momento que o país está enfrentando. Dentre as maiores preocupações está a de assegurar o abastecimento e a segurança alimentar das pessoas, em especial das pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim como garantir minimamente o escoamento de alimentos, sobretudo a produção oriunda da agricultura familiar, sem colocar em risco a saúde coletiva. A COVID-19 em desenvolvimento está até agora causando pouco impacto na cadeia produtiva e as interrupções no suprimento de alimentos são até agora mínimas, mas poderá mudar se as medidas de contenção incluir bloqueios ao longo das rotas de transporte - uma preocupação particular para produtos frescos - e medidas de quarentena que podem impedir o acesso dos (as) agricultores (as) aos mercados.

COVID-19 - Impacto sobre alimentos e agricultura

Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viessem a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pelo qual estamos passando. A preocupação com ter o que comer para não passar fome, e que haja meios adequados para obter os alimentos sem risco de se contaminar, passou a estar na preocupação diária mesmo daqueles para quem comprar e comer não era mais do que rotina obrigatória sem maiores reflexões a respeito. Sem constituir uma novidade trazida pela pandemia, a permanente busca diária por obter essa condição essencial para viver ficou ainda mais difícil para os milhões de miseráveis, desempregados, moradores das periferias, população em situação de rua e outros vulnerabilizados das cidades e dos campos no Brasil.

O chamado isolamento horizontal, medida acertada, acarretou a paralisação de muitas atividades e limitou a circulação da população, porém, por horizontal não se entenda igualdade de condições no enfrentamento das circunstâncias atuais em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira. As desigualdades sociais aparecem nas questões que estão na ordem do dia, a saber, os riscos de desabastecimento, elevação dos preços, funcionamento precário dos equipamentos de varejo e serviços de alimentação, dependência do transporte de alimentos em longas distâncias e comprometimento mesmo que parcial da própria atividade produtiva industrial e agrícola. Igualmente grave, este quadro amplia a parcela já significativa da população sem meios para adquirir alimentos ou ter acesso a um prato diário de comida.

Assim as questões de abastecimento alimentar devem ser abordadas combinando ações imediatas frente às emergências com a busca de objetivos permanentes que vão além do contexto de pandemia. Necessitamos do debate público para enfrentar, simultaneamente e em várias escalas de ação, a subnutrição e a fome junto com o acesso a uma alimentação adequada e saudável para todos/as, ao mesmo tempo em que são promovidas formas de produção, processamento e distribuição dos alimentos socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e promotoras de diversidade cultural e ecológica. O abastecimento alimentar não é só o disponibilizar produtos a preços acessíveis, como a maioria da população pensa.

Tema obrigatório na agenda pública, não só em tempos de pandemia, o abastecimento alimentar engloba um conjunto diverso e complexo de atividades mediando o acesso aos alimentos e sua produção, atividades nas quais estão envolvidos atores sociais com perspectivas muitas vezes conflitantes, entre agentes econômicos privados, organismos de Estado, organizações de consumidores e de produtores (as) familiares.

Por outro lado, é preciso entender o papel significativo que a agricultura familiar desempenha nesta crise socioeconômica instaurada pela pandemia covid-19. A produção agrícola advinda dos (as) agricultores (as) familiares tem participação relevante no abastecimento alimentar para as cidades brasileiras, produzindo alimentos saudáveis para as feiras livres, feiras orgânicas, varejões, sacolões, quitandas, restaurantes, para os supermercados, para os hospitais que enfrentam tal crise, presídios e alimentação escolar.

Tais circuitos e redes constituem um dos caminhos mais promissores porque favorece o acesso a produtos frescos e pouco processados, com menor requisito de transporte e mais próximos das culturas alimentares e da biodiversidade.

Mas o que é desabastecimento?

É quando há uma falta generalizada e duradoura de um produto, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Quando falta um produto em determinados locais, ou por algum tempo, sem ruptura na cadeia isso não caracteriza o desabastecimento, mas, provavelmente, um problema de fluxo da mercadoria, uma falta pontual de abastecimento, que pode ser superada por rápidas iniciativas do setor público e privado", explica Silvio Laban, professor e coordenador do mestrado em Administração no Insper.

Existe risco de desabastecimento?

O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, alerta que de nenhuma forma a livre circulação de matéria-prima e produtos finais pode ser restringida, porque isso, sim, pode afetar o abastecimento. Do contrário, o abastecimento segue normalmente.

No entanto, a incerteza existe, dependendo dos protocolos de contenção adotados pelo governo quanto e quanto às consequências do vírus na sociedade. A possível falta está também relacionada ao comportamento de consumo da população. Estamos vivendo uma situação inusitada que requer uma consciência social mais ampla.

Feijão com arroz e os produtos básicos estão a salvos?

Arroz, feijão, salada e carnes, o "prato feito" comum do dia-a-dia dos brasileiros está garantido, segundo as associações de produtores (as) e das associações de supermercados e indústrias de alimentos: ABRAS, APAS e ABIA.

O motivo principal é que a agropecuária e a agroindústria precisa ser planejada, ou seja, a produção de alimentos é feita muito antes de chegar à mesa do brasileiro. Neste momento, os produtores rurais estão na colheita da safra brasileira, que deverá ser recorde. Dados levantados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que o Brasil será capaz de suprir as necessidades básicas de consumo da população. Com uma safra de grãos estimada em 251,9 milhões de toneladas, de

acordo com o último levantamento divulgado pela estatal, as principais culturas consumidas no país (soja, milho trigo, arroz e feijão) respondem por cerca de 97% da colheita e superam em mais de 100 milhões de toneladas o volume do consumo interno destes grãos no ano passado.

- **Arroz:** a colheita começou há 20 dias e já garante o abastecimento de 60 dias do que é consumido em média no país, segundo Mário Pegorer, dirigente da Abiarroz. Até o final da colheita, prevista para maio, a quantidade dará conta para um ano inteiro;
- **Feijão:** a oferta de feijão preto está garantida e os estoques dos mercados podem ser repostos em até 48 horas, em média. A única ressalva de Marcelo Lüders, presidente do Instituto Brasileiro do Feijão (Ibrafe) é com feijão carioca, opção que pode sofrer com escassez até maio e, com isso, o valor pode subir;
- **Verduras, legumes e hortaliças:** não há registro nem previsão de falta de abastecimento de Ceasas, segundo Gustavo Melo, dirigente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos (Abracen);
- **Obs: Alimentos Orgânicos:** não se sabe como vai ficar o canal de distribuição desses produtos, que são perecíveis e comercializados em feiras, locais de grande aglomeração de pessoas. A exceção fica por conta da produção orgânica que é comercializada nas redes varejistas que segue o fluxo normal.
- **Flores:** flores, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). “No caso das flores de vaso, comercializadas principalmente nos supermercados, houve redução de 50% na demanda. No caso das flores de corte, a redução já supera 70%, devido à proibição massiva de grandes eventos, redução da circulação e mesmo pela alteração momentânea do padrão de consumo das famílias, que passam a priorizar bens básicos em momentos de crise”, destacou a entidade em seu boletim.
- **Aves, Ovos e Suínos:** Em comunicado, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) informa que os setores de aves, ovos e suínos do Brasil estão empenhados na manutenção do fluxo de oferta de alimentos para a população brasileira, em meio à crise do Covid-19, e anunciou a implantação de comitês internos para a mitigação dos impactos da crise no sistema produtivo. Dentre as medidas setoriais adotadas, as empresas intensificaram as orientações sanitárias em toda a sua estrutura.
- **Indústrias de carne:** não há risco a princípio, mas algumas atitudes podem ser tomadas, como priorizar o mercado interno em vez da exportação. Para Francisco Turra, ex-ministro da Agricultura (1998-1999) e presidente da associação que representa os frigoríficos de carne de porco e frango (ABPA), os governos federal, estadual e municipal precisam garantir fluidez para a entrega das mercadorias. Outro ponto é que a fiscalização dos frigoríficos, item obrigatório para que o produto seja vendido, precisa ser mantida pelo Ministério da Agricultura.
- **Frigoríficos,** Já a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) destaca que produção de carne bovina brasileira será cerca de 35% maior do que o consumo. A entidade garante que não há risco de desabastecimento do produto no País. De acordo com o portal CarneTec Brasil, a projeção considera a produção já contratada com as operações em andamento nas fazendas e que não pode ser interrompida, considerando a dinâmica da cadeia produtiva. No entanto, as

exportações estão sendo afetadas e, com isso, algumas indústrias estão dando férias coletivas para que não sobre carne no mercado. O presidente da associação que representa o setor (Abiec), Antônio Camardelli, conta que as empresas deverão remanejar para os supermercados a carne que não foi vendida no exterior e para os restaurantes.

- Por ora, as vendas de frutas e hortaliças ao mercado internacional são consideradas positivas por agentes consultados pelo Hortifruti/Cepea. Notícia divulgada pela Abrafrutas (Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados) informa que as exportações de frutas do Vale do São Francisco aos Estados Unidos e Europa continuam ocorrendo com certa normalidade. A preocupação, contudo, se volta ao fluxo logístico, tendo em vista que muitos países estão em quarentena e a entrada de mercadoria poderia ser comprometida pelo fechamento de fronteiras.

MERCADO INTERNACIONAL: A agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), alertou para a possibilidade de problemas na cadeia alimentar global, a partir de abril ou maio, principalmente em relação à logística, em virtude do novo Coronavírus.

Segundo a FAO, perturbações no setor agrícola e na produção de alimentos, impactando as colheitas, poderão ocorrer diante do aumento dos casos de Covid-19 no mundo e de outras medidas preventivas adotadas para combater o vírus, como o confinamento de pessoas, além da redução da oferta de mão de obra.

Para evitar entraves no comércio internacional e contornar o problema de compras de alimentos motivadas pelo medo da escassez, dirigentes da Organização Mundial do Comércio (OMC), da agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgaram um comunicado orientando os países sobre os procedimentos a serem adotados durante a pandemia do Coronavírus. Com isso, tentam impedir que setores como o de exportações e de segurança alimentar sejam gravemente afetados.

Segundo os chefes das organizações, as incertezas sobre a disponibilidade de alimentos deverão levar a um aumento de barreiras às vendas e criar escassez no mercado global, alterando o equilíbrio entre oferta e demanda e promovendo a instabilidade de preços.

No contexto global, países como Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e Vietnã começaram a restringir as exportações de produtos agropecuários. Na Europa, o aumento do bloqueio nas fronteiras impediu o trabalho temporário de milhares de estrangeiros nas colheitas, fazendo com que os países dependam agora da ação de voluntários.

Nesse sentido, os dirigentes recomendam aos países que evitem o anúncio de medidas que, apesar da intenção de proteger a saúde dos cidadãos, poderão afetar o abastecimento.

As organizações destacam ainda que, mesmo diante do estado de confinamento da população, o comércio precisa funcionar sem muitas restrições, inclusive para evitar a escassez de alimentos. “Temos de impedir a repetição de tais medidas prejudiciais”, alertam a FAO, OMS e OMS, fazendo referência a crises anteriores.

Os dirigentes também pedem transparência em medidas comerciais relacionadas a alimentos, níveis de produção, consumo, estoques de alimentos e preços, com o

objetivo de reduzir incertezas, promover a boa informação e evitar reações de pânico e compras acumulativas de produtos essenciais.

Ações coordenadas nas cadeias de abastecimento para garantir o abastecimento

1- Ministros de países da América Latina e Caribe assinam declaração conjunta para garantir abastecimento durante a pandemia. No documento, os ministros e secretários se comprometem a desenvolver ações para apoiar o funcionamento regular do sistema alimentar durante a crise da COVID-19.

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, assinou, em conjunto com outros 24 países da América Latina e do Caribe, uma declaração com medidas para garantir o abastecimento de alimentos aos 620 milhões de consumidores que vivem nesta região.

No documento, ministros (as), secretários (as) de Agricultura, Pecuária, Pesca, Alimentação e Desenvolvimento Rural desses países se comprometem a desenvolver ações para apoiar o funcionamento regular do sistema alimentar durante a crise da COVID-19.

Eles destacam que os estoques globais dos principais alimentos estão em bom nível e as colheitas nos principais países produtores foram boas. "Dezoito milhões de agricultores (as), pescadores (as), fazendeiros (as), aquicultores (as), homens e mulheres, seguem trabalhando diariamente na nossa região para que não falem alimentos em nossas mesas. Fazem o mesmo os (as) trabalhadores (as) das agroindústrias, do transporte, das empresas importadoras e exportadoras, e os mercados atacadistas e varejistas".

Em virtude desse cenário, os (as) representantes desses países lembram que, diferentemente de crises anteriores, a oferta de alimentos se manteve estável no mundo e na região. "Portanto, não existem razões que justifiquem aumentos significativos nos preços dos alimentos, motivo pelo qual fazemos um chamado a todos os atores do sistema alimentar para impedir a especulação neste momento de emergência".

O grupo desses países declara que irá trabalhar de forma coordenada para oferecer "assistência técnica e financeira aos (as) pequenos (as) e médios (as) produtores (as) agrícolas, pescadores (as), aquícolas, fazendeiros (as), e pequenos e médios agroindustriais, que fornecem uma elevada proporção de alimentos básicos para o consumo nacional".

Outra linha de ação conjunta será desenvolver ações – em parceria com importadores e distribuidores de alimentos do setor privado - que assegurem o funcionamento regular dos mercados atacadistas locais, regionais e nacionais e possibilitando o acesso dos produtos e dos (as) trabalhadores (as) a esses locais.

Estão ainda previstas, entre as medidas propostas, o monitoramento de cadeias logísticas, especialmente aquelas que incluem um ou mais países; o estímulo ao uso de plataformas e aplicativos de comércio eletrônico de alimentos, além de "garantir que as políticas fiscais e comerciais, definidas pelos governos como parte de sua resposta ao efeito econômico da crise, não enfraqueçam o funcionamento normal do comércio regional e global de alimentos".

A declaração conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outros organismos multilaterais especializados, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA); o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); o Caribbean Research and Development Institute (CARDI); a Caribbean Agricultural Health and Food Safety Agency (CAHFSA); e o Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA).

2- O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu o **Comitê de Crise** (CC AGRO-COVID19) para monitorar e propor estratégias a fim de minimizar os impactos da pandemia do coronavírus na produção agrícola e no abastecimento de alimentos à população. A decisão foi publicada hoje (31), no Diário Oficial da União (DOU), por meio da portaria nº123, assinada pela ministra Tereza Cristina.

Propor ações que contribuam para a manutenção do abastecimento em todo o país bem como analisar produção, mercado, infraestrutura estão entre as competências do comitê, formado por 14 integrantes de secretarias do Ministério, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O trabalho do CC- AGRO-COVID 19 vai subsidiar a ministra Tereza Cristina na tomada de decisões durante a pandemia do coronavírus.

De acordo com a portaria, o escopo de atuação do grupo está estruturado em duas linhas temporais: ações de monitoramento e encaminhamento de soluções a curto prazo e elaboração de soluções de ajuste estrutural a médio e longo prazo. Neste caso, uma das funções do comitê será projetar cenários e elaborar propostas sobre impactos que poderão ocorrer nos sistemas produtivos, mercados e demanda.

Em relação ao trabalho imediato, o CC- AGRO-COVID 19 vai atuar no monitoramento do comércio varejista, o que inclui supermercados e redes de distribuição; casas agropecuárias; redes de transportes; varejões e feiras; rede de distribuição de produtos químicos; e redes de distribuição de nutrição animal.

No caso da indústria e distribuição, o monitoramento será por meio de associações e irá envolver atividades de produção de insumos básicos ou intermediários para uso nas atividades industriais que alimentam ao setor; de insumos agropecuários e atividades de produtos finais.

O CC- AGRO-COVID 19 será presidido e coordenado pelo secretário de Política Agrícola do Mapa, Eduardo Sampaio Marques. O comitê deverá também promover a interlocução com órgãos do governo federal, de estados e municípios a fim de viabilizar ações e estratégias de solução para a manutenção do abastecimento de alimentos e bebidas à população.

3- O Governo Federal acionou a Conab para atuar junto aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Economia, da Cidadania e outros, além da Casa Civil, para atender às possíveis demandas de alimento em todo o país.

Além da produção agrícola, a Conab levanta também informações de comercialização nas principais Centrais de Abastecimentos (Ceasas) para auxiliar no planejamento de ações que garantam a manutenção da oferta de frutas e hortaliças em todo o território nacional. O trabalho envolve o acompanhamento do fluxo de compras, preços e produtos ofertados.

Abastecimento Social – Entre as medidas adotadas para manter o atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, executadas pela Conab

está a prorrogação dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que venceram a partir de dezembro e possuem saldo, até os que irão vencer em junho. Com isso, os agricultores familiares beneficiados terão mais tempo para entregar cerca de R\$ 5,8 milhões em alimentos em 167 organizações de todo país, beneficiando mais de 700 pequenos produtores e milhares de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional que receberão esses produtos. Já os demais projetos aprovados seguem em operação, com as entregas previstas nas propostas.

A Companhia estuda também a possibilidade de ampliar sua atuação por meio da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA). As entregas regulares de cestas básicas atualmente são realizadas a grupos populacionais específicos, como povos e comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas. Outra ferramenta de apoio é o Programa de Vendas em Balcão (ProVB), no qual o pequeno criador de animais e micro agroindústria têm acesso aos estoques públicos de milho para uso na ração. Para esse, a Conab planeja o atendimento em novas praças, caso seja necessário para manter a produção de proteína animal e garantir o abastecimento da população.

Estoques - Em relação aos estoques, a grande reserva brasileira de grãos é garantida pela rede de armazenagem privada e pela logística interna e externa. “Quem olha o volume dos estoques públicos, está vendo uma parte muito pequena do que o país produz e do que o governo faz de ações para garantia do preço mínimo pelos instrumentos de política agrícola e da logística de abastecimento por meio dos programas sociais”, explica o presidente da Conab, Guilherme Bastos. A Conab possui dentro da sua rede de armazenagem 59 estruturas utilizadas como base para a montagem e distribuição de cestas. Para um programa mais extenso, poderá ser montado um esquema de parcerias.

O Brasil produz alimentos suficiente, mas a fome ainda é uma realidade

A pandemia do novo coronavírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica, desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, paralisação de praticamente todos os programas de SAN, aumento acelerado da pobreza e, especialmente, da extrema pobreza, e o aumento expressivo da população em situação de rua. Dados de 2018, já mostravam que pessoas em extrema pobreza somavam um total de 13,5 milhões de pessoas, em uma escala ascendente que se iniciou em 2015. Como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante da pandemia.

Ao contrário da narrativa de tranquilidade difundida pelo Ministério da Agricultura, o balanço produzido pela CONAB e os analistas do setor agropecuário apontam para um quadro, no mínimo, de incertezas em face dos baixos estoques públicos. O real desvalorizado tem favorecido as exportações e a concentração da produção nacional na soja, com estagnação da produção de arroz e feijão. Acrescentem-se a elevação dos preços do arroz em casca em 2019 e a não recomposição de estoques públicos de arroz, feijão e milho. O quadro de incertezas se estende também às carnes, de modo que o mercado interno de alimentos deverá se manter com preços elevados. Seria preciso uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal e, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar, com especial atenção às políticas direcionadas à agricultura familiar.

Propõe-se instituir, imediatamente, o monitoramento nacional e regionalizado dos fluxos e preços dos alimentos integrantes da cesta básica por intermédio do sistema CONAB/CEASAS, visando controlar a especulação em preços e atuar em face de

episódios de desabastecimento, contando com o apoio do DIEESE para isto. Há que promover a imediata recomposição dos preços mínimos e assegurar recursos para que a Conab possa adquirir, em especial arroz, feijão, milho, leite e farinha de mandioca. Já se destacou mais acima a importância de fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, articulados com a promoção de equipamentos de varejo (pequeno comércio, feiras, etc.) que garantam o acesso a esses alimentos pelas famílias mais vulneráveis e moradores nas periferias. As iniciativas de agricultores/as e grupos de consumidores visando a compra direta da produção da agricultura familiar e das redes de comercialização agroecológicas permite o acesso a alimentos saudáveis, mitigando os riscos de contágio.

Esforço conjunto com as administrações municipais deve ser dirigido para a gestão de equipamentos públicos de abastecimento (varejões, sacolões, mercados municipais, feiras) que atenda os esforços na direção aqui apontada, para além de suas finalidades mercantis específicas, e com os devidos cuidados para reduzir o risco de contaminação. Esse é o caso das feiras livres, em especial as feiras orgânicas e agroecológicas, cujo funcionamento deve estar sob coordenação das equipes de saúde de forma a minimizar o risco de contágio (orientando feirantes e população, ajustando a disposição das barracas, fluxo de pessoas, horário de funcionamento, disponibilizando material de higiene, entre outros).

A agricultura de base familiar e diversificada carece de políticas de emergência para continuar cumprindo com seu papel de garantir “comida de verdade”. Entre elas, podem ser citadas: prorrogar o vencimento do custeio da agricultura familiar até 31/12/2020, e do investimento para seis meses após o vencimento no âmbito do PRONAF; suspender a inscrição dos débitos oriundos dos financiamentos da **agricultura familiar** na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2020; criar linha de crédito emergencial para agricultores (as) familiares, com taxa de juros subsidiada; liberar pagamento do Garantia-Safra a todos os(as) agricultores(as) familiares que aderiram ao programa dos municípios em estado de emergência; liberar recursos que garantam o direito à água no semiárido através do Programa Um Milhão de Cisternas (água para consumo humano) e Uma Terra duas Águas (água para produção); assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, para orientar como prevenir a contaminação por coronavírus.

Chegou-se a formular uma proposta de política nacional de abastecimento alimentar para o Brasil, orientada pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) liderou esse debate com intensa participação social ao longo de sua existência, desde 2003, antes de passar por crescente esvaziamento a partir de 2016 que levou ao seu fechamento já nos primeiros atos da Presidência da República instalada em 2019.

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), antes de ser igualmente desfeita no ano de 2019, chegou a gerir um orçamento de R\$ 2.5 bilhões em 2014, tendo articulado no interior do Governo Federal um bom número de ações relacionadas com o abastecimento alimentar, a maioria delas envolvendo participação dos governos estaduais e municipais no âmbito do desfeito Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O SISAN também sofre acelerado desmantelamento, aprofundado com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a drástica redução e até mesmo extinção de programas. Em 2014, a Secretaria Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) geria um orçamento (LOA) de R\$ 2,5 bilhões, tendo passado a dispor de apenas R\$ 447 milhões em 2019. As políticas voltadas para a agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais seguem no mesmo caminho.

Não obstante, o Brasil continua com significativo acúmulo em termos de mobilização social e geração de conhecimento no campo da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação, mobilização capaz de produzir o elenco de propostas recém lançado, além de estar em pleno processo preparatório de uma Conferência Nacional Popular, Autônoma e Democrática em SSAN, em reação ao fechamento dos espaços de participação social pelo Governo Federal.

O protagonismo dos governos estaduais e municipais na presente pandemia tem aberto espaço para a materialização de algumas iniciativas como as aqui sugeridas. Entidades da sociedade civil têm pleiteado se engajado na constituição Comitês de Emergência em Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito dos estados e municípios.

No entanto, é impossível pensar na plena implementação de ações e políticas públicas na direção do que aqui se expôs na ausência de um marco institucional como o antes existente, participativo, intersetorial e sistêmico. Daí ser obrigatório afirmar esse requisito em vista de qualquer esforço de reconstrução do Estado brasileiro em bases democráticas, com respeito a direitos e efetiva participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Como fartamente revelado nos estudos a respeito, as distintas concepções, conflitos e contradições capturados pela ótica na política dos alimentos e, claro, as escolhas daí resultantes têm uma relação de mão dupla com a política em geral. Um ambiente democrático e um Estado permeável à participação da sociedade depende o debate aberto das opções que levam a uma alimentação adequada e saudável para todas/os, ao mesmo tempo em que é fácil notar como os poderosos interesses que hegemonomizam o agroalimentar restringem essa possibilidade.

A pandemia do coronavírus joga luz sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira - em especial a população negra, mulheres, crianças e idosos, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores/as informais - e escancara seu potencial catastrófico junto a estes grupos.

Ao desvelar essa situação, a pandemia revela também, a urgência de saídas que coloquem a vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas, enquanto uma abordagem de direitos humanos. No caso do DHAA, significa garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que se encontram com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis. Esses alimentos precisam estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes). A dignidade humana é um imperativo ético que se torna ainda mais evidente em momentos de extrema fragilidade, como o que vivenciamos, e talvez seja nesses momentos que temos a oportunidade de fazê-lo valer de forma permanente e de rever princípios e valores que têm caracterizado a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

Em relação ao tema do abastecimento alimentar, o PAA vem sendo apontado como uma das iniciativas mais exitosas, em termos de política pública que poderia contribuir

atuando em dois polos de demanda: da produção de alimentos e do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar. Sabemos que muito terá que ser feito pelo Estado, nesta área, para minimizar as consequências da Covid-19 no país. Ao mesmo tempo, acreditamos que essa proposta contribui para debater a retomada das operações desse Programa, possibilitando responder com a celeridade que a conjuntura exige.

Neste sentido, consideramos que o maior impasse para assegurar a retomada das operações do PAA é político, em especial a baixa disponibilidade orçamentária do Programa para 2020. Estão previstos na Lei Orçamentária Anual (Loa) desse ano apenas 100 milhões de reais para o PAA. A situação imposta pela Covid-19, exige que esse orçamento seja elevado para cerca de 1 bilhão de reais. As demais iniciativas relativas ao fortalecimento do PAA são de ordem, sobretudo, administrativas, caso o governo decida pela retomada dessas operações. Os ajustes propostos são de ordem operacional, necessários para garantir a celeridade na retomada da implementação desse Programa, tanto pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), quanto pelos estados ou municípios.

Conclusão

Não vai faltar comida pelo lado da oferta. Até pelo contrário; vai sobrar comida por dificuldades de logística e comercialização e os preços no curto prazo podem cair. O produtor no campo vai continuar a produzir, mas vai ter problemas de escoamento e o consumidor pode até desaparecer em determinadas situações. No contexto internacional, os preços vão cair a não ser que os governos de países importadores imponham algum tipo de barreira à entrada de exportações (o que não é o caso do Brasil).

Pelo lado da demanda é possível que muita gente acabe passando fome. A renda vai cair vertiginosamente e a rede de proteção social neste governo é fraca. Dar 600 reais por 3 meses para 13 milhões de famílias é um paliativo que não resolve o problema, está faltando o PAA, continuar com a merenda escolar distribuída nas casas das pessoas, restaurantes populares servindo quentinhas etc. O que vai acontecer com as feiras livres? Falta pouco para a PMSP suspender as feiras. Com isso a alternativa vai ser comida pronta de supermercados. Ponto para a indústria de alimentos e os alimentos processados.

Minha preocupação está mais na fome por falta de ter como adquirir do que na falta de produtos. A perversão do governo federal e equipe econômica com os mais pobres não tem limites, e os estados e municípios ainda parecem tímidos nesse aspecto.

Igualmente importante é assegurar a proteção sanitária e social das/os trabalhadoras/es em todas as atividades do sistema alimentar de quem dependemos para assegurar o abastecimento de alimentos, instando empregadores na agricultura, indústria e comércio a adotarem medidas concretas nessa direção, e orientando trabalhadoras/es formais e informais sobre procedimentos requeridos com fornecimento de material de higiene.

Também as administrações municipais têm papel preponderante na continuidade, adequação e ampliação dos chamados equipamentos de segurança alimentar e nutricional, ainda mais essenciais em situações de emergência como agora. Em 2018, existiam no Brasil 152 restaurantes populares, 107 bancos de alimentos, 139 cozinhas comunitárias e 642 unidades de distribuição da agricultura familiar.

José Lourenço Pechtol. *Jornalista. Diretor de Projetos do Instituto Amsur e Associado à AMATER.*

Referências Bibliográficas

“Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!” (Disponível em www.fbssan.org.br).

Consultas ao Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fontes: Valor Econômico e Broadcast Agro/Agência Estado

Fontes: Dr. Agro/CNA/A Lavoura/Pecege/Agrolink/CeiseBr/Abiec/ABPA/CarneTec

Nota Técnica

19. HOME OFFICE, TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTANCIA OU TRABALHO A DOMÍLIO: QUALQUER QUE SEJA O TERMO, A TENDÊNCIA É A SUA EXPANSÃO DURANTE E NO PÓS-CORONAVIRUS, MAS É PRECISO CUIDADOS NA CONTRATAÇÃO DESTES REGIMES DE TRABALHO

**Jefferson José da Conceição
Maria da Consolação Vegi da Conceição**

Resumo Executivo

Esta nota técnica argumenta que o homeoffice – também chamado de teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a distancia ou trabalho a domicílio –, que vem sendo implementado por várias empresas nesta pandemia do coronavírus, é uma tendência que deverá se consolidar e se expandir a partir da retomada da normalidade econômica. A nota destaca a importância de cuidados na contratação deste regime de trabalho.



Foto extraída de https://pt.wikipedia.org/wiki/Home_office

Home office quer dizer escritório em casa, ou, de maneira mais ampla, trabalho em casa. De acordo com a enciclopédia livre Wikipédia, “é possível trabalhar home office a partir de três tipos de arranjos: sendo funcionário de uma empresa (modalidade chamada de teletrabalho), sendo freelancer (trabalhando por projetos avulsos) ou como empresário de uma empresa home based (que tem sua sede em uma residência)”. Home office (ou teletrabalho) costuma também ser chamado de trabalho de trabalho remoto, trabalho a distancia ou trabalho a domicílio.

A crise do coronavírus em todo o mundo tem como uma de suas principais consequências a necessidade do isolamento social (distanciamento físico) e a imposição da quarentena (confinamento) das pessoas em suas residências, para reduzir o contágio e a transmissão do vírus. Esta imposição do isolamento por longo e indeterminado período resultou em forte queda na economia e a interrupção de diversas atividades econômicas de produção e serviços. A interrupção só não é maior

porque, além da manutenção de atividades essenciais, boa parte das empresas têm buscado introduzir ou incrementar o chamado home office, teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a distancia ou trabalho a domicilio.

A expansão do trabalho em residencia antes mesmo do coronavirus

Cabe registrar que, antes mesmo da crise do coronavirus, as práticas do trabalho a partir da residência já se expandiam no mundo, inclusive no Brasil, seja pelas novas formas de organização da produção e trabalho mais flexíveis, seja pela própria precarização do trabalho.

Várias pesquisas de mercado já apontavam para esta tendência. Pesquisa da Agência de intermediação de empregos Catho, de julho de 2015, feita com profissionais brasileiros, indicou que 37,2% dos respondentes diziam fazer home office em algum momento; outros 62,8% não costumavam cumprir a jornada de trabalho de casa em momento algum. Portanto, mais de 1/3 dos entrevistados já praticavam o home office.

Você costuma fazer home Office?	
Sim	37,8%
Não	62,8%

Fonte: Pesquisa Catho, 2015

Contudo, na referida Pesquisa da Catho, realizada em 2015, ainda era relativamente baixo aqueles que faziam home office várias vezes na semana. Dos que faziam home Office, “37,8% trabalhavam de casa de 1 a 2 vezes por semana, 34,7% faziam menos de 1 dia por semana, 16% mais de 3 ,e 11,6% de 2 a 3 vezes”.

Dos que fazem Home Office	
Menos de 1dia por semana	34,7%
De 1 a 2 vezes por semana	37,8%
De 2 a 3 vezes por semana	11,6%
Mais de 3 dias por semana	16,0%

Pesquisa Catho 2015

A pesquisa também mostrou que “a cultura de home office estava mais inserida em empresas maiores. A quantidade de pessoas que afirmavam trabalhar de casa em algum momento diminuía gradativamente conforme o porte da empresa. Para as grandes, era 39,9% (sim) e 60,1% (não), enquanto para as micro o cenário era de 34% (sim) e 66% (não)”.

	Você costuma fazer home Office? Por porte de empresa	
	Não	Sim
Micro	66,0%	34%
Pequena	65,7%	34,3%
Média	62,3%	37,7%
Grande	60,1%	39,9%

Pesquisa Catho 2015

O espaço de coworking Spaces divulgou, em novembro de 2017, no Brasil Econômico, pesquisa realizada com profissionais de consultoria, serviços, tecnologia, entre outros. A pesquisa foi aplicada em junho de 2017 e mostrou que mais de 50% dos entrevistados utilizavam o modelo pelo menos uma vez por semana. Isto, em que pesem as alegadas dificuldades como as interrupções, as atenções requeridas pelas famílias, a falta de uma estrutura e ambiente adequados.

Por sua vez, o IBGE divulgou, em 18/12/2019, levantamento que mostrava que, em 2018, 3,8 milhões de brasileiros trabalhavam dentro de casa. Este levantamento explicitou a relação entre o trabalho em residência e a precarização / informalidade da mão-de-obra no Brasil. Estes 3,8 milhões de brasileiros que trabalhavam dentro de casa em 2018 representou a maior quantidade de pessoas nesta condição de trabalho já registrado. Cabe destacar que o IBGE excluiu destes números os trabalhadores domésticos. Comparado com 2012, quando se iniciou a pesquisa, o total de trabalhadores que trabalhavam dentro de casa subiu 44,4% pela pesquisa.

Número de Pessoas Ocupadas por tipos de locais de Trabalho, Brasil, 2018

Em estabelecimento do próprio empreendedor	44.537.000
Em local designado pelo empregador, patrão ou freguês	10.063.000
No domicílio de residência*	3.850.000
Em vias ou áreas públicas	2.304.000
Total	60.754.000

Elaboração própria dos autores a partir de informações divulgadas pelo IBGE.* Não estão incluídos os empregados domésticos.

De acordo com técnicos do IBGE, estes números refletiam o movimento observado nos últimos anos no mercado de trabalho, que, diante do desemprego crescente, viu aumentar a informalidade. *“São os arranjos que as pessoas encontraram para se ocuparem no mercado de trabalho”*.

Trabalho em residência, um velho conhecido da história, mas que, nas últimas décadas, adquire novas características em um novo mundo do trabalho

O trabalho a partir da própria residência não é, evidentemente, algo novo na humanidade. Se considerarmos a etapa pós-sociedade mercantil, em que os homens (e mulheres) passaram a organizar sua vida econômica por meio da divisão do trabalho, o trabalho em residência já aparece nas atividades dos chamados burgos, no chamado sistema *putting out*, durante a Idade Média.

Apesar de suas origens longínquas, o trabalho em residência, ao longo da maior parte do período que se segue à revolução industrial, tornou-se algo de menor atenção ou expressão, tendo em vista que o *lôcus* da produção era a grande fábrica. Era este o ambiente de excelência da acumulação de capital entre meados do século XVIII a segunda metade do século XX.

Fatores de impulso do trabalho em residência desde as últimas décadas do século XX

A realidade começa a mudar a partir da chamada 3ª Revolução Industrial, que tem início na década de 1970, com a expansão da informática e o surgimento do email e da internet (cuja difusão se deu, sobretudo, a partir da década de 1990).

De lá para cá, com a incessante revolução tecnológica, foram grandes as mudanças nos hábitos de consumo e nas formas de se organizar a produção e o trabalho. O desenvolvimento tecnológico, e mais precisamente das ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), certamente é um dos fatores que explicam as potencialidades crescentes do home office atualmente.

O segundo fator, que é associado à expansão das tecnologias de informação e comunicação, consiste na expansão do setor de serviços nas economias em todo o mundo, que passou a representar parcela largamente majoritária no PIB. No caso brasileiro, o setor de serviços já representa 75% do PIB contra 11% da indústria – em que pesem as corretas ressalvas que se possa fazer a respeito dessa aparente separação rígida entre a atividade industrial e os serviços indicada por estas respectivas participações percentuais no PIB. O fato é que o setor de serviços – pelo menos até o momento – se adéqua mais facilmente ao home office que a atividade manufatureira.

Um terceiro fator de impulso ao home office recente é a busca constante de redução de custos por parte das empresas. O home office permite, ao mesmo tempo, incremento da produtividade e corte de despesas com transporte e alimentação. Além disso, não raro, verifica-se a transferência para os empregados de gastos como pacote de internet, energia elétrica, manutenção de equipamentos eletrônicos, papel de impressão, entre outros. Isto sem deixar de mencionar o aspecto da falta de controle da jornada, que, muitas vezes, são estendidas por conta das pressões das entregas das metas e resultados do home office.

O agravamento do problema de mobilidade das pessoas nas últimas décadas, que é uma realidade cada vez mais presente nos centros urbanos, em função de longos congestionamentos de trânsito e falta de investimentos em transportes públicos no volume necessário, constitui o quarto fator que alavanca o home office. Em diversas cidades, o trabalhador e a trabalhadora podem levar entre três e quatro horas ao dia apenas para se deslocar da casa para o trabalho e do trabalho para casa. Ficar na própria residência para executar o trabalho permite ganhos expressivos de horas de trabalho que seriam ocupadas com deslocamentos.

O quinto fator de impulso ao home office consiste no desejo da flexibilidade por parte dos empregados (a partir da suposta idéia, nem sempre confirmada, de que o home office permite maior tempo de lazer e esporte, aproximação com a família, alimentação mais saudável etc) e das empresas (por incremento da produtividade e redução de custos) aliado à precarização das relações de trabalho (PJs, terceirizações, trabalho autônomo etc).

Por fim, o sexto fator reside na reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que, entre os muitos pontos de mudanças, definiu o regime de teletrabalho e detalhou alguns itens mais específicos sobre esta modalidade de trabalho, aumentando a segurança jurídica.

A crise do coronavírus e a implementação do homeoffice

Pesquisa feita pela consultoria Betania Tanure Associados (BTA), divulgada no Valor Econômico em 20/3/2020, com 359 empresas brasileiras, mostrou que quase metade delas implementou o home office como forma de dar solução parcial à necessidade de isolamento por parte dos funcionários. Muitas equipes tiveram que “migrar” para o modelo home office, de um hora para outra, tendo isto sido anteriormente planejado ou não.

De acordo com a reportagem do Valor, a pesquisa indicou que a prática do home office “(...) foi implementada para cerca de 60% do quadro de funcionários. Ainda assim, 14% das respondentes disseram não ter uma política de trabalho remoto, nem a previsão de adotá-la. Os outros 43% afirmaram possuir essa política há mais de um ano.”

Ainda de acordo com a pesquisa, “mais de 60% das empresas vêem a ‘adaptação das atividades presenciais para virtuais’ como maior desafio da prática de home office e 45% apontam o ‘gerenciamento remoto de pessoas’”.

A consultoria Betania Tanure alerta que as companhias precisam estar atentas a três fatores em particular: estabelecer com clareza o que é esperado, em termos de resultado e entrega; ter um direcionamento claro; dizer em qual intervalo de tempo as entregas devem ocorrer”.

Home office e a necessidade de cuidados na contratação deste regime de trabalho

No que tange a esta seção da regulamentação, que iniciamos neste momento, cabe dizer que aqui vamos nos centrar no home office que se insere numa relação formal entre empregador e empregado com contrato de trabalho regido pelas normas da CLT. Assim, as relações não vinculadas a um contrato de emprego, tais como – freelancer, terceirizados PJs, MEIs – não são aqui abordadas na regulamentação do home office.

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa a possibilidade de o empregado trabalhar em home office antes mesmo desta modalidade ser regulamentada de forma mais detalhada pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Entretanto, esta lei introduziu os artigos 75-A, B, C, D e E na CLT, e definiu que teletrabalho é: “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

Assim, podemos extrair três características do teletrabalho, a partir da definição da Reforma Trabalhista de 2017:

- a) prestação de serviço fora das dependências da empresa (neste caso pode ser no domicílio do empregado ou em outro local, como por exemplo, um *coworking*);
- b) prestação de serviço preponderantemente fora da empresa; desta forma o trabalho presencial deve ser esporádico;
- c) utilização de tecnologias de informação e comunicação (do contrário tende a ser considerado um trabalho externo, com outra configuração legal).

A Reforma Trabalhista de 2017 também definiu, na CLT, que a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. Para os

contratos em vigor, as partes também poderão, caso concordem, alterar o regime presencial para teletrabalho. Nas duas hipóteses, é facultado ao empregador alterar o regime de teletrabalho para presencial, devendo comunicar o empregado com quinze dias de antecedência.

A definição de quem arcará com os custos de aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária à prestação do serviço, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado, será prevista em contrato escrito. Essas utilidades não integrarão a sua remuneração.

O empregador deverá instruir o empregado, que se comprometerá em tomar cuidados para evitar doenças e acidentes de trabalho, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade.

Além disso, o artigo 62, III, da CLT, prevê que não se aplica ao empregado em regime de teletrabalho todo o capítulo que trata da “Duração do Trabalho”, cujos preceitos tratam da jornada de trabalho, períodos de descanso, trabalho noturno e controle de jornada.

A epidemia do vírus COVID-19 obrigou o Governo a tomar medidas trabalhistas que, dentre outros objetivos, diminuíssem a circulação de pessoas. Assim, com a edição da Medida Provisória nº 927/2020, que vigorará pelo período da calamidade pública, o empregador poderá alterar o regime de jornada presencial para teletrabalho, comunicando o empregado desta decisão com 48 horas de antecedência, inclusive para estagiários e aprendizes.

No tocante aos gastos com a aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos, reembolso de despesas e da infraestrutura para a prestação do serviço, a Medida Provisória nº 927/2020 diz que deverá ser feito adendo ao contrato no prazo de até 30 dias após a adoção do regime.

Conforme já exposto, a adoção do regime de teletrabalho ou home office já era uma realidade presente antes mesmo antes da pandemia. Neste sentido, a Justiça Trabalhista vem apreciando, nos últimos anos, ações judiciais que discutem principalmente, o pagamento de horas extras e o pagamento de despesas com a infraestrutura e equipamentos utilizados pelos empregados.

Diante da tendência à intensificação desta forma de trabalho após a pandemia, recomendamos que as empresas e os empregados busquem fixar em contratos parâmetros muito claros e objetivos. Isto, para se evitar a precarização do trabalho e os passivos trabalhistas advindos desta deficiência de cuidados.

Sem ter pretensão de esgotar as cautelas que deve adotar no regime de teletrabalho, traremos a seguir algumas considerações sobre o assunto.

CONTRATO ESCRITO

A lei determina que o regime de teletrabalho deve estar previsto em contrato escrito ou aditivo sobre o tema no contrato já existente. Não que essa forma suplante eventual contrato-realidade, que é aquele que de fato ocorre entre as partes independentemente do que estiver escrito. No Direito do Trabalho, a primazia da realidade é um princípio que permeia as relações contratuais entre empregador e empregado. Entretanto, o contrato escrito trará a segurança de se estabelecer minimamente um suporte para as partes reivindicarem seus direitos e obrigações.

O contrato por escrito pode ser individual, mas também há possibilidade de se estabelecer uma contratação coletiva, por meio de acordos ou convenções coletivas de trabalho, previsão trazida no artigo 611-A, inciso VIII, da CLT. Neste último caso, o

acordo coletivo poderá se sobrepor à lei, o que traz vantagem diante da limitação legislativa sobre diversos aspectos deste regime de trabalho (1).

Cumpra lembrar que, durante o período da epidemia do coronavírus, esse contrato poderá ser firmado até trinta dias após o início do home office.

JORNADA CONTRATUAL

Uma das matérias mais presentes na Justiça do Trabalho se refere à jornada no regime de teletrabalho. Como mencionado, o trabalho em home office não está submetido às regras sobre duração do trabalho da CLT, incluindo, neste caso, a jornada de trabalho diária, semanal, compensações, períodos de descansos, trabalho noturno e controle de jornada.

Entretanto, a Justiça, em algumas decisões, já admite que, em ocorrendo a possibilidade de se controlar a jornada do empregado em regime de teletrabalho, essa providência deve ser tomada, a exemplo do que ocorre com o serviço externo (2).

É evidente que, se o empregado (a) estiver em home office, ele/ ela poderá iniciar, interromper e encerrar a sua jornada de trabalho em qualquer momento do dia. Essa é uma das vantagens para o empregado. A depender da atividade realizada em home office, o empregado pode até mesmo escolher trabalhar em determinados dias da semana ou em qual dia fará seu descanso.

Essa flexibilidade, evidentemente, vai depender da atividade que será realizada em home office. O empregado que trabalha por tarefas terá mais flexibilidade de horários. Já aquele empregado que necessita atender clientes, em determinados horários do dia, terá que estar disponível em períodos fixos. É o caso, por exemplo, do empregado que necessita atender clientes localizados em outros países, com fusos horários distintos, necessitando de trabalhar entre as 22h de um dia e às 6h do dia seguinte. Cabe a questão: neste caso, o empregado poderá exigir o pagamento do adicional noturno?

Outro exemplo: o empregado que tem que cobrir eventos esportivos realizados em fins de semana. Este empregado deve receber essa jornada com adicional?

Um terceiro exemplo, muito comum: o empregado que recebe continuamente mensagens eletrônicas para solucionar problemas a qualquer momento, seja no horário noturno ou fins de semana. Este empregado tem direito a um adicional por estar supostamente trabalhando em um dia da semana que é dedicado ao descanso dos trabalhadores em geral?

Não nos parece que, no teletrabalho, a intenção do legislador foi a de permitir que situações como essas ocorram sem qualquer vantagem pecuniária para o empregado, por mais que alguns insistam em dizer que esse tipo de regime beneficie muito mais o empregado que a empresa.

Assim, a empresa deve definir inicialmente se é possível realizar o efetivo controle de jornada do empregado (quantificação do tempo), sem que isso represente uma violação da sua privacidade. Se for possível o controle, essa é a medida mais segura para que a empresa evite futuras demandas judiciais.

O controle de jornada pode envolver também a quantificação, em horas, do tempo que se exige para realizar uma determinada tarefa. Sempre lembrando que qualquer controle deverá observar a jornada constitucional de 8 horas diárias e 44 semanais, com descansos preferencialmente aos domingos.

A realização do trabalho após às 22 horas deve ser uma opção apenas do empregado. Se a empresa impuser a realização de trabalho após esse horário, ainda que

tacitamente, ela poderá ser obrigada a pagar o adicional noturno. Por isso, a troca de mensagens eletrônicas após esse horário, deverá ser evitada.

Assim, em situações excepcionais, nas quais não há como fazer qualquer controle de jornada de trabalho, é preferível que se estabeleça o pagamento de salário por tarefa. Isto, embora essa modalidade de pagamento seja pouco usual nos contratos de emprego. Nessa modalidade de pagamento, o empregado não recebe por hora trabalhada, mas por tarefa entregue. Inexiste qualquer imposição de trabalho pelo empregador em horários ou dias da semana que implicariam no pagamento de um adicional.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO OU FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA PARA A PRESTAÇÃO DE TRABALHO

Outro ponto de atrito que poderá gerar demandas judiciais é a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento de equipamentos e infraestrutura para a prestação de trabalho. Este item, além da perspectiva financeira, deve estar associado também às questões de saúde e salubridade do local da prestação de serviços.

Uma das características do trabalho em home office é a execução de atividades com o uso de tecnologia. Isto em geral exige o uso de computadores, notebooks e celulares. Assim, a ergonomia do local da prestação de serviço (também chamado de estação de trabalho) é um ponto importante a ser tratado, para se evitar doenças profissionais, tais como Lesões por Esforços Repetitivos (LER).

A aquisição, pela empresa, de mesas e cadeiras (com regulagem de altura), apoios de braços, bem como a preocupação com a iluminação do local, dentre outros, pode ser uma medida que mitigue a culpa em eventual ação de responsabilidade. A orientação sobre o correto uso dos equipamentos e manutenção deve ser por escrito e de forma ostensiva.

Além disso, o fornecimento dos equipamentos, como computadores, notebooks e celulares permite que a empresa exija do empregado o uso exclusivo para o trabalho, diminuindo a vulnerabilidade das informações que terá acesso.

Portanto, a empresa deve priorizar o fornecimento dos equipamentos e infraestrutura para a realização do home office, sempre que possível.

Contudo, se esta não for a opção mais viável para a empresa, principalmente se o teletrabalho foi adotado precipitadamente por causa da pandemia, deve-se estabelecer um valor, que será desvinculado do pagamento de salário do empregado, para subsidiar esses custos.

O valor do reembolso deverá ser adequado para cobrir os gastos. Nem a menos nem a mais que o necessário. Do contrário, em ambos os casos poderá ocorrer demanda judicial. O pagamento de valores excessivos poderá ocultar a natureza salarial da verba e isso será facilmente identificado em uma eventual demanda trabalhista.

EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS AOS TRABALHADORES EM TELETRABALHO

O artigo 6º da CLT estabelece que *“não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado à distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”*. Além disso, pelo princípio da isonomia, os trabalhadores deverão ser tratados de forma igual, na medida de suas igualdades.

Entretanto, determinados benefícios que são concedidos pela empresa aos seus empregados têm fato gerador para a sua aquisição, como é o caso do vale transporte e o vale refeição.

Quanto ao vale transporte, a Lei nº 7.418/85 é clara ao estabelecer que este tem como fato gerador o deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Portanto, se o home office é realizado apenas fora do local de trabalho, esse requisito deixa de existir. É evidente que, se esse empregado (a) tiver que se deslocar até a empresa em dias determinados, a empresa deverá providenciar o pagamento do benefício.

Já o vale refeição é um benefício concedido por liberalidade ou em razão de norma coletiva. Não raro, os acordos prevêm o vale refeição e alimentação, sendo que cada um tem uma finalidade distinta. O vale refeição é concedido para o empregado pagar a refeição durante o intervalo de descanso. O vale alimentação para adquirir produtos alimentícios em lojas.

Portanto, o vale alimentação deve ser mantido para o empregado em regime de teletrabalho, posto que o fato gerador do mesmo independe da realização de trabalho nas dependências da empresa.

O vale refeição gera mais discussões jurídicas. A nosso ver, porém, assim como o vale alimentação, a necessidade de refeição, mesmo em home office, não cessa. Isto, embora o empregado possa preparar a sua própria refeição durante o dia, e não adquiri-la de terceiros.

Não se deve descartar também a possibilidade de que se estabeleça uma regra em acordo coletivo, como a transformação do vale refeição em alimentação para os trabalhadores em regime de teletrabalho.

OUTRAS PREVISÕES PARA O CONTRATO DE TELETRABALHO

O contrato de home office poderá prever a exclusividade na prestação de serviço pelo empregado. Isto o obriga a não prestar serviço para outras empresas. A exclusividade, além de propiciar maior gestão do tempo do empregado pela empresa, diminui o risco de sobrecarga de trabalho e, com isto, as doenças do trabalho.

Recomenda-se ainda que sejam estabelecidos, no contrato, cláusulas de confidencialidade das informações, bem como de não transmissão ou acesso de dados da empresa a terceiros; do direito de propriedade da empresa em relação ao resultado do trabalho realizado pelo empregado; do direito de acesso aos sistemas colocados à disposição dos empregados, inclusive de *e-mail* corporativo, dentre outros.

NOTAS:

- (1) Em maio de 2019, o plenário virtual do STF, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional discutida no Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) nº 1121633, e não reafirmou a jurisprudência quanto à matéria, submetendo-a a julgamento no Plenário físico, sob o Tema nº 1.046.
- (2) Art. 62, I, CLT: *“Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados”.*

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Maria da Consolação Vegi da Conceição. Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-Graduada em Direito Individual e Coletivo do Trabalho pela USP. Coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do ABC.

Referências Bibliográficas

BARROS, Alexandre Moço; SILVA, José Roberto Gomes da. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2010.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. . Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019, 407 p.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Reforma Trabalhista: modernização conservadora e tendências. *Revista Teoria e Debate*, n. 165, out., 2017. Disponível em: . Acesso em: 30.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Terceirização indiscriminada, 'torres gêmeas' e proposta alternativa. *Revista Teoria e Debate*, n. 176, set., 2018. Disponível em: . Acesso em: 29.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele. A evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 1, mar., 2018. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2018.

DA SILVA JARDIM, Carla. **O teletrabalho e suas atuais modalidades**. Editora Ltr, 2004.

ELO, Glória. **Trabalho e igualdade: Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial**. Celta, 2002.

FINCATO, Denise Pires. *Teletrabalho: uma análise juslaboral*. 2003.

GOULART, Joelma Oliveira. **Teletrabalho-Alternativa de Trabalho Flexível**. Senac, 2009.

GREENBAUM, Joan M. **Windows on the workplace: Computers, jobs, and the organization of office work in the late twentieth century**. Cornerstone Books/Monthly Review Press, 1995.

HILL, E. Jeffrey; FERRIS, Maria; MÄRTINSON, Vjollca. Does it matter where you work? A comparison of how three work venues (traditional office, virtual office, and home office) influence aspects of work and personal/family life. **Journal of Vocational Behavior**, v. 63, n. 2, p. 220-241, 2003.

HILL, E. Jeffrey; FERRIS, Maria; MÄRTINSON, Vjollca. Does it matter where you work? A comparison of how three work venues (traditional office, virtual office, and home office) influence aspects of work and personal/family life. **Journal of Vocational Behavior**, v. 63, n. 2, p. 220-241, 2003.

- KUGELMASS, Joel. Teletrabalho: novas oportunidades para o trabalho flexível. **São Paulo: Atlas**, v. 199, 1996.
- MELLO, Álvaro. Teletrabalho (telework): o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora. **Rio de Janeiro: Qualitymark**, 1999.
- NILLES, Jack M. **Fazendo do teletrabalho uma realidade: um guia para telegerentes e teletrabalhadores**. Futura, 1997.
- NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei; PATINI, Aline Campos. Trabalho remoto e desafios dos gestores. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 4, p. 121-152, 2012.
- OLSON, Margrethe H. Remote office work: changing work patterns in space and time. **Communications of the ACM**, v. 26, n. 3, p. 182-187, 1983.
- PEDREIRA, Pinho. O teletrabalho. **Revista LTr**, v. 64, n. 05, 2000.
- REB VALENTIM, João Hilário. Teletrabalho e relações de trabalho. **Revista Gênese de Direito do Trabalho. Curitiba: Gênese**, 1999.
- RODRIGUES, Igor Matheus Santana. Trabalho remoto: tecnologias e adaptações no trabalho e o cômputo das horas. 2019.
- ROSENFELD, Cinara L.; ALVES, Daniela Alves de. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011.
- SALAFF, FRITZ, Mary Beth Watson; NARASIMHAN, Sridhar; RHEE, Hyeun-Suk. Communication and coordination in the virtual office. **Journal of Management Information Systems**, v. 14, n. 4, p. 7-28, 1998. Janet W. Where home is the office. **The internet in everyday life**, p. 464-495, 2002.
- TROPE, Alberto. **Organização virtual: impactos do teletrabalho nas organizações**. Qualitymark Editora Ltda, 1999.
- VALENTIM, João Hilário. Teletrabalho e relações de trabalho. **Revista Gênese de Direito do Trabalho. Curitiba: Gênese**, 1999.
- WINTER, Vera Regina Loureiro. **Teletrabalho: uma forma alternativa de emprego**. LTr, 2005.

Nota Técnica

20. A CRISE DO CORONAVIRUS E O PROTAGONISMO DO ENSINO SUPERIOR NA NOVA ONDA DE INOVAÇÃO: O CASO DA PARCERIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A GOOGLE FOR EDUCATION

Wendell Cristiano Lepore

Resumo Executivo

Presenciamos nos últimos meses o agravamento da crise do coronavírus - COVID-19. A proposta desta nota técnica é trazer uma breve reflexão sobre o setor de educação que rapidamente encontrou alternativas para a nova realidade imposta.

Um dos principais economistas do século XX, Joseph Alois Schumpeter (1883 - 1950) revolucionou o pensamento econômico, principalmente em relação à teoria do crescimento econômico.

Dentre as principais contribuições de Schumpeter está a das cinco ondas. Para o autor, a destruição criadora materializa-se em ciclos econômicos, nos quais as ondas de inovação surgem e desaparecem.²⁹ As duas primeiras ondas corresponderam aos períodos da 1ª e da 2ª Revoluções Industriais. A 3ª e a 4ª ondas, que ocorreram entre 1900 e 1990, tiveram seus pilares de inovação nos setores automotivos, petroquímico, eletrônico e aviação. Considerando a pensamento Schumpeteriano, estamos, atualmente, vivendo o final da 5ª onda (1990 - 2020), que consiste na leva de inovação centrada nas redes digitais, softwares e novas mídias.

O cenário atual aponta para o início de uma nova onda de inovação, tendo a sustentabilidade como um dos principais pilares competitivos, gerando valores econômicos, sociais e ambientais.

Em 2020, o mundo está exposto a uma pandemia do coronavírus - COVID-19, o que afetou diretamente as rotinas das pessoas, dos governos e das empresas.

É o caso de setores como a aviação. No Brasil, a Latam indicou a redução de 70% no número vôos; inúmeros foram cancelados³⁰. Hotéis de importantes cidades turísticas optaram por implantar o programa de férias coletivas para os funcionários, em face da baixa procura nas hospedagens. O Rio de Janeiro, por exemplo, está com 60 hotéis totalmente fechados³¹.

²⁹ "Schumpeter: inovação, destruição criadora e ... - InfoMoney."

<https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraceconomico/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento/>. Acessado em 9 abr.. 2020.

³⁰

"A crise é enorme", diz presidente da Latam no Brasil | EXAME." 17 mar.. 2020, <https://exame.abril.com.br/negocios/a-crise-e-enorme-diz-presidente-da-latam-no-brasil/>. Acessado em 9 abr.. 2020.

³¹

"Coronavírus: sem turistas, hotéis do Rio fecham as portas e" 3 abr.. 2020, <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/03/sem-turistas-hoteis-do-rio-fecham-as-portas-por-pandemia-e-milhares-podem-perder-emprego.htm>. Acessado em 9 abr.. 2020.

Cabe destacar, porém, que muitas organizações, antes mesmo da crise do Coronavírus, buscavam fazer importantes e corretas leituras do mercado. Elas procuravam combinar os recursos existentes com as inovações emergentes, aliando-se a parceiros estratégicos para gerar soluções criativas. Quando a crise do coronavírus explode, estes projetos e parcerias estratégicas mostram a sua enorme oportunidade e potencialidade.

Podemos citar como bom exemplo a parceria entre as instituições de ensino e a Google for Education. Trata-se de um serviço lançado pela Google em 2007, que conta com mais de 70 milhões de usuários, entre alunos, professores e funcionários de instituições de educação escolar básica, técnica e de ensino superior, privadas ou públicas, em cerca de 190 países³².

A parceria consiste na criação de emails institucionais google para alunos e professores, programas de formação para professores e utilização de todas as ferramentas disponíveis no G Suíte. Neste, é possível criar salas de aula privativas (classroom) a fim de postar materiais e criar atividades específicas em um só lugar, conectando alunos e professores, via e-mail, bate-papo e videoconferência para até 250 pessoas, utilizando edições colaborativas de documentos, planilhas e apresentações em tempo real.

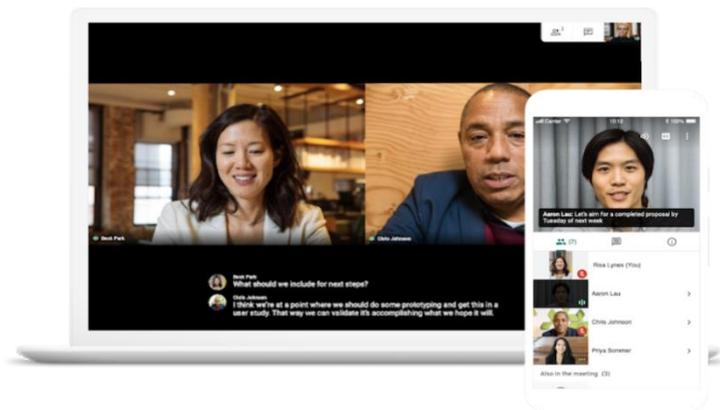
Diferença entre o G Suite for Education e o G Suite Basic?

	G Suite for Education	G Suite Basic
Custo	Gratuito	Tarifa por usuário
Google Sites	100 GB	10 GB + 500 MB por número de usuários pagos
Armazenamento do Google Drive, Gmail e Google Fotos	Ilimitado	30 GB
Google Vault	Gratuito	Tarifa complementar de US\$ 5 por usuário ou incluída no upgrade para o G Suite Business ou G Suite Enterprise

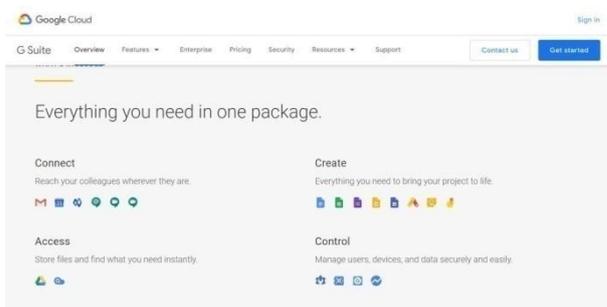
Fonte: <https://support.google.com/a/answer/139019?hl=pt>. Acessado em 11 abr.. 2020

³² "o Caso do Google Suite For Education - UEL."

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/32320/pdf>. Acessado em 11 abr.. 2020.



Fonte: <https://gsuite.google.com.br/intl/pt-BR/products/meet/>. Acessado em 11 abr.. 2020.



Trata-se de um novo modelo que transcende os ambientes físicos das instituições de ensino. Transcende os limites físicos, mas de forma alinhada às principais competências gerais da Base Nacional Comum Curricular³³, no que tange:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade;
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade;
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais;
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem aos alunos entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao

³³ "EDUCAÇÃO É A BASE - BNCC - Mec."

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
Acessado em 9 abr.. 2020.

exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender idéias, pontos de vista e decisões comuns;
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional;
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação;
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação

Alinhado a estes cenários, em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação publicou a Portaria 343, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. A portaria autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino³⁴. Ou seja, estamos presenciando o surgimento do novo ciclo econômico.

Considerações Finais

O setor de educação pode estar na vanguarda dessa nova onda de inovação. A imposição do distanciamento – como ocorre no mundo inteiro, incluindo, é claro, as sete cidades do Grande ABC Paulista, que adotaram a prorrogação da quarentena para conter o avanço do novo coronavírus até 22 de abril, conforme determinação do Governo do Estado de São Paulo³⁵ - abre espaço para os avanços das novas soluções tecnológicas. A parceria estratégica das instituições de ensino e a Google, por meio da Google for Education, simboliza uma mudança no status quo no cenário educacional. Com isto, é possível a utilização de ferramentas alinhadas com práticas pedagógicas contemporâneas, com o uso de um conjunto de metodologias ativas que valorizam a autonomia e o protagonismo do aluno.

Wendell Cristiano Lepore. *Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu (2000), mestrado em Administração pela Universidade de São Caetano do Sul (2006) e pós-graduação em Formação de Docentes para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Assunção (2006). Atualmente é professor na Universidade São Judas Tadeu, lecionando disciplinas na área da administração. Especialista na elaboração de Plano de Negócios e Projetos de PD&I para captação de recursos pela FAPESP - Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) e Desenvolve SP.*

³⁴ "PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 - DOU." 18 mar.. 2020, <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acessado em 9 abr.. 2020.

³⁵ "Prefeitos do Grande ABC definem ações conjuntas dos" 7 abr.. 2020, <http://consorcioabc.sp.gov.br/noticia/4339/prefeitos-do-grande-abc-definem-acoes-conjuntas-dos-municipios-contra-pandemia-de-covid-19>. Acessado em 9 abr.. 2020.

Nota Técnica

21. O EXERCÍCIO FÍSICO E A QUARENTENA

Poliani Claro Guarinon

Resumo Executivo

Esta nota objetiva colocar em debate a prática de exercícios físicos nesse período de isolamento social, por aquelas pessoas que não tem o hábito de se exercitarem. O fato é que medidas preventivas foram tomadas. Boa parte dos estabelecimentos comerciais, assim como as academias, fechou. A “quarentena” tem gerado uma série de discussões, principalmente, ligados à saúde física e mental. Em face disso, estão circulando na internet inúmeros vídeos dos mais variados assuntos, inclusive com prescrições de exercícios físicos para serem feitos em casa. A questão é orientar essas pessoas em relação à importância do profissional da educação física tanto na avaliação física como na prescrição do exercício adequado para cada pessoa.

O ato de se exercitar existe há milhares de anos, as antigas civilizações já praticavam ginástica médica, ginástica terapêutica ou simplesmente educação física, com o objetivo de manter e melhorar a saúde, contudo foi com os gregos que a ginástica, arte de exercitar o corpo nu, ganhou expressividade e importância, visto que o exercício físico e as atividades atléticas faziam parte do ideal de formação integral do homem grego.

Os gregos já sabiam dos benefícios, tanto físicos como psicológicos, que a arte de se exercitar trazia para o corpo. E esses benefícios são inúmeros, como o controle do peso corporal, o fortalecimento muscular, a diminuição do estresse e cansaço, o aumento da autoestima, a melhora da disposição. Contudo, mesmo sabendo que a prática regular de exercícios físicos pode ser um recurso importante para a manutenção do nível de atividade física recomendado pela Organização Mundial da Saúde, é necessário identificar quais são as práticas mais adequadas às necessidades indicadas para cada indivíduo, e assim, poder usufruir de seus benefícios voltados à saúde.

O assunto saúde é o mais comentado nos últimos dias. Como é de domínio público, o mundo está vivenciando uma pandemia de Covid-19 (conhecido como coronavírus), uma doença respiratória aguda causada por um vírus, que pode ser transmitido por tosse, espirro, contato pessoal próximo e com objetos contaminados seguido de uma ação de colocar a mão na boca, no nariz ou nos olhos, ou seja, uma doença de transmissão contínua entre pessoas que se espalhou por diversos continentes. Fato este, que preocupa a Organização Mundial da Saúde, que alertou a todos os países que adotem medidas para conter a disseminação desse vírus.

No Brasil, o Ministério da Saúde vem anunciando diferentes comedimentos para intensificar a vigilância, o diagnóstico e também o tratamento dessa doença. No mesmo caminho autoridades estaduais e municipais anunciaram o fechamento de escolas, a suspensão de eventos esportivos, a proibição da abertura de áreas comerciais de grande circulação de pessoas, como shoppings e parques, e o fechamento de comércios e prestadores de serviço, como salões, lojas e academias. É o chamado isolamento social, uma medida preventiva que está sendo adotada em diversos países, inclusive no Brasil, como forma de evitar que o vírus de espalhe.

Esse isolamento social, de certa maneira, está fazendo com que as pessoas repensem alguns hábitos e práticas para administrarem melhor seu tempo em casa,

seja livre ou em situação de “*home office*”, visto que as saídas estão proibidas e a permanência em casa se faz necessária. Mas como responder a uma mente e a um corpo encarcerado a este novo estímulo?

As mídias sociais estão sendo uma saída imediata, mensagens de apoio, imagens positivas, correntes do bem, informações hora verdadeiras, hora “fake news”, estão circulando com uma velocidade imensurável, e ainda uma infinidade de vídeos e “lives” dos mais variados assuntos com todas as possibilidades de coisas que se pode fazer em casa, desde receitas, meditações, remédios caseiros, atividades para as crianças até exercícios físicos.

Esse é um ponto a ser discutido. O fato de os exercícios físicos serem benéficos à saúde, e serem considerados um fator de prevenção a doenças hipocinéticas, também conhecidas como doenças relacionadas à falta de movimentação do corpo, como a diabetes, a hipertensão arterial e a obesidade. Estão circulando na internet informações a favor da prática de exercício físico durante esse período de isolamento, assim como vídeos com prescrição e demonstração de exercícios com o intuito de estimular as pessoas a se exercitarem em casa. Sendo assim, é importante ponderar alguns fatores:

- Quem são as pessoas que estão postando esses vídeos? São profissionais da área de Educação Física?
- Como elaborar uma aula, sem ao menos fazer uma avaliação física das pessoas que terão acesso ao vídeo?
- Após a postagem do vídeo, como verificar se as pessoas que assistiram e executaram os exercícios propostos, o fizeram da forma correta, tanto em relação à técnica como ao volume e a intensidade?
- Será que todas as pessoas que assistem aos vídeos e desejam fazer os exercícios estão realmente aptas a tal prática?

A Federação Internacional de Medicina do Esporte, em uma nota oficial, recomenda que o exercício físico deva ser realizado entre 50% a 80% da frequência cardíaca máxima. Quem vai verificar se a pessoa que está em casa, fazendo esses exercícios, atingiu esses percentuais, ou ainda, como essa pessoa vai identificar qual deve ser a sua frequência cardíaca máxima ideal?

É indispensável, que toda a elaboração de um programa de treinamento físico independente do objetivo, seja *performance* ou saúde e bem estar, respeite os chamados “princípios do treinamento”, que são os preceitos que norteiam as propostas de exercícios físicos, a saber: a) princípio da adaptação relacionado as mudanças físicas e orgânicas do corpo decorrentes do exercício; b) princípio da especificidade que se refere aos acertos necessários para que o treino seja específico para um determinado objetivo; c) princípio da continuidade que compreende que o treinamento sistemático é fundamental para a melhora do desenvolvimento físico; d) princípio da individualidade biológica que se baseia na singularidades das pessoas; e) princípio da sobrecarga que é referente ao aumento crescente do estímulo de

treinamento. Devemos nos atentar melhor a esses dois últimos, pelo fato de estarem relacionados aos fatores biológicos de cada indivíduo.

O primeiro será o princípio da individualidade biológica, que entende que cada pessoa é um ser individual e que cada um responde de uma forma diferente aos estímulos de treinamento, dependendo do sexo, da idade, da própria condição física e orgânica e a execução dos exercícios. Sendo assim, um treinamento realizado em duas pessoas diferentes, também resultará em respostas diferentes.

O segundo princípio que diz respeito à sobrecarga, e enfatiza que para que o organismo se adapte aos estímulos do treinamento, deve haver um aumento crescente desses estímulos, equacionado a intensidade (carga de esforço) e o volume (quantidade de exercício). Atentando que a intensidade do exercício está diretamente relacionada às modificações do sistema imunológico. Terra e colaboradores (2012) nos contam que os exercícios realizados com intensidade moderada melhoram a função imunológica, tendo menor incidência de infecções. Ao passo que os exercícios considerados de alta intensidade aumentam a concentração de citocinas anti-inflamatórias com o objetivo diminuir os danos musculares causados pelo exercício intenso, podendo aumentar a suscetibilidade as infecções. Tendo por base o princípio da individualidade, um exercício moderado para uma pessoa, pode ser intenso para outra que nunca se exercitou, por exemplo.

A preocupação aqui não é com aquelas pessoas que já tem suas rotinas diárias eo hábito de se exercitarem com regularidade. Essas já conhecem seus corpos e seus limites, conseguem se adequar a essa nova ordem e se adaptam de forma mais fácil a qualquer treinamento remoto que seu *“personal trainer”* ou o próprio professor da academia (que frequentam) prescrever.

Entretanto, a questão é sobre as pessoas que nunca se exercitaram e que são sedentárias e aquelas que não têm conhecimento prévio de sua condição física e nem de sua condição orgânica. Essas pessoas possuem maturidade, autonomia ou conhecimento suficiente para selecionar qual vídeo se adéqua melhor as suas necessidades? Qual o melhor exercício (aeróbico ou resistido) ou qual a quantidade necessária de exercício que se deva fazer? Ou indo além, qual a intensidade do exercício que se deveria fazer em um momento de resguardo? Sem contar que a falta de um bom aquecimento, uma roupa confortável, um local adequado, assim como uma execução incorreta de um exercício pode ocasionar algumas lesões como, por exemplo, tendinites (inflamação nos tendões), lombalgia (dor na região lombar) ou distensão muscular (rompimentos de fibras musculares devido ao esforço), podendo levar a necessidade de atendimento médico, em um momento em que isso deve ser evitado.

A idéia não é desencorajar as pessoas à prática de exercícios físicos. Muito pelo contrário, já está mais do que comprovado que sua prática regular só traz benefícios à saúde. Porém o momento em que o mundo está passando requer cautela e discernimento em relação a diversos fatores, principalmente em relação ao corpo e ao bem estar, por isso para a elaboração de um programa de treinamento, assim como sua execução. O acompanhamento de um profissional de educação física é indispensável, visto que possui os conhecimentos necessários para realizar a avaliação física e prescrever os exercícios adequados para cada pessoa de acordo com as suas necessidades.

Poliani Claro Guarinon. *Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Mestrado em Educação Física pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora efetiva de Educação Física da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; professora na Universidade Ibirapuera e na Faculdade Enau. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0617603951911766>*

Referências Bibliográficas

Rodrigo Terra; Sílvia Amaral Gonçalves da Silva; Verônica Salerno Pinto; Patrícia Maria Lourenço Dutral. **EFEITO DO EXERCÍCIO NO SISTEMA IMUNE: RESPOSTA, ADAPTAÇÃO E SINALIZAÇÃO CELULAR.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. vol.18 n. 3, São Paulo, Mai.-Jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922012000300015>. Acesso em: 03.04.2020.

Nota Técnica

22. BIG DATA E GOOGLE BOOKS: A LINGUÍSTICA APLICADA E A VARIAÇÃO DA LINGUAGEM NOS ESTÁGIOS DA VIDA HUMANA À LUZ DO COVID-19

Bárbara Soares da Silva

Resumo Executivo

O trabalho que se apresenta foi motivado no intuito de compreender como o conceito de Big Data pode ser representativo no rastreamento nas diversas fases da vida de uma pessoa e o impacto positivo, no sentido de prover e de prever informações que o estudo traz, atualmente, aos novos acontecimentos do COVID-19 (SARS-CoV-2).

A pesquisa fundamenta-se na Linguística de *Corpus* e o estudo compreendeu análise quantitativa, primeiramente, e qualitativa, posteriormente, por meio da análise de textos disponibilizados pela base chamada *Google Books* via cruzamento de dados disponibilizados por meio da Brigham Young University. A partir da presente pesquisa, salienta-se aqui o poder de análise histórica baseada em grandes quantidades de dados textuais (*Big Data*).

Sendo assim, esta nota técnica tem como objetivo relatar um estudo recente que trata da investigação dos padrões linguísticos mais frequentes na batalha global da 19ª versão do vírus Corona mostradas nas fases da vida frente aos surtos e epidemias o qual doenças agudas de síndrome respiratória foram trazidas à baila nos boletins e informativos mundiais desde o mês de Dezembro de 2019. Juntamente com leituras e averiguações vistas nos dashboards da Johns Hopkins University Center, a informação via o conceito Big Data deve correr ainda mais rápido, tão rápido quanto esta doença é capaz de viajar epidemiologicamente falando.

Além de identificar os padrões dessas palavras, o recente estudo visou a verificar se há mudanças em relação a esses padrões ao longo das vinte e uma décadas do estudo. Desta maneira, pretendeu-se responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- | |
|--|
| 1) Quais representações da síndrome nativa do vírus podem ser identificadas em relação aos termos já pesquisados? |
| 2) Há diferença entre as representações dos termos masculinos e femininos para contrações epidêmicas? E entre as faixas etárias tidas como 'infantis, adolescentes e adultos'? |
| 3) Há diferença entre os termos em relação à valoração (carga positiva e negativa) via Big Data? |

Como metodologia, sendo a Linguística de *Corpus* a força-motriz para os avanços de método, têm-se que, nas palavras de Berber Sardinha (2004, p. 3), a conceituação inicial da Linguística de *Corpus*.

Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador. Para identificar as representações latentes nos n- gramas e bigramas, foram empregadas metodologias quantitativas e qualitativas. A metodologia quantitativa identificou as classes semânticas mais ocorrentes dos colocados e com base em tais categorias semânticas recorrentes, foi possível visualizaras categorias

presentes nos dados. Por fim, a análise das representações teve como fundamentação Moscovici (2000), Baker (2013) e Berber Sardinha (2014).

O método empregado, no raciocínio que aqui, aplicamos ao conceito inicial de Big Data para cálculo da valoração é baseado em uma técnica computacional chamada de 'random walk', que parte de uma lista pré-determinada de palavras positivas e negativas. O algoritmo parte de uma dessas palavras e 'caminha' pelo texto até encontrar alguma das outras palavras (positivas ou negativas) da lista inicial.

Além disso, para representações de cunho social, tais como as que estão sendo aqui verificadas no gênero 'man', também se tornaram mais frequentes aquelas associadas aos modos de transmissão de vírus desde 1800 até os anos 2000 e, mais recentemente desde 2019 até a data de publicação desta nota técnica. Ao mesmo tempo, a análise mostra que representações idealizadas, como 'African virus' em se tornaram mais raras as crenças limitantes de tudo aquilo que valora negativamente venha da África, juntamente com críticas como 'Eastern virus' com referências à localização pré-concebida de que a origem de um vírus venha sempre de determinada região do globo. Em relação a esse último, é interessante notar que esse bigrama remete à idéia de que os homens, na faixa etária adulta de acordo com a OMS, eram referenciados por meio do ideal do homem adulto, que no século XIX tinha como arquétipo do homem que solucionava tudo aquilo à que se referisse também à questões de saúde pública – o gênero feminino é menos exposto ou mencionado às mesmas representações sociais.

A tabela 1 a seguir demonstra a variação temporal na faixa etária 'man' conforme o estudo demonstra para a variação desde 1800-Anos 2000 do nóculo 'Virus'.

Tabela 1: Variação do Ngrama *Virus: man*

WORD(S)	TOTAL	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
proviral	134																	3	110	14	7
Attenuated	100																4	4	36	20	36
vaccinal	44														6	7	18	5	3	3	2
Feline	183																3	5	23	56	96
ribonucleic	394															20	92	134	86	23	39
Inactivated	87													1	1			1	7	27	50
nonstructural	128																		27	36	65
replicative	82																3	17	22	19	21
nucleic	1226												1		16	177	328	324	176	92	112
cytopathic	82																7	8	34	12	21
Avian	159																9	6	34	44	66
Bovine	205														1		7	10	23	60	104
deoxyribonucleic	166																17	57	39	37	16
Equine	118													1		1	6	8	17	31	54
genomic	285																	4	55	78	148
seropositive	95																		5	58	32
recombinant	450																	9	55	299	87

Fonte: GoogleBooks& BYU (Brigham Young University).

Conforme tabela acima, em relação à variação temporal, os n-gramas cuja frequência mais cresceu entre 1810-1850 e 1960-2000 indicam representações de gradação por adjetivo (+1 palavra para a esquerda e +1 para a direita) e de identificação de gênero (male; man). Não houve ocorrência de diminuição de frequência – apenas aumento contínuo. Entre os que surgiram, há representações de gradação qualitativa tais como (vaccinated, noninfectious, infectious etc.), de formatos de transmissão (viral, serologic, transgenic) e voltado aos animais que possam infectar seres humanos, em que a palavra 'virus' e 'man' mostram-se relacionadas à nóculos como: feline, fungal, canine, bacterial, molecular etc.

A presente pesquisa e, portanto, nota técnica, teve como objetivo identificar as representações associadas a termos que designam o ser humano em inglês, a partir da utilização da base de dados Google Books NGrams, cobrindo um período de tempo que vai do início do século XIX ao início do século XXI. Um total de vinte termos foram investigados, divididos entre termos relacionados à infância, femininos (*girl, girls*), masculino (*boy, boys*) e não-marcados por gênero (*child, children, kid, kids*); termos relacionados à adolescência (todos não marcados por gênero, *adolescent, adolescents, teen, teens, teenager, teenagers*) e à idade adulta, femininos (*woman, women*), masculinos (*man, men*) e não marcados por gênero (*adult, adults*) – porém para restringir os últimos dados colhidos, foi verificado o lead de dashboard das ameaças de saúde recentemente disponibilizadas pela epidemiologista Lauren Gardner, em que nas varreduras relacionadas via Google Books, as mais de 140 milhões de visualizações sobre o nódulo vírus, é associada mais frequentemente ao gênero masculino, como detentor de soluções ou discussões sobre o tema de forma crescente desde 1800-2000, sendo que, podemos desta maneira aprender que a tremenda quantidade de informações sobre o COVID-19 quando mapeada e interagindo com os recursos de busca das associações de palavras pode confirmar infecções anteriores, bem como dados de fatalidades, recuperações e gráficos de inclusive recursos médicos que podem auxiliar no presente e no futuro no combate às fontes que disparam informações verdadeiras sobre estratégias de cura ao vírus atual. Em relação à primeira pergunta de pesquisa, os resultados mostraram uma ampla gama de representações (mais de 20). A representação avaliativa do ser humano foi a mais constante entre os termos, realizada por meio de adjetivos como ‘non acute’, ‘difficult’, ‘chronic’ etc.

A gradação etária também se mostrou uma representação bastante presente, porém em especial na fase adulta, em questões sobre transmissão do vírus e tratamento. Condições clínicas também se mostraram uma representação frequente (‘identical deaf’, ‘disease’, ‘ill’, etc.), bem como questões sociais (‘homeless’, ‘unemployed’, etc). Esse conjunto de representações mostra as principais características atribuídas do ponto de vista histórico. Até onde pudemos verificar, trata-se da primeira descrição desse tipo na literatura.

Assim, a análise detalhou as representações de cada termo e mostrou dois resultados inesperados: que termos aparentemente sinônimos com formas morfológicas do mesmo termo também têm representações separadas. A investigação sugere que, na Linguística de *Corpus*, a língua em uso evita sinônimos verdadeiros, pois cada forma tende a assumir um papel diferente (cf. SINCLAIR, 1991).

Sendo assim, esta nota técnica teve o objetivo de descrever a pesquisa recente e em exercício de Dezembro de 2019 até o momento de publicação desta pesquisa, via em que o contexto das representações sociais é amplamente analisado em diversas fases da vida humana, por meio do que aqui se reconheceu como Big Data. A mesma análise pode ser futuramente feita não somente por faixas etárias e gêneros mas também por regiões do Estado de São Paulo, como no caso da região do ABC quem concentra distintos públicos e amostragens.

Bárbara Soares da Silva. Doutorada em Linguística Aplicada na PUC e Professora de Ensino Superior da FATEC Praia Grande.

Referências Bibliográficas

BAKER, P. (2014) *Using Corpora to Analyze Gender*. London: Bloomsbury.

BAKER, P. & ELLECE, S. (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. London: Continuum.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de corpus: histórico e problemática*. *Delta*, v.16, n.2., 2000.

BIBER D., E. Finegan and D. Atkinson, (1994). *ARCHER and its challenges: compiling and exploring a representative corpus of historical english registers*. In U. Fries, G. Tottie and P. Schneider (Eds.), *Creating and Using English Language Corpora Papers from the Fourteenth International Conference on English Language Research on Computerized Corpora, Zurich 1993 (1-13)*. Amsterdam: Rodopi.

BIBER, D. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge University Press, 1988.

McENERY, A.M., and WILSON, A. *Corpus Linguistics (Edinburgh Textbooks in Empirical Linguistics Series)*. Edinburgh University Press, UK. pp.209, 1996.

MOSCOVICI, S. *Notes towards a description of social representations*. *European Journal of Social Psychology*. v.18, p.211-250, Paris, France. 1988.

23. O URBANISMO E AS EPIDEMIAS*

Gabriela Celani
Sidney Piocchi Bernardini
Wilson Ribeiro dos Santos

Resumo Executivo

A nota técnica chama a atenção para a relação entre o urbanismo e as epidemias, destacando que a contaminação entre indivíduos é muito mais lenta nas cidades policêntricas, uma vez que a maioria de seus moradores não precisa passar diariamente pelo mesmo local em que os demais habitantes circulam.

Neste momento de isolamento compulsório e medo de contaminação, muitas pessoas que vivem nas grandes cidades podem estar pensando se não seria melhor viver em um bairro residencial afastado, ou em um condomínio de baixa densidade, ou, ainda, se não seria preferível ter seu próprio automóvel a precisar se arriscar diariamente no transporte público. Mas essas “soluções” na verdade poderiam piorar ainda mais o problema. O modelo de urbanização no qual o comércio e os serviços se concentram no centro da cidade, enquanto áreas estritamente residenciais e os condomínios fechados se situam na periferia, acaba acelerando a dispersão dos vírus, pois pessoas de todas as partes da cidade precisam circular diariamente pelo mesmo local, onde trabalham, estudam, vão ao médico e fazem compras. Linhas de transporte coletivo, comércio, equipamentos públicos e até mesmo edifícios de escritório não sobrevivem em regiões de baixa densidade, porque precisam de um grande volume de usuários para se tornarem economicamente viáveis, e por isso eles tendem a se instalar nos centros consolidados. Mas em cidades em que o uso misto e a densidade habitacional são estimulados em todo o território, esses equipamentos podem sobreviver de maneira distribuída, criando múltiplas centralidades com certa autonomia.

Um estudo recentíssimo, divulgado no bioRxiv¹, um repositório de artigos em processo de publicação, explica como a contaminação entre indivíduos é muito mais lenta nas cidades policêntricas, uma vez que a maioria de seus moradores não precisa passar diariamente pelo mesmo local em que os demais habitantes circulam. Consequentemente, eles também não utilizam os mesmos ônibus, e a maioria deles provavelmente sequer depende de transporte público, pois pode ir a pé ou de bicicleta para o trabalho, a escola, a unidade básica de saúde ou o centro de comércio local. Ao reduzirmos a necessidade de deslocamentos longos, não apenas reduzimos a circulação dos vírus, como também fortalecemos as comunidades e as economias locais. São também reforçadas as relações de vizinhança, algo extremamente importante ao lidarmos com situações como a que estamos vivendo atualmente, na qual as pessoas mais vulneráveis, como os idosos, podem precisar da ajuda de seus vizinhos, e as entregas de produtos vindos das redondezas são muito mais seguras e eficientes.

Nas múltiplas centralidades, o uso de meios de transporte ativos, como a caminhada e as bicicletas, próprias ou compartilhadas, é viável e bem-vindo em tempos de epidemias, pois evita a necessidade de aglomeração no transporte coletivo e ainda contribui para a redução de comorbidades como a obesidade, a pressão alta e a diabetes, três agravantes para os pacientes contaminados com o COVID-19. As doenças respiratórias, outro importante fator de risco, costumam ser causadas ou agravadas pela poluição do ar, a qual resulta, em boa parte, do excesso de

automóveis presentes nas grandes cidades – que só podem ser reduzidos com um maior uso do transporte público.

Outro estudo recente, publicado por uma equipe da Escola de Arquitetura da Universidade do Sudeste da China², propõe como estratégia para a contenção da dispersão do vírus o isolamento completo das diversas regiões de uma cidade, algo que só é viável quando os diversos bairros possuem centros locais equipados com seus próprios equipamentos públicos:

"Quando a epidemia se desenvolve em um estágio incontrolável, toda a cidade precisa ser dividida em várias áreas de prevenção epidêmicas (APE), formando uma **estrutura de clusters** para responder de maneira abrangente, na escala da cidade. Essa divisão precisa ser baseada nas **comunidades existentes**, e atenção especial deve ser dada à manutenção de fortes ligações entre elas, para enviar pessoal e serviços médicos aos locais em que eles são mais necessários. Nesse momento, cada APE também precisa designar lugares especiais para acomodar pessoas suspeitas e infectadas. Se os **hospitais e clínicas dessa área** são inadequados, **instalações públicas como parques, praças, quadras esportivas e escolas** precisam ser adaptados como pontos de permanência temporária ou como hospitais de campanha". (p.12, grifos nossos)

Finalmente, é preciso esclarecer que, quando falamos de adensamento urbano, não estamos falando necessariamente de cidade apinhada, congestionada, sem insolação adequada ou sem áreas verdes. Instrumentos de regulação urbanística permitem controlar adequadamente o adensamento e a proporção de áreas livres, bem como a distribuição de equipamentos públicos e comércio, garantindo que as cidades sejam não apenas mais agradáveis, como também mais resilientes no enfrentamento de grandes epidemias como a que estamos vivendo em 2020.

Notas

¹ Brizuela, Noel G.; Garcia-Chan, Nestor; Pulido, Humberto Gutierrez; Chowell, Gerardo. Understanding the role of urban design in disease spreading. Preprint, 19/3/2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/766667v2>. Acesso em: 30/3/2020.

² UNESCO Urban Heritage Conservation and Sustainable Development Research Team, School of Architecture, Southeast University (SEU) and UNESCO Chair in Cultural Resource Management, China. Urban Function-Spatial Response Strategy for the Epidemic - A Concise Manual on Urban Emergency Management. 18/3/2020. Disponível em: <https://www.icomos.ch/wp-content/uploads/2020/03/20200318-ICOMOS-CHINA.pdf>. Acesso em: 30/3/2020.

Gabriela Celani. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da FEC-Unicamp. Doutorado em Arquitetura pelo Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos (2002). Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Sidney Piocchi Bernardini. Professor e coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da FEC-Unicamp. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil (2008). Professor MS3 da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Wilson Ribeiro dos Santos. *Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil (2001). Professor Categoria A6 da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.*

*Texto publicado originalmente no portal da Unicamp.
<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/04/06/o-urbanismo-e-epidemias>

24. CONFINAMENTO, HABITAÇÃO E MOBILIDADE URBANA NO GRANDE ABC

Enio Moro Junior

Resumo Executivo

Os desafios do novo coronavírus para as cidades mundiais merecem um olhar muito particularizado para o Grande ABC. Ações isoladas das prefeituras, apesar de bem intencionadas, poderiam ser mais efetivas se ocorressem em rede com outros municípios sob a orientação de uma inexistente autoridade metropolitana. Esta Nota Técnica discute possibilidades para ações e enfrentamento da atual crise, com especial enfoque às questões de Habitação e Mobilidade Urbana voltadas às populações mais vulneráveis.

O processo pandêmico do novo coronavírus, responsável pela doença COVID-19, apresenta como uma das suas mais evidentes características, a rapidez de contaminação e a necessidade de cuidados médicos urgentes em vários níveis: desde medidas mais singelas mas fundamentais, como limpeza de mãos e confinamento até a fundamental ampliação dos serviços de saúde em seus vários graus de complexidade, medidas de proteção social, psicológica, alternativas econômicas com protagonismo do Estado, dentre outras ações nas quais o modelo de governança federal terá que se mostrar ágil e justo em especial com os setores mais vulneráveis da sociedade. A nova prioridade na agenda pública é conter o vírus e salvar pessoas.

Em suas escalas de atuação, as prefeituras do Grande ABC vêm tomando uma série de medidas tanto preventivas como também reativas. Acompanhamos as vacinações contra a gripe, trabalho remoto, ampliação de leitos hospitalares, entre outras. A questão oferece vários olhares, mas esta Nota Técnica se deterá em recomendações gerais para a Mobilidade Urbana e Habitação no Grande ABC, em especial nas formas de locomoção e moradia das populações menos favorecidas, concentradas em favelas, cortiços e moradores de rua.

No final de março de 2020, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, entidade que reúne os prefeitos da região, lançou dois comunicados em poucos dias nos quais, primeiramente, suspendia totalmente o transporte público nas sete cidades e, posteriormente, revia sua posição, reduzindo a circulação da frota à 50% nos horários de pico e de 30% nos demais horários inclusive nos finais de semana, alegando a necessidade de se manter minimamente o sistema em função do transporte de trabalhadores da área de saúde e segurança, se alinhando com as diretrizes do governo estadual.

A redução da mobilidade e seu monitoramento são fundamentais neste momento, mas não podemos nos esquecer de medidas complementares que devam ser efetivadas para que o processo seja mais eficiente. Precisamos inverter a ordem. Agora o planejamento de transporte deve se adaptar às necessidades das pessoas e não a lógica oposta, que é o modelo dominante.

Segundo recomendação da WRI (World Resources International), uma das inúmeras entidades que monitoram os vários aspectos dos desafios das cidades para enfrentamento do novo coronavírus, além das ações de restrição da mobilidade em

vários graus, há possibilidades mais efetivas para auxiliar na restrição da expansão desenfreada.

No Grande ABC, a paralisação plena da mobilidade urbana condicionada a uma expansão desenfreada da pandemia, utilizaria como opção as frotas de veículos das prefeituras locais para transporte dos trabalhadores das áreas públicas essenciais, como saúde e segurança. Outras áreas essenciais, como abastecimento, utilizariam poucos veículos da frota privada de mobilidade em condições especiais. Outras medidas recomendadas e necessárias – não podemos nos esquecer que desde a identificação em Wuhan, na China, milhares de pessoas já morreram em grandes centros urbanos mundiais – preveem quatro ações necessárias e imediatas:

Restrição de Acesso

Dentre as ações, a adoção do confinamento residencial com restrições e monitoramento de deslocamento permitido somente para questões de saúde, segurança e abastecimento; a manutenção do fechamento de locais que promovam o encontro de pessoas em grandes quantidades. A cidade-Estado de Cingapura aplica pesadas multas para o descumprimento dessa medida e, por fim, impedir o deslocamento entre cidades; em especial para o Grande ABC, esta medida impediria o deslocamento extra regional, mas poderia ser tolerado internamente.

Reorganização dos sistemas de transporte público

Imediata implantação de frotas de higienização para instalações públicas de mobilidade, ruas e espaços públicos, com protocolos de limpeza de rotina nos veículos utilizados. Além disso, efetiva instalação de desinfetantes ou álcool em gel nos veículos, locais para lavagem das mãos, impedir que passageiros entrem pela porta da frente, isolamento do motorista, proibição da venda interna de bilhetes (só bilhetagem eletrônica), restrição para populações vulneráveis, marcação no piso com distâncias de segurança e redução de 50% da capacidade de transporte de passageiros nos ônibus. No Brasil, os sistemas urbanos de transporte coletivo tendem a ser dimensionados para uma taxa de ocupação de seis passageiros em pé por metro quadrado, enquanto alguns países desenvolvidos, onde o serviço apresenta qualidade melhor, praticam taxas de quatro ou ainda menores.

Criação de Alternativas

Muitas cidades da China, Espanha e Itália já suspenderam totalmente suas redes de mobilidade, com paralisação de metrô, trens, BRTs, entre outros. Apenas poucos veículos em rotas necessárias. Além disso, adotou-se a proibição do trânsito de veículos em determinadas ruas permitindo somente o modal cicloviário ou o uso pedestrializado para as atividades de abastecimento ou saúde. Algumas cidades estão trabalhando com frotas reservas de prontidão para atender demandas inesperadas e evitar a superlotação, dimensionando as linhas para um uso de maneira recomendada pelos órgãos de saúde; estratégia também de utilização de ônibus sob demanda, evitando aglomerações em locais de embarque e desembarque ou dentro dos veículos.

Transparência nos Dados

A Coréia do Sul adotou uma estratégia de dados abertos e participação social, ou seja, por meio de aplicativos, os cidadãos realizam autodiagnósticos diários e enviam as informações para os setores de saúde. Também foi criado um mapa interativo

mostrando os locais nos quais a infecção ou quadros suspeitos está maior, alertando sobre a proximidade dessas áreas. Além disso, a distribuição de kits para que todos façam pelo menos duas vezes por mês o teste de infecção e distribuição de máscaras.

Sobre **Habitação de populações menos favorecidas**, o documento produzido pela CUFA (Central Única das Favelas), criadores do movimento Favela contra o Vírus, com base de dados do Instituto de pesquisa Data Favela, nos traz uma importante contribuição para o olhar que deveremos ter para nossas favelas, cortiços e moradores de rua da nossa região.

Sua mais recente pesquisa mostra que já há graves dificuldades para pagamento de contas com a significativa redução de renda. A solução de “cestas-básicas” padronizadas é vertical e dominadora, pois a maioria dos moradores prefere receber em dinheiro e escolher o que preferem comprar para comer. Jessé Souza, em sua obra “A elite do atraso” comenta com maestria sobre essa nossa visão de classe média de querer impor nossos valores.

O estudo ainda aponta para uma imediata e permanente adoção de programas de renda mínima, adiamento de contas, garantia de provisão e produtos básicos, (alimentos, internet e produtos de limpeza), pois cerca de 50% dos trabalhadores de favelas são autônomos e somente 20% têm trabalho formal com carteira assinada. Neste estudo, aproximadamente 86% dos moradores afirmam ter renda para no máximo mais 30 dias a partir da adoção das medidas de confinamento.

O ensino remoto não está presente nas escolas públicas e além do aumento das despesas com as crianças em casa, elas não terão seus conteúdos neste período. Deve-se implantar aulas remotas com alunos assistindo pelos celulares, sem pagamento dos pacotes de internet. Vários estudos comprovam que a internet do Brasil é uma das mais caras do mundo, resultado dos programas de privatização das telecomunicações do governo Cardoso (1995/2003).

Outra enorme preocupação é que a expansão do coronavírus em uma região metropolitana como a de São Paulo com características de megalópole, são desafiadoras: não existe nenhum estudo ou modelo nacional ou internacional que demonstre como isso ocorre em favelas, cortiços e moradores de rua.

Para os mais de 35 milhões de brasileiros sem saneamento básico ou ainda os mais de 15 milhões que moram em favelas (230.000 só no Grande ABC), cortiços ou são moradores de rua, será impossível seguir as recomendações de asseio ou álcool em gel! O trabalho remoto para quem vive em um ou dois cômodos é uma piada de mal gosto. A alternativa emergencial é a ajuda econômica direta, já anunciada pelos governos federal, estadual e municipal, mas que não se apresentam com a devida agilidade aos brasileiros.

Enfim a pandemia nos ensina que as cidades deverão ser mais resilientes, equitativas e, aproveitando a oportunidade, de baixo carbono pois talvez uma das únicas boas notícias deste momento seja a melhoria das condições ambientais.

Talvez tenha chegado o momento de discutirmos novas formas de financiamento para o transporte coletivo incluindo a cobrança pelo uso do automóvel em áreas mais poluídas das cidades, aliada à utilização do *big data* para o planejamento e controle dos modais, permitindo realizar ajustes pontuais na oferta de serviços de mobilidade urbana, novas formas de contratação de operadores separando a propriedade dos modais da operação do serviço. Quem opera não pode ser o dono da frota. O

operador deve ter acesso à dados de uma gestão única de mobilidade. As cidades sofrerão mudanças permanentes em sua morfologia e estruturas comunitárias.

Os novos desafios urbanos após a pandemia devem, obrigatoriamente, estabelecer políticas perenes para as populações menos favorecidas e ainda aumentar suas conexões permitindo agilidade na troca de experiências entre as cidades, criando uma próspera rede de aprendizado conjunto que permita o aprendizado conjunto para o encontro de soluções que criem cidades resilientes e prósperas para todos.

Outra questão significativa é que ficou evidente neste processo é uma clara falta de governança metropolitana. A Região Metropolitana de São Paulo é uma das poucas do mundo que não possuem uma autoridade metropolitana e, as medidas atuais do governo do Estado, não contemplam essa possibilidade. Infelizmente uma decisão técnica lamentável e, essa falta de governança, cria uma série de ações isoladas, sobrepostas, pontuais e desconectadas dos governos municipais, onerando de maneira desordenada, as despesas públicas locais.

Solicito ao leitor um breve parênteses, pois o planejamento urbano, há um bom tempo, é moldado por questões sanitárias e de saúde pública. Paris, em meados do século XIX, foi governada pelo Barão de Haussmann que implantou uma série de mudanças na cidade que a deixou com uma paisagem muito próxima daquela que conhecemos hoje. A implantação dessas medidas urbanísticas teve como uma de suas motivações uma enorme crise de cólera que vitimou quase 20.000 pessoas. Assim, também por motivos de higiene pública foram implantadas as grandes avenidas, parques, demolições, construções, reorganização das margens do rio Sena, dentre outras inúmeras ações por cerca de 20 anos. E, naquele momento, a prioridade também foi a contenção do vírus.

Enio Moro Junior. Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>

Referências Bibliográficas

CIGAB, Consórcio Intermunicipal Grande ABC, <http://consorcioabc.sp.gov.br/>, acesso em 04/04/2020

CUFA. Central Única das Favelas, <https://www.cufa.org.br/> , acesso em 03/04/2020

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 03/04/2020;

SOUZA, J., *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019

WRI BRASIL, World Resources International Brasil, <http://wribrasil.org.br/pt>, acesso em 04/04/2020

25. CORONAVÍRUS E ACELERAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi

Resumo Executivo

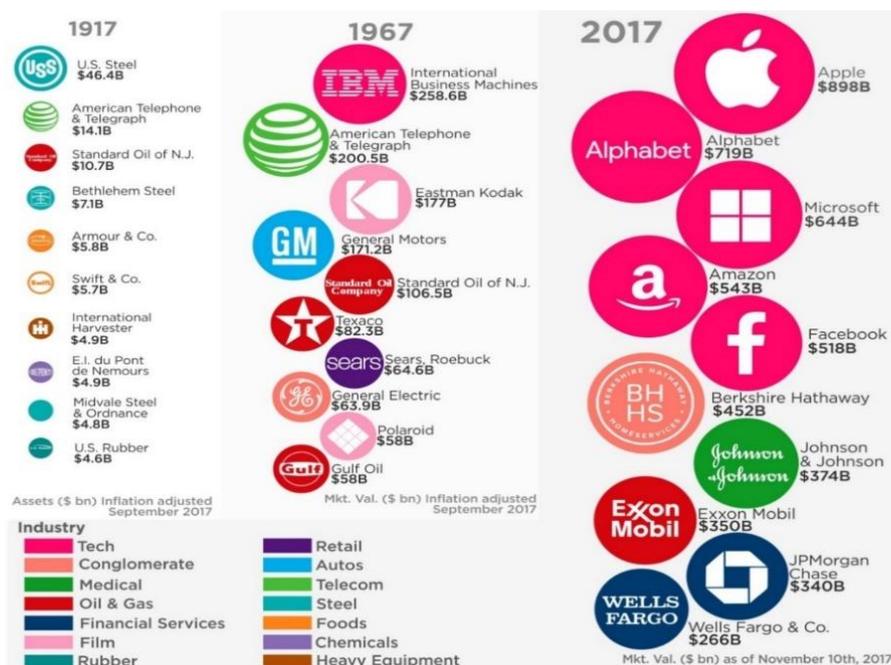
Esta nota técnica objetiva por em evidência a aceleração da Economia Digital a partir do período de isolamento social imposto pela pandemia do Coronavírus. O isolamento tem promovido mudanças nas rotinas, nos hábitos e no comportamento de consumidores e produtores. As vendas online cresceram 56% nos Estados Unidos, 44% na Europa e 23% na Ásia e Pacífico, entre 22/03 a 04/04/20 em relação ao mesmo período em 2019 (MELTON, 2020). No Brasil, esta modalidade de vendas cresceu 33% entre os meses de janeiro a março de 2020 em relação ao mesmo período de 2019 (MELO, 2020). É provável que, quando do fim da crise do coronavírus e do retorno à normalidade do funcionamento das economias, a chamada economia digital passe a ocupar espaço ainda maior do que já ocupa. O Brasil também se insere nesse cenário. Contudo, no caso brasileiro, a expansão da economia digital pode apresentar gaps importantes em relação aos países avançados, pois a exclusão digital ainda é grande no país. Alguns dos problemas são largamente conhecidos: atraso tecnológico, dificuldade no acesso e desenvolvimento às tecnologias de ponta, baixo investimento em ciência, inovação e tecnologia, desigualdade social e alta concentração de renda.

A expansão da economia digital antes do Coronavírus

De acordo com estimativas, aproximadamente 25% dos negócios no mundo já acontecem por meio da chamada economia digital (Sebrae, 2018). Em 2019, um representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI - estimou que “a economia digital vai movimentar US\$ 100 trilhões nos próximos 10 anos em todos os segmentos produtivos (...) e que 100% dos atuais empregos sofrerão mudanças por causa dos avanços tecnológicos acelerados”. Essa transformação implica numa série de mudanças em termos de produção, distribuição e venda de produtos e serviços.

De fato, as empresas passam por diversas transformações. Surgem novos modelos de negócios e hábitos de consumo. A passagem de uma economia de domínio físico (manufatureira) para uma economia digital é ilustrado pela figura 1, que apresenta o *ranking* das 10 maiores empresas em três momentos distintos: as primeiras décadas do século XX, os meados do século XX e nesta segunda década do século XXI.

Figura 1: Ranking das 10 maiores empresas entre 1917 e 2017



Fonte: Forbes, 2017.

Por esta figura, nota-se uma mudança significativa no tipo de empresa que passou a ocupar o topo do ranking. O domínio passou das empresas manufatureiras e ligadas à indústria pesada, no século XX, para as empresas ligadas à tecnologia, informação e comunicação, no século XXI.

As novas empresas do século XXI não seguem os parâmetros das antigas empresas. Elas possuem modelos híbridos e escaláveis de negócios (isto é, com praticamente o mesmo volume de recursos conseguem incrementar exponencialmente os seus negócios). O uso intenso de tecnologias (internet e aplicativos) é uma de suas principais características. As *Startups* estão entre estes novos formatos de negócios.

Um exemplo claro da influência da tecnologia e da digitalização é o setor financeiro. Os bancos digitais, os aplicativos e as fintechs têm promovido mudanças importantes no setor, em parte observadas nas tabelas a seguir, extraídas de nota técnica elaborada por Vivian Machado em Carta de Conjuntura da USCS nº 9.

Transações bancárias por canal – Brasil 2011 a 2018 (em % do total)

Ano	Mobile Banking	Internet Banking	ATM*	POS**	Agências	Correspondentes	Contact Center
2011	0	38	26	16	12	4	4
2012	1	39	25	16	11	4	4
2013	4	41	23	16	10	3	4
2014	10	37	21	15	10	4	3
2015	20	32	18	14	8	6	2
2016	28	24	16	15	8	7	2
2017	35	22	14	15	7	5	2
2018	40	20	12	16	5	5	2

Fonte: MACHADO, 2020.

Número de Fintechs, Brasil, junho 2019

	Nº de fintechs	Percentual no total das Fintechs
Pagamentos	151	29%
Empréstimos	95	18%
Gestão Financeira	90	17%
Investimentos	38	7%
Seguros	37	7%
Cryptocurrency	36	7%
Funding	25	5 %
Negociações de dívidas	19	4 %
Cambio e remessas	14	3 %
Bancos digitais	12	2 %
Multisserviços	12	2 %
Total	529	100 %

Fonte: MACHADO, 2020.

Vale registrar que a economia digital tem nas moedas digitais, como o bitcoin, uma forte alavanca de impulso. E esta alavanca torna-se ainda mais poderosa quando, em meados de 2019, o Facebook anunciou sua intenção de criar uma moeda digital, a Libra. Esta moeda permitiria transferências instantâneas e gratuitas, servindo de meio de pagamento universal e forma de reserva de riqueza. O Facebook chegou inclusive a anunciar também a criação da Associação Libra, que reuniria parceiros como Mastercard, Visa, Paybal, Uber e Spotify.

Mesmo no caso do setor manufatureiro, quando se olha para as tendências do futuro, por meio de projetos como a chamada Indústria 4.0, nota-se também o papel decisivo jogado pelas ferramentas digitais. Schwab (2016) defende que a Quarta Revolução Industrial, que ocorre desde 2010, incorpora tecnologias da terceira fase da revolução industrial, ocorrida na segunda metade do século XX (como o computador, o fax, a engenharia genética, o celular, entre outros), mas agrega acentuadamente as tecnologias digitais, físicas e biológicas. Isto permite o surgimento de novas empresas, linguagens, profissões (assim como conduz a extinção de uma série de outras). A indústria 4.0 também altera as relações entre as máquinas por meio da inteligência entre elas, a inteligência artificial (TAPSCOTT, 1996; TURBAN ET AL., 2006, SCHWAB, 2016).

Nesta nova economia e sociedade, verificam-se novos formatos de consumo, empresas, hospitais, escolas, cidades, que passam a ser 'inteligentes' e conectados. Entretanto, esta tecnologia ainda não está ao alcance de todos. Isto requer um alto nível de desenvolvimento tecnológico, segurança de dados e internet de alta velocidade, entre outros.

Os países centrais, como os Estados Unidos, os países europeus (Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, entre outros) e o Japão, possuem tecnologia de ponta que os colocam a frente neste novo mundo. A China, que disputa a hegemonia mundial com os EUA, tem feito investimentos massivos em tecnologias de ponta (TSELICHTCHEV, 2012).

Países emergentes periféricos, como o Brasil, estão atrasados nesta transição para a economia digital. Entre as barreiras, está o alto valor dos royalties e o custo de registro de patentes e o baixo investimento no desenvolvimento de pesquisas na área de

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, em especial na área de tecnologia da informação.

Mattos & Chagas (2008) apontam que as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) têm contribuído para o aumento da assimetria e a exclusão no processo de globalização econômica, na medida em que a desigualdade impede o acesso e a geração de oportunidades iguais entre os indivíduos.

A inclusão digital impõe uma série de desafios à sociedade. Para que o processo de exclusão digital no país diminua, Mattos & Chagas (2008) consideram que são necessárias que as políticas públicas sejam norteadas pelos seguintes fatores:

- a) Inserção no mercado de trabalho e geração de renda;
- b) Melhorar relacionamento entre cidadãos e poderem públicos;
- c) Melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas, o que pode incluir aspectos do item anterior;
- d) Incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania;
- e) Difundir conhecimento tecnológico.

Fonte: MATTOS & CHAGAS, 2008, p. 86

Alguns números que ilustram a influência crescente da economia digital dos brasileiros

As compras online estão cada vez mais presentes na vida dos brasileiros. O SEBRAE em parceria com a Consultoria IDC Brasil (*International Data Corporation*) e a Associação Brasileira de Empresas de Software – ABES (2018), destacaram que, em 2017, o mercado mundial de tecnologia da informação e telecomunicações (TIC: TI + Telecom) totalizou US\$ 3,55 trilhões, sendo US\$ 2,07 trilhões (58%) relativos ao mercado de tecnologia da informação (como hardwares, softwares e serviços).

Segundo o relatório do NeoTrust (E-COMMERCE BRASIL, 2020), o comércio eletrônico no Brasil em 2019 foi de R\$ 75,1 bilhões, o que significou um crescimento de 22,7% em relação ao ano de 2018. Estimativas feitas pela empresa Huawei (BUTCHER, 2019) apontam que a economia digital no mundo terá o valor de US\$ 23 trilhões daqui a cinco anos, 2025.

Levantamento do relatório Neotrust, que analisa as informações coletadas pela Compre&Confie (MERCADO & CONSUMO, 2020), indica que, antes da chegada do Coronavírus, havia uma expectativa de faturamento de R\$ 90,7 bilhões em 2020, um crescimento de 21% em relação ao ano de 2019 no Brasil.

Segundo o IBGE, 3,8 milhões de pessoas trabalhavam (excluídos os empregados domésticos) na própria residência em 2018. Verifica-se uma tendência de aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras nessa condição nos próximos anos.

Apesar do avanço da economia digital nos últimos anos e da tendência à sua expansão nos próximos anos, a ainda baixa conectividade dos brasileiros traz preocupações.

Segundo dados da TIinside (2018), apenas 66% da população possui acesso à internet. Um contingente de 58% das pessoas entrevistadas acredita que as novas tecnologias oferecem mais oportunidades que riscos. Isto, apesar de aproximadamente 85% das pessoas que acessam a internet, fazerem a conexão diariamente e 84% acharem que é importante proteger os dados e rede. A maioria dos acessos online ocorre via smartphone (cerca de 60%)³⁶.

Os efeitos do decreto de isolamento social pelo Coronavírus no comportamento de consumidores e produtores

O mundo tem se esforçado pelo controle e diminuição da pandemia do novo Coronavírus. Para evitar o aumento da velocidade da difusão da doença, tem-se recomendado e até tornado obrigatório o distanciamento social. Desde então, vários países têm decretado o isolamento social, objetivando o “achatamento da curva de transmissão da doença” para evitar a sobrecarga de demanda, considerando a restrita oferta dos serviços públicos e privados de saúde.

A rigor, somente as áreas essenciais deveriam estar em funcionamento. As atividades econômicas não essenciais praticamente pararam ou tiveram reduzidas suas operações. Os trabalhadores e trabalhadoras, cujas funções e tarefas podem ser executadas de casa, por meio do home office, tiveram que fazê-lo. Empresas afetadas buscaram incrementar suas vendas e negócios online.

O distanciamento social impõe uma série de desafios e mudanças na vida das pessoas, principalmente no que tange à conectividade digital. Os compromissos bancários, como as idas às agências bancárias, que já vinham diminuindo com o acesso à internet, foram trocados pelo uso do *internet banking* ou pelo uso dos aplicativos de bancos nos aparelhos *smartphones*. As idas às lojas e aos supermercados para compras de produtos foram trocadas pelas visitas e compras via internet. Os serviços de entrega de produtos, que já vinham num ritmo expressivo de crescimento, tendem a aumentar com a crise pandêmica do Coronavírus.

Segundo informações do Compre&Confie, divulgadas por Melo (2020), no Valor Econômico, entre janeiro e março de 2020, o varejo brasileiro online faturou 33% a mais que no mesmo período do ano passado (2019).

A revista exame aponta que as vendas de mercados e itens de saúde pela internet aumentaram em cinco vezes no Brasil durante o período da quarentena, mas que foi necessária uma adaptação nas operações e nos serviços de entrega (SALOMÃO, 2020).

De acordo com estimativas do *Digital Commerce* (MELTON, 2020), as vendas online nos Estados Unidos cresceram 56% entre 22/03/2020 e 04/04/2020, quando comparado com o mesmo período de 2019. No continente europeu, as vendas online, neste mesmo período, cresceram 44%, ao passo que, nos continentes Asiático e Pacífico, 23%.

³⁶ Os meios de pagamento por meio de moedas eletrônicas e criptomoedas também tendem a aumentar no Brasil. Gregório (2020) menciona que, para as pessoas que declaram o imposto de renda no Brasil, a nova regra de pagamento de imposto de renda permite que fintechs e casas de câmbio de criptomoedas credenciadas como instituições de pagamentos possam se tornar arrecadoras do Fisco. Segundo a reportagem, “com isso, clientes das empresas não mais precisariam ter outra conta em um banco “tradicional”. Essa ação abriria caminho para maior aceitação nos estabelecimentos dentro do país – acelerando a transição para a economia digital.

O setor da educação no Brasil (ensino fundamental, médio, superior, entre outros) já vinha apresentando crescimento no número de cursos e alunos na modalidade “ensino à distância – EAD”. Com a pandemia do Coronavírus, muitas instituições de ensino tiveram que disponibilizar os conteúdos das aulas no formato em EAD para os alunos do ensino presencial. Entretanto, esse setor ainda sofre com a dificuldade de conectividade (nem todos os alunos possuem o acesso à internet, baixa velocidade de conexão, entre outros). O segmento esbarra ainda com a falta de experiência de professores e alunos (VALADARES, 2020).

O Brasil é um país com vários problemas estruturais. Um deles é a elevada desigualdade social. A má distribuição de renda e de riqueza se reproduz na economia digital, por meio da exclusão digital. Este é um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo país neste novo campo da economia.

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela USJT e Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lília B; PAULA, Luiza G.; CARELLI, Flávio C.; OSÓRIO, Tito L. G.; GENESTRA, Marcelo. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **JISTEM J. Inf. Syst. Technology Management (Online)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11.abr.2020.

BUTCHER, Isabel. **Em 2025 economia digital valerá US\$ 23 trilhões, diz Huawei.** In: Mobile time, 22.fev.2019. Disponível em: <<https://www.mobiletime.com.br/noticias/22/02/2019/em-2025-economia-digital-valera-us-23-trilhoes-diz-huawei/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

CASTRO, Bruna. **Economia digital vai movimentar US\$ 100 tri nos próximos 10 anos, aponta ABDI.** In: Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). 25.mai.2019. Disponível em: <<https://www.abdi.com.br/postagem/economia-digital-vai-movimentar-us-100-trinos-proximos-10-anos-aponta-abdi>>. Acesso em: 11.abr.2020.

CAVALLINI, Marta. **Home office ganha adesão no país; veja direitos, cuidados e dicas para produtividade.** In: G1. 03.mar.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/03/03/home-office-ganha>>

adesao-no-pais-veja-direitos-cuidados-e-dicas-para-productividade.ghtml>. Acesso em: 11.abr.2020.

E-COMMERCE BRASIL. **E-commerce brasileiro cresce 22,7% com faturamento de R\$ 75 bi em 2019**. 14.fev.2020. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-brasileiro-cresce-2019-compreconfie/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

FORBES. America's **Largest Public Companies**. In 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/sarahhansen/2019/05/15/americas-largest-public-companies-2019/>>. Acesso em: 10.abr.2020.

G1. **Desigualdade de renda no Brasil atinge o maior patamar já registrado, diz FGV/IBRE**. In: Portal G1, Economia, 21.mai.2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/21/desigualdade-de-renda-no-brasil-atinge-o-maior-patamar-ja-registrado-diz-fgvibre.ghtml>>. Acesso em: 11.abr.2020.

GREGÓRIO, Rafael. **Vai dar para usar bitcoin para pagar imposto de renda? Entenda**. In: Valor Investe, 21.jan.2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/cripto/noticia/2020/01/21/nova-portaria-da-receita-permite-usar-bitcoin-para-pagar-imposto-de-renda-entenda.ghtml>>. Acesso em: 14.abr.2020.

MACHADO, Vivian. Bancos e Fintechs: colaboração e competição que afetam o emprego nos bancos e a oferta de serviços bancários. In: **9ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS**. Set., 2019. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-9a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 10.abr.2020.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 67-94, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362008000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 11.abr.2020.

MELO, Alexandre. **Varejo on-line fatura 33% mais desde 1º caso de covid-19, diz Compre&Confie**. In: Valor Econômico, Empresas, 09.abr.2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/09/varejo-on-line-fatura-33percent-mais-desde-1o-caso-de-covid-19-diz-compreandconfie.ghtml>>. Acesso em: 11.abr.2020.

MELTON, James. **Online buying soars as coronavirus spreads around the world**. In: Digital Commerce 360°, Retail B2B, 8.abr.2020. Disponível em: <<https://www.digitalcommerce360.com/article/coronavirus-impact-online-retail/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

MERCADO & CONSUMO. **Faturamento do e-commerce em 2019 tem alta de 22,7%**. In: Ecommerce Notícias Varejo, 13.mar.2020. Disponível em: <<https://www.mercadoeconsumo.com.br/2020/03/13/faturamento-do-e-commerce-em-2019-tem-alta-de-227/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

SALOMÃO, Karin. **Coronavírus: compras online crescem e empresas adaptam operações e entrega**. In: Exame, Negócios, 18.mar.2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/coronavirus-compras-online-crescem-e-empresas-adaptam-operacoes-e-entrega/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edpiro, 2016.

SEBRAE. **O setor de Economia Digital 2018-2020**. In: SEBRAE Santa Catarina. 5.dez.2018. Disponível em: <<https://blog.sebrae-sc.com.br/o-setor-de-economia-digital-2018-2020/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

TAPSCOTT, Don. **The digital economy: Promise and peril in the age of networked intelligence**. New York: McGraw-Hill, 1996.

TIINSIDE. **Mais de 30% dos brasileiros ainda não tem acesso à internet.** In: TIInside, 21.mai.2018. Disponível em: <<https://tiinside.com.br/21/05/2018/mais-de-30-dos-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-internet/>>. Acesso em: 11.abr.2020.

TSELICHTCHEV, Ivan. **China versus the West: The global power shift of the 21st century.** John Wiley & Sons, 2012.

TURBAN, Efraim et al. **Information technology for management: Transforming organizations in the digital economy.** USA: Wiley, 2006.

VALADARES, Marcelo. **Coronavírus faz educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperiência dos alunos.** In: G1, Educação, 23.mar.2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/coronavirus-faz-educacao-a-distancia-esbarrar-no-desafio-do-acesso-a-internet-e-da-inexperiencia-dos-alunos.ghtml>>. Acesso em: 12.abr.2020.

Nota técnica

26. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC E AÇÕES FRENTE AO CORONAVIRUS

Edgard Brandão Jr

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta um conjunto de ações do Consórcio Intermunicipal Grande ABC diante da crise do Coronavírus.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, aprovou em Reunião de Diretoria com a participação deste Secretário Executivo, no dia 16 de Março (**primeiro órgão público do País a propor essa medida**), passar a trabalhar no sistema de “Home Office” para um período de quarentena visando atender as sugestões do nosso GT Saúde que é formado pelos Secretários de Saúde das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra região que congrega 2,8 milhões de habitantes, situação essa referendada, por unanimidade por todos Prefeitos na Assembléia Geral Ordinária de 18 de Março de 2020, liderada pelo Presidente Prefeito de Rio Grande da Serra Gabriel Maranhão.

Nos 21 dias dessa prática realizamos 19 videoconferências com os Prefeitos em Assembléias Extraordinárias (4), com Secretários de Saúde (5), com Secretários de Ação Social (3), com Secretários de Finanças (3), com o PROCON-SP (3), pelas atividades do PROCON CONSÓRCIO ABC e, em especial, com integrantes da Frente Nacional dos Prefeitos (1) com a participação de integrantes de todo o País. Participamos também de diversas videoconferências com os Diretores, Coordenadores de Programas e Assessores das áreas Jurídica, Administrativa e da Secretaria Executiva.

A medida mais emblemática foi a normatização do Transporte Público na Região do ABC por ter linhas de responsabilidade da Secretaria de Transporte Metropolitano o que resultou na participação na Assembléia dos Prefeitos o Secretário Alexandre Baldy da STM, também em videoconferência

Nota Oficial:

Em Assembléia Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, realizada, por videoconferência, nesta na manhã desta terça-feira (24) que reuniu os prefeitos dos 7 (sete) municípios que compõem a Região e, com a participação especial do Secretário Estadual de Transportes Metropolitanos Alexandre Baldy, após reavaliação e estudos técnicos tanto do Estado com base nas linhas da CPTM, do Metrô, da METRA e outras linhas que interferem com o sistema de transporte público, com a Região do Grande ABC e com os estudos técnicos das Secretarias de Mobilidade dos 7 (sete) Municípios ficou estabelecido que a partir da zero hora dia 29 de Março de 2020 haverá manutenção das operações de todas linhas municipais com redução da oferta da frota em 50% nos horários de pico (maior movimento) e de 30% nos horários normais de segunda-feira a sexta-feira e nos Sábados, Domingos e Feriados a redução será de 30% nos horários de maior fluxo (pico) e 15% nos horários considerados normais, para todo o Transporte Público Municipal nas 7 (sete) cidades. A interrupção do serviço de forma gradativa será mantida até o dia 28 de Março, conforme decisão. A medida faz parte de um esforço regional para conter o avanço do novo Coronavírus (Covid-19), que configura pandemia. A decisão do Consórcio

Intermunicipal tem o objetivo de minimizar danos à população e preservar vidas no Grande ABC.

Os Prefeitos de forma uníssona promulgaram decretos de normatização de atividades uniformizando ações comuns nos sete municípios, adaptando os decretos com base na legislação federal e estadual.

A decisão mais importante, já se antecipando ao Governo Federal foi aprovar a compra pelo CIGABC de **1.000.0000 de testes do COVID-19 cujos 40.000 kits** (25 em cada caixa) serão distribuídos, de forma proporcional com base na população de cada município, além da compra de EPIs para proteção dos servidores que atuam na área da saúde, como máscaras, aventais, luvas e outros.

(OBS.: Essa compra se encontra em fase final devendo se concretizar amanhã com a assinatura do contrato e pagamento de 50% do valor da compra. A compra por se tratar de material importado, necessita da realização de análises de propostas que visam estabelecer o menor preço e, em especial a situação da Empresa Importadora e seus representantes regularmente inscritos e aprovados pela ANVISA e pela RECEITA FEDERAL).

A aprovação dos Prefeitos, com documento elaborado pela Secretaria Executiva encaminhando ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde Estadual resultou na normalização do abastecimento dos sete Municípios das Vacinas tipo H1N, para de forma prioritária realizar a vacinação de **420.000 idosos** e cerca de **30.000 servidores** das áreas de saúde da Região do Grande ABC

Outra decisão será a destinação de cestas básicas com alimentos e materiais de higiene e limpeza, através de Cartões de Compras que poderão ser carregados em períodos entendidos como necessário durante o enfrentamento da pandemia causada pelo CORONAVÍRUS. Já identificados na Região do Grande ABC cerca de 80.000 pessoas em situação vulnerável, número esse que deve aumentar nos próximos meses pelas questões econômicas que resultaram pela pandemia em todo o País, com a integração na Faixa de Vulnerabilidade de pessoas não inscritas no Cad-Único como motoristas de taxi e de outras operadoras, ambulantes, artesões, prestadores de serviços, de profissionais liberais, moradores de rua, catadores de lixo individual ou cooperados, comerciantes de uma forma geral, em especial os de bairros na periferia das cidades, domésticas que deixaram seus empregos para cuidar de seus filhos e até de pais que se encontram da faixa de risco pela idade e por ser portador de comorbidade.

Na videoconferência coordenada pela Frente Nacional dos Prefeitos ficou clara a indefinição do Governo Federal de como será realizada a ajuda de R\$ 600,00 e como as Prefeituras (5.571 e o Distrito Federal) vão ser acionadas para que os recursos cheguem na ponta final que é o interessado da população.

Empresas da região, também vão colaborar com ajuda de recursos, para aquisição de Vale Compras de Alimentos e Materiais de Higiene e Limpeza, ou mesmo em insumos que serão entregues nos diversos postos de arrecadação de cada cidade.

Os Prefeitos, também decidiram realizar a distribuição das merendas destinadas aos alunos da rede pública em suas próprias residências, pelo período da quarentena.

Santo André, 05 de Abril 2020 (21.º Dia de Quarentena)

Edgard Brandão Jr. Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

SEÇÃO II – OUTROS TEMAS

Nota Técnica

27. CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DE FISIOTERAPEUTAS EM UMA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DA REGIÃO DO ABC PAULISTA

Paulo César Porto Deliberato

Resumo Executivo

Esta nota apresenta as características peculiares envolvidas na estruturação e desenvolvimento do curso de Fisioterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. A nota faz dois recortes: o primeiro, destaca o ensino de graduação da instituição, uma vez que nela também são oferecidos cursos nas áreas de pós-graduação lato e stricto sensu; o segundo, destaca o seu curso de graduação em fisioterapia, membro da Escola de Saúde da instituição.

O ensino de graduação pode ser considerado uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento produzido e divulgado pelas Instituições de Ensino Superior (IES), objetivando a formação de profissionais preparados para as exigências da sociedade contemporânea, tanto em nível municipal como regional, estadual e nacional.

No entanto, resguardado o fato de ser constituída como uma autarquia municipal, o ensino de graduação da USCS apresenta-se desde o seu nascedouro com fortes laços vinculados ao desenvolvimento do município de São Caetano do Sul e à região do Grande ABC Paulista, hoje melhor denominado Grande ABCDMRR (Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

É dentro desse contexto que a USCS expõe suas características como instituição municipal de ensino superior, entendendo que a qualidade do ensino implica pensar a instituição como uma unidade construída no inter-relacionamento de suas ações e por uma concepção pedagógica que enseje a concretização de sua missão, de sua visão e de seus valores.

Além disso, a instituição também entende o processo de ensino-aprendizagem como uma oportunidade para a aquisição de conhecimentos nas áreas afetiva, cognitiva, sociocultural e psicomotora em detrimento de experiências meramente técnicas e reproducionistas, num contexto que visa a oferecer a seus egressos da graduação competências, habilidades e conteúdos que instiguem o graduando a ser construtor de seu conhecimento, aprender a aprender, aprender a ser, aprender a viver junto e aprender a conhecer.

Breve histórico da USCS

Primeiramente denominada *Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais*, a instituição foi criada como autarquia pela Lei Municipal nº 1.611, de 19 de setembro de 1967, tendo iniciado suas aulas no dia 1º de agosto de 1968. Em 1970, foi rebatizada para *Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul*

(Imes - Lei nº 1.836, de 26 de maio de 1970) e no ano 2000 transformou-se em centro universitário.

A instituição foi novamente batizada em 2007, agora para *Universidade Municipal de São Caetano do Sul* (USCS), por força de lei (Lei Municipal nº 4.581 de 26 de dezembro de 2007), que também elevou o centro universitário à condição de universidade.

A universidade tem seus cursos de graduação integrados em Escolas, com módulos interdisciplinares, permitindo maior sinergia entre cursos de uma mesma área e contribuindo no processo de escolha de carreira.

Breve histórico do curso de fisioterapia

O Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade USCS foi autorizado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUN) sob parecer nº 007, de 23 de outubro de 2001, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia.

O processo de reconhecimento ocorreu em 2005, sendo oficializado pela Portaria CEE-GP 388/2005 em 07/12/2005, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Volume I em 08/12/2005; a renovação do reconhecimento do curso por mais 4 anos se deu pelo Parecer CEE 468/2008, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, p. 118, em 18/09/2008 e pela Portaria CEE-GP 485/2008, publicada em 20/09/2008. A partir de 2010, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e o Conselho Universitário (CONSUN) aprovaram a alteração do regime anual para semestral/modular por meio da Deliberação CONSEPE no. 20/2009, de 29/05/2009, que reestruturou os cursos da USCS sob o formato de “Escolas” por intermédio da Deliberação CONSEPE nº 14/2009, de 29/05/2009, criando-se dessa forma a **Escola de Saúde**. No ano de 2012, a Portaria CEE/GP nº 262/12 de 21/06/2012 oficializou a renovação do reconhecimento do curso pelo prazo de cinco anos; e no ano de 2017, a Portaria CEE GP nº 306/17 de 04/07/2017 renovou o reconhecimento do curso por mais 5 anos.

Escola de Saúde

A Escola de Saúde da USCS configura-se como uma proposta pedagógica inovadora porque permite ao discente desenvolver habilidades e competências próprias do profissional fisioterapeuta aliado ao convívio interprofissional e com foco no desenvolvimento humanístico, político, de integração social e profissional das diversas profissões que compõem a Escola de Saúde da USCS: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia.

A proposta pedagógica se baseia no conceito da interprofissionalidade e visa alcançar padrão elevado de qualidade a partir da convergência entre a teoria e a prática de mercado. Portanto, a proposta da Escola de Saúde da USCS não se resume apenas em uma nova estrutura curricular de disciplinas e semestres, mas em uma inovadora concepção de formação e desenvolvimento das capacidades relacionadas à pesquisa, ao entendimento, à articulação e à produção do conhecimento.

A garantia da qualidade do projeto se apóia na formação e na experiência do corpo docente, nos mecanismos de avaliação institucional, na infraestrutura técnico-administrativa, no acervo bibliográfico e no acesso às informações do ambiente virtual, nos instrumentos de desenvolvimento de práticas profissionais, na troca de

experiências com a comunidade e na dinâmica didático-pedagógica implementada por meio dos projetos integrados entre os cursos que compõem a Escola de Saúde e de programas e atividades de extensão.

O Quadro 1 apresenta a composição do curso de Fisioterapia da USCS.

Quadro 1: Composição do curso de Fisioterapia da USCS

Número de vagas oferecidas no Processo Seletivo	60 matutino e 60 noturno Total 120 vagas
Número total de vagas	480
Período de funcionamento	Matutino e noturno
Regime	Anual até 2009 Semestral a partir dos ingressantes em 2010
Número de turmas iniciadas por ano	04
Número de alunos por turma	60
Período máximo e mínimo para Integralização do Curso	
Mínimo	08 semestres
Máximo	14 semestres

Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Características da formação de fisioterapeutas na USCS

A premissa básica da formação de profissionais nas diversas escolas da USCS é o atendimento às necessidades da sociedade onde a instituição está inserida, utilizando procedimentos que posicionem a integração dos seus cursos com as exigências do mercado.

Essa proposta reflete uma postura baseada na tríade ética-técnica-ciência que busca a formação da consciência crítica e a possibilidade de discussão e de reflexão sobre conceitos e valores, desenvolvendo potencialidades, ampliando repertórios e, sobretudo, estimulando a criatividade.

A área de fisioterapia apresenta segmentos profissionais que lidam com pessoas de todos os níveis sociais e culturais. Essa situação solicita do profissional fisioterapeuta conhecimentos sobre relacionamento humano, capacidade de se comunicar, humanidade, tolerância, responsabilidade, bom senso, criatividade e honestidade.

A necessidade constante de atualização, de aperfeiçoamento e de embasamento metodológico-científico é uma exigência para a formação de um profissional fisioterapeuta apto a lidar com o mundo atual.

Como habilidades fins o egresso do curso de Fisioterapia da USCS chega ao mercado de trabalho apto a: (i) avaliar, identificar, planejar, prescrever, executar e dar alta do tratamento fisioterapêutico; (ii) saber fazer a promoção de saúde e a prevenção de

doenças, distúrbios e afecções; e (iii) coordenar grupos de profissionais da área de saúde, de fisioterapeutas e de estagiários.

Dada a sua formação multidisciplinar e interprofissional, construídas dentro da sua vivência diária na Escola de Saúde, o fisioterapeuta formado na USCS mostra ser um profissional consciente de suas habilitações e da necessidade de seu constante aperfeiçoamento profissional, acompanhando a evolução científica e tecnológica. Além disso, mostra-se capacitado para atuar em todas as áreas concorrentes à profissão, tanto no atendimento clínico como nas esferas educacional e científica, com respeito ao código de ética da profissão e pautando-se pela manutenção de uma personalidade íntegra e dignificante à profissão.

Para atender as exigências de entregar à comunidade um egresso altamente qualificado, a matriz curricular do curso de graduação em fisioterapia da USCS busca atender todas as necessidades apresentadas como fundamentais, por isso, o curso apresenta uma adequada concentração de carga horária nas disciplinas que visam a oferecer as formações básica, geral, pré-profissionalizantes e profissionalizantes.

Os blocos disciplinares propostos para o curso de graduação em fisioterapia da USCS têm a abrangência necessária à formação de um profissional voltado a todos os aspectos de saúde, pois não se pretende formar um fisioterapeuta voltado apenas a aspectos administrativos, e sim, com visão holística que lhe permita atuar de forma consciente em todas as áreas da saúde.

Os objetivos apresentados aos futuros fisioterapeutas desde o início do curso são contemplados pela matriz curricular plena do curso, pelas atividades acadêmicas de extensão, pelos dos trabalhos semestrais apresentados nas disciplinas, pelo trabalho de conclusão de curso, pelo desenvolvimento de pesquisa em iniciação científica e pela realização do estágio supervisionado obrigatório em fisioterapia.

A matriz curricular merece destaque, pois visa a preparar o futuro fisioterapeuta de forma ampla e generalista, contemplando a interdisciplinaridade por meio da interação com estudantes de outros cursos da saúde a partir das disciplinas cursadas em módulos comuns da Escola da Saúde da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Em relação à interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade), Gallo (1997) afirma que no ensino contemporâneo, sofremos de excessiva compartimentalização do saber. A organização curricular das disciplinas coloca-as como realidades estanques, sem conexão alguma, dificultando para os alunos a compreensão do conhecimento como um todo integrado à construção de uma cosmo-visão abrangente que lhes permita uma percepção totalizante da realidade, equívoco que pode ser facilmente superado pela concepção interdisciplinar de uma matriz curricular contemporaneamente planejada e continuamente atualizada para se adequar às mutantes e cada vez mais rápidas mudanças da vida social e comunitária.

O Fisioterapeuta, por definição, é um profissional de formação generalista, o que pressupõe uma formação pluralista. Suas diversas atribuições, em diferentes áreas de atuação, exigem um currículo abrangente que lhe permita uma percepção totalizante da realidade.

A interdisciplinaridade / transdisciplinaridade deve, portanto, estar contemplada na própria estrutura curricular do curso, garantindo o diálogo entre disciplinas das áreas básicas (humanas e biológicas), entre si e com as disciplinas ditas profissionalizantes.

Além disso, os conhecimentos das diversas áreas do saber presentes na estrutura da Escola de Saúde USCS, entrelaçados e engalfinhados, projetam-se uns em direção aos outros e mesmo para fora do próprio conjunto, fornecendo, por meio da transdisciplinaridade, a busca da indissociabilidade e do cumprimento do compromisso social do curso de Fisioterapia da USCS.

No atual contexto pedagógico, o curso de fisioterapia da USCS estrutura um modelo de processo de ensino que possa atender ao perfil do profissional fisioterapeuta necessário à região do Grande ABC Paulista, o que visa a contemplar fundamentalmente aspectos como a socialização do conhecimento acumulado pela humanidade; a apresentação de métodos para a construção do conhecimento; a articulação de métodos de ensino com o conhecimento específico para superação dos padrões reprodutivistas; a promoção da autonomia intelectual ensinando a *aprender a aprender*; a geração de questionamentos e propostas que busquem respostas científicas aos problemas da comunidade; e o compromisso efetivo com a transformação social.

Outra característica marcante da formação de fisioterapeutas na USCS é a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de maneira que a referência da prática profissional vivenciada desde o início do curso serve de diretriz para a organização dos conteúdos, que por sua vez são os indicadores para a seleção e alocação das disciplinas na matriz curricular.

Ao propor um conjunto articulado de atividades de ensino, pesquisa e extensão ao futuro fisioterapeuta egresso de suas fileiras, o curso de fisioterapia da USCS não se restringe à matriz curricular, mas estimula a realização de ações de professores e estudantes em seu fazer acadêmico inerentemente comprometido com a competência técnica e a responsabilidade social.

Ao propor maior participação discente no processo ensino-aprendizagem, estimulando a procura do conhecimento e a construção de projetos de pesquisa e de aplicabilidade na prática profissional do fisioterapeuta, a instituição acaba por criar espaços naturalmente investigativos e reflexivos.

Para atendimento às exigências requeridas pela modernidade para a atuação do futuro fisioterapeuta na região do ABCDMRR Paulista, o curso de fisioterapia da USCS busca promover continuamente a articulação de diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e de reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tanto em relação às características de saúde do município de São Caetano do Sul como da região onde ele se encontra inserido.

É dentro desse contexto que é introduzido o ensino prático que se constitui de atividades práticas supervisionadas pelos docentes e supervisores de ensino do curso de fisioterapia da USCS, entendendo-se o ensino prático como uma das premissas básicas para a formação profissional de excelência, considerando ser o fisioterapeuta um profissional de saúde que atua diretamente com seres humanos.

O marco mais significativo da formação do fisioterapeuta na USCS é o contato direto do estudante com a comunidade que ocorre tanto nos atendimentos ambulatoriais realizados na Clínica-Escola de Fisioterapia como nos atendimentos hospitalares realizados nos pacientes internados em hospitais e UTIs da região.

Paulo César Porto Deliberato. *Bacharel em Fisioterapia (1990), especialista em Traumatologia Desportiva (1992), mestre em Ciências do Movimento (2003), MBA em Gestão Universitária (2007) e especialista em Educação a Distância (2013). Gestor do curso de Fisioterapia da Universidade São Marcos (2000 a 2007 e Gestor do curso de Fisioterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) desde março de 2013. Possui experiência na área de Fisioterapia (ênfase em ergonomia e saúde do trabalhador), sendo autor dos seguintes livros: Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações (1ª edição: 2002; 2ª edição: 2017) e Exercícios terapêuticos: guia teórico para estudantes e profissionais (2007), ambos publicados pela Editora Manole.*

Referências Bibliográficas

GALLO, S. Conhecimento, transversalidade e educação: para além dos interdisciplinares. **Impulso**, Piracicaba, v.10, n. 21, p. 115-133, 1997.

SÃO CAETANO SUL. **Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Diretoria Administrativa.** Lei Municipal 1.611, de 19 de setembro de 1967. Dispõe sobre a criação da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais de São Caetano do Sul. Disponível em <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/detalhe.php?ind=9432&acao=B&thisOffset=3530>. Acesso em 27 de março de 2020.

SÃO CAETANO SUL. **Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Diretoria Administrativa.** Lei Municipal 4.581 de 26 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a criação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.CAETANO.DO.SUL/LEI-4581-2007-SAO-CAETANO-DO-SUL-SP.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL (USCS). **Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia.** São Caetano do Sul-SP, 2019 (adaptado).

Nota Técnica

28. SISTEMA CARCERÁRIO: EM BUSCA DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Maria Goretti Herkenhoff

Resumo Executivo

Esta nota técnica relata um projeto de ressocialização em presídio feminino localizado na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, entre 2017 e final de 2019

O objetivo deste artigo é apresentar, por meio de um testemunho pessoal, um projeto de ressocialização que foi desenvolvido no presídio feminino localizado na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, entre 2017 e final de 2019.

A título de ilustração, gostaria de iniciar evidenciando alguns dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A população carcerária no Brasil é a terceira maior no mundo: 841.000 no final de 2018. Esse número nos deixa atrás somente dos Estados Unidos e da China. Com um crescimento anual em torno de 8,3%, teremos algo próximo a 1,5 milhão em 2025.

Se separarmos por sexo, os homens representam 95% e as mulheres, 5%.

O número de prisões relacionadas ao tráfico de drogas representa 62% do total.

A questão da superlotação nos presídios brasileiros é de conhecimento geral. A taxa de ocupação nacional é de 197,4%, ou seja, quase dois presos para cada vaga. Este problema torna-se ainda mais grave quando se depara com determinadas situações comuns no ambiente carcerário. Entre as quais:

- péssimas condições sanitárias e problemas de saúde associados à transmissão de doenças;
- ausência de programas que possibilitem a reintegração do (a) detento (a) após o cumprimento da pena;
- falta de apoio psicoterapêutico para reduzir a agressividade e a cultura da violência;
- desinteresse em envolver os familiares no processo de recuperação / ressocialização.

Diante de uma realidade tão desoladora, fui convidada a trabalhar como voluntária num projeto idealizado por um grupo de agentes da Pastoral Carcerária. É importante ressaltar que a atuação da entidade não se restringe ao aconselhamento religioso. Engaja-se igualmente no zelo pelos direitos e pela dignidade humana no sistema prisional.

Para tornar efetiva sua implementação, foi essencial o apoio do governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e da Secretaria de Direitos Humanos.

A ação conjunta da Pastoral Carcerária e dos órgãos governamentais deu-se de várias formas:

- capacitação de pessoal voluntário para atuar no interior dos presídios;
- criação de espaços para abrigar a área administrativa e as oficinas utilizadas nas diferentes atividades;
- permissão para a circulação das voluntárias nas áreas acima citadas;

Em janeiro de 2017 iniciaram-se os primeiros trabalhos no presídio feminino, com atuação nas seguintes áreas:

- criação de grupos de apoio psicológicos com pessoal da área de saúde mental/emocional. Durante as sessões as detentas tinham a oportunidade de compartilhar suas histórias de vida, seus medos e anseios. Após uma enorme dificuldade inicial para falar diante das outras, observamos que depois de uns três meses a maioria passava a sentir-se mais confiante.
- implantação de oficinas (artesanatos, horticultura, confecção de doces, etc) e momentos dedicados à leitura e/ou estudo no espaço da biblioteca.
- um trabalho específico com as detentas em final do cumprimento de suas penas, visando à preparação para a volta da vida em liberdade, bem como o retorno ao mercado de trabalho.

Vou me ater a esta última área de atuação, uma vez que foi nela que trabalhei entre 2017 e 2019.

O primeiro passo era entrevistar as detentas aptas a receber o “benefício do treinamento”, como ficou conhecido o programa. Com esse primeiro contato procurávamos mostrar que elas teriam (por direito) uma vida livre e que deveriam ver no trabalho a principal ferramenta de reintegração na sociedade. Preparávamos seus currículos com os dados pessoais, grau de escolaridade, atividades profissionais anteriores e novas habilidades adquiridas nas oficinas.

Numa segunda etapa, encaminhávamos esses currículos para as empresas com as quais mantínhamos uma parceria. A postura acolhedora por parte dessas entidades comerciais ou prestadoras de serviço foi essencial para o sucesso do programa.

Após um período de três anos pode-se dizer que os resultados foram muito positivos.

Dentre as ex-detentas que conseguiram emprego, um número muito reduzido voltou a praticar algum delito. Isso por si só já é algo muito significativo num país com altos índices de reincidência criminal. Além desse resultado mensurável, o resgate da autoestima, da autoconfiança e da dignidade é igualmente importante.

Devido às obras de grande porte que estão sendo realizadas no presídio, o programa está suspenso neste ano. Acredito que essa experiência pode e deve ser implantada em todas as unidades da federação. A reintegração só é possível quando a sociedade e as autoridades governamentais olham para todas as pessoas como cidadãos e cidadãs. Isso significa dizer que, uma vez cumprida suas penas, têm o direito a uma vida livre, plena e feliz.

Maria Goretti Herkenhoff. *Graduada em Economia pela FEA-UFRJ (1980-1983). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (1984/1993). Trabalhou no Tribunal de Contas do Espírito Santo, de 1994/2015. Aposentada, atua como voluntária em projetos sociais nas áreas prisional / população de baixa renda.*

29. O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL POR MEIO DAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS

Antonio Aparecido de Carvalho
Laís Iolanda da Silveira
Milton Carlos Farina
Denise R. de O, Faustino
Edival V. da Silva Filho
Heloísa C. de Carvalho Santos
Igor Rodrigues Costa
Mateus Perroni

Resumo Executivo

A competitividade é inerente a todas as organizações e na busca por diferencial algumas empresas entenderam que o capital humano é essencial para o alcance dos resultados. As Universidades Corporativas (UCs) vem substituindo os antigos centros de treinamentos com o objetivo de desenvolver os colaboradores nas competências essenciais do negócio e não apenas para os cargos que ocupam. O presente artigo buscou identificar os resultados que as UCs trazem para o desenvolvimento profissional por meio de suas práticas e métodos utilizados. A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e o instrumento foi um questionário estruturado, cujos respondentes foram pessoas que trabalham ou já trabalharam em empresas que possuem UC. Os resultados do estudo apontaram que as UCs contribuem significativamente para o alcance dos objetivos das organizações e principalmente para o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

As Organizações

As organizações têm passado por inúmeros processos de mudanças para atenderem as necessidades dos clientes, bem como para se adaptarem ao mercado globalizado. Neste cenário elas devem se posicionar de maneira proativa, readequar sua estrutura e seus processos para serem competitivas.

O ambiente interno das organizações é impactado pelo ambiente externo e dessa forma para acompanhar as exigências da competitividade é preciso desenvolver os colaboradores, devido às necessidades de aprimorarem os seus conhecimentos, habilidades e competências. A gestão de pessoas é responsável pelo estabelecimento de políticas e práticas que são imprescindíveis na condução dos assuntos relacionados com as pessoas no que diz respeito à capacitação, investimento em educação, treinamento, desenvolvimento e carreira.

A Educação Corporativa diz respeito a um programa de educação e desenvolvimento utilizado pelas empresas com objetivo de desenvolver os colaboradores e parceiros do negócio nas competências relacionadas às estratégias da organização. Esse assunto vem crescendo à medida que as empresas percebem a importância do desenvolvimento de pessoas e com isso a área de Treinamento e Desenvolvimento estabelece a Educação Corporativa por meio das Universidades Corporativas (UCs).

Conforme Dutra (2002), a forma de gerir pessoas nas organizações vem passando por transformações, pois há um esforço em repensar o papel das pessoas e das

organizações nas relações de trabalho. Com isso, o papel das pessoas vem se tornando cada vez mais importante e a organização deve proporcionar um melhor ambiente de trabalho e uma comunicação adequada. Explica que é como uma balança que busca o equilíbrio, tanto as pessoas, quanto as organizações devem estar alinhadas em prol desta busca e que os processos de gestão de pessoas atuam para garantir a manutenção deste equilíbrio.

Segundo Gil (2001), o treinamento é o conjunto de experiências de aprendizagem centradas na posição atual da organização. Trata-se de um processo de curto prazo para melhorar o desempenho das pessoas em suas atividades relacionadas ao cargo. O desenvolvimento é um processo de aprendizagem não relacionado diretamente ao cargo, por ser um modelo voltado à educação em longo prazo.

A realidade das organizações mudou e surgiu a necessidade que os colaboradores contribuam de forma efetiva nos resultados do negócio. Organizações que tem centros de treinamento e desenvolvimento (T&D) buscam aprimorar os métodos de aprendizagem e entendem a importância do desenvolvimento do conhecimento e competência dos seus colaboradores. Com isso, necessitam renovar os seus centros de T&D, de modo que estejam alinhados a contribuir com a eficácia e o sucesso para a estratégia empresarial. “A missão da educação corporativa consiste em formar e desenvolver talentos na gestão dos negócios, promovendo a gestão do conhecimento, através de um processo de atividade ativa e contínua” (EBOLI, 2002, p. 194).

Eboli (2002) enfatiza que o principal objetivo da Universidade Corporativa é o desenvolvimento e a instalação das competências organizacionais e humanas, competências que são críticas para o alcance das estratégias de negócio. Afirma que a implantação de projetos bem sucedidos, baseiam-se em 8 práticas:

Prática 1: para estabelecer o elo entre o desenvolvimento de competências dos colaboradores e as estratégias de negócio é preciso focar na identificação, formação e a mobilização dessas competências;

Prática 2: o sistema de gestão do conhecimento estimula o compartilhamento de conhecimentos e a troca de experiências como fonte de vantagem competitiva;

Prática 3: utilização da tecnologia aplicada à educação. “Aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar”, através de recursos como a aprendizagem virtual que permite o uso dos conteúdos à distância;

Prática 4: forte compromisso da organização com a cidadania empresarial: exercitar a cidadania tem se mostrado uma das ferramentas mais eficazes no desenvolvimento de colaboradores;

Prática 5: um dos principais veículos de consolidação e disseminação da cultura empresarial;

Prática 6: líderes e gestores se responsabilizam pelo processo de aprendizagem: a importância de serem referências para as pessoas da organização;

Prática 7: avaliação dos resultados. Devido a ineficácia dos programas e o aumento da competitividade e da crise econômica, as organizações necessitam avaliar os custos com os treinamentos realizados;

Prática 8: formação de parcerias com instituições de Ensino Superior: a UC é uma alternativa para quem trabalha e busca um curso superior, assim as parcerias podem trazer benefícios em termos de custos e viabilidade;

Segundo Gdikian e Silva (2002), a Educação Corporativa passou a subverter o modelo tradicional de educação por meio da *internet* e com isso as organizações transferiram a responsabilidade do aprendizado para o aluno. Além da economia, o ensino virtual transforma o conhecimento e o capital intelectual dos colaboradores nos principais ativos das organizações, pois a *web* torna possível disseminar e treinar as pessoas numa velocidade jamais imaginada. Isso permite ao colaborador conquistar autonomia e flexibilidade para buscar novos conhecimentos.

Silva (2009) explica que foi nas empresas que a EaD cresceu e a Educação Corporativa teve sua expansão, atendendo mais pessoas do que na educação presencial. Estima-se que 50% das empresas que possuem UC utilizam a EAD como suporte para a realização de seus cursos.

A Pesquisa

Para o levantamento de dados foi realizada pesquisa quantitativa de caráter descritivo, com aplicação de questionários com perguntas fechadas, com o uso das redes sociais.

Utilizou-se uma escala de 0 a 5, em que quanto mais próximo de 5, representou a realidade da organização e quanto mais próximo de 0, não se tratava da realidade, utilizou-se a média ponderada. A pesquisa foi direcionada para pessoas que trabalham ou que já trabalharam em empresas que possuem UC's. O número de respondentes foi de 422 residentes das cidades do ABC Paulista.

Resultados

Sobre o perfil dos respondentes 51,9% são do gênero masculino; em relação ao cargo, os gestores representam 43,4%. Quanto ao ramo de negócio, 61,6% são de "serviços" e sobre a participação nas UCs, conforme Tabela 01, 73,5% participa no próprio local de trabalho, considerando os que assinalaram mais de uma alternativa.

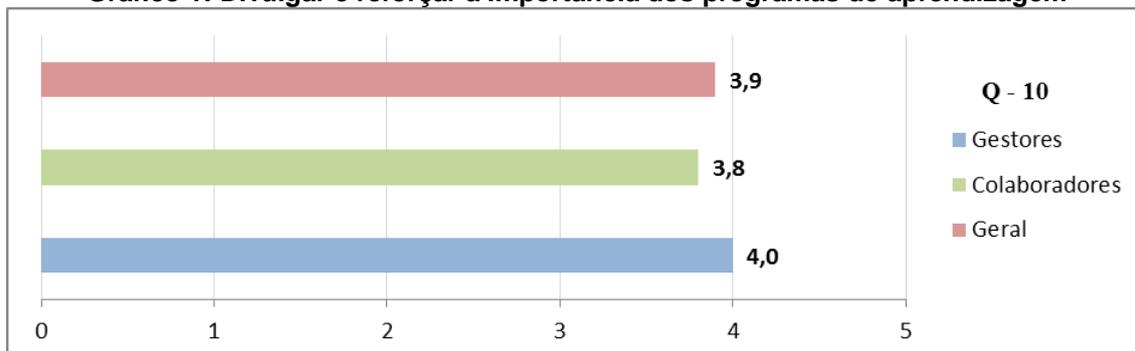
Tabela 1: Participação na Universidade Corporativa

Participação na Universidade Corporativa	n (amostras)	f (%)
No local de trabalho	130	30,8
Ensino a distância (EAD)	47	11,1
Em parceria com outra instituição de ensino	55	13,0
Ensino a distância (EAD) e em parceria com outra instituição	10	2,4
No local de trabalho e em parceria com outra instituição	28	6,6
No local de trabalho e ensino a distância (EAD)	64	15,2
No local de trabalho, EAD e em parceria com outra instituição	88	20,9
Total	422	100

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

Os gráficos a seguir apresentam os principais resultados da pesquisa.

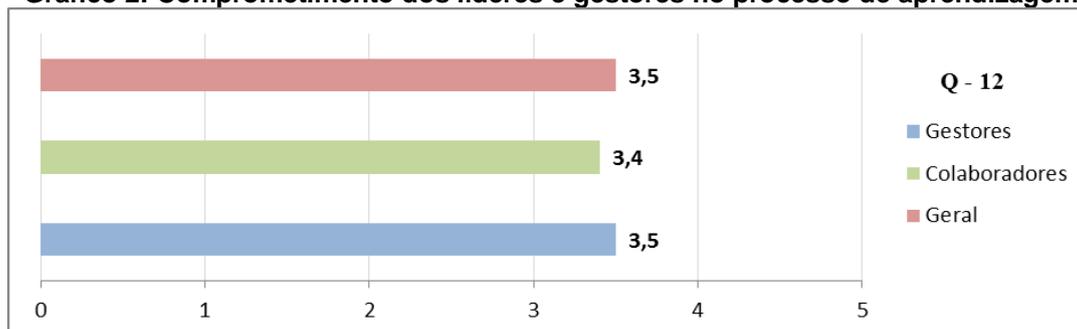
Gráfico 1: Divulgar e reforçar a importância dos programas de aprendizagem



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

A divulgação e reforço da importância dos programas de aprendizagem, a amostra geral e os colaboradores indicam que existe uma tendência para tornar-se realidade nas empresas. Quanto aos gestores resultados apontaram que se trata de uma prática nas organizações.

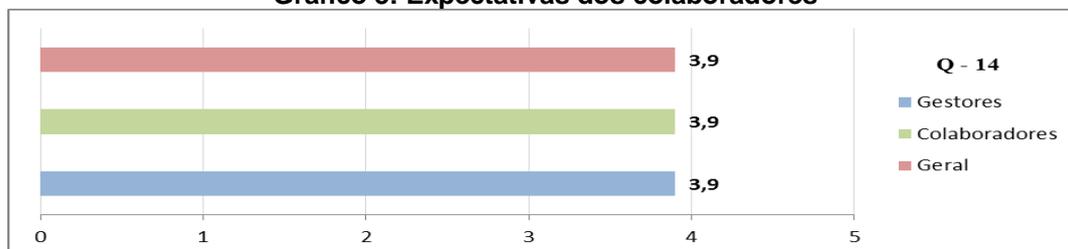
Gráfico 2: Comprometimento dos líderes e gestores no processo de aprendizagem



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

Todos os respondentes afirmativamente apontaram que o incentivo e a responsabilidade pelo processo de aprendizagem por parte dos líderes se inclinam a ser realidade.

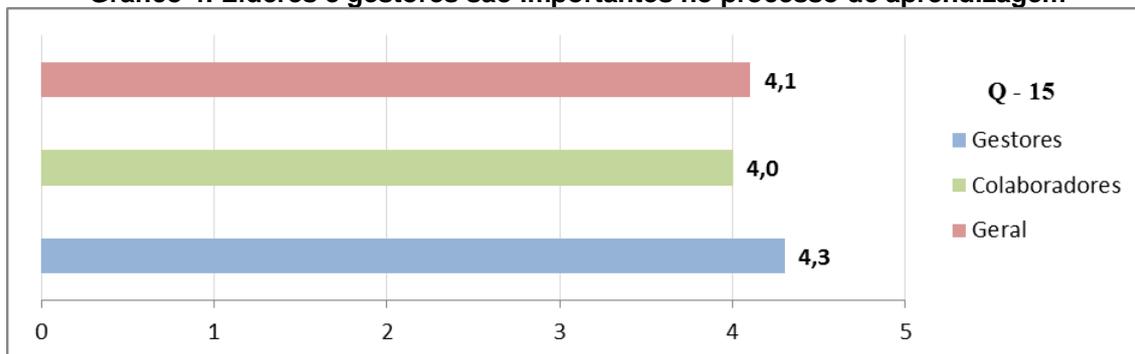
Gráfico 3: Expectativas dos colaboradores



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

Os resultados alcançados através da UC atendem as expectativas dos respondentes, pois confirmam ser fato nas empresas.

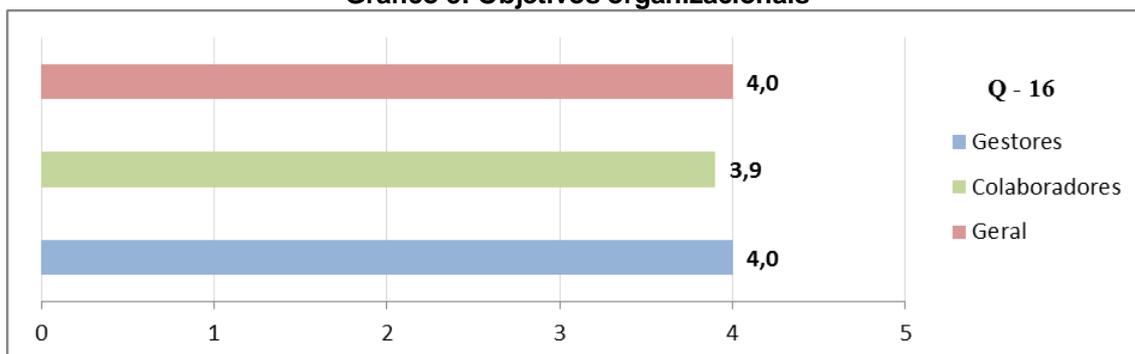
Gráfico 4: Líderes e gestores são importantes no processo de aprendizagem



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

Todos consideram que os líderes e os gestores tem papel importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas equipes.

Gráfico 5: Objetivos organizacionais



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

A amostra geral e os gestores, apontaram que na realidade das empresas, os treinamentos aplicados na UC atingem os objetivos organizacionais; para os colaboradores (média de 3,9), há uma tendência positiva de ser realidade nas organizações.

Conclusão

Segundo Eboli (2002), para que os programas de Universidade Corporativa tenham sucesso é imprescindível seguir alguns princípios e isso foi possível constatar na pesquisa. O primeiro princípio de fato representa a realidade vivenciada nas organizações, pois tanto os colaboradores quanto os gestores responderam que as UCs contribuem para o desenvolvimento e identificação das competências tanto para o aspecto humano, quanto para o negócio.

Sobre o segundo princípio os resultados confirmam a afirmativa de Eboli (2002) que

aponta a gestão do conhecimento como vantagem competitiva.

Em estudo de caso concluído por Alves dos Santos *et al* (2012) sobre a universidade corporativa, a empresa pesquisada está cada vez mais envolvida com o desenvolvimento de seus funcionários, hoje, vistos como elementos estratégicos para a obtenção da vantagem competitiva nos negócios.

No que diz respeito ao terceiro princípio que trata do uso da tecnologia e a aprendizagem, verificou-se que o ensino à distância é uma ferramenta fundamental no desenvolvimento dos colaboradores, pois os resultados indicaram que 49,53% dos respondentes já participaram de UC por meio do ensino à distância.

Em relação ao quinto princípio que trata da UC como veículo de disseminação da cultura, verificou-se que há uma tendência a ser realidade nas organizações, média de 3,9 na amostra geral, porém na visão dos gestores a mesma afirmativa é uma realidade, pois a média foi 4,0.

O sexto princípio de Eboli (2002), trata da importância dos líderes tornarem-se referência. Os dados apontaram que os líderes são imprescindíveis em todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento- média geral 4,1, verificando-se que há uma tendência a ser realidade em relação ao comprometimento e compromisso.

Além de Eboli (2002) sobre o oitavo princípio, Gdikian e Silva (2002) compartilham da ideia de que as parcerias entre organizações e instituições de ensino superior privado é benéfica. Constatou-se que as parcerias com instituições de ensino são práticas vivenciadas pelas organizações, pois 13% da amostra geral tem os treinamentos através dessas parcerias, além disso, identificou que mesmo as empresas que utilizam a UC no próprio local de trabalho ou por ensino a distância também possuem parcerias, representando 29,8% da amostra. Esses resultados indicam que mesmo as empresas que possuem suas próprias instalações de UC, precisam desenvolver parcerias, pois em determinado momento o espaço torna-se insuficiente para atender um grande número de pessoas e além disso para os colaboradores é muito importante, pois a UC é uma oportunidade para quem trabalha e pretende fazer um curso superior.

Uma das limitações da pesquisa foi a dificuldade de conseguir que a área de Gestão de Pessoas das organizações que possuem UC autorizassem a divulgação da pesquisa.

Sugere-se para futuras pesquisas a análise da estrutura de escolas existentes nas organizações referente as UCs, aprofundar o estudo por meio de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, aplicada respectivamente aos gestores e aos colaboradores, estudar e levantar as práticas de sucesso das melhores organizações que possuem UCs no Brasil, como a Universidade Corporativa Bradesco (UniBrad) e verificar evolução das organizações quanto as melhorias nos programas.

Antonio Aparecido de Carvalho. *Doutorando em Administração - USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós Graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante.*

Laís Iolanda da Silveira. Graduada em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo, pós graduada em Recursos Humanos, mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos, pós graduada em Docência do Ensino Superior, professora do curso de Administração da Faculdade São Bernardo.

Milton Carlos Farina. Doutorado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, vice gestor do PPGA da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Denise R. de O. Faustino. Graduação em Administração pela Faculdade de São Benardo do Campo – FASB.

Edival V. Da Silva Filho. Graduação em Administração pela Faculdade de São Benardo do Campo – FASB.

Heloísa C de Carvalho Santos. Graduação em Administração pela Faculdade de São Benardo do Campo – FASB.

Igor Rodrigues Costa. Graduação em Administração pela Faculdade de São Benardo do Campo – FASB.

Mateus Perrone. Graduação em Administração pela Faculdade de São Benardo do Campo – FASB.

Referências Bibliográficas

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas:** modelo, processos, tendências e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 210 p.

EBOLI, Marisa. O desenvolvimento das pessoas e a educação corporativa. In **As pessoas nas organizações.** FRANÇA, Ana Cristina Limongi; ARRELLANO, Elite Bernal (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2002. 306 p.

EBOLI, Marisa. **RAE – Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/37316/36079>. Acesso em 9 Mai. 2017.

GDIKIAN, Elizabeth Ayres; SILVA, Moises Correia da. **Educação estratégica nas organizações:** como as empresas de destaque gerenciam o processo de educação corporativa. São Paulo: Qualitymark, 2002. 96 p

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas:** Enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 307 p.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa.** A Gestão do capital intelectual através das Universidades Corporativas. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. 296 p.

SILVA, Robson Santos da. A educação corporativa: universidades corporativas. In **Educação à distância:** o estado da arte. LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Marcos Maciel (org.). São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 461 p.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Tecnologia da Informação Aplicada às Instituições de Ensino e às Universidades Corporativas.** São Paulo: Atlas, 2003. 248 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 213 p.

30. AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Vivian Machado

Resumo Executivo

O presente trabalho tem o intuito de identificar o tamanho do Sistema Cooperativo de Crédito, por meio de uma análise descritiva e comparativa, e o número total de cooperados nos municípios da Região do Grande ABC. Seria, este, portanto, um primeiro painel sobre o cooperativismo de crédito nessa importante região do país. Cooperativa de crédito é uma instituição financeira, supervisionada pelo Banco Central, que se forma a partir da associação de pessoas, que presta serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Por meio das cooperativas de crédito, o cidadão tem a oportunidade de obter atendimento personalizado para suas necessidades. As Cooperativas são mais competitivas dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN) nos segmentos do crédito rural, o crédito pessoal não consignado e capital de giro para pequenas e médias empresas. Como não visam lucros, direitos e deveres são iguais para todos os associados, a adesão é voluntária e um resultado positivo da cooperativa é repartido entre os cooperados, na proporção das quotas de participação de cada um. Igualmente, o rateio de eventuais perdas é feito na proporção dos serviços usufruídos. Desde 2019, o Banco Central vem atuando no sentido de incentivar o cooperativismo de crédito, no intuito de promover uma redução dos juros no mercado, especialmente nos segmentos mais relevantes na atuação das cooperativas. Se assim for. Isso pode significar mais desenvolvimento para a região do Grande ABC, a custos mais razoáveis para a população, seja no segmento de Pessoa Física (PF) ou no de pessoa jurídica (PJ).

Conceito e características das Cooperativas de Crédito

Cooperativas de crédito são instituições financeiras, são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, constituídas sob a forma de sociedade cooperativa (associação de pessoas), tendo por objeto a prestação de serviços financeiros exclusivamente aos seus associados, como abertura de conta corrente, concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor. As cooperativas de crédito são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países, tais como Alemanha e Holanda (PINHEIRO, 2008; p. 7).

Os depósitos em cooperativas de crédito são protegidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)^[1]. Em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições, o fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos.

As cooperativas de crédito funcionam de maneira semelhante aos bancos, oferecendo praticamente os mesmos serviços, tendo por base, porém, os princípios cooperativistas: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica

dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade^[2].

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), os cooperados são donos e usuários da cooperativa, ao mesmo tempo. Participam da gestão e usufruem de seus produtos e serviços, com igual poder de voto, independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa.

O cooperativismo não visa lucros. Direitos e deveres são iguais para todos e a adesão é livre e voluntária. Um resultado positivo da cooperativa é conhecido como sobra e é repartido entre os cooperados na proporção das operações que cada um realiza com a cooperativa. Mas, assim como os ganhos voltam para os cooperados, eles participam, também, do rateio de eventuais perdas, igualmente, na proporção dos serviços usufruídos.

Foi a Lei nº 5.764/1971 que instituiu a “Política Nacional de Cooperativismo”, definindo o regime jurídico das sociedades cooperativas, suas características, os princípios do cooperativismo e os tipos de cooperativas, que são: i) **Singulares**: constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas, onde é permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; ii) **Centrais ou Federações de Cooperativas**: constituídas de, no mínimo, três [cooperativas] singulares filiadas; e, iii) **Confederações de Cooperativas Centrais**: constituídas por, pelo menos três cooperativas centrais ou federações de cooperativas, da igual ou de diferentes modalidades^[3].

É significativo o potencial de crescimento do cooperativismo no Brasil. O cooperativismo de crédito no Brasil respondia, em dezembro de 2006, por 2,26% das operações de crédito realizadas no SFN e possuía 2,62% do patrimônio líquido total do SFN, atendendo a mais de três milhões de pessoas (Pinheiro, 2008; p. 8).

Já, em 2018, de acordo com o Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo - 2018, a quantidade de empresas cooperadas cresceu 18% e o segmento das pessoas físicas cresceu 8%. A carteira de crédito por sua vez, cresceu, no ano, 23%, atuando especialmente no crédito rural e no segmento de pequenas e médias empresas. Dessa forma, a participação das cooperativas na carteira de crédito total do SFN chegou a 3,8%, em 2018 e, no total de ativos, chegou a 2,7%.

Ao final de 2019, os ativos das cooperativas de crédito somam R\$ 296 bilhões. Mas, o Banco Central quer que esse volume de ativos chegue a R\$ 545 bilhões, até 2022 (Temóteo, 2020). Além disso, a meta da autoridade monetária é que o crédito cooperativo dobre de tamanho de forma que o crescimento da concorrência promova a redução dos juros para empresas e consumidores finais dos empréstimos. A meta do diretor de fiscalização do BCB é “aumentar de 9% para 20%, até 2022, a participação de mercado das cooperativas nas linhas de crédito em que são competitivas - entre elas estão crédito pessoal não consignado, crédito rural e capital de giro para empresas” (Temóteo, 2020).

"O Brasil possui 916 cooperativas de crédito e 10,1 milhões de cooperados. Se as cooperativas fossem uma única instituição financeira, já seriam o sexto maior banco do Brasil. Atualmente, representam 5% dos depósitos de todo o sistema financeiro. Na França, são 60% e, na Holanda, 39%. Há espaço para crescer no Brasil", disse [o diretor de fiscalização do BCB, Paulo Souza] (Souza *apud* Timóteo, 2020).

Cooperativas de Crédito e Cooperados no Grande ABC

De acordo com Divisão de Infraestrutura e Controle Operacional do Monitoramento (DIACO) do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (DESIG), na Região do Grande ABC, em fevereiro de 2020 existiam treze (13) sedes de Cooperativas de Crédito:

- i) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do SEMASA (SICOOB CECRESA);
- ii) Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo do Campo (CREDIABC);
- iii) Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo ABC (COOPER 7);
- iv) Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos do ABC (CREDABC);
- v) Cooperativa de Crédito de Livre Admissão e dos Transportadores Rodoviários de Veículos (SICOOB CREDCEG);
- vi) Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micro e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC (SICOOB GRANDE ABC);
- vii) Cooperativa de Crédito COGEM;
- viii) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da COOP (Cooperativa de Consumo dos Empregados do Supermercado Zona Sul S.A.);
- ix) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção – Divisão Vidro Plano;
- x) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril;
- xi) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Novelis;
- xii) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas do Grupo Econômico Rhodia (CREDIRHODIA);
- xiii) Cooperativa de Crédito dos Empregados do Grupo AKZO Nobel Brasil (COOP AKZONOBEL);

Seis (6) dessas sedes estão estabelecidas no município de São Bernardo do Campo; cinco (5) estão localizadas na cidade de Santo André e duas (2), em Mauá. Em dez (10) delas, o critério de associação é que a pessoa seja empregada ou servidora da empresa ou setor a que a Cooperativa se refere. Uma, é de livre associação. Uma das cooperativas é voltada para uma atividade profissional e uma é para empresários.

Também do Banco Central é a base de dados de cooperados por municípios. Nela, consta o número de cooperativas estabelecidas em cada cidade e o total de seus respectivos cooperados, considerando também outros critérios como: segmento (pessoa física ou jurídica); sexo dos associados; faixa etária; tempo de filiação e outros critérios contábeis relacionados aos serviços por eles utilizados em suas respectivas cooperativas.

A tabela 1 apresenta o total de cooperativas singulares atuantes nos municípios da Região do Grande ABC, com filiados, no período de junho de 2016 a junho de 2019. De acordo com o site do BCB, como várias delas atuam em mais de um município, algumas cooperativas de crédito estão contabilizadas mais de uma vez.

Observa-se que, no período, houve um crescimento médio de 6,7% nas unidades de cooperativas na região e 2,0% entre 2018 e 2019. Os municípios onde mais cresceu o número de unidades instaladas foram Ribeirão Pires, que passou de 66 para 82 (alta de 24,2%); e Mauá, com crescimento de 13,0%, foi de 108 para 122 cooperativas instaladas.

Tabela 1: Quantidade de Cooperativas Singulares*, com filiados nos municípios da Região do Grande ABC (junho de 2016 a junho de 2019)

Município	Total de Cooperativas				Variação % 2016/2019	Variação % 2018/2019
	Junho/19	Junho/18	Junho/17	Junho/16		
Diadema	125	117	111	115	8,7%	6,8%
Mauá	122	114	113	108	13,0%	7,0%
Ribeirão Pires	82	77	73	66	24,2%	6,5%
Rio Grande da Serra	52	52	51	52	0,0%	0,0%
Santo André	200	196	202	192	4,2%	2,0%
São Bernardo do Campo	186	190	186	184	1,1%	-2,1%
São Caetano do Sul	136	139	135	129	5,4%	-2,2%
Total na Região	903	885	871	846	6,7%	2,0%

Nota: Cooperativas que atuam em mais de um município são contadas repetidas vezes (BCB).
Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nas informações no Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).

No último ano da análise (entre junho de 2018 e junho de 2019), São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul tiveram fechamento de cooperativas, 4 e 3 unidades, respectivamente, com queda média de 2,0%. Rio Grande da Serra não apresentou variação no número de cooperativas de crédito instaladas no período.

Com relação ao número de filiados em cooperativas de crédito nos municípios do Grande ABC, a tabela 2 demonstra o crescimento foi de 17,8% em relação a junho de 2016 e de 9,6% em doze meses, totalizando 54.760 cooperados em junho de 2019.

Ribeirão Pires foi o município com o maior crescimento no número de cooperados entre 2016 e 2019 (41,7%), seguido de Mauá (29,2%) e Rio Grande da Serra (27,4%).

As cidades com o maior número de cooperados, em junho de 2019, eram São Bernardo (com 19.180) e Santo André (15.094) e o menor número de filiados a cooperativas de crédito estava no Rio Grande da Serra, com 526 cooperados.

**Tabela 2: Total de filiados constantes nos municípios da Região do Grande ABC
(junho de 2016 a junho de 2019)**

Município	Total de Cooperados				Variação % 2016/2019	Variação % 2018/2019
	Junho/19	Junho/18	Junho/17	Junho/16		
Diadema	5.570	4.955	5.010	5.108	9,0%	12,4%
Mauá	8.021	7.211	6.756	6.207	29,2%	11,2%
Ribeirão Pires	2.757	2.370	2.217	1.946	41,7%	16,3%
Rio Grande da Serra	526	439	416	413	27,4%	19,8%
Santo André	15.094	13.804	13.268	12.644	19,4%	9,3%
São Bernardo do Campo	19.180	17.859	17.871	16.523	16,1%	7,4%
São Caetano do Sul	3.612	3.331	3.456	3.654	-1,1%	8,4%
Total na Região	54.760	49.969	48.994	46.495	17,8%	9,6%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nas informações no Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).

O fechamento de algumas cooperativas de crédito em São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo, entre 2018 e 2019, resultou na redução no total de filiados apenas na primeira cidade (São Caetano). No período, houve crescimento de 16,1% no número de cooperados em São Bernardo. São Caetano, todavia, teve crescimento no último ano da análise, de 8,4%, passando de 3.331 para 3.612 filiados.

A etapa a seguir traz uma breve comparação das principais características dos cooperados da Região do Grande ABC, em junho de 2019, em relação a junho de 2016.

Algumas características dos cooperados da Região

Analisando o número de cooperados no Grande ABC, segundo o segmento, entre 2016 e 2019 (tabela 3), observa-se que cresceu a participação do segmento Pessoa Jurídica (PJ), passando de 5,9% para 9,6% do total. Em números absolutos, o número de cooperados PJ cresceu quase 90% (de 2.755 para 5.231). O segmento Pessoa Física (PF) representava 94% do total de cooperados em junho de 2016 e 90,4% em junho de 2019. O número de cooperados desse segmento cresceu 13,2% (passando de 43.740 para 49.529).

Tabela 3: Total de filiados constantes nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o segmento ao qual pertencem (Junho de 2016 a junho de 2019)

Município	jun/19				jun/16			
	Cooperados PF	%	Cooperados PJ	%	Cooperados PF	%	Cooperados PJ	%
Diadema	5.021	90,1	549	9,9	4.783	93,6	325	6,4
Mauá	7.372	91,9	649	8,1	5.870	94,6	337	5,4
Ribeirão Pires	2.362	85,7	395	14,3	1.833	94,2	113	5,8
Rio Grande da Serra	508	96,6	18	3,4	408	98,8	5	1,2
Santo André	13.839	91,7	1.255	8,3	11.983	94,8	661	5,2
São Bernardo do Campo	17.345	90,4	1.835	9,6	15.455	93,5	1.068	6,5
São Caetano do Sul	3.082	85,3	530	14,7	3.408	93,3	246	6,7
Total na Região	49.529	90,4%	5.231	9,6%	43.740	94,1%	2.755	5,9%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nas informações no Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).

Com relação ao sexo dos cooperados, não ocorreu grandes alterações entre 2016 e 2019. O número de homens supera o de mulheres. Os homens representam perto de 58% ou 59% do total de cooperados e as mulheres, entre 41% e 42% (tabela 4).

Tabela 4: Total de filiados constantes nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o sexo (Junho de 2016 a junho de 2019)

Município	jun/19				jun/16			
	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%
Diadema	1.943	38,7	3.078	61,3	1.911	40,0	2.872	60,0
Mauá	2.761	37,5	4.609	62,5	2.174	37,0	3.695	63,0
Ribeirão Pires	1.066	45,1	1.296	54,9	858	46,8	975	53,2
Rio Grande da Serra	144	28,3	364	71,7	116	28,4	292	71,6
Santo André	5.943	42,9	7.895	57,1	4.798	40,0	7.183	60,0
São Bernardo do Campo	7.667	44,2	9.674	55,8	6.704	43,4	8.746	56,6
São Caetano do Sul	1.248	40,5	1.834	59,5	1.422	41,7	1.986	58,3
Total na Região	20.772	41,9	28.750	58,1	17.983	41,1	25.749	58,9

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nas informações no Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).

Quanto à faixa etária (tabela 5), a partir dos dados relativos a junho de 2019, observa-se que mais da metade dos filiados (quase 51%) tinha entre 30 e 49 anos e perto de 27% tem entre 50 e 69 anos. Os mais jovens (com até 29 anos) representam 18,2% do total, enquanto os mais velhos (com mais de 70 anos) representam 4,6% do total de filiados.

Tabela 5: Total de filiados constantes nos municípios da Região do Grande ABC, segundo a faixa etária (Junho de 2019)

Município	jun/19							
	Até 29 anos	%	30 a 49 anos	%	50 a 69 anos	%	> 70 anos	%
Diadema	926	18,4%	2.848	56,7%	1.099	21,9%	148	2,9%
Mauá	1.853	25,1%	4.094	55,5%	1.345	18,2%	80	1,1%
Ribeirão Pires	431	18,2%	1.221	51,7%	645	27,3%	65	2,8%
Rio Grande da Serra	127	25,0%	268	52,8%	104	20,5%	9	1,8%
Santo André	2.994	21,6%	6.934	50,1%	3.379	24,4%	532	3,8%
São Bernardo do Campo	2.371	13,7%	8.530	49,2%	5.480	31,6%	964	5,6%
São Caetano do Sul	295	9,6%	1.197	38,8%	1.116	36,2%	474	15,4%
Total na Região	8.997	18,2%	25.092	50,7%	13.168	26,6%	2.272	4,6%

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).
Elaboração própria.

Por fim, quanto ao tempo de filiação (tabela 6), a maioria está filiado entre 1 e 5 anos (41%), mas cerca de 24% está entre 5 e 10 anos e outros 19,3% são filiados há mais do que 10 anos. Os filiados há menos tempo representam 15,7%.

Tabela 6: Total de filiados constantes nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o tempo de filiação (Junho de 2019)

Município	jun/19							
	até 1 ano	%	1 a 5 anos	%	5 a 10 anos	%	+ de 10 anos	%
Diadema	954	17,1%	2.457	44,1%	1.219	21,9%	940	16,9%
Mauá	1.403	17,5%	3.726	46,5%	1.723	21,5%	1.169	14,6%
Ribeirão Pires	551	20,0%	1.360	49,3%	351	12,7%	495	18,0%
Rio Grande da Serra	109	20,7%	203	38,6%	110	20,9%	104	19,8%
Santo André	2.481	16,4%	5.943	39,4%	3.616	24,0%	3.054	20,2%
São Bernardo do Campo	2.620	13,7%	7.267	37,9%	4.980	26,0%	4.313	22,5%
São Caetano do Sul	500	13,8%	1.504	41,6%	1.113	30,8%	495	13,7%
Total na Região	8.618	15,7%	22.460	41,0%	13.112	23,9%	10.570	19,3%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nas informações no Banco Central do Brasil (BCB - Cooperados por Município – vários anos).

Considerações Finais

Os dados analisados por hora demonstram que dos 13 segmentos de cooperativas estabelecidas na Região do Grande ABC, a grande maioria deles (10) são voltadas para empregados ou servidores de determinadas empresas. Santo André e São Bernardo do Campo são os municípios que concentram mais sedes dessas instituições.

Há nessas cooperativas uma concentração de filiados do segmento de pessoas físicas. E entre os filiados, eles são na maioria homens, com idades entre 30 e 69

anos e são filiados há mais de 5 anos (mais de 43%), o que é interessante, tendo em vista que a maioria se trata de empregados em empresas ou segmentos específicos.

Tendo em vista os objetivos do Banco Central de incentivar o cooperativismo de crédito no país, de forma a promover condições de juros mais justas no mercado, o Grande ABC como um todo pode se beneficiar desse segmento e a partir dele promover maior desenvolvimento nos sete municípios da Região.

Notas

[1] Mais informações sobre o FGCoop, vide: <https://www.fgcoop.coop.br/>.

[2] Sobre os princípios, vide: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>.

[3] Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>.

Vivian Machado. Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Informalidade Urbana. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 13.03.2020.

_____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.** Data-base: Dezembro/2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/9_panorama_sncc_2018.pdf. Acesso em: 13.03.2020.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil.** 6ª edição. Brasília: BCB, 2008.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - História do Cooperativismo. Os 7 Princípios Universais Que Regem o Cooperativismo. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 14.03.2020.

TEMÓTEO, Antonio. **BC quer que cooperativas dobrem número de empréstimos para reduzir juros.** Artigo publicado em 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/17/banco-central-cooperativas.htm>. Acesso em: 14.03.2020.

Nota Técnica

31. STARTUPS UNICÓRNIOS: EMPRESAS INOVADORAS BILIONÁRIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO

Álvaro Barbosa da Silva Junior

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objetivo apresentar a situação das empresas startups nacionais que se tornaram unicórnios, com o valor de mercado acima de US\$1 bilhão, e seus reflexos na economia do país. Também será discutido sobre algumas empresas startups do Grande ABC Paulista que são fortes candidatas a se tornarem os próximos unicórnios nacionais.

O que é Startup Unicórnio?

Unicórnios, na mitologia, são criaturas mágicas e raras. Foi o jeito que uma investidora do fundo americano Cowboy Ventures, Aileen Lee, encontrou para descrever as startups que conseguem **atingir a marca de US\$ 1 bilhão em avaliação de mercado**. Startup, vale lembrar, é o nome dado a qualquer empresa de base tecnológica e que consegue crescer seu negócio de maneira escalável rapidamente – o que justifica, para muita gente, que sites de comércio eletrônico não são startups, por exemplo, embora essa seja uma discussão cheia de controvérsias. Outra discussão controversa é se uma empresa pode ser chamada de startup se tiver capital aberto em bolsa.

O que Aileen buscava, na época, era achar uma palavra que demonstrasse como é difícil conseguir que uma empresa alcançasse esse porte. Os números da Associação Brasileira de Startups (ABStartups) exemplificam bem esse espírito: hoje, no País, existem mais de 12.760 startups, **mas apenas dez delas alcançaram o status “raro”**.

Nos EUA e na China, ecossistemas mais desenvolvidos e que recentemente tiveram diversos unicórnios, já há quem busque um animal mais raro: “o decacórnio” – apelido dado às startups que alcançam a marca de US\$ 10 bilhões em valor de mercado. A rigor, a única empresa brasileira que chegou a essa cotação foi o Nubank – uma vez que Stone e PagSeguro, ambas com capital aberto na bolsa de valores americana, só alcançaram esse patamar quando já eram listadas. Há ainda uma série de empresas brasileiras que podem virar unicórnios em breve.

Quase 50% dos unicórnios encontram-se nos Estados Unidos e 25% estão na China. Apesar da evidente concentração de mercado, nestes últimos anos outros países vêm ganhando visibilidade e acrescentando nomes ao seleto grupo. Hoje, 27 países já têm Unicórnios para chamarem de seus, e, de acordo com o site *Crunch base*, o Brasil foi o terceiro país que mais produziu novos unicórnios em 2019, com 5 ao todo. Não estávamos nem na segunda semana de 2020 quando a Loft se tornou mais uma startup brasileira a chegar nesse patamar.

Definição de Unicórnios

Definimos como Unicórnio qualquer startup que atingiu um valuation de US\$1 bilhão. Diferente de algumas definições vigentes na literatura, estamos considerando também startups que chegaram a esse valor por meio de um IPO. Definimos como startup uma

empresa de base tecnológica e modelo de negócios escalável, que opera ou operou em condições de incerteza extrema e com origem independente. É esta última definição que exclui a PagSeguro, spin-off do UOL e Grupo Folha.

Quais são os unicórnios brasileiros?

99

O que faz: App de transporte

Mercado: Transportes / Público-alvo: P2P

Quando virou unicórnio: janeiro de 2018

Criada em São Paulo em 2012 pelo trio Paulo Veras, Ariel Lambrecht e Renato Freitas, a 99 se tornou um unicórnio em janeiro de 2018, ao ser adquirida pelo equivalente a US\$ 1 bilhão pelo grupo chinês Didi Chuxing. Na época, o pagamento total foi de US\$ 600 milhões – a empresa asiática já tinha participações na 99 antes de efetuar a compra.

PagSeguro

O que faz: Meios de pagamento

Mercado: Finanças / Público-alvo: B2B2C

Quando virou unicórnio: janeiro de 2018

Pertencente ao UOL, a empresa de meios de pagamento PagSeguro se tornou um unicórnio brasileiro ao abrir seu capital na bolsa de valores de Nova York. Foi uma das aberturas de capital mais bem sucedidas das companhias brasileiras no exterior: ao final do primeiro dia no mercado, a companhia estava avaliada em US\$ 9,2 bilhões. Hoje, vale US\$ 15,44 bilhões.

Nubank

O que faz: Cartão de crédito e serviços financeiros

Mercado: Finanças

Quando virou unicórnio: março de 2018

Ao receber uma rodada de investimentos de US\$ 150 milhões do fundo DST Global, o Nubank revelou ao Estado que tinha virado um unicórnio – a empresa, alega, no entanto, que já havia chegado a essa avaliação de mercado antes da rodada. Poucos meses depois, o Nubank foi avaliado em US\$ 4 bilhões, ao receber fundos da chinesa Tencent. Em julho deste ano, se tornou a primeira startup brasileira a se tornar um decacórnio, ao receber US\$ 400 milhões do fundo americano TCV, chegando à avaliação cerca de US\$ 10 bilhões.

Stone

O que faz: meios de pagamento

Mercado: Finanças / Público-alvo: B2B

Quando virou unicórnio: outubro de 2018

Fundada pelo carioca André Street em 2012, a Stone se beneficiou de uma mudança regulatória para crescer no mercado brasileiro de maquininhas de cartão de crédito.

Foi crescendo pelas beiradas, buscando espaço em um setor controlado pela dupla Rede e Cielo, e, ao abrir capital na bolsa de valores de Nova York em 2018, chegou à avaliação de unicórnio.

iFood/Movile

O que faz: delivery de comida

Mercado: E-commerce / Público-alvo: B2C

Quando virou unicórnio: novembro de 2018

Aqui há um caso de 2 em 1: o iFood, que pertence à holding Movile, recebeu em novembro de 2018 um aporte de US\$ 500 milhões dos fundos Naspers e Innova Capital, ligado a Jorge Paulo Lemann. Com isso, a startup de delivery de comida tornou-se um unicórnio e, de quebra, levou junto a sua dona, a Movile, a se tornar outro. Vale dizer que a Movile, além do iFood, também tem investimentos em startups como Sympla e é dona do Playkids.

Gympass

O que faz: serviço de assinatura de academias e atividades físicas

Mercado: Saúde e Bem-estar / Público-alvo: B2B

Quando virou unicórnio: junho de 2019

Uma semana depois da Loggi foi a vez da Gympass ganhar o status "mítico": a empresa recebeu um aporte de US\$ 300 milhões liderado pelo SoftBank e pelo General Atlantic, fundo americano com experiência em startups. A startup tem um modelo de negócios ousado: oferece um plano de "assinatura de academias e atividade físicas" a empresas, que por sua vez repassa esse sistema como um benefício a seus funcionários. Hoje, está em 14 países, incluindo os EUA.

Loggi

O que faz: entregas

Mercado: Logística e Mobilidade Urbana / Público-alvo: B2B

Quando virou unicórnio: junho de 2019

Há algo em comum entre as três startups brasileiras que se transformaram em unicórnios em 2019: todas elas alcançaram tal marca graças a investimentos do grupo japonês SoftBank, que abriu um fundo avaliado em US\$ 5 bi para o mercado latino. A primeira delas é a Loggi, fundada pelo francês Fabien Mendez em São Paulo – ele se mudou para o Brasil inspirado pela capa da Economist com o Cristo Redentor decolando. A startup de entregas levantou US\$ 150 milhões em uma rodada liderada pelos japoneses.

QuintoAndar

O que faz: aluguel de residências

Mercado: Imobiliário / Público-alvo: B2B2C

Quando virou unicórnio: setembro de 2019

Fundada em 2013 pela dupla de empreendedores Gabriel Braga e André Penha, o Quinto Andar intermedia a relação entre proprietários e inquilinos, dispensando a

necessidade de seguro fiança, fiador ou caução. Hoje, está presente em 25 cidades brasileiras e fecha 4,5 mil contratos por mês. Virou unicórnio ao receber US\$ 250 milhões em uma rodada liderada pelo SoftBank e pelo fundo americano Dragoner.

Ebanx

O que faz: processa pagamentos

Mercado: Finanças / Público-alvo: B2B

Quando virou unicórnio: outubro de 2019

Primeiro unicórnio da região Sul, a Ebanx permite que empresas estrangeiras como Spotify, Airbnbe Aliexpress vendam produtos e serviços a brasileiros, cobrando em moeda local. Fundada em 2012, em Curitiba, pelo trio Alphonse Voigt, João del Valle e Wagner Ruiz, a empresa já tem mais de 600 funcionários e atua em vários países da América Latina – para onde pretende fazer sua expansão. Virou unicórnio ao receber um novo aporte do fundo de privateequity FTV, do Vale do Silício. Arthur Lazarte, de 35 anos: engenheiro aeroespacial deixou BCG para criar estúdio de games na casa dos pais, em 2011.

Wildlife

O que faz: games para celular

Quando virou unicórnio: dezembro de 2019

Fundada em 2011, em São Paulo, ainda como Top Free Games (TFG), a Wildlife é o unicórnio de trajetória mais discreta até aqui: alcançou a avaliação de mercado de US\$ 1,3 bilhão após receber um aporte do Benchmark Capital (de Uber, Twitter e Snapchat), em sua segunda rodada na história. Criada pelos irmãos Victor e Arthur Lazarte na casa dos pais, com investimento inicial de US\$ 100, a empresa faz jogos gratuitos para celular, mas fatura com microtransações – venda de itens cosméticos ou que melhoram o desempenho do jogador nas partidas. Até o fim de 2019, deve acumular 2 bilhões de downloads em títulos como Sniper 3D, Colorfy e Tennis Clash. Também é um dos unicórnios mais 'globais' do País: tem escritórios em quatro países e seus games frequentam o ranking dos mais baixados, no iOS e no Android, em mais de 100 territórios diferentes.

Loft

O que faz: compra, reforma e venda de imóveis residenciais

Mercado: Imóveis

Quando virou unicórnio: janeiro de 2020

Fundada em agosto de 2018 por Mate Pencz e FlorianHagenbuch, criadores também da gráfica digital Printi, a Loft usa tecnologia para dar novo gás a um negócio antigo: comprar, reformar e vender apartamentos. Ela começou em três bairros da capital paulista e já se expandiu para 18 deles - negociou 1.000 apartamentos residenciais em 2019. A companhia mira a entrada em novos mercados do Brasil e da América Latina.

TABELA - AS STARTUPS UNICÓRNIOS DO PAÍS

Nome	Segmento	Fundação	Sede	Quando virou unicórnio	investimentos
99	Mobilidade	2012	São Paulo-SP	Janeiro 2018	US\$ 241 milhões
Nubank	Fintech	2013	São Paulo-SP	Março 2018	US\$ 728 milhões
Pag Seguro	Fintech	2006	São Paulo - SP	Março 2018	US\$ 10,67 bilhões (IPO)
Stone	Fintech	2012	São Paulo - SP	Outubro 2018	Desconhecido
IFood	Alimentação	2011	São Paulo - SP	Novembro 2018	US\$ 592 milhões
Gympass	Hrtech	2012	New York/NY	Janeiro 2019	US\$ 300 milhões
Loggi	Logística	2013	São Paulo - SP	Junho 2019	US\$ 295 milhões
Quintoandar	Proptech	2012	São Paulo - SP	Setembro 2019	US\$ 335 milhões
Ebanx	Fintech	2012	Curitiba-PR	Outubro 2019	US\$ 12 bilhões (IPO)
Wild Life	Entretenimento	2012	São Paulo - SP	Dezembro 2019	US\$ 60 milhões
Loft	Proptech	2018	São Paulo- SP	Janeiro 2020	US\$ 263 milhões

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de dados da Distrito Inside VC.

10 Startups brasileiras mais cotadas para se tornarem unicórnios em 2020

Buser

Sede: São Paulo/SP

Fundação: 2017

Segmento: Mobilidade

A Buser é um aplicativo que oferece o serviço de compra de passagens de ônibus para viagens intermunicipais. A promessa é de economia de até 60% na tarifa cobrada, o que é possível por seu sistema de fretamento colaborativo em grupo. O valor da passagem é definido com base na quantidade de pessoas interessadas no mesmo trajeto, já que o valor total do serviço de frete é dividido por cada um dos usuários. A startup deseja revolucionar o transporte coletivo, tanto intermunicipal quanto urbano. Para este já está dando início a um projeto-piloto em duas cidades no Sul do país.

Porque pode se tornar unicórnio

No último ano a startup recebeu um investimento de mais de R\$ 300 milhões liderado pelo fundo japonês Softbank. O investimento foi surpreendente, dado que a startup operou por 6 anos sem receber nenhum aporte. Com metas ambiciosas e capital, a Buser tem chances de se tornar um unicórnio.

CargoX

Sede: São Paulo, SP

Fundação: 2013

Segmento: Logística

CargoX é uma transportadora que usa a tecnologia para conectar empresas a caminhoneiros e tornar o transporte mais seguro e eficiente.

Em 2017 a empresa cresceu 750% e dobrou de tamanho em 2019. Com o intuito de resolver o problema de capital de juros de pequenos negócios, a startup lançou uma linha de financiamento de R\$ 100 milhões para transportadoras do agronegócio. No final deste ano, a empresa pretende começar sua expansão internacional.

Porque pode se tornar unicórnio

Em 2020 a CargoX pretende expandir seu market place e ampliar os serviços financeiros às mais de 1 mil empresas frotistas cadastradas na plataforma, visando um crescimento de 20% ao mês. Entre seus investidores estão o Valor e Goldman Sachs.

ContaAzul

Sede: Joinville, SC

Fundação: 2012

Segmento: Fintech

Com os olhares voltados para a contabilidade, o ContaAzul oferece um SaaS para Gestão Financeira na nuvem focada em pequenas e médias empresas.

O ContaAzul cuida da operação, automatizando processos e diminuindo a burocracia, atendendo a uma nova demanda de empreendedores contadores e/ou empresas que conseguem aumentar o tempo dedicado a questões mais estratégicas.

Em outubro de 2019 lançou serviço para folha de pagamentos permitindo que informações como férias ou 13º salário sejam disponibilizadas em tempo real, facilitando o cálculo de holerite e tributação ao contador e aos negócios.

Porque pode se tornar unicórnio

1ª empresa selecionada pela aceleradora 500 startups no Brasil. Desde 2012 recebe investimentos da Ribbit Capital, além da Monashees, Valar Ventures e Tiger Global Management. Os objetivos são de aumentar a integração com bancos e fintechs para permitir abertura de conta corrente, pagamentos e pedidos de crédito no próprio sistema da Conta Azul.

Creditas

Sede: São Paulo/SP

Fundação: 2012

Segmento: Fintech

A Creditas, que operou até 2017 sob o nome de BankFacil, fornece produtos relacionados a crédito com garantia imobiliária ou automotiva. Seu modelo de negócios permite que ela ofereça taxas abaixo das praticadas em linhas de crédito pessoal ou cartões, por exemplo, chegando a um valor inferior até ao crédito consignado, um dos menores disponíveis. Em 2020, a empresa pretende expandir para o México e aumentar seu portfólio de produtos.

Porque pode se tornar unicórnio

Em julho de 2019 a Creditas recebeu um aporte de U\$ 231 milhões de dólares liderado pelo Softbank, o que aproximou muito a startup da marca de unicórnio.

Dr. Consulta

Sede: São Paulo/SP

Fundação: 2012

Segmento: Healthtech

A rede de clínicas populares conta com 58 unidades em 3 estados (SP, RJ, MG), oferece agendamento de consultas, exames laboratoriais e procedimentos simples. Além disso, conta com modelos de atendimento em parceria com a Sulamérica, fazendo parte do atendimento junto a planos de saúde e operando internações em 11 hospitais, incluindo o Hospital Oswaldo Cruz.

Por que pode se tornar unicórnio

O Dr. Consulta tem participação de investidores como Jorge Paulo Lemann, Nizan Guanaes e o criador da OdontoPrev, Renato Velloso, além de fundos de investimento como o Madrone Capital Partners e Kaszek Ventures. Além disso, o mercado atingível é enorme, visto que apenas 25% da população tem planos de saúde. No entanto, se a empresa voltar sua atenção a trazer lucros ao invés de crescer seu valuation, um cenário plausível, pode ser que demore a atingir a marca.

MadeiraMadeira

Sede: Curitiba/PR

Fundação: 2009

Segmento: Proptech

Um exemplo de pivotagem forçada, a empresa familiar de e-commerce de móveis e artigos de decoração que antes exportava pisos e revestimentos para os Estados Unidos foi atingida pela crise de 2008 e começou a vender produtos de construção, reforma e decoração de forma digital. A MadeiraMadeira ganhou escala aprimorando seu modelo logístico e implementando o dropshipping (onde não existe estoque próprio e o produto é enviado diretamente do fornecedor para o consumidor final). Em 2018, lançou a Bulky Log, venture própria para operar a logística do negócio.

Por que pode se tornar unicórnio

Já captou investimentos da Monashees, Kaszek Ventures, Flybridge Capital Partners, e e.bricks Ventures. Sua última rodada, de US\$110mi, foi liderada pelo SoftBank. Seu conselho conta com NirajShah, da Wayfair, e Christian Friedland, fundador da Build.com.

Neon

Sede: São Paulo/SP

Fundação: 2014

Segmento: Fintech

A Neon Pagamentos oferece contas sem tarifas, cartões de créditos e investimento por meio de plataforma digital. Mesmo com a liquidação extrajudicial do Banco Neon, que operava suas transações, em 2018, a empresa segue crescendo em clientes, funcionários e investimento captado, agora em parceria com o Banco Votorantim. A empresa agora concentra seus esforços nas micro e pequenas empresas, com a Conta Neon Pejota e a aquisição da MEI Fácil, startup focada em atender os microempreendedores individuais.

Por que pode se tornar unicórnio

Em Novembro de 2019, a Neon recebeu um aporte de R\$ 400 milhões do fundo General Atlantics e do Banco Votorantim, consolidando um dos maiores aportes brasileiros de Series B já realizado. Seu ritmo acelerado de crescimento e captação tem tudo para atingir a marca do bilhão.

Olist

Sede: Paraná/PR

Fundação: 2015

Segmento: Adtech

O marketplace dos marketplaces. Quem sabe seja essa a melhor forma de explicar a Olist, que oferece ao lojista que quer vender em diversos canais digitais, facilitando a integração tecnológica, de gestão e logística em um só local.

Além de uma comissão de 20% sobre a venda, a startup cobra uma taxa de instalação de 450 reais e uma mensalidade que vai de 50 a 100 reais.

Hoje, lojistas já podem listar suas mercadorias através da Olist em muitos dos principais marketplaces da internet, como Mercado livre, B2W (Submarino, Americanas e Shoptime), Via Varejo (Casas Bahia e Ponto Frio), Amazon, Walmart, e até a MadeiraMadeira, que também está no páreo.

Por que pode se tornar unicórnio

Além dos investimentos de SoftBank, Red point eventures e Valor Capital Group, a estratégia para o futuro é ambiciosa: passar de sete mil para mais de 100 mil lojistas clientes nos próximos dois anos, se conectar a outros unicórnios como Rappi e Loggi e oferecer mais serviços aos lojistas, como serviços financeiros.

Resultados Digitais

Sede: Florianópolis/SC

Fundação: 2011

Segmento: Adtech

A Resultados Digitais nasceu em 2011, antes do marketing digital ser considerado tão essencial quanto hoje - pelo menos no Brasil. De lá para cá, vem desenvolvendo seu carro-chefe, o software RD Station, para atender às necessidades de pequenas e médias empresas que buscam adquirir e reter clientes, crescendo por meio da avaliação de leads e comunicação online. Além do RD Station, a Resultados Digitais também organiza o RD Summit, o maior evento de marketing digital e vendas no país, e produz conteúdo voltado a educar empreendedores sobre a importância da técnica para crescer.

Por que pode se tornar unicórnio

Por pertencer ao segmento de marketing digital, um mercado em franca expansão, a Resultados Digitais vem atraindo a atenção de diversos investidores. Em 2019, a startup recebeu um investimento de R\$200 milhões liderado pelo fundo norte-americano Riverwood Capital.

VTEX

Fundação: 1999

Segmento: Adtech

Sede: São Paulo/SP

A VTEX é uma pioneira na digitalização do varejo no Brasil, com uma plataforma de e-commerce em nuvem ofertada em formato SaaS que visa permitir que qualquer empresa tenha sua loja virtual. A empresa já possui 14 escritórios e atua em 28 países na América Latina, Estados Unidos e Europa. Atende 2.500 médios e grandes varejistas como Whirlpool, Levi's, O Boticário, Coca-Cola, L'Oréal, Motorola, Nestlé, Sony e Walmart. Em maio, a Vtex se juntou com a Totvs em uma joint venture, chamada ROC (RetailOperations Center), que auxilia na experiência omnichannel para os clientes e para o varejista.

Por que pode se tornar unicórnio

A VTEX recebeu US\$140 milhões do Softbank em 2019 através do LatinAmerica Fund. Com crescimento de 43% ao ano nos últimos 5 anos e faturamento de 180 milhões de reais, ela tem grandes chances de crescer ainda mais em 2020.

O mercado de empresas startups no Grande ABC Paulista

Com o advento das empresas de tecnologia e inovação, novos ecossistemas empresariais vem surgindo nos locais onde antigamente prevalecia as indústrias, o comércio e as empresas prestadoras de serviços em geral. As novas formas de gestão acelerada, incluindo aí as empresas startups, possibilitam mudanças dramáticas nas relações profissionais como jamais vistas antes. Isso permite que novas empresas, muitas delas startups enxutas, passem a disputar o mercado em condições de igualdade com empresas de maior porte. Muitas vezes, essas startups acabam por oferecer serviços que as empresas maiores teriam mais dificuldade em oferecer.

A região do Grande ABC Paulista caracteriza-se por ter um mercado pautado principalmente por indústrias. Com as seguidas crises econômicas dos últimos anos o setor industrial, bastante sensível as oscilações econômicas, sofreu duros revezes. Resultando no fechamento de muitas indústrias, incluindo aí as do Grande ABC Paulista. Com essas indústrias de portas fechadas, a região passou a depender exclusivamente do comércio e das empresas prestadoras de serviços. O surgimento das empresas startups, muitas delas nos últimos anos, pode ajudar e muito a economia da região. E com as características sociais, econômicas e empresariais que possui, o Grande ABC Paulista tem tudo para ser tornar um pólo de tecnologia com diversas dessas empresas batizado com o nome de ABCValley, assim como o Vale do Silício nos EUA.

Desafios para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor do ABC Paulista

Identifica-se que a comunidade e sociedade civil estão criando uma cultura empreendedora e dinâmica para formar o ABCValley. Contudo, os agentes públicos, principalmente o Consorcio Municipal da Região do ABC não demonstrar fazer parte deste movimento ou ecossistema de forma institucional. Constata-se movimentos isolados por parte do Município de Santo André, que colocou em pratica a iniciativa do PitchGov (<http://www.pitchgov.sp.gov.br/>) cujo objetivo é a realização de chamamentos públicos, para que interessados apresentem soluções inovadoras às demandas indicadas pelo município. Em São Caetano do Sul, foi anunciado parcerias com empresas de tecnologia Google *for Education* e também a reforma de espaços públicos para abrigar parques tecnológicos. E ainda, no ano de 2019 a Prefeitura de São Bernardo do Campo, apresentou uma via mais acadêmica com o projeto *Open Pitch* voltando para seleção de trabalhos de conclusão de cursos de formandos do ensino superior. Constatando assim, que de forma Institucional não existe uma comunicação conjunta de políticas públicas para apoiar um direcionamento do Ecossistema de Startups no ABC Paulista.

No mapa apresentado em sua plataforma digital para o ano de 2019, a região do ABC constava com:

Startups	55
Aceleradoras	1
Incubadora	1
Coworking	10
Investidores	1
Empresas	24
Universidades	3
Entidades Governamentais	0

Startups do Grande ABC Paulista mais cotadas para se tornarem unicórnios em 2020

Atualmente a região do Grande ABC Paulista ainda não possui uma startup unicórnio. Mas existem algumas empresas startups da região que tem grandes possibilidades de se tornarem as próximas unicórnios, são elas:

Filho Sem Fila (<https://www.filhosemfila.com.br/>)

Fundação: 2014

Segmento: Educação

Sede: Santo André/SP

Founders: Leonardo Gmeiner (CEO), Rubens Rodrigues (CTO)

Idealizado e desenvolvido em 2013, o Filho sem Fila é o primeiro aplicativo a proporcionar segurança e agilidade a alunos, pais e equipes escolares na hora da saída.

Atende escolas de todo o País, com mais de 120 instituições. Está presente em mais de dez Estados brasileiros e 30 cidades, nas quais promove a economia de 30 horas/ano para cada pai que utiliza o sistema diariamente. Atualmente, são mais de 30 mil alunos e 50 mil pais ou responsáveis usuários do sistema. De 2014 até agora, o Filho sem Fila já contabilizou mais de 800 mil chamados e soma mais de 10 mil dias economizados para seus “Pais e Mães sem Fila”.

Bilheteria Express (<https://www.bilheteriaexpress.com.br>)

Fundação: Junho 2013

Segmento: Entretenimento

Sede: São Caetano do Sul/SP

Founders: Fábio Damas, Paulo Damas, Gustavo Soares

A plataforma foi criada após os empreendedores constatarem dificuldade na aquisição de ingressos para eventos culturais no ABC, especialmente peças teatrais. Contudo, a solução ultrapassou as fronteiras regionais e no portal da *startup* é possível adquirir *tickets* para espetáculos em diversas cidades e estados. Desde a sua fundação, em 2013, até hoje, o portal já comercializou entradas para mais de 8 mil eventos. Atualmente, a Bilheteria Express conta com uma máquina, desenvolvida em parceria com a empresa Cielo, que promete modernizar bastante o controle e a venda de ingressos pelos produtores finais.

Álvaro Barbosa da Silva Júnior. Advogado e Pós-graduado em Atualização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Presidente da Comissão de Internet das Coisas (Oit) da Subseção dos Advogados de São Caetano do Sul. Associado do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS). Integrante da Associação Brasileira de startups através da Startup Trato a Trato.

Referências Bibliográficas

O Estado de São Paulo. Unicórnios brasileiros: saiba quais e o que são essas startups ‘raras’. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,unicornio-brasileiro-startups-raras-bilhao,70003003789>

Distrito.me. Corrida dos Unicórnios 2019. Disponível em: <https://distrito.me/> (requer cadastro)

Distrito.me. Corrida dos Unicórnios 2020. Disponível em: <https://distrito.me/> (requer cadastro)

Base de dados StartupBase. Disponível em: <http://startupbase.com.br>

A2 Portal de Notícias. Filho sem Fila: exemplo de startup que deu certo. Disponível em: <http://www.a2.jor.br/site/2017/03/filho-sem-fila-exemplo-de-startup-que-deu-certo/>

Blog eqseed. Startups brasileiras 2020: como investir no próximo ‘unicórnio’. Disponível em: <https://blog.eqseed.com/startups-brasileiras-investir-proximo-unicornio/>

32. O TERRITÓRIO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE PRELIMINAR DO APL METALMECÂNICO DO GRANDE ABC

Filipe R. C. Souza

Resumo Executivo

Este estudo visa a apresentar, de maneira preliminar, o projeto Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico do Grande ABC como instrumento de promoção do desenvolvimento regional ao identificar os atores envolvidos, a partir de pesquisa bibliográfica e de investigação empírica composta por estudo de dados do segmento metalmeccânico da região do Grande ABC, além de análise documental e registros dos acordos e convênios firmados pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC no âmbito do APL.

Até o final da década de 1970, período marcado pelo padrão de produção fordista/keyneasiano, o território era visto como sendo algo inerte, desprovido de sujeito. Com a crise do fordismo, o Estado-nação perde espaço na arena de decisões global, tornando-se ao mesmo tempo pequeno demais para negociar com o capital internacional e grande demais para lidar com os novos desafios dela resultante. (FAVARETO et al., 2015).

Neste novo paradigma do momento econômico global, os territórios e, de maneira particular as metrópoles, apresentam-se como entes dinâmicos, com forças centrípetas capazes de concentrar os fatores de atração de capital, atividade econômica, investimentos e, conseqüentemente, de trabalhadores. Esse dinamismo promove o crescimento das áreas metropolitanas, com geração de emprego e a renda e a existência de serviços especializados em abundância e diversificação. Por outro lado, nos países do capitalismo periférico, convivem com um “subproduto”: pobreza, exclusão, desigualdade.

O protagonismo das grandes cidades nos mercados globais tem demonstrado que é preciso debater o modelo de arranjos institucionais, principalmente no terceiro mundo, a fim não de pensar o território por seus limites formais ou de jurisdição. Ao contrário, mostra-se necessário analisá-los como parte integrante e atuante em uma nova ordem mundial, a fim de incluí-los um ambiente fértil ao surgimento projeto real e sustentável de desenvolvimento. Sob este panorama, o projeto APL Metalmeccânico do Grande ABC é uma tentativa de construção de um território democrático e inclusivo.

O novo paradigma do capitalismo e a reterritorialização do desenvolvimento

O panorama produtivo resultado da globalização é marcado fortemente pela desintegração vertical e horizontal entre as empresas, e, conseqüentemente, por uma nova disposição da produção internacional, baseada em redes transnacionais tanto na esfera financeira, produtiva e comercial, na qual o Estado nacional aparece “grande demais” para regular e mediar as relações entre os atores. Para criar um sistema produtivo mais autônomo capaz de propor uma ruptura – no contexto da especialização flexível^[1] – com o subdesenvolvimento e a dependência, faz-se necessário promover uma adaptação eficaz aos novos paradigmas do padrão de acumulação pós-Fordista ou regime de acumulação flexível, baseado no “toyotismo” e

em aglomerações de pequenas e médias empresas marcadas por uma forte “institucionalidade intra-aglomerado, mediadora do binômio cooperação-competição” (COSTA, 2007, p. 44).

Nesse novo momento do capitalismo, mutuamente as cidades e os Estados nacionais têm seu papel reconfigurado, passando por um reescalonamento de forças e arranjos cujo objetivo é constituirlos adequadamente neste novo paradigma econômico. O local como motor de uma economia mais fragmentada e regionalizada, “nódulos *marshallianos* das redes globais de produção” do desenvolvimento capitalista, a cidade voltada tanto para dentro como para fora, no sentido de conciliar a infraestrutura e a produção local com as necessidades do mercado global (BRENNER, 2010).

O Estado nacional, com políticas nacionais solapadas, passa a ter um papel de mediador dos interesses nacionais em uma economia cada vez mais glocalizada. As instâncias político-institucionais subnacionais são a “tentativa e erro” de criar estruturas fixas capazes de otimizar o fluxo capitalista nas cidades, nas quais emergem tanto políticas de fixação de investimentos quando os “contraplanos” ou “contraprojetos”, tornando as organizações territoriais de governança neste nível uma grande arena de interesses. É necessário criar novas soluções de escala para se alcançar uma solução analítica e ao mesmo tempo política para os atuais processos de reterritorialização e suas implicações na geografia socioeconômica dos Estados nacionais. (BRENNER, 2010).

Para Brandão (2011), especificamente em um país desigual como o Brasil, é necessário dedicar ainda mais tempo ao debate acerca da descentralização e do reescalonamento do Estado. Faz-se necessária a pesquisa neste campo com o intuito de compreender mais profundamente a “capacidade do Estado brasileiro e de sua institucionalidade de definir políticas, explicitando sua territorialidade e seus centros de decisão presentes em várias escalas e instâncias” (p. 135). Neste sentido, o autor fundamenta-se em Brenner (2004 apud BRANDÃO, 2011, p. 135) para afirmar que é preciso “ampliar a interpretação da ação estatal para além do aparelho do Estado [...], o que compreende o conjunto de relações sociais distintivas incorporadas ou expressas através das instituições do Estado”.

Dado o panorama de reconfiguração produtiva e conseqüentemente reescalonamento territorial do Estado, na visão de Klink, o nível da “cidade-região seria o âmbito mais adequado para elaborar iniciativas político-institucionais novas e flexíveis, tais como exigidas no novo cenário da globalização” (KLINK, 2001, p. 14). Para Bagnasco (2001), que estudou a formação dos distritos industriais italianos, sua história confirma: o processo de globalização é acompanhado por claros processos de regionalização do desenvolvimento. Apesar do papel chave que desempenham na reestruturação econômica global, o surgimento de “cidades-região”, alerta Klink, não pode ser dissociado do lado político do processo de reestruturação do território, sobretudo da composição política das coalizões locais por trás do novo regionalismo. Tais arranjos tendem a favorecer mais o capital, em detrimento do fator “trabalho” (KLINK, 2001).

O território como sujeito econômico: o Arranjo Produtivo Local (APL)

A partir do final da década de 1990, os Arranjos Produtivos Locais, termo que passou a ser fortemente utilizado como um conjunto de atores políticos, econômicos e sociais cujo foco consiste em uma mesma atividade econômica e que possuem vínculo entre si, remetendo ao conceito de distritos industriais *marshallianos*, foram uma das principais políticas com foco no desenvolvimento regional. Sob esta concepção, conhecimento e a inovação, como aspectos centrais da competitividade, seriam

diretamente influenciados por conjunturas institucionais e organizacionais como os APLs (CASSIOLATO; LASTRES 2003, 2000).

Esta abordagem, apesar da evolução que representou no debate acerca de políticas de desenvolvimento local, em termos político-teóricos centra-se na firma como agente protagonista e parte da análise de micro, pequenas e médias empresas dispostas geograficamente num mesmo território, com um enfoque tradicional da economia industrial, negligenciando novas dimensões dos territórios produtivos, e da produção e o papel de possíveis novos sujeitos produtivos (COCCO, 2006).

É preciso analisar o Arranjo Produtivo Local como território produtivo: espaço social, econômica e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores), que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Tal conceito aproxima a aglomeração produtiva do conceito de território, no que se refere a um espaço de projetos conflitantes entre diversos atores, mas no qual se percebe a necessidade de se construir um pacto territorial em prol do desenvolvimento, solapando interesses particulares (COCCO, 2006; COSTA, 2007).

Apesar de um panorama aparentemente favorável a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como indica Costa (2007, p. 4) “pode-se dizer [...] que a atuação do setor público no apoio ao desenvolvimento de APL no Brasil [...] em grande parte, vem assumindo um caráter eminentemente voluntarista”. Para este autor, devido a certo modismo inicial na análise destes conglomerados, observa-se certa desorganização da esfera pública no Brasil acerca do tema, com a “banalização” do termo APL, desconhecimento do papel de cada ente no desenvolvimento do aglomerado e diversas instituições muitas vezes nele atuando de maneira não integrada e desarticulada (COSTA, 2007).

Ou seja, a institucionalidade local e a pré-disposição para a cooperação e execução de ações em conjunto por parte dos agentes privados são, de modo geral, muito baixas – o grau de desenvolvimento do capital social nas aglomerações brasileiras, com algumas exceções, é, portanto, baixo. Por consequência, praticamente são inexistentes a capacidade de governança das aglomerações brasileiras para a formação de um pacto territorial. No geral, os aglomerados industriais brasileiros configuram-se mais fortemente, na visão de Costa (2007), como potenciais APL.

Garcez et al. (2010, p. 39) falam na necessidade de “uma nova geração de políticas para os arranjos produtivos locais” no Brasil. De acordo com os autores, as possibilidades para a formulação e implementação desta agenda são ao mesmo tempo urgentes e animadoras, sendo “imperativa a exploração de novas alternativas de desenvolvimento, equidade, coesão conhecimento e sustentabilidade” (GARCEZ et al., 2010, p. 39).

Para ser efetiva, contudo, de acordo com Garcez et. al (2010) é preciso que tais políticas estejam apoiadas em alguns elementos, a listar: (i) a ênfase na geração de conhecimento e o desenvolvimento das capacidades inovativas locais; (ii) a seleção mais acurada e técnicas dos projetos de APL a serem desenvolvidos; e (iii) a atualização do conteúdo das políticas, tendo em vista o estímulo a ações coletivas e sistêmicas que gerem sinergias e resultem no desenvolvimento sustentável dos diferentes arranjos e suas empresas, assim como dos territórios que os abrigam.

Análise preliminar do APL metalmecânico do Grande ABC

A fim de analisar o setor metalmecânico Grande ABC a partir do prisma de território produtivo, contextualizando-o a esta “nova geração de projetos APL”, é preciso compreender: (1) o processo de composição institucional a ele adjacente e (2) o universo e distribuição das empresas pela atividade econômica no território. Os investimentos no setor metalmecânico (montadoras de veículos, fabricantes de autopeças, indústria de bens de capital, eletroeletrônica) e no setor químico a partir da década de 1950 transformaram a região do Grande ABC no maior aglomerado industrial da América Latina. Tal processo desencadeou a presença de empresas transnacionais e a formação de um conjunto de empresas fornecedoras de pequeno e médio porte; a constituição de uma classe operária e de um sindicalismo ativo e com poder político; e crescimento urbano e populacional, através de um intenso processo migratório (RAMALHO; RODRIGUES; CONCEIÇÃO, 2009).

Com a crise fiscal do Estado nacional, na década de 1980, e a abertura econômica promovida no Brasil durante a década seguinte, o pilar econômico de base fordista em que se sustentava o Grande ABC foi profundamente abalado. A crise desta região, a partir dos anos 1990, relacionada com o processo de reestruturação produtiva das empresas globais, resultou no fechamento de fábricas, no aumento do desemprego, e no deslocamento de investimentos produtivos para outras localidades. A gravidade da situação social imposta pela nova conjuntura econômica colocou em xeque a proposta produtiva anterior, de base fordista (RAMALHO; RODRIGUES; CONCEIÇÃO, 2009).

Durante a crise da década de 1990, a institucionalidade presente no Grande ABC foi capaz de combater o “municipalismo autárquico”^[2], ou seja, a conduta excessivamente autônoma dos entes municipais e buscar, a partir da inspiração em experiências internacionais, uma estrutura de governança com o intuito de congregiar entes sindicais, políticos e empresariais em prol de um projeto regional mais amplo de desenvolvimento. A resposta ao questionamento de sua vocação veio, no início da década de 1990, com a criação de uma Câmara Setorial da indústria automobilística, experiência de negociação tripartite (sindicatos, empresas e governo) inovadora quanto à elaboração de uma política industrial regional por ter exercitado um mecanismo democrático de gestão pública setorial e porque representou um aprendizado para os atores sociais da região do ABC – que iria se refletir mais tarde na criação da Câmara Regional do ABC em 1997 (DANIEL, 2001; RODRÍGUEZ POSE; TOMANEY; KLINK, 2001; RAMALHO; RODRIGUES; CONCEIÇÃO, 2009).

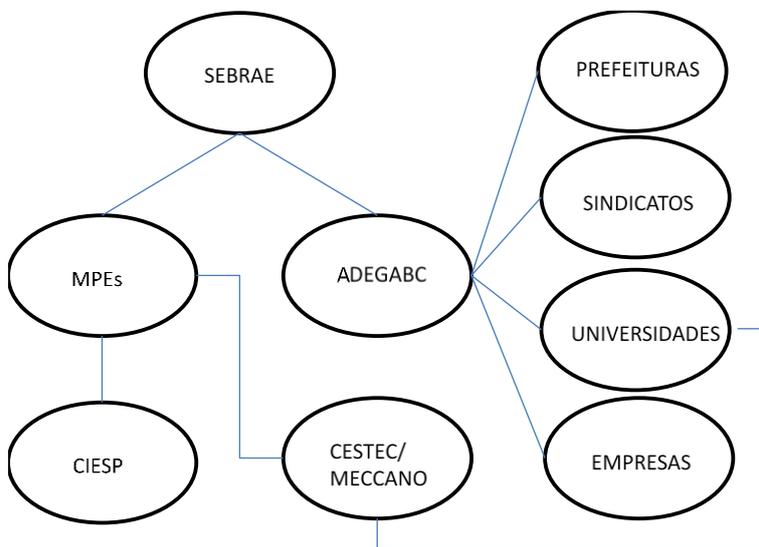
Desde a fundação, a Câmara Regional criou grupos de discussão para debater questões regionais específicas e propor ações regionais, inclusive prevendo os atores mais condizentes e as fontes de financiamento. O primeiro desafio foi priorizar as propostas e então estruturá-las de forma a convertê-las em uma estratégia regional viável. Os primeiros acordos regionais no âmbito da Câmara Regional foram firmados em 1997 e previram ações de infraestrutura, meio-ambiente, turismo e desenvolvimento econômico, entre os quais a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC – ADEGABC. Surgida também como associação civil de direito privado para ser um braço executivo do Consórcio em políticas setoriais de desenvolvimento econômico, estão em seu quadro de cotistas o Consórcio Intermunicipal Grande ABC (49% das cotas) e diversas instituições da sociedade civil organizada como Sindicatos, Universidades, Associações Empresariais, entre outros (com uma participação de 51% nas cotas). A ADEGABC representou uma inovação deveras importante para a revitalização da estratégia regional, na visão de Rodríguez Pose, Tomaney e Klink:

“[...] the Agency can be considered as the legal branch of the council of the ABC region, which formally has no legal shape. Through its Development Agency, the same mix of actors of that is represented in the council will be able to sign technical agreements with external agencies and receive financial resources.” (RODRÍGUEZ POSE; TOMANEY; KLINK, 2001, p. 468).

O aumento da capacidade institucional local via Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC representou um empreendimento bem-sucedido, a ponto de encorajar, à época, atores relutantes a se associarem à instituição, sobretudo grandes companhias locais. Este foi um passo importante para a formação de uma base mais sólida para uma nova abordagem de política industrial local, apesar de sua efetiva colaboração ainda ter sido pouco analisada (RODRÍGUEZ POSE; TOMANEY; KLINK, 2001).

O primeiro registro formal de tentativa de formalização de um projeto específico com foco no desenvolvimento de setores estratégicos para o ABC data de 2004, tendo na ADEGABC o *hub* centralizador. O processo Sebrae-SP nº 099/2004 protocola um convênio tripartite entre Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Sebrae-SP e Sebrae Nacional, cujo objeto consistia na condução de um projeto de desenvolvimento de micro e pequenas empresas dos setores Plásticos e Autopeças e Ferramentaria (este último como embrião do APL metalmeccânico). A figura 1 resume a teia de atores partícipes do projeto em suas fases, no período entre 2004 e 2010, entre diversas idas e vindas, sendo um primeiro elemento de compreensão da articulação demandada. Este seria, portanto, o embrião de um arranjo institucional coligado à renovação do APL metalmeccânico do Grande ABC.

Figura 1: Arranjo institucional do projeto APL Metalmeccânico do Grande ABC



Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS

De outro lado, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foi possível realizar um mapeamento de atualização do setor e de sua concentração do território, tendo como base um recorte produtivo construído pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, encomendado à época da implantação dos projetos de APL na

própria Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Como método, levaram-se em consideração as divisões industriais do Código Nacional da Atividade Econômica (CNAE) versão 2.0, pertencentes à seção da indústria de transformação. Os dados seguem dispostos na tabela 1.

A partir deste recorte, foram identificados aproximadamente 3,6 mil estabelecimentos, distribuídos por todos os sete municípios do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). Importante destacar, todavia, que tal período não captura a desmobilização setorial resultante da saída da Ford da região, a qual poderá ser percebida nos dados da RAIS nos estudos subsequentes, conforme atualização desta base pelos órgãos competentes.

Tabela 1: Caracterização do Setor Metalmeccânico do Grande ABC (2018) – número absoluto de estabelecimentos por município (classificação CNAE 2.0)

CNAE 2.0 Div	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul	Total
22 Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	226	76	24	3	100	119	57	605
24 Metalurgia	33	17	2	0	26	27	12	117
25 Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	281	194	47	4	221	189	77	1.013
26 Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	25	11	4	0	15	45	28	128
27 Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	57	10	4	0	20	44	23	158
28 Fabricação de Máquinas e Equipamentos	131	46	26	0	128	148	42	521
29 Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	51	35	12	1	46	72	19	236
30 Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	4	1	0	0	3	3	8	19
32 Fabricação de Produtos Diversos	39	34	4	0	47	48	43	215
33 Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	88	70	29	4	191	158	47	587
Total	935	494	152	12	797	853	356	3.599

Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, com base em dados do RAIS/CAGED (2018).

Para os objetivos desta nota, porém, a análise serve para demonstrar como ainda é importante a presença do setor no Grande ABC, em todos os municípios, e, conseqüentemente, de uma institucionalidade tripartite oriunda da mobilização produtiva do território, mesmo em contexto de adversidade econômica. Tal análise inicial fundamenta-nos, ainda, para salientar que mesmo dentro do território dos sete municípios do Grande ABC, há concentração territorial e proximidade geográfica existente entre as empresas. Cerca de 72% das empresas está sediada em São Bernardo do Campo, Diadema ou Santo André, reflexo do vetor de expansão desta indústria às margens das rodovias Anchieta e Imigrantes e em áreas a ela adjacentes.

Ou seja, de cada quatro empresas do setor, três estão inseridas neste vetor. Mauá (13,73%), São Caetano do Sul (9,89%) e Ribeirão Pires (4,22%) representam quase que a totalidade do pouco mais de $\frac{1}{4}$ restante de empresas do setor metalmeccânico instaladas no Grande ABC. A participação de Rio Grande da Serra, município totalmente inserido em área de manancial, é ínfima – apenas 12 estabelecimentos ou 0,33% do universo. Contudo, vale observar o espraiamento das empresas por todo o território, mesmo em uma localidade com vocação ambiental como Rio Grande da Serra.

A tabela 1 nos permite analisar também os estabelecimentos do setor metalmeccânico por sua respectiva divisão industrial e sua distribuição entre os sete municípios. Destacam-se a Fabricação de Produtos de Metal, exceto máquinas e equipamentos (28,15%); Fabricação de Produtos de Borracha e Material Plástico (16,81%); Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (16,31%); e Fabricação de Máquinas e Equipamentos (14,48%), que respondem conjuntamente por 3 em cada 4 estabelecimentos localizados na região do Grande ABC. Apesar de ter concentração de estabelecimentos em alguns setores, existe representatividade em nove das dez divisões analisadas dentro do setor metalmeccânico, com exceção de Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores, a qual é representada nos sete municípios por apenas 19 estabelecimentos. Tal variedade de estabelecimentos dentro dos códigos de classificação analisadas denota, mais uma vez, a diversidade e complexidade desta atividade produtiva na região como cadeia produtiva, a despeito do processo de desindustrialização brasileira e das dificuldades enfrentadas pela economia da região nesse período.

A identificação do universo de empresas, de seu espraiamento no território e de sua diversidade de atividades produtivas, bem como a configuração institucional presente no setor desde a formação do primeiro projeto de Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico, é apenas o primeiro passo para entender novas formas de mobilização produtivas capazes de renovar e ampliar uma abordagem acerca deste tipo de visão de aglomerado produtivo e de sua eficácia como política industrial, tendo como panorama conceitual o território produtivo de Giuseppe Cocco (2006).

Torna-se ainda mais urgente analisar as potencialidades e limites do arranjo delimitado, com o intuito de mensurar a efetividade da construção do projeto de fomento deste novo APL metalmeccânico como verdadeira ferramenta de construção de um pacto territorial com foco na mobilização produtiva e no desenvolvimento econômico de viés democrático e inclusivo. As informações e dados acima disponibilizados corroboram, porém, a tese de que, apesar de uma relativa perda de relevância, o setor metalmeccânico continua importante e precisa ser levado em consideração na formulação de políticas públicas regionais, tendo como premissa fundamental a integração de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, desde a fase de construção das agendas, a fim de garantir um engajamento inovador, de longo prazo e efetivo.

Considerações Finais

Um projeto de desenvolvimento regional tal qual empreendido no Grande ABC, com foco no fortalecimento de um segmento produtivo como o abordado nesta nota técnica, deve ter como premissa básica a politização dos atores, leia-se, o engajamento da capacidade criativa em torno de um projeto político intencional e com objetivos definidos e comuns à coletividade. É preciso que a concepção de Arranjo Produtivo Local esteja imbricada com a de território, o que consequentemente traz embarcado consigo os conflitos naturais e presentes do novo paradigma do capitalismo: uma arena *glocal* de interesses divergentes, de projetos distintos de desenvolvimento econômico, a serviço de forças antagônicas, cujo resultado consiste na renovação do sistema de valores produtivos compartilhados pela comunidade. Os conflitos devem ser superados pelas características constituintes do território, fruto da formação política, econômica, institucional e social da região do Grande ABC.

Fica evidente que *governance* territorial, em sua conceituação do planejamento urbano, nunca foi tão crucial para o avanço da eficácia deste tipo de política, na efetiva consolidação de uma agenda estratégica para o território. Pensar o desenvolvimento em sua dimensão transescalar, nos dias de hoje, é pensar o fortalecimento da democracia em um momento político adverso, de enfraquecimento das instituições democráticas, de ascensão de forças conservadoras e da sobreposição da individualidade sobre a coletividade.

Como elemento basilar à compreensão da eficácia da política de fortalecimento setorial implantada no território do ABC, a (re) integração do Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico do Grande ABC com cadeias globais de produção é pauta iminente e complementar de pesquisa adjacente à temática deste estudo. O horizonte de pesquisas relacionadas, contudo, indica como fundamental, em um país de capitalismo tardio e dependente como o Brasil, mapear as intersecções do setor metalmeccânico local com redes produtivas globais, a fim de ampliar o campo de análise, bem como sua relevância para a renda e o emprego da sociedade local.

Notas

[1] Ver Piore e Sabel (1984) e Harvey (1989).

[2] Acerca do conceito de municipalismo autárquico, ver Daniel (2001).

Filipe R. C. Souza Consultor de Políticas Públicas no SEBRAE e professor convidado na FESP-SP. Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (2018), pós-graduado em Gestão de Pequenos Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (2015) e em Economia Urbana e Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013), graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2008).

Referências Bibliográficas

BAGNASCO, A. A.. Teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: Arbix, Glauco; Zilbovicius, Mauro; Abramovay, Ricardo (Org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 349-363.

BRANDÃO, C.A.. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (ed.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa,

estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 115-153.

BRENNER, N.. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. *Cadernos Metrópole*, 12(24), 535-564, 2010.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Rio de Janeiro: UFRJ; Redesist, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 8, p. 237-255, maio 2000.

COCCO, G.. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, G.; COCCO, G.. *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A. Brasília-DF: Sebrae, 2006.

COSTA, E. J. M.. Políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas. Tese de Doutorado – Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, 2007.

DANIEL, C.. Autonomia municipal e as relações com os estados e a União. In: HOFMEISTER, W.; CARNEIRO, J. M. B. (orgs.). *Federalismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, p. 203-213.

FAVARETO, A.; KLEEB, S. ; GALVANESE, C. ; MAGALHÃES, C.; CARDOSO, R.C.; BUZATO, H.; SEIFER, P.; MORALEZ, R.. Territórios importam - bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Inovação, Gestão e Sustentabilidade - ReGIS*, v. 1, p. 13-33, 2015.

GARCEZ, C.; et al.. Análise de políticas para arranjos produtivos locais no Brasil: uma introdução. In: CAMPOS, R. (org). *Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010, p. 35-40.

HARVEY, D.. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KLINK, J.J.. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *Novas governanças para áreas metropolitanas: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro*. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 415-433, jul/dez 2009.

_____. *O novo regionalismo à maneira do ABC: em busca de uma economia regional de aprendizagem*. CEBRAP: *Cadernos de Pesquisa*, n. 8, março 2003.

_____. *Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana*. *Revista eletrônica da PUCRS, Educação*, Porto Alegre, v. 32, no. 2, p. 217-226, maio/ago 2009.

PIORE, Michael J. e SABEL, Charles F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

RAMALHO, J.R.; RODRIGUES, I.J.; CONCEIÇÃO, J.J. *Reestruturação industrial, sindicato e território: Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85 | 2009, 01 Dezembro 2012. Disponível em <http://rccs.revues.org/369>.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J.; KLINK, J. *Local empowerment through economic restructuring in Brazil: the case of the greater ABC region*. *Geoforum*, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 459-469, nov. 2001.

33. O GRANDE ABC E OS DESAFIOS DA ELETROMOBILIDADE

Wellington Messias Damasceno

Resumo Executivo

Esta nota técnica sustenta que região do Grande ABC possui características que exigem ações conjuntas entre as cidades e possibilitam um cenário favorável para parcerias estratégicas e políticas que visem à mobilidade elétrica.

Nos últimos anos tem crescido o debate em torno da substituição das fontes de energia geradas por combustíveis fósseis pelas chamadas fontes renováveis; nesse contexto, ganha relevância o futuro da matriz energética veicular. Sobretudo para atingir as metas de redução das emissões fixadas no Acordo de Paris, países como a China e parte da União Europeia têm iniciado uma corrida quanto ao desenvolvimento de veículos movidos a energia elétrica, o que poderá significar uma inflexão histórica no que se refere à estrutura de seus produtos, à configuração da cadeia produtiva, às redes de abastecimento e ao setor de serviços vinculado ao transporte por automóveis, caminhões e ônibus.

Vale notar que na China se fabrica cerca de 1/3 da produção mundial de veículos, e já em 2018 as vendas alcançaram mais de 1,1 milhão de carros elétricos no mercado interno chinês, representando mais da metade de todos os veículos elétricos comercializados no mundo. Na Europa, os parlamentos da Noruega, Alemanha, Holanda e Reino Unido já aprovaram prazos para o fim da venda de veículos com motor à combustão, o que implica não apenas em impactos comerciais, mas sobretudo nas trajetórias de desenvolvimento e fabricação dos novos produtos. Cabe ainda lembrarmos que grandes montadoras globais têm seus centros de decisão sediados na Europa, definindo o redesenho dos seus modelos de negócio ao redor do mundo, com repercussões para as fábricas localizadas no Brasil.

Por isso, precisamos acelerar e aprofundar os debates quanto aos rumos da indústria automobilística e sobre nosso papel nesse mercado global. Somos o 8º maior produtor de automóveis no mundo e temos um mercado interno importante, além de relevante capacidade de exportação para toda a América Latina e Caribe, Ásia e África. Do ponto de vista da economia nacional, cabe lembrar que cerca de 20% da nossa produção industrial tem origem no complexo automotivo, que emprega 1,3 milhão de trabalhadores, representa 3% do PIB nacional e 7% de nossas exportações. É estratégico e urgente pensarmos em políticas que mantenham essa relevância setorial, sobretudo nesse momento de transição da matriz industrial.

Para além disso, o Brasil é também pioneiro no desenvolvimento de motores flex, com a utilização do etanol, o que gera resultados consideráveis na redução das emissões de gases de efeito estufa. Temos também a vantagem de possuímos uma matriz energética com grande participação de fontes renováveis, como a energia hidrelétrica, e uma trajetória de crescimento relevante no uso da energia solar e eólica.

Apesar dessas vantagens competitivas, não estamos sendo considerados pelas grandes empresas do setor automotivo como polo para desenvolvimento de veículos à base de matrizes menos poluentes. O etanol e os biocombustíveis não prosperaram ainda como tecnologias exportáveis, e não temos nenhuma montadora de capital nacional, o que nos torna dependentes de rotas tecnológicas definidas fora do país.

Também estamos reféns de um governo completamente incapaz de formular um projeto de desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões, o que inclui o tema da matriz energética veicular.

De fato, a negação do governo federal em debater contrapartidas estratégicas junto ao setor automotivo faz com que as montadoras aqui instaladas prossigam sua trajetória pautada em baixa intensidade de inovação, e até mesmo retardando o próprio debate sobre iniciativas de estímulo para a eletromobilidade.

Nesse cenário devemos voltar nossos olhares para o Grande ABC, grande polo automotivo do país. A região emprega cerca de 40 mil trabalhadores na cadeia automotiva, possui centros tecnológicos, força de trabalho qualificada, universidades que dialogam diretamente com o setor, além de uma localização estratégica entre São Paulo e o porto de Santos. Apesar disso, também na dimensão regional há uma clara ausência de perspectiva ou projeto do poder público para a trajetória futura da indústria automotiva.

Algumas regiões, sobretudo no Estado de São Paulo, têm desenvolvido ações voltadas para eletromobilidade. Algumas tem firmado parcerias com empresas de geração e transmissão de energia elétrica para desenvolvimento de áreas de não circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis, enquanto trabalham com oferecimento de eletropostos; outras tem equipado frotas com veículos elétricos para testes e com isso gerar dados sobre o comportamento destes para as empresas produtoras. E mesmo a sinergia entre o conceito de “cidades inteligentes” e eletromobilidade tem encontrado espaço em regiões, cidades e até em campi universitários.

O Grande ABC não deve estar descolado destes tipos de ações. A região possui características que exigem ações conjuntas entre as cidades e possibilitam um cenário favorável para parcerias estratégicas e políticas que visem a mobilidade elétrica. A região possui uma malha viária estratégica do ponto de vista logístico. Porém sofre com os efeitos do trânsito e da poluição como qualquer outra cidade metropolitana. Ações que permitam meios alternativos menos poluidores de transportes e que integrem as 7 cidades e a capital apontam para um caminho que combine os aspectos de produção, logística, deslocamento de pessoas e preservação do meio ambiente.

A região é cercada por áreas de preservação ambientais, mananciais e importantes bacias hídricas. Há um apelo por ações regionais que mantenham a região como importante polo industrial, mas que desenvolvam produtos e serviços ligados a questão ambiental. Este é outro fator competitivo muito interessante para a região captar parcerias e recursos para inovação, e estruturar pesquisa industrial voltada para modais menos poluentes.

Temos uma atividade industrial importante na região, que vem sofrendo uma desaceleração drástica nos últimos anos. Estimular as áreas industriais com novos negócios voltados para a eletromobilidade é uma das alternativas para se pensar na manutenção do emprego e da geração de riqueza para a região. Novos negócios estão surgindo, como a comercialização de energia elétrica para abastecimento e manutenção dos veículos. Parcerias para capacitação dos trabalhadores nestas modalidades e produção dos novos equipamentos, como os eletropostos, são exemplos de oportunidades que os gestores da região precisam se articular para atrair.

Há ainda outro elemento importante a ser considerado. Parte do parque industrial da região esta voltado para a fabricação de motores a combustão. Com a inserção de

modais elétricos para mobilidade, haverá uma gradual redução da produção destes equipamentos. A articulação regional também deve estar atenta para negociar esta transição e possibilitar que as empresas possam iniciar processos de reconversão. E levantar a bandeira para que as montadoras aqui instaladas possam pleitear a produção e desenvolvimento de veículos híbridos e elétricos, além do incentivo as universidades e “startups” para geração de soluções automotivas no campo da eletromobilidade.

É claro que nem todas as ações sugeridas dependem unicamente de ações das prefeituras da região e do Consórcio Intermunicipal. Mas a falta de articulação do poder público nos leva a um estado de marasmo, enquanto observamos o surgimento de novos polos industriais e a penúria das indústrias aqui localizadas. É imprescindível para sobreviver como polo industrial que o Grande ABC retome seu protagonismo de formulação de políticas indutoras do crescimento industrial, da geração de conhecimento e empregos, do dinamismo da atividade econômica, da inovação e das oportunidades de novos negócios.

A eletromobilidade deve ser uma das grandes apostas para o futuro da indústria do ABC. Mas isso só será possível através de uma agenda com articulação regional, com o protagonismo das várias instituições aqui presentes, de empresas a Universidades, de trabalhadores e seus Sindicatos aos governos e agências de fomento. Apenas dessa forma será possível resgatar a grandeza e pujança do nosso ABC.

Wellington Messias Damasceno. *Diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, responsável por políticas industriais. Formado em Direito pela USCS e pós-graduado em Direito e Relações do Trabalho pela Faculdade de Direito de SBC.*

Interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS podem acessar os links abaixo:

1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-6a-carta-de-conjuntura/>

7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>

8ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-8a-carta-de-conjuntura/>

9ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-9a-carta-de-conjuntura/>

10ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-10a-carta-de-conjuntura/>

11ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-11a-carta-de-conjuntura/>

Notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura (Março/2018):

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição*
2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017- *Jefferson José da Conceição*
4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 – 2017 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto, Antonio Aparecido de Carvalho e Ricardo M. Kawai*
7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - *José Turíbio de Oliveira*
8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS*
9. INDICADORES INPES - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura (Maio/2018):

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 - *Francisco R. Funcia*
2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA - *José Carlos Garé*
3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITAIS - *Ricardo Makoto Kawai*
7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza e Rubens Topal de C. Bastos*
8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza*
9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA- *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. "SMART CITIES" E INVESTIMENTO PRIVADO NA "INDÚSTRIA 4.0" DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniel Vaz*
11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA - *Volney Gouveia*
12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto e Antônio Aparecido de Carvalho*
14. O ECOSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA- *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)*
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL - *Beatriz Tauany Silva, Dariane Beatriz Marino Cardoso, Bianca Martins dos Santos, Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa, Maria Eduarda Amaral Vieira e Rafael Fassina*
17. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017) - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura (Agosto/2018):

1. A 'VIA CRUCIS' DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DELUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018 - *Jefferson José da Conceição*
4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Volney Aparecido de Gouveia*
5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO - *Volney Aparecido de Gouveia*
6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - *Daniel Vaz*
7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL - *Roberto Vital Anau*
8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO - *Ricardo Makoto Kawai*
10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)*
11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA - *Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)*
14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA - *Maria do Socorro Souza*
15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA? - *Wendell Cristiano Lepore*
16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016) - *Francisco R. Funcia*
18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? - *Enio Moro Junior*

Notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura (Outubro/2018):

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS - *Daniel Vaz*
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS - *Jefferson José da Conceição e Ricardo Kawai*
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA - *Vinicius Silva*
4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Érick da Silva Cortes e Lúcio Flávio da Silva Freitas*

5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - *Francisco R. Funcia*
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL - *Irene Cantero Barone, Regina Albanese Pose e Tânia Fator*
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Edson Brunelli Rodrigues, Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS*
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CEJUSCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO - *Roberto Vital Anau*
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto (ITESCS)*
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D - *Maria do Socorro Souza*
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – *Gleibe Pretti*
20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA - *Volney Aparecido de Gouveia*
22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*

Notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura (Dezembro/2018):

1. ESTATÍSTICA, PESQUISAS E ELEIÇÕES - *Regina Albanese Pose e Daniel Giatti de Sousa*
2. UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E IMPACTO NO EMPREGO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
3. A DESIGUALDADE RACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES CONSIDERAÇÕES - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*

4. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
5. INDICADORES DE HOMICÍDIO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
6. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DO CENTRO DE TRIAGEM DE COLETA SELETIVA DE SÃO CAETANO DO SUL - *Raquel da Silva Pereira, André Luiz da Silva e Maria Lúcia Soares do Amaral*
7. GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SANTOS E SÃO VICENTE: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
8. NOTAS PRELIMINARES PARA O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE RETIRADA DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SAÚDE DO CÔMPUTO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA ESSAS DESPESAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - *Francisco R. Funcia*
9. REPASSES FEDERAIS E INTERVENÇÕES URBANAS NO GRANDE ABC PAULISTA: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PROPOSITIVA - *Enio Moro Junior*
10. TREINAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: OPÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
11. EMPREENDEDORISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - *Luiz Lopes Schimidt – Presidente do ITESCS*
12. MOVIMENTO MIGRATÓRIO E CULTURA EMPREENDEDORA: ANÁLISE COMPARATIVA DO GRANDE ABC PAULISTA FRENTE ÀS DEZ CIDADES MAIS EMPREENDEDORAS - *Paulo Roberto Silva – Diretor do ITESCS*
13. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO NO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE - *Vinicius Oliveira Silva*
14. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NAS LEIS DE FALÊNCIAS DOS EUA E DO BRASIL: BREVE COMPARAÇÃO - *Jefferson José da Conceição e Sandra ColladoGonsales*
15. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CAUSAS - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: OFERTAS DE CURSOS SUPERIORES NA REGIÃO DO GRANDEABC PAULISTA - *Maria do Socorro Souza*
17. OS NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS: UM OLHAR ESTRATÉGICONAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL- *Elaine Mattioli – Diretora de RH da Termomecânica e Executiva do Grupo G3 de RH*
18. IMPACTO ECONÔMICO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. VINTE E QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS SERÃO CRIADOS NA ECONOMIAVERDE NO MUNDO ATÉ 2030: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO GRANDE ABCPAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
20. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA EESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*

Notas técnicas da 6ª Carta de Conjuntura (Fevereiro/2019):

1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? - *Joaquim Celso Freire Silva*
2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA - *Luis Carlos BurbanoZambrano*

3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES - *Daniel Vaz*
4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra ColladoGonsales*
5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 - *Alessandra Santos Rosa*
6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA - *Vinicius Oliveira Silva*
8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA - *Roberto Vital Anau*
9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - *Maria do Socorro Souza*
12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 - *Luiz Schimidt(Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS)*
13. REDE FABLAB ABC - *Enio Moro Junior*
14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA - *João Lucas Moreira Pires**
15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - *Volney Gouveia*
16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES - *Luiz Felipe Xavier*
17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL - *Francisco R. Funcia*
18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *StefanieSussai*
19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*
21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE - *Aristogiton Moura*
22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) - *Antônio Fernando Gomes Alves*
23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato X. de Melo*
24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - *Vânia Viana*

Notas técnicas da 7ª Carta de Conjuntura (Abril/2019):

1. OS DESAFIOS DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS NEGOCIAÇÕES PELA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FÁBRICA DA FORD EM SBC NA VISÃO DE UM DOS SEUS NEGOCIADORES – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO TID-BRASIL, RAFAEL MARQUES - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
2. A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA PELA GENERAL MOTORS NOS ESTADOS UNIDOS E A FORTE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM 2009 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
3. A MUDANÇA NO PERFIL DO EMPREGO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2017: COMO OS NÚMEROS DEVEM SER LIDOS - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
4. UMA NOVA ERA DA MANUFATURA - *A new manufacturing era* - *Roberto dos Reis Alvarez*
5. PANORAMA DE ÁREAS CONTAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO GRANDE ABC, E A RELAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS COM A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA - *Nathália Vegi Bohner e Ricardo Gallinaro Pessoa*
6. O GRANDE ABC ESTÁ PREPARADO PARA A MOBILIDADE COMO SERVIÇO? - *Daniel Vaz*
7. ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DO AEROPORTO NO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. NOVAS VERTENTES DA ECONOMIA, ECONOMIA CRIATIVA E MERCADO DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
9. REDE FABLAB JR. PARA O ENSINO MÉDIO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
10. DENSIDADE DE BANDA LARGA FIXA NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva*
11. “TOP OF MIND ABC”: AS MARCAS MAIS POPULARES ENTRE OS CONSUMIDORES DA REGIÃO - *Mauricio Mindrisz*
12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
13. INDICADORES CRIMINAIS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa*
14. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS TAXAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniela Bucci*
15. MAUS TRATOS CONTRA CRIANÇAS NO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS IMPACTOS - *Flavia Pereira dos Santos*
16. INTOXICAÇÃO ALIMENTAR: RESULTADOS DE UMA AMOSTRA DE LOJAS NO GRANDE ABC PAULISTA DE UMA REDE DE FAST FOOD - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Bianca Matiello, Letícia de Souza Gonçales, Nathália Ruiz Sinefonte e Rodrigo Ramos*
17. ENTEROBACTÉRIAS E PARASITAS PRESENTES EM FRUTAS E HORTALIÇAS DE SUPERMERCADOS E FEIRAS LIVRES DE MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL E SÃO PAULO - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Beatriz Guedes de Moura, Priscila Silva Brandão e Sara Stefanie Ferreira Conceição*
18. MORTES NO TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. A EPIDEMIA DE DENGUE EM 2019 NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
20. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO JARDIM RINA E ADJACÊNCIAS - *Luis Felipe Xavier*

21. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE RECURSOS NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE GUARUJÁ: PROJETO CIDADANIA VIVA - *Márcia Célia Galinski Kumschlies e Sidnei Aranha*

22. DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO PROSPECTIVO COM O PLANEJAMENTO DO PERÍODO DO GOVERNO - *Gloria Patricia Ramírez Gálvis*

23. MODERNIZAR, GOVERNAR E FAZER POLÍTICA EM TEMPOS LÍQUIDOS - *Aristogiton Moura*

24. A INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS - *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*

25. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRASIL: UMA ATIVIDADE COM REPRESENTATIVIDADE CRESCENTE NA ÚLTIMA DÉCADA - *Fernando Semenzato*

26. CHINA, AMÉRICA LATINA, E A INICIATIVA “UM CINTURÃO, UMA ROTA” - *Adhemar S. Mineiro*

Notas técnicas da 8ª Carta de Conjuntura (Julho/2019):

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL - *Adhemar S. Mineiro*

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE) - *Leandro Horie e Adriana Marcolino*

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E NOVO PERFIL DE EMPRESAS E CONSELHEIROS - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA - *Roberto Vital Anau*

5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO - *Flavia Pereira dos Santos*

6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*

7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*

8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC - *Rosana Marçon da Costa Andrade*

9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO - *Enio Moro Junior*

10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ - *Luis Felipe Xavier e Robson da Silva Moreno*

11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET - *Aristogiton Moura*

12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*

13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - *Antônio Aparecido de Carvalho, Leonardo Birche de Carvalho, Milton Carlos Farina e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*

15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL - *Scarlett Rodrigues da Cunha*
16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*
17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A "REINDUSTRIALIZAÇÃO" DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flavio da Silva Freitas*
18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE - *Marta Angela Marcondes, Fernanda Amate Lopes e Paula Simone da Costa Larizzatti*
21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDEMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ - *Marta Angela Marcondes e Viviane Pereira Alves*
22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE? - *Andréa Lacerda e Fernanda Avanzi*
23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Alessandra Santos Rosa, Jefferson José da Conceição e Vânia Viana*
24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Ana Paula Lazari Ferreira*

Notas técnicas da 9ª Carta de Conjuntura (Setembro/2019):

1. CENTRO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO DA USCS (CAU-USCS): OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL – *Cibele Cristine Remonds Sequeira, João Carlos da Silva Bizarro, Regina Maura ZetoneGrespan, Simonne de Nazareth Carmona Quaglia e Sonia Regina Pereira de Souza*
2. A ASFIXIA FINANCEIRA DO SUS E OS REFLEXOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC: O QUE FAZER? – *Francisco R. Funcia e Carlos O. Ocké-Reis*
3. ALIMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL NO BRASIL E PROJEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Carolina B. F. Gouveia*
4. SÍNDROME DE *BURNOUT*: UM ESTUDO SOBRE A DOENÇA E SEUS IMPACTOS NOS TRABALHADORES – *Flávia Pereira dos Santos*
5. BANCOS E *FINTECHS*: COLABORAÇÃO E COMPETIÇÃO QUE AFETAM O EMPREGO NOS BANCOS E A OFERTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – *Vivian Machado de Oliveira Rodrigues*
6. INDÚSTRIA GRÁFICA: COMPARTILHAR É NECESSÁRIO – *Edilmo Oliveira Lima*
7. O ABC DA CRISE: LEITURAS DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO INSTITUTO DE PESQUISAS INPES/USCS – *Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. EMPRESAS PÚBLICAS: MITOS E FATOS – *Maria Rita Serrano*
9. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS LOJAS FRANCAS EM FRONTEIRA TERRESTRE – *DUTY FREE* – *Rosana Marçon da Costa Andrade*

10. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: INDICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS – *Volney Gouveia*
11. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA LIDERANÇA EXERCIDA NA SATISFAÇÃO POR PARTE DOS PARTICIPANTES DO APL – *Alessandra Bitante*
12. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – *Jacqueline de Souza Anjolin*
13. A INFLUÊNCIA DO PERFIL COMPORTAMENTAL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO – *Maísa Sodré*
14. DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E FOME: UMA PERSPECTIVA NACIONAL E DO GRANDE ABC – *Alessandra Santos Rosa*
15. INDICADORES DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA – *David Pimentel Barbosa de Siena*
16. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O MUNDO REAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RONDON SP@ NO GRANDE ABC – *Stefanie Sussai*
17. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) NO CONTEXTO ATUAL – *Scarlett Rodrigues da Cunha*
18. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA – *Adriana Pereira da Silva*
19. ENTENDENDO O *BULLYING*, A DIFICULDADE EM QUANTIFICAR AS PRÁTICAS E COMBATER ESTA VIOLÊNCIA – *Celoy Sene Rodrigues Silva e Vinicius Oliveira Silva*
20. LOCAÇÃO SOCIAL E O GRANDE ABC: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS ITALIANA, FRANCESA E URUGUAIA – *Enio Moro Junior*
21. ESPAÇOS PÚBLICOS COMO DIREITO HUMANO: O CASO DO MERCADO DE FLORES DA VILA ALPINA E DA PRAÇA ALCIDES FRANCO DE LIMA – *Luís Felipe Xavier*
22. A SAUDABILIDADE ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - *Ana Elisa Beio Garcia*
23. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS É REALIDADE NAS INDÚSTRIAS E LARES BRASILEIROS, APONTAM ESTUDOS RECENTES - *Daniel Vaz*
24. INDÚSTRIA QUÍMICA E RELAÇÕES DO TRABALHO: ENTREVISTA COM PAULO LAGE, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS E ATUAL PRESIDENTE DO INSTITUTO ART DO SABER - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Renata Veggi Tozato*
25. CONTRIBUIÇÕES INESPERADAS - *René Henrique Götz Licht*
26. A PERCEPÇÃO DAS REALIZAÇÕES DO PROGRAMA POLÍTICO DA ESFERA FEDERAL EM COMPARAÇÃO ÀS EXPECTATIVAS DOS ELEITORES NO PERÍODO PRÉ-ELEITORAL - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes*

Notas técnicas da 10ª Carta de Conjuntura (Dezembro/2019):

1. UMA CRISE EXTERNA A CAMINHO? – *Adhemar S. Mineiro*
2. O RELATÓRIO DA OIT “TRABALHANDO EM UM PLANETA MAIS QUENTE”, E SUA APLICAÇÃO PRELIMINAR AO PIB INDUSTRIAL E AO DE SERVIÇOS NO GRANDE ABC PAULISTA – *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi, Gustavo Kaique de Araújo Monea e Vânia Viana*
3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019 QUE INSTITUI O CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO E ALTERA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – *Maria da Consolação Vegi da Conceição*

4. OS AFASTAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO: TRANSTORNOS DE UMA CATEGORIA SOB PRESSÃO – *Vívian Machado e Catia Uehara*
5. NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PROPOSTO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E OS RISCOS DE REDUÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO SUS NOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE 2021 – *Francisco R. Funcia*
6. GOVERNANÇA E CONSELHO CONSULTIVO – *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
7. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O KAIZEN - BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA INOVADORA NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA – *Gisele Yamauchi*
8. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO GERANDO MAIOR DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS CIDADES QUE COMPÕEM O ABC PAULISTA – *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*
9. URBANISMO TÁTICO: POSSIBILIDADE PARA O GRANDE ABC? – *Enio Moro Junior*
10. O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA PARA O FUTURO REGIONAL DO GRANDE ABC PAULISTA – *Edgar da Nóbrega Gomes*
11. PROPOSTA DE DESENHO DE UM THINK TANK PARA DESENVOLVER INTELIGÊNCIA REGIONAL DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GRANDE ABC PAULISTA – *Aristogiton Moura*
12. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL (DRRS): UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Raquel da Silva Pereira e Angelo Palmisano*
13. IMPACTO ECONÔMICO DA RECICLAGEM NO GRANDE ABC PAULISTA – *Lúcio Flávio Freitas*
14. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL REFERENCIADA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – APLICAÇÃO EM COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – *Pedro Souza Ferrão*
15. A QUESTÃO ALIMENTAR NO GRANDE ABC: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DAS COMPRAS COMUNITÁRIAS– *José Lourenço Pechtoll*
16. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BATATA FRITA: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS X AMBULANTES EM MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC PAULISTA – *Caroline Rosa Koerner, Débora Francine Fonseca e José Carlos dos Santos Júnior*
17. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO POLÍTICA DE FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS: O CASO DOS APLs DO GRANDE ABC E DO APL DE PÃO DE QUEIJO DE HORTOLÂNDIA – *Alessandra Santos Rosa e Rafael Pupo Maia*
18. A INTRODUÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: O CRESCIMENTO DO SETOR PET NO BRASIL, ALGUNS NÚMEROS DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E REFLEXÕES SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL – *Stefanie Sussai e Ivan Santos da Silva*
19. INDICADORES DO NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE SÃO CAETANO DO SUL – *Patrícia Maria Villa Lhacer*
20. INDICADORES CRIMINAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA – *David Pimentel Barbosa de Siena, Ana Carolina Kaminski Buratto e Rafaella Navarro Leonel*
21. É PRECISO MELHORAR AS GESTÕES ESTRATÉGICAS LOCAIS DO PODER JUDICIÁRIO – *Marcelo Vegi da Conceição*
22. AS OFERTAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS FRAGILIDADES DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INTEGRAL EM SÃO PAULO E NO GRANDE ABC PAULISTA – *Adriana Pereira da Silva*
23. REPRESENTAÇÃO DO SER HUMANO NO GOOGLE BOOKS: UMA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA DE CORPUS SOB OS ESTÁGIOS DA VIDA – *Bárbara Soares da Silva*

24. O MERCADO DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Álvaro Barbosa da Silva Junior*

25. O CAPITAL NÃO É GELEIA – *Jefferson José da Conceição*

Notas técnicas da 11ª Carta de Conjuntura (Fevereiro/2020):

1. ENTREVISTA COM O SUBSECRETÁRIO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SEDETI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL: SR. LUIZ GUSTAVO CANGA MORCELLI – *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

2. MERCADO DE INVESTIMENTOS E VALORES DAS STARTUPS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA – *Álvaro Barbosa da Silva Junior*

3. A IMPORTÂNCIA DAS ARENAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA “INOVAÇÃO ABERTA” – *Jefferson José da Conceição*

4. OS SETORES ESTRATÉGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM A AGÊNCIA DESENVOLVE SP – *Alessandra Santos Rosa*

5. A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA, 2001-2019 – *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

6. AÇÕES PARA UMA INDÚSTRIA CAPAZ DE ALICERÇAR O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – *Rafael Marques*

7. O CRÉDITO E A DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO GRANDE ABC PAULISTA – *Vivian Machado*

8. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UM NOVO PARADIGMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO E SEU IMPACTO PARA O MEIO EMPRESARIAL – *Alexandro Rudolfo de Souza Guirão, Andressa Misael de Souza e Grazielle Rocha da Silva*

9. SAÚDE E HÁBITOS ALIMENTARES NUM CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL: PROJEÇÕES PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS, PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA – *Carolina Gouveia*

10. CUIDADOS COM A SAÚDE DOS MORADORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA – *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Reginaldo Braga Lucas*

11. O PAPEL LEGAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) EM 2020 NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DECORRENTE DO RESULTADO DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS – *Francisco R. Funcia*

12. ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*

13. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA – *Ana Carolina Kaminski Buratto, David Pimentel Barbosa de Siena e Rafaella Navarro Leonel*

14. PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE CULTURA DE INTEGRIDADE EMPRESARIAL NO GRANDE ABC PAULISTA E EM OUTRAS REGIÕES – *Alexandro Rudolfo de Souza Guirão, Carlos Afonso e Observatório de Integridade Empresarial e Compliance - OIEC*

15. THINK TANK (2): DESENHO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA PARA MELHORAR A QUALIDADE DO JOGO POLÍTICO ELEITORAL – *Aristogiton Moura*

16. COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL EM REGIÕES METROPOLITANAS: EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO (WORKSHOPS) ENTRE ATORES DO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS RESULTADOS PRELIMINARES – *Volney A. Gouveia e Filipe R. C. Souza*

17. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: VOO AUTORIZADO OU CANCELADO? – *Volney A. Gouveia*

18. ALDEIA GUYRAPA-JU – TERRA INDÍGENA TENONDÉ PORÃ AÇÕES MULTIDIMENSIONAIS ENTRE ÁREAS DE CONHECIMENTO DISTINTAS PARA APRENDIZADO E TROCA DE SABERES – *Edmilson Gonçalves dos Santos, Luis Felipe Xavier e Marta Angela Marcondes*

19. DRENAGEM URBANA NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES – *Enio Moro Junior*

20. NÍVEL DE QUALIDADE EM ATENDIMENTO DE SERVICE DESK EM ESPANHOL E EMPREGO DE CARACTERÍSTICAS LINGÜÍSTICAS NA REGIÃO DO GRANDE ABC – *Bárbara Soares da Silva*

21. ENTRE A MÃO INVISÍVEL E O LEVIATÃ: RESENHA – *Roberto Vital*

ⁱhttps://www.elmundo.es/opinion/2020/04/07/5e8c695821efa010058b4577.html?fbclid=IwAR2XoT8HHp1tD-xN66Ns3Gy6W8j_uTpR_HjRyNcAoqcUB-o72C0i60y54As

ⁱⁱhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100024

